

**Assessoramento ao Estado de
Pernambuco para a Preparação do
PRODETUR Nacional em Pernambuco**

**Governo de Pernambuco
Secretaria Estadual de Turismo – SETUR**

**Produto 2 - Plano de Desenvolvimento
Integrado do Turismo Sustentável - PDITS
Pólo Costa dos Arrecifes**

1ª Versão

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2009



SECRETARIA
DE TURISMO



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Ficha Técnica

Projeto:	Assessoramento ao Estado de Pernambuco para a Preparação do PRODETUR Nacional em Pernambuco
Cliente:	Governo de Pernambuco – Secretaria Estadual de Turismo - SETUR.
Prazo:	Dezembro de 2008 a Junho de 2009
Empresa Consultora:	Fundação Getulio Vargas
Diretor do Projeto:	Ricardo Simonsen
Supervisor:	Francisco Eduardo Torres de Sá
Coordenador:	Carlos Augusto Lopes Costa Luis Gustavo Barbosa

Sumário

Resumo Executivo.....	9
1. Justificativa da Seleção da Área Turística	11
1.1 Caracterização do Pólo Turístico Costa dos Arrecifes.....	13
1.2 Critérios para Seleção da Área Turística	14
1.3 Acessibilidade e Conectividade	18
1.4 Condições Físicas e Serviços Básicos dos Municípios do Pólo	20
1.5 Quadro Institucional e Aspectos Legais.....	21
1.5.1 Projetos Turísticos Vigentes no Pólo	23
1.6 Importância dos Atrativos e Produtos Turísticos do Pólo dos Arrecifes.....	25
1.7 Nível de Uso Atual ou Potencial	30
2. Formulação de Objetivos do PDITS Pólo dos Arrecifes.....	31
2.1 Objetivo Geral.....	31
2.2 Objetivos Específicos:	31
2.3 Cenários de Curto Prazo (2009-2011).....	32
2.3.1 Para todos os Municípios do Pólo dos Arrecifes.....	32
2.3.2 Para a Região Metropolitana de Recife (RMR)	33
2.3.3 Para o Litoral Sul.....	34
2.3.4 Para o Litoral Norte	35
2.3.5 Para Fernando de Noronha.....	35
2.4 Cenários de Médio Prazo (2011- 2015).....	36
2.4.1 Para a Região Metropolitana de Recife.....	37
2.4.2 Para o Litoral Norte	37
2.4.3 Para o Litoral Sul.....	38
2.4.4 Para Fernando de Noronha.....	38
2.5 Cenários de Longo Prazo (2016-2020)	39
2.5.1 Para a Região Metropolitana de Recife (RMR)	39
2.5.2 Para o Litoral Norte	39
2.5.3 Para o Litoral Sul.....	40
2.5.4 Para Fernando de Noronha.....	40
3. Análise - Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas	41
3.1 Análise da Demanda Turística Atual de Pernambuco.....	41
3.2 Análise da Demanda Turística Potencial – Mercados Internacional e Nacional	49

3.2.1	Mercado Internacional	49
3.2.1.1	O Brasil no Mercado Turístico Mundial Segundo os Operadores Iternacionais.....	50
3.2.1.2	O Destino Turístico Nordeste no Mercado TurísticoMundial	51
3.2.1.3	O Destino Turístico Pernambuco no Mercado Turístico Internacional	51
3.2.1.4	Pernambuco e seus Principais Concorrentes.....	52
3.2.1.5	Promoção e Imagem de Pernambuco Perante os Operadores Internacionais	52
3.2.2	Mercado Nacional.....	53
3.2.2.1	O Brasil no Mercado Turístico Mundial segundo os Operadores Nacionais	54
3.2.2.2	Concorrentes Internacionais do Brasil	55
3.2.2.3	O Destino Turístico Nordeste no Mercado Turístico Nacional.....	55
3.2.2.4	O Destino Turístico Pernambuco no Mercado Turístico Nacional.....	56
3.2.2.5	Pernambuco e seus Principais Concorrentes.....	57
3.2.2.6	Promoção e Imagem de Pernambuco Perante os Operadores Nacionais.....	58
3.2.3	Mercados Turísticos Internacionais para o Destino Turístico Pernambuco	59
3.2.4	Mercado Regional e Local para Pernambuco.....	61
3.3	Análise dos Atrativos Turísticos do Pólo Costa dos Arrecifes.....	62
3.3.1	Patrimônio Histórico e Cultural	64
3.4	Análise dos Equipamentos e Serviços Turísticos Existentes no Pólo Costa dos Arrecifes.....	84
3.4.1	Serviços e Equipamentos de Hospedagem.....	85
3.4.2	Serviços e Equipamentos de Alimentação (A & B)	86
3.4.3	Serviços e Equipamentos de Agenciamento e OperaçãoTurística.....	86
3.4.4	Serviços e Equipamentos de Transportes.....	87
3.4.5	Outros Serviços e Equipamentos Turísticos – Organizadoras de Eventos, Centros de Convenções e Parques/pavilhões de Feiras	87
3.4.6	Análise da Capacitação de Mão-de-obra para o Turismo.....	89
3.5	Análise das Infraestruturas Básicas e dos Serviços Gerais do Pólo Costa dos Arrecifes.....	93
3.5.1	Rede Viária de Acesso ao Pólo – Sistemas de Transportes	94
3.5.2	Sistema Rodoviário de Transportes.....	95
3.5.3	Sistema de Transporte Ferroviário	100
3.5.4	Sistema de Transportes Aquaviário.....	101
3.5.5	Sistema de Transportes Aéreo	103
3.6	Análise Social da Região do Pólo dos Arrecifes.....	104

3.6.1	Sistema de Abastecimento de Água	105
3.6.2	Sistema de Esgotamento Sanitário.....	106
3.6.3	Sistema de Limpeza Urbana e Disposição de Resíduos Sólidos.....	108
3.6.4	Rede de Drenagem Pluvial.....	110
3.6.5	Serviços de Saúde.....	113
3.6.6	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	116
3.6.7	Conclusões e Recomendações para os Problemas Identificados.....	118
3.7	Análise do Quadro Institucional do Pólo dos Arrecifes	121
3.7.1	Impactos e Limitações das Políticas Públicas e das Entidades Gestoras	123
3.7.2	Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico - Capacidade de Administração/gestão dos Municípios	127
3.7.3	Legislação Turística e Urbanística.....	132
3.8	Análise dos Aspectos Socioambientais	134
3.8.1	Análise das Condições Ambientais do Pólo Costa dos Arrecifes	136
3.8.1.1	Caracterização da Área do Litoral Sul	136
3.8.1.2	Caracterização da Área do Litoral Norte.....	144
3.8.1.3	Fernando de Noronha	155
3.8.1.4	Ecosistemas Propícios para a Prática do Turismo	156
3.8.2	Identificação dos Impactos no Meio Ambiente devido ao Turismo	157
3.8.3	Gestão Ambiental Pública	159
3.8.3.1	Legislação Federal	160
3.8.3.2	Legislação Ambiental Estadual de Pernambuco.....	164
3.8.4	Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial.....	170
3.8.4.1	Uso e Ocupação do Solo – Síntese.....	170
3.8.4.2	Uso e Ocupação do Solo - Litoral Sul	171
3.8.4.3	Uso e Ocupação do Solo - Litoral Norte	175
3.8.4.4	Áreas Protegidas.....	179
3.8.5	Conclusões e Recomendações para os Problemas Identificados.....	184
4.	Estratégia de Desenvolvimento Turístico.....	189
4.1	Análise SWOT.....	193
4.2	Mapa de Adição de Valor	201
4.3	Mapa de Adição de Valor para o PRODETUR NACIONAL PERNAMBUCO.....	206
4.3.1	Objetivo Institucional	206
4.3.2	Objetivos Intermediários.....	206

4.3.3	Resultados Operacionais.....	208
4.3.4	Diretrizes.....	213
4.3.4.1	Fomento ao Turismo.....	213
4.3.4.2	Acompanhamento e Avaliação.....	216
4.3.4.3	Infraestrutura e Serviços Básicos.....	217
4.3.4.4	Fortalecimento Institucional.....	219
4.3.4.5	Gestão Ambiental.....	220
5.	Bibliografia.....	222
	Anexos.....	226
	Anexo 1 - Propostas Coletadas por Meio do Processo Participativo no Pólo Costa dos Arrecifes.....	228
	Anexo 2 – Condições Físicas dos Municípios do Pólo.....	279
	Anexo 3 – Fluxo de Turistas.....	286
	Anexo 4 – Pesquisa de Demanda.....	292
	Anexo 5 – Inventário da Oferta Turística.....	295
	Anexo 6 – Malha Rodoviária, Abastecimento de Água, Esgoto e Coleta de Lixo.....	301
	Anexo 7 – Estruturas Municipais e Legislação Vigentes no Pólo Costa dos Arrecifes.....	306
	Anexo 8 – Regulamentação.....	310

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1.1	Situação Geográfica dos 3 pólos de Pernambuco.....	12
Figura 1.1.1	Situação Geográfica do Pólo Costa dos Arrecifes.....	13
Figura 1.3.1	Litoral Norte – Paulista, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Goiana.....	18
Figura 1.3.2	Região Metropolitana de Recife (RMR) – Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes.....	19
Figura 1.3.3	Litoral Sul: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Tamandaré, Sirinhaém (detalhe na figura à direita), Rio Formoso (detalhe na figura à direita), Barreiros, São José da Coroa Grande.....	19
Gráfico 3.1.1	Fluxo Global de Turistas – Pernambuco (2003-2007).....	42
Tabela 3.1.1	Permanência Média dos Visitantes (2003-2008).....	44
Tabela 3.1.2	Gasto Médio Individual por Dia (valores correntes).....	44
Tabela 3.1.3	Receita Turística – PIB Estadual (valores correntes).....	45

Gráfico 3.1.2 Fluxo de Turistas com Projeções – Pernambuco (1997-2020).....	47
Tabela 3.1.4 Projeções do Fluxo Turístico do Estado de Pernambuco no Período de 1997 a 2020 (em quantidade de visitantes).....	48
Gráfico 3.1.3 Projeções da Participação da Receita Turística no PIB do Estado de Pernambuco no Período de 2006 a 2020 (em R\$ bilhões).....	49
Tabela 3.1.5 Projeções dos Empregos Diretos e Indiretos Gerados pelo Turismo no Estado de Pernambuco no Período de 2006 a 2020.....	49
Quadro 3.3.1.1 Matriz mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	66
Quadro 3.3.1.2 Matriz Recife: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	67
Quadro 3.3.1.3 Matriz Olinda: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	71
Quadro 3.3.1.4 Matriz Ipojuca: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	73
Quadro 3.3.1.5 Matriz Paulista: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	73
Quadro 3.3.1.6 Matriz Rio Formoso: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	74
Quadro 3.3.1.7 Matriz Sirinhaém: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	75
Quadro 3.3.1.8 Matriz Tamandaré: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	75
Quadro 3.3.1.9 Matriz Barreiros: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	76
Quadro 3.3.1.10 Matriz Cabo de Santo Agostinho: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	76
Quadro 3.3.1.11 Matriz Goiana: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	77
Quadro 3.3.1.12 Matriz Igarassu: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	77
Quadro 3.3.1.13 Matriz Itamaracá: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos	78
Quadro 3.3.1.14 Matriz Itaipema: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	80
Quadro 3.3.1.15 Matriz Jaboatão dos Guararapes: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	80
Quadro 3.3.1.16 Matriz São José da Coroa Grande: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	82
Quadro 3.3.1.17 Matriz Fernando de Noronha: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos.....	82
Figura 3.5.2.1 Mapa com as Principais Rodovias Federais de Pernambuco	96
Tabela 3.5.2.1 Transporte Coletivo de passageiros no Nordeste por Km, ano 2007.....	99
Tabela 3.5.5.1 Movimento de passageiros no Aeroporto Internacional de Recife/Guararapes-Gilberto Freire.....	104
Tabela 3.6.5.1 Número de leitos hospitalares por habitante.....	114
Tabela 3.6.5.2 Número de Unidades Hospitalares e Leitos por Município.....	115

Tabela 3.6.6.1 IDH dos municípios do Pólo nos anos 1991 e 2000.....	117
Figura 4.1 Macro Etapas para Elaboração da Estratégia	192
Figura 4.1.1 Distribuição dos Pontos na Matriz SWOT	196
Figura 4.1.2 Quatro Posturas Estratégicas	197
Tabela 4.1 Análise SWOT do Pólo Costa dos Arrecifes	198
Figura 4.2.1 Mapa de Adição de Valor – Visão Geral.....	204
Figura 4.2.1 Alinhamento das Diretrizes com Regulamento Operacional	205
Quadros 4.3.2.1 Objetivos Intermediários e Seus Resultados Estratégicos	207
Quadro 4.3.3.1 Indicadores Estratégicos Por Dimensão e Objetivos	210
Tabela 3.1 Fluxo Global de Turistas – Pernambuco (Janeiro / Abril 2005-2008)	286
Tabela 3.2 Demanda Turística Nacional e Internacional	286
Tabela 3.3 Origem dos Turistas Nacionais (2003-2008)	287
Gráfico 3.2 Origem dos Turistas Nacionais	288
Tabela 3.4 Origem dos Turistas Estrangeiros (2003-2008)	289
Tabela 3.8 Motivação da Viagem	290
Tabela 3.9 Avaliação da Oferta Turística.....	291
Tabela 3.12 Oferta de Meios de Hospedagem no Pólo dos Arrecifes	295
Tabela 3.13 Restaurantes, Bares e Lanchonetes.....	296
Tabela 3.14 Agências de Viagens, Agências Receptivas, Operadoras Turísticas	296
Tabela 3.15 Número de empresas de transportadoras turísticas.....	297
Tabela 3.16 Número de empresas de locadoras de automóveis	298
Tabela 3.17 Número de empresas de locadoras de automóveis	299
Tabela 3.18 Número de locais para eventos e de empresas organizadoras.....	299
Gráfico 3.5 Proporção Por Tipo de Abastecimento de Água Pernambuco e Municípios 1991 301	
Gráfico 3.6 Proporção de Domicílios por Tipo de Abastecimentos de Agua Pernambuco e Municípios 2000	301
Tabela 3.22 Esgotamento Sanitário nos Municípios	302
Gráfico 3.7 Proporção de Domicílios por Tipo de Esgotamento Sanitário Pernambuco e Municípios 2000	303
Tabela 3.23 Percentual de Domicílios Atendidos por Coleta de Lixo – 1991 e 2000.....	303
Tabela 3.24 Formas de Destinação dos Resíduos Sólidos nos Municípios do Pólo dos Arrecifes	304
Quadro 3.18 Estruturas Municipais e Legislação Vigentes no Pólo Costa dos Arrecifes ...	306

Resumo Executivo

O presente documento constitui o **Produtos 2 - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS Pólo Costa dos Arrecifes** que foi desenvolvido para atender a proposta técnica no âmbito do Contrato SETUR Nº 086/2008 de 19/12/2008, assinado entre o **Governo do Estado de Pernambuco** através da **Secretaria Estadual de Turismo – SETUR** e a **Fundação Getúlio Vargas**, para o assessoramento ao Estado de Pernambuco para a preparação do PRODETUR Nacional em Pernambuco.

O PRODETUR é um programa de crédito para o setor público estadual ou municipal, resultado de uma parceria entre Ministério do Turismo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, responsável pelo financiamento dos recursos. Foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística nos estados brasileiros, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas.

A área de abrangência do PRODETUR Nacional compreende todos os Estados brasileiros, onde sua atuação ocorre por meio do financiamento de obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

O PRODETUR foi desenvolvido no começo da década de 90, a fim de identificar atividades econômicas na Região Nordeste que pudessem incrementar a economia local, criando oportunidades competitivas através do seu potencial de recursos naturais e culturais. A conclusão desse estudo identificou no turismo a área com maior capacidade de abrangência e viabilidade para o desenvolvimento sócio-econômico da região, pois dispõe, além dos atrativos naturais e culturais, pouco explorados, mão de obra em abundância com custos relativamente baixos. .

O PDITS é um plano que deve ser referência norteadora para o desenvolvimento do turismo no pólo de um modo geral. Tendo como objetivo orientar o desenvolvimento do setor turístico em bases sustentáveis a curto, médio e longo prazo. Nesse contexto serão inseridos nos planos, recomendações que não são objeto de financiamento no âmbito do PRODETUR Nacional. O Estado e os demais atores interessados no desenvolvimento continuado do turismo na região (setor privado e comunidades afetadas) deverão encontrar fontes alternativas de recursos para



SECRETARIA
DE TURISMO



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

viabilização de projetos não elegíveis na fonte de financiamento do PRODETUR Nacional, mas que, no entanto, são importantes para o desenvolvimento sustentável do turismo no pólo, a exemplo de ações que visem melhorias nas condições de saúde e de segurança pública.

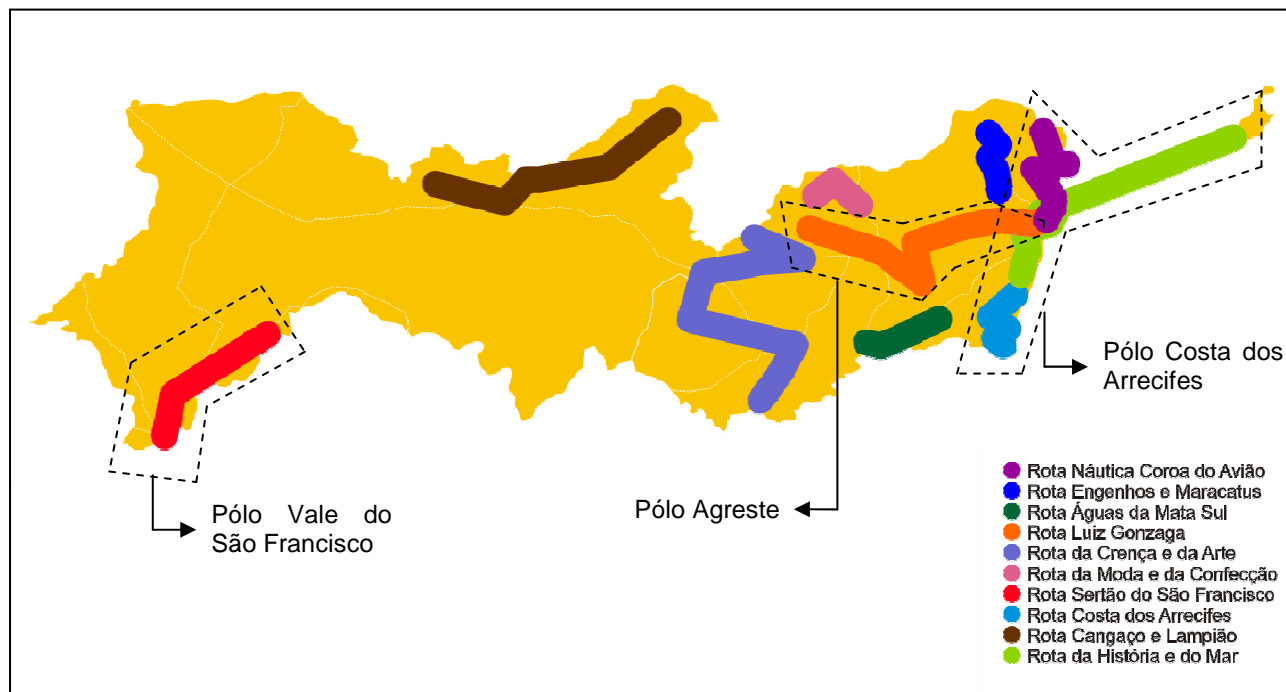
1. Justificativa da Seleção da Área Turística

A estratégia de desenvolvimento do turismo para o Estado de Pernambuco pretende oferecer uma proposta de uma linha de desenvolvimento continuado da atividade turística, e que, desse modo, dar continuidade às ações do PRODETUR I e II. Neste sentido, o planejamento estratégico do turismo em Pernambuco teve como princípio orientador a integração – consonante como as diretrizes do atual governo do estado de interiorização do turismo – contemplando, ainda, a necessidade de incremento do número de destinos turísticos efetivamente comercializados em todo o estado.

Assim, a estratégia a ser adotada para o PRODETUR NACIONAL será a de consolidar destinos turísticos já amadurecidos no estado de Pernambuco, mas que precisam ser aprimorados. São, atualmente, os grandes destinos turísticos do estado, que, entretanto, apresentam sérios problemas estruturais, tanto com relação à infraestrutura básica quanto à de apoio, dentre outros. Estes destinos serão priorizados nas ações de curto prazo, já que possuem altos níveis de visitação e são responsáveis pela manutenção de Pernambuco no mercado turístico e, também em função disso, podem rumar à saturação e decadência. Nestas condições encontram-se: Ipojuca (especialmente o distrito de Porto de Galinhas), Fernando de Noronha e os principais municípios da Região Metropolitana de Recife (Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes).

Outros municípios, com grande potencial, já recebem um fluxo de turistas considerável, especialmente ao longo da temporada de verão. São destinos majoritariamente de sol e praia, mas que também agregam elementos de apelo natural e/ou cultural, porém ainda sem a devida estruturação. Estão entre eles os municípios do Litoral Norte/Mata Norte de Pernambuco (Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Paulista); e do Litoral Sul (Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, São José da Coroa Grande, Barreiros).

O Programa de Regionalização do Turismo, levado a cabo pelo Ministério do Turismo, utiliza-se do conceito de regiões turísticas para desenvolver o turismo brasileiro. Dentro desse Programa Nacional, os municípios acima citados formam uma região que se denominou Pólo Costa dos Arrecifes, objeto de ações de planejamento do governo federal e agora também deste PDITS.

Figura 1.1
Situação Geográfica dos 3 pólos de Pernambuco


Fonte: SETUR/EMPETUR

Outros municípios pertencentes ao Pólo Agreste (Caruaru, Gravatá, Bezerros, Bonito) e ao Pólo do Vale do São Francisco (Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista) já possuem algum fluxo turístico e apresentam potencial turístico, mas que não possuem um desenvolvimento organizado. São destinos que atraem um fluxo majoritariamente local e/ou regional, mas que tem potencial para se consolidar junto a este público e, eventualmente, até mesmo atingir público nacional/internacional. O tipo e o nível de desenvolvimento destes municípios são bastante diversos, inclusive em função do tipo de atratividade de cada um deles, indo desde segunda residência até negócios. Entretanto, todos têm em comum a necessidade de uma grande estruturação, tanto em termos de estrutura física e desenvolvimento de atrativos, quanto em termos de organização estratégica.

No presente momento, o Pólo Agreste e o Pólo do Vale do São Francisco são importantes elementos complementares ao setor turístico do Pólo dos Arrecifes no estado de Pernambuco.

1.1 Caracterização do Pólo Turístico Costa dos Arrecifes

Dentro dos preceitos definidos pelo PDITS (adoção de um pólo turístico e exame de suas vantagens, potencialidades e dificuldades) Pernambuco decidiu, nesta nova fase do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, dar continuidade aos projetos do PRODETUR II no Pólo Costa dos Arrecifes.

Conceitua-se Pólo, neste trabalho, como grupo de municípios contíguos que têm recursos turísticos complementares, que compartilham impactos diretos e indiretos gerados pelo turismo e que concordam em desenvolver suas capacidades de gerenciamento de fluxos turísticos ou ainda, municípios não contíguos, que trabalham com um circuito de atrativos complementares (como é o caso de Fernando de Noronha).

O Pólo Costa dos Arrecifes contempla 15 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, beneficiando 3,1 milhões de pessoas que correspondem à população residente.

A Área de Planejamento consiste dos seguintes municípios: Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Recife, Rio Formoso, São João da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré, além do Arquipélago Fernando de Noronha.

Figura 1.1.1
Situação Geográfica do Pólo Costa dos Arrecifes



Fonte: SETUR/EMPETUR

1.2 Critérios para Seleção da Área Turística

Para se definir, dentro da área do Pólo, a área de planejamento para o PDITS, tomou-se como base os seguintes critérios: (i) municípios que integraram o PRODETUR I e integram o PRODETUR II, que por conseguinte, foram e são objetos de seus impactos; (ii) municípios que integram a Região Metropolitana de Recife (RMR) e fazem parte da mesma estrutura de planejamento influenciando física e economicamente entre si; (iii) municípios que compartilham com outros municípios do Pólo – planejamento regional, demanda turística, roteiros, rotas, circuitos ou pacotes comercializados, infraestrutura de acesso, infraestrutura básica, atrativos e setores econômicos da cadeia produtiva do turismo; e (iv) municípios que possuem forte inserção junto à demanda internacional que visita o Pólo.

Importante notar que a oferta turística, constituída pelos atrativos e infraestrutura turística dos municípios do Pólo, também foram determinantes para a seleção da área turística.

Os critérios utilizados não são excludentes, podendo um município atender a um ou mais critérios. A seguir, apresenta-se a análise efetuada com base nos princípios estabelecidos.

- (i) Municípios que integraram o PRODETUR I e integram o PRODETUR II. Dentre os 16 municípios que integram o Pólo Costa dos Arrecifes, 06 receberam investimentos advindos do PRODETUR I, quais sejam: Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Ipojuca, Recife, Olinda, Paulista. Nestes municípios, foram detectados diversos efeitos de ordem direta e indireta, advindos das ações implementadas, como foi observado na primeira fase do Programa. Nestes municípios, portanto, deverão ser implementadas as ações necessárias para completar, bem como para complementar os projetos já implantados buscando-se maximizar as inversões realizadas. Os demais municípios do Pólo contemplados pelo PRODETUR II, ainda estão sob ações do programa, sendo prematura a avaliação dos seus efeitos. A Região Metropolitana do Recife (RMR) está constituída por 14 municípios (Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata). Esses municípios integram a Região Metropolitana de Recife (RMR) e fazem parte da mesma estrutura de planejamento influenciando física e economicamente entre si, além de possuírem produtos turísticos compartilhados. A RMR reúne em seu território costeiro os principais atrativos e equipamentos turísticos estruturados para visitação e regularmente comercializados por agências e operadoras de turismo locais e externas.

Destacam-se neste contexto, sete municípios, nos quais o turismo tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas: Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife, com funções turísticas diferenciadas, as quais no conjunto, constituem uma oferta integrada e complementar. Dentre os municípios destacados observa-se grupamentos que compartilham entre si, infraestrutura, produtos, modalidades e demanda turística como pode ser observado no item (iii), a seguir.

- (ii) Entre os grupamentos citados no item anterior podemos citar Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes (todos integrantes da RMR) que funcionam como suporte ao parque hoteleiro ao Centro Receptivo Principal, Recife, e compartilham tanto a demanda do produto sol & praia (lazer) quanto o produto eventos de negócios e culturais, forte marca desta região. Observa-se também a existência de uma conurbação urbana real entre os municípios citados, ensejada tanto pela sócio-economia, bem como pelo compartilhamento da infraestrutura de acessos, transportes urbanos e serviços que tornam estes municípios interdependentes entre si. Igarassu, Itamaracá e Itapissuma (pertencentes à RMR) dividem entre si, e com o restante da RMR, o Produto Turístico de sol e praia, o produto cultural e o produto turismo náutico, compartilhando também a acessibilidade rodoviária e marítima. Ações que prejudiquem os atrativos naturais, como praias e rios, que venham a ocorrer nestes municípios, (ex: despejo de resíduos líquidos ou sólidos nos corpos hídricos), impactam diretamente nos demais, pois estes estão interligados e muito próximos entre si.

Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, por sua vez, dividem a estrutura de acessos e produtos de Turismo de lazer mais qualificado bem como o ecoturismo, voltados à demanda nacional e internacional. Ressalta-se que Ipojuca (Porto de Galinhas) compartilha sua demanda com Fernando de Noronha, sendo o arquipélago apoiado integralmente no ecoturismo. A oferta de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, também é complementada pelas áreas do município de Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém, que integram o CT- Guadalupe.

Tamandaré possui diversas pousadas voltadas ao turismo de lazer e os demais municípios possuem toda uma vocação voltada ao ecoturismo, com áreas voltadas a empreendimentos de maior porte, grandes áreas livres e ocupação horizontal. Assim como no caso de Itamaracá e municípios vizinhos, as ações que prejudiquem os atrativos naturais dos municípios do litoral sul, impactam diretamente nos demais, pois

estes estão interligados e muito próximos entre si, além de compartilharem a imagem urbana e ambiental perante a demanda turística.

Barreiros e São José da Coroa Grande são os únicos municípios do Pólo que não integram os produtos turísticos comercializados no litoral pernambucano. Barreiros, embora dotado de atrativos turísticos relevantes, são mais visitados pela demanda intra-regional que se dirige ao Pólo Interior Pernambucano, enquanto São José da Coroa Grande está mais integrado ao turismo alagoano, agregando-se ao destino Maragogi. Embora estes municípios dividam uma estrutura de acesso rodoviário com outros municípios do Pólo, não constituem passagem obrigatória para nenhum deles, como é o caso de Itapissuma com relação a Itamaracá. É importante ressaltar que Itapissuma, ao lado de Igarassú e a Ilha de Itamaracá compõem, juntamente com os municípios de Paulista (praia de Maria Farinha) e Goiana (praia de Catuama), o maior pólo de lazer náutico do Norte/Nordeste, integrando uma reserva da biosfera atlântica, reconhecida pela UNESCO como um patrimônio da humanidade. O potencial comercial ligado a esse turismo é grande, entretanto as perspectivas de expansão eram reprimidas em face da pouca estrutura existente, o que levou o Estado a investir quase 9 milhões de reais no Circuito Turístico Náutico, investimento que está sendo apresentado como contrapartida ao PRODETUR II, constituído pela construção de praias, estações hidroviárias, dragagens e sinalização.

Igarassú, Itapissuma e Itamaracá contêm mais de 80% da área estuarina disponível para o segmento turístico náutico, cuja via de acesso, entre outras provenientes de Recife, é realizada através da rodovia PE-15, triplicada, com faixa exclusiva para ônibus, sinalização e iluminação moderna, se constituindo no segundo maior aporte de recursos do atual Governo Estadual em um sistema viário, atrás apenas da duplicação da BR-232, ligando Recife a Caruaru. O município de Itapissuma é ponto de ligação obrigatório entre Igarassú e Itamaracá. A primeira considerada detentora do terceiro maior acervo histórico e cultural do Estado, incluindo a mais antiga Igreja do Brasil entre tantas outras riquezas. A segunda uma localidade turística por excelência, dotada de lindas praias, edificações antigas e seculares, fortificações militares do período colonial, centro de visitação do projeto de conservação dos peixes-bois marinhos, entre tantas outras atrações. Por tudo isso, essas duas localidades são atrativos para os diversos roteiros turísticos que se fazem a partir de Recife. A interligação entre Igarassú e Itamaracá é feita através de Itapissuma de uma via simples, entrecortando o

por meio seu centro histórico. Durante os meses de dezembro até fevereiro varias manifestações folclóricas e festivas acontecem nessa tradicional cidade de pescadores, carnaval, procissões marítimas e tantas outras, traduzindo enormes dificuldades e gigantescos congestionamentos aos turistas que se deslocam entre as duas cidades. Desse modo, é fundamental uma intervenção que venha a solucionar essa questão, a exemplo da implantação de um pátio de eventos em área mais afastada do centro histórico de Itapissuma. Vale ressaltar também que, segundo o Inventário Turístico realizado pela Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR, o município de Itapissuma ainda não possui uma rede hoteleira para atender ao fluxo turístico. O município serve de passagem para a Ilha de Itamaracá. Os viajantes, turistas e excursionistas não ficam na cidade, mas por ela passam para atravessar a ponte e chegar à Ilha e também para acessar o circuito náutico. Outro detalhe importante que deve ser ressaltado sobre Itapissuma é a sua emancipação. A Lei Estadual nº 8.952 de 14 de maio de 1982 criou o município de Itapissuma, desmembrando-o do município de Igarassu. Itapissuma é um município relativamente novo, justificando-se, portanto, a sua falta de infraestrutura turística. Contudo, o município tem um potencial para o desenvolvimento do turismo cultural e do ecoturismo.

- iv. Recife, Olinda, Fernando de Noronha e Porto de Galinhas são Municípios que possuem forte inserção junto à demanda internacional que visita o Pólo Pernambuco e são responsáveis pela sua imagem e atratividade junto à demanda internacional, notadamente os fluxos oriundos da Europa, e que estão todos inseridos no Pólo Costa dos Arrecifes. A demanda portuguesa, por exemplo, tem como principal destino para visitação o Recife. Este fato que também se confirma pelos investimentos privados assinalados nos últimos anos na região do Pólo, que prov m em parte de investidores portugueses. O correto tratamento em termos de infraestrutura turística e de apoio   extremamente relevante inclusive porque estas localidades possuem o papel de atrator e fixador desta importante parcela da demanda n  só para Recife e o nordeste, mas para todo o Brasil.

1.3 Acessibilidade e Conectividade

Esse grupamento de 15 municípios contíguos entre si, mais o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, distam no máximo 120 km do Centro Receptivo Principal do Estado (RECIFE) e ocupam uma faixa costeira de apenas 187 km. Atuam no cenário turístico estadual de maneira complementar tanto pela visitação compartilhada como pelos atrativos e produtos turísticos oferecidos.

Figura 1.3.1

Litoral Norte – Paulista, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Goiana



Fonte: Google Maps

Figura 1.3.2

Região Metropolitana de Recife (RMR) – Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Google Maps

Figura 1.3.3

Litoral Sul: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Tamandaré, Sirinhaém (detalhe na figura à direita), Rio Formoso (detalhe na figura à direita), Barreiros, São José da Coroa Grande



Fonte: Google Maps

Além dos municípios que integram a faixa litorânea, especial destaque deve ser atribuído ao Arquipélago de Fernando de Noronha, ícone ecoturístico do Estado de Pernambuco. Embora não esteja contígua aos municípios costeiros, a citada ilha integra o conjunto de atrativos complementares ao litoral, sendo visitada por grande parte de sua demanda e sofrendo todos os impactos advindos desta visitação.

O portão principal de entrada de Pernambuco para os turistas de origem nacional e internacional se faz pelo Aeroporto Internacional de Jaboatão dos Guararapes. Este possui vôos regulares conectando Recife às capitais brasileiras, à Europa e a América do Norte. Todos os municípios do Pólo estão interligados por rede rodoviária pavimentada partir de Recife compreendendo a estrada federal BR 101 e as estaduais PE 015, PE 035, PE 060, PE 076, PE 096. A exceção é o distrito de Fernando de Noronha, cujo acesso se faz por via aérea ou marítima.

Os municípios que compreendem a Região Metropolitana de Recife (RMR) estão todos a no máximo 50 Km (caso de Ipojuca) da capital pernambucana. Os municípios do Pólo pertencentes à RMR são: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes. As cidades de Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma e Paulista estão tão próximas à Recife (média de 40 Km), que alguns autores e planejadores urbanos as consideram dentro da área metropolitana da Recife.

Os outros municípios distam respectivamente da cidade de Recife: São José da Coroa Grande (110 Km), Barreiros (102 Km), Tamandaré (98 Km), Goiana (63 Km).

O Pólo da Costa dos Arrecifes constitui o principal produto do estado de Pernambuco, tendo em vista que agrega municípios que compartilham não só a infraestrutura, mas a vocação natural para o desenvolvimento de modalidades turísticas complementares como o turismo de lazer, o turismo náutico e o ecoturismo. Exemplo disso é a dinâmica da mobilização de turistas nesta área, tendo em vista que são apenas 187Km, facilmente percorridos pelos visitantes.

1.4 Condições Físicas e Serviços Básicos dos Municípios do Pólo

Aqui trataremos somente das condições físicas do Pólo, pois os aspectos quanto a drenagem, abastecimento d'água, energia, saneamento e segurança serão abordados na análise das infraestruturas básicas e dos serviços gerais encontrados na área.

A zona costeira de Pernambuco estende-se de Goiana, ao norte, no limite com o estado da Paraíba, até o município de São José da Coroa Grande, ao sul, no limite com o estado de Alagoas. Corresponde a uma faixa de 187 km de extensão, constitui-se o mais importante aglomerado populacional do Estado, onde se concentra cerca de 44% de sua população.

A costa pernambucana, na sua maior parte, apresenta-se baixa, chegando a atingir cotas inferiores ao nível do mar em alguns pontos, à exceção do promontório de Santo Agostinho, no litoral sul; Barra de Catuama e de Ponta de Pedras, no litoral norte. Possui uma variedade de ecossistemas produtivos que incluem segmentos de planícies recobertas por coqueirais, remanescentes de Mata Atlântica, estuários com extensos manguezais, recifes de arenito e de corais, coroas, ilhas e restingas.

Os detalhes do relevo, solo e clima constam do anexo A deste documento.

1.5 Quadro Institucional e Aspectos Legais

A gestão do turismo está condicionada pela configuração das estruturas organizacionais existentes, uma vez que elas orientam as relações entre as várias partes da organização, influenciando as maneiras de funcionamento e condicionando os resultados almejados.

Entre os organismos públicos estaduais comprometidos e envolvidos na coordenação, execução e co-execução deste PDITS destacam-se:

- Secretaria de Turismo – SETUR. Sua finalidade é planejar, fomentar e executar a política de desenvolvimento econômico nos setores industrial, comercial e de serviços; identificar, atrair e apoiar investimentos voltados à expansão das atividades produtivas no estado; estimular, apoiar e orientar as atividades de turismo e de expansão dos investimentos no setor; planejar e incentivar as parcerias com a iniciativa privada, ações e programas de implantação de empreendimentos estruturadores e fomentadores da economia estadual; promover ações voltadas à prática esportiva e às atividades de educação física; e
- Empresa de Turismo de Pernambuco S/A - EMPETUR . Deve executar a Política Estadual de Turismo.

Além dessas organizações ocupadas diretamente em promover a atividade turística no estado, há outros órgão que dão suporte as atividades fins do turismo como:

- Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco S/A – AD/DIPER;
Secretaria de Fazenda – SEFAZ;
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social – SEPLANDES;
- Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM;
- Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH;
- Secretaria de Educação e Cultura / Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE;
- Secretaria de Infraestrutura / Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA;
- e
- Secretaria de Infraestrutura / Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER-PE.

A função desses órgãos, não finalísticos do turismo e que apoiam a atividade, estarão mais detalhadas no item 3.7 capacidade institucional.

Em nível municipal as Prefeituras contam com as Secretarias Municipais encarregadas da gestão e da promoção do turismo, a maioria abrindo tal função em organismos voltados também para o desenvolvimento econômico municipal, para o meio ambiente, para a cultura e para os esportes.

Os Órgãos Municipais de Turismo, apoiado pelos seus respectivos Conselhos Municipais de Turismo, tem como atribuições:

- Mobilizar os segmentos organizados para o debate e indicação de propostas locais para a região;
- Integrar os diversos setores locais em torno da proposta de regionalização; e
- Participar de debates e formulação das estratégias locais para o desenvolvimento da região.
- Planejar e executar ações locais, integradas às regionais.

Contribuindo para a gestão do turismo no Pólo estão os órgão colegiados, ou conselhos que possuem função consultiva nas esferas estadual, municipal e regional. São eles: (i) o Conselho Estadual de Turismo; (ii) os Conselhos Municipais de Turismo e o (iii) Conselho do Pólo Costa dos Arrecifes.

O Conselho Estadual de Turismo tem a finalidade de integrar a cadeia produtiva no Estado de Pernambuco, facilitando a implantação dos Programas do Plano Nacional do Turismo operacionalizando as políticas formuladas pelo Ministério do Turismo, constituindo-se em um canal de ligação entre o Governo Federal e os destinos turísticos.

Os Conselhos Municipais de Turismo dos Municípios, organizados em consórcios, formam um conjunto de Roteiros Integrados do Pólo, ofertando um conjunto de produtos turísticos.

De forma a buscar uma efetiva aproximação com a sociedade civil por meio de consulta e transparência nas decisões do PRODETUR, será criado o Conselho do Pólo Costa dos Arrecifes.

Apoiado pela SETUR/EMPETUR e pelo Conselho Estadual de Turismo, suas principais funções a serem executadas serão as seguintes:

- Discussão e validação do PDITS e propostas de ajustes;
- Contribuição ao processo de acompanhamento e atualização do PDITS;
- Divulgação dos resultados e ações implantadas na área turística, objeto de cada Operação Individual, para a população local;
- Promoção de consulta às partes interessadas e afetadas durante as fases de execução e acompanhamento do Programa objeto de cada Operação Individual; e
- Determinação das responsabilidades de cada grupo de interesse para a implementação e acompanhamento dos PDITS.

1.5.1 Projetos Turísticos Vigentes no Pólo

Além das ações pioneiras propostas neste documento, o atual planejamento terá também caráter de complementariedade, reforço e apoio aos projetos já existentes no Estado. Este PDITS estará em consonância com projetos em andamento relacionados com o apoio ao investimento privado, a interiorização do turismo no estado, a valorização do produto turístico pernambucano e a qualificação da mão-de-obra. A seguir, apresenta-se uma síntese dos projetos turísticos em curso no Estado de Pernambuco, que estão descritos com maior detalhes no Anexo A:

- i. Projeto Prodetur II - O Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II foi efetivamente iniciado em 2008. O objetivo geral do Programa é melhorar a qualidade

de vida da população nos pólos turísticos, por meio de financiamentos de infraestrutura de apoio ao turismo.

- ii. Projeto Bem Receber - Enquanto o Prodetur investe nos municípios da costa litorânea, o Projeto Bem Receber abrange 14 municípios do interior: Prevê o aperfeiçoamento de seis mil profissionais em qualidade no atendimento.
- iii. Projeto FINTUR - o 'Programa de Financiamento ao Turismo de Pernambuco (Fintur PE)' tem apoio de instituições financeiras de fomento e integra , cujo objetivo é despertar o interesse dos empresários do trade em adquirir crédito para promover serviços e produtos relacionados à cadeia turística.
- iv. Projeto Guia do Investidor – O objetivo é apresentar, por intermédio de um guia, à empresários nacionais e internacionais as potencialidades e as oportunidades oferecidas por Pernambuco..
- v. Projeto Perquali - Programa de Qualificação para o Turismo - O Prodetur II destina US\$ 5 milhões para investimentos em Qualificação com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco do Nordeste.
- vi. Projeto Taxista amigo do Turista - O objetivo do programa é qualificar o atendimento prestado pelos profissionais do volante, com noções de inglês instrumental.
- vii. Projeto Pernambuco conhece Pernambuco – objetiva levar os pernambucanos a viajar pela própria terra, explorando toda a diversidade de climas, paisagens e culturas que existem no Estado. A idéia é explorar as rotas já existentes em Pernambuco e reconhecidas pela Embratur, dando visibilidade por meio de campanhas publicitárias.
- viii. Projeto Pernambuco para Você - É um evento promocional turístico realizado em parceria pela iniciativa pública e privada. Caracteriza-se como uma oportunidade de aproximação entre os empresários do turismo pernambucano e o mercado nacional.
- ix. Projeto Vivendo Pernambuco - A proposta é selecionar vendedores de grandes operadoras nacionais e trazê-los ao Estado para vivenciarem de perto o produto turístico local.

1.6 Importância dos Atrativos e Produtos Turísticos do Pólo dos Arrecifes

O Pólo, como unidade de agrupamento e estruturação do espaço turístico, pressupõe a existência em sua área de abrangência de atrativos e produtos diversificados e complementares entre si, interligados por uma malha de acessibilidade e deslocamento interno, segurança, infraestrutura básica e equipamentos e serviços que facilitem o acesso, a permanência e a circulação do visitante nos diversos locais de atração turística existentes.

A complementaridade dos atrativos possibilita a segmentação de produtos e mercados e a conseqüente ampliação do tempo de permanência do visitante, contribuindo assim para a diminuição da sazonalidade da demanda e ampliação dos benefícios econômicos do turismo.

É possível pensar em segmentos reais – já desenvolvidos em determinado destino - ou ainda potenciais – passíveis de desenvolvimento. Sendo assim, optou-se por caracterizar brevemente, na seqüência, alguns dos mais importantes segmentos do turismo pernambucano, tanto reais quanto potenciais: Sol e Praia, Náutico, Cultural, Eventos e Negócios, Ecológico, Segunda Residência, Rural.

OS ATRATIVOS DOS MUNICÍPIOS DO PÓLO DOS ARRECIFES

No que concerne aos municípios que compõem o Pólo Costa dos Arrecifes, o Zoneamento do Espaço Turístico de Pernambuco, identifica as seguintes segmentações do turismo e sua função turística dentro do Pólo:

- Distrito Estadual de Fernando de Noronha – Principal segmento turístico: ecoturismo.
 - ▣ Atrativos: Arquipélago de Origem Vulcânica / Parque Nacional Marinho / Um dos melhores locais de mergulho no mundo / Atrativo Técnico-Científico / Principal Pólo de Ecoturismo de Pernambuco / Morro do Pico / Regata Oceânica.
- Município de Goiana / Barra de Catuama – Principais segmentos turísticos: sol e mar/náutico:

- ▣ Função: Integrar roteiros náuticos culturais com Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Paulista, Olinda e Recife. Complexo Náutico-Cultural, Núcleo de Excursão;
- ▣ Atrativos: Barra de Catuama / Paisagem Notável / Marinas / Náuticos.
- Igarassu – Principais segmentos turísticos: cultural/náutico:
 - ▣ Função turística: Integrar roteiros náuticos culturais com Goiana, Itamaracá, Itapissuma, Paulista, Olinda e Recife. Complexo Náutico-Cultural, Centro de Atração/Estadia, Núcleo de Excursão;
 - ▣ Atrativos: Patrimônio Histórico-Cultural (Igreja de S. Cosme e Damião, Convento de Santo Antônio com valiosa Pinacoteca, Engenho Monjope) / Canal de Santa Cruz – Esportes Náuticos / Coroa do Avião - Estação de Observação de Aves Migratórias / Reserva Florestal Charles Darwin / Fazenda Zumbi Safári.
- Itamaracá – Principais segmentos turísticos: sol e mar/náutico/cultural:
 - ▣ Função turística: integrar roteiros náuticos culturais com Goiana, Igarassu, Itapissuma, Paulista, Olinda e Recife. Complexo Náutico-Cultural, “Centro de Atração/Estadia”, Núcleo de Excursão;
 - ▣ Atrativos: Patrimônio Histórico - Cultural (Forte Orange, Vila velha, Engenho S. João) / Paisagem notável / Esportes Náuticos /Praias / Centro do Peixe-Boi / Reserva da Biosfera - UNESCO, Buscada de São Gonçalo, Artesanato, Cultura Popular.
- Itapissuma – Principais segmentos turísticos: sol e mar/cultural:
 - ▣ Função turística: integrar roteiros náuticos culturais com Goiana, Igarassu, Itamaracá, Paulista, Olinda e Recife. Complexo Náutico-Cultural, Núcleo de Excursão.
 - ▣ Atrativos: Canal de Santa Cruz – Esportes Náuticos / Reserva da Biosfera - UNESCO / Paisagem Notável / Mercado de Crustáceos / Buscada de São Gonçalo.

- Paulista / Maria Farinha – Principais segmentos turísticos: sol e mar/náutico:
 - ▣ Função turística: integrar roteiros náuticos culturais com Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Olinda e Recife. Complexo Náutico-Cultural, Centro de Atração/Estadia, Centro de Distribuição, Núcleo de Excursão;
 - ▣ Atrativos: Esportes Náuticos / Marinas / Praias / Rio Timbó / Patrimônio Histórico-Cultural (Forte de Pau Amarelo / Igreja de N.S. do Ó).

- Pólo Metropolitano de Recife – Principais segmentos turísticos: sol e mar / cultural / negócios e eventos/ náutico:
 - ▣ Função turística: Exercer a função de pólo receptor e redistribuidor de fluxos turísticos em todo estado de Pernambuco e para vários estados do Nordeste. Ponto de saída e retorno dos principais roteiros e circuitos comercializados pelas principais agências de turismo receptivo. Acesso Internacional, Pólo Turístico, Núcleo de Excursão;
 - ▣ Atrativos: Patrimônio Histórico-Cultural / Praias / Rios / Parques / Museus / Reservas Ecológicas (Dois Irmãos e Jardim Botânico) / Pólo de Serviços Turísticos e de Apoio / Carnaval / Galo da Madrugada / São João / Paixão de Cristo / Recifolia / Eventos Esportivos / Manifestações Religiosas / Atrativo Técnico-Científico.

- Olinda – Principais segmentos turísticos: cultural/negócios e eventos:
 - ▣ Função turística: Integrar roteiros náuticos culturais com Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Paulista, e Recife. Integrar roteiros de excursão juntamente com Recife e Jaboatão. Pólo Turístico, Núcleo de Excursão. Atrativos: Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade - UNESCO / Mirantes / Paisagem Notável / Carnaval / Comunidade de Artistas / Museus / Centro de Convenções / Artesanato / Cultura Popular / Parque Espaço Ciência / Praias / Manifestações Religiosas.

- Jaboatão dos Guararapes – Principais segmentos turísticos: sol e mar/cultural:

- ▣ Função turística: integrar roteiros de excursão juntamente com Recife e Olinda. Pólo Turístico, Núcleo de Excursão;
- ▣ Atrativos: Praias/ Patrimônio Histórico - Cultural (Montes Guararapes) / Mirante / Paisagem Notável / Pólo de Serviços Turísticos e de Apoio.
- Barreiros – Principais segmentos turísticos: sol e mar/cultural:
 - ▣ Função turística: integrar roteiros de excursão juntamente com Recife e Olinda. Núcleo de Excursão;
 - ▣ Atrativos: Praia do Porto / Ilhota do Coqueiro / Várzea do rio Una / Paisagem Notável / APA de Guadalupe.
- Cabo de Santo Agostinho – Principais segmentos turísticos: sol e mar / cultural / negócios e eventos:
 - ▣ Função turística: Corredor Estadual de Apoio, Centro de Distribuição, Centro de Atração/Estadia, Núcleo de Excursão;
 - ▣ Atrativos: Litoral e relevo de extraordinária beleza com várias praias, destacando-se Gaibu, Calhetas e Itapuama, onde podem ser observadas rochas traquíticas resultantes do derramamento vulcânico do Neck localizado na Usina Ipojuca (Município de Ipojuca)/ Mirantes / Patrimônio Histórico-Cultural (Engenhos, ruínas arqueológica) / Esportes Náuticos / Hotéis de Lazer / Resort / Parque Metropolitano Armando Holanda / Reservas de Mata Atlântica / Parque Natural Estadual de Suape / Complexo Industrial Portuário de Suape. Dispõe do único resort existente em Pernambuco com mais de 300 UHs.
- Ipojuca / Porto de Galinhas – Principal segmento turístico: sol e mar
 - ▣ Função turística: Pólo Turístico, Núcleo de Excursão;

- ▣ Atrativos: Praias de Porto de Galinhas, Serrambi, Maracaípe, Muro Alto, Cupe, Toquinho / Campeonato Mundial de Surf / Um dos municípios mais antigos de Pernambuco com rico patrimônio cultural como Engenho Gaipió (Séc. XIX) e Engenho Canoas (Único do litoral que ainda produz mel e rapadura), Casario do princípio da colonização, Convento e Igreja do Santo Cristo (Séc. XVII), local de romarias e Exvotos / Neck vulcânico da Usina Ipojuca / APA de Guadalupe. Principal destino turístico de Pernambuco, várias vezes eleito como a Praia Mais Bonita do Brasil.

- Rio Formoso – Principais segmentos turísticos: sol e mar / ecoturismo.
 - ▣ Função turística: Núcleo de Atração/Estadia, Núcleo de Excursão;

 - ▣ Atrativos: Rio Formoso com margens de belas e diversificadas paisagens/ Praias Fluviais/ Corredeiras / Engenhos/ Manguezais / Trilhas Ecológicas / Mirantes / Hospedagem Rural / APA de Guadalupe.

- São José da Coroa Grande – Principais segmentos turísticos: sol e mar.

Função turística: Acesso Interestadual, Núcleo de Atração/Estadia, Núcleo de Excursão. Atrativos:Um dos melhores locais da costa nordestina para caça submarina (Lazer Náutico) / Praias de São José, Gravatá e Barra da Cruz / Foz do Rio Una / Manguezais.

- Sirinhaém – Principais segmentos turísticos: sol e mar / ecoturismo.
 - ▣ Função turística: Núcleo de Atração/Estadia, Núcleo de Excursão;

 - ▣ Atrativos: Praias de grande beleza, vasto coqueiral, destacando-se entre elas a de Guadalupe e toda área do CT- Guadalupe, de extraordinária beleza paisagística /APA de Guadalupe / Rios / Convento Santo de Antônio / Conjunto Urbano / Casa de Farinha.

- Tamandaré – Principal segmento turístico: sol e mar.
 - ▣ Função turística: Centro de Atração/Estadia, Núcleo de Excursão;
 - ▣ Atrativos: Praias de Tamandaré e Carneiros, duas das mais belas praias do litoral pernambucano/ Forte de Santo Inácio de Loyola (Séc. XVII) único forte de construção portuguesa ainda conservado fora da RMR / Ruínas da Igreja de São José / Escola de Pesca / Marina / Mirante / APA de Guadalupe / Escola de Pesca.

1.7 Nível de Uso Atual ou Potencial

O turismo sustentável tem como característica norteadora a condição de seus atrativos turísticos serem ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos. Portanto, torna-se fundamental para a prática do turismo o estudo da capacidade de carga dos atrativos turísticos, ou seja, uma mensuração de qual o limite máximo suportável de impacto podem sofrer esses recursos turísticos.

O estudo da capacidade de carga turística está atrelado a métodos de identificação e avaliação de impactos socioambientais. Os municípios do Pólo dos Arrecifes ainda não possuem um estudo sistematizado que utilize uma metodologia amparada em indicadores de sustentabilidade confiáveis que reflitam os limites da atividade turística para além do qual se produz o saturamento dos equipamentos, a degradação do meio ambiente ou a redução da qualidade da experiência turística. A identificação e caracterização dos atrativos naturais e artificiais, patrimônio histórico e cultural, vias de acesso à região, serviços turísticos ofertados, condições gerais da população local, infraestrutura básica na região, capacidade de carga dos atrativos turísticos, contribuirá para o zoneamento ambiental e turístico com vistas da construção de um cenário sustentável na região.

2. Formulação de Objetivos do PDITS Pólo dos Arrecifes

2.1 Objetivo Geral

Planejar o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Pólo Costa dos Arrecifes, associado à valorização cultural, à conservação ambiental e a geração de trabalho e receita para as comunidades locais.

2.2 Objetivos Específicos:

- Organizar e estruturar os destinos para melhorar as condições de visitação;
- Dar subsídios para o desenvolvimento do trade turístico;
- Reestruturar atrativos existentes e fomentar o desenvolvimento de novos pontos de visitação;
- Promover o aumento da competitividade do destino Pólo Costa dos Arrecifes e sua visibilidade junto a seus mercados-alvo, a partir da estruturação de sua imagem;
- Criar condições para melhoria da qualidade dos recursos humanos envolvidos com o setor de turismo;
- Gerenciar e fomentar as ações de desenvolvimento do turismo no Pólo Costa dos Arrecifes.

As características dos municípios da Costa dos Arrecifes, seus atrativos, infraestrutura urbana e turística, acessos, bem como seu público-alvo, permitem a elaboração de alguns cenários de desenvolvimento tendo os objetivos do PDITS como diretrizes estratégicas a serem seguidas.

Tais cenários, desenhados a partir de uma divisão temporal entre curto, médio e longo prazo, analisam os elementos supracitados conjuntamente para definir direcionamentos de atuação nos destinos a serem trabalhados no PDITS. Em geral destinos e regiões são trabalhados durante mais de um período, algumas vezes inclusive dentro de ações contínuas, que podem vir, em sua previsão temporal, a exceder o período de execução do presente Plano

O cenário traçado para curto, médio e longo prazo neste documento pressupõe a realização de diversas ações paralelas de várias áreas, aqui denominadas intersetoriais, de responsabilidade

principal de outras entidades que não a Unidade Executora do PDITS em Pernambuco, mas com influência direta no desenvolvimento do setor de turismo. É levado em consideração não somente o fato dos ganhos estratégicos provenientes das ações em rede no setor do turismo, mas também a questão de outros órgãos disporem de verba, recursos humanos treinados e capacitados e tecnologias adequadas para essa complementariedade.

As principais ações intersetoriais que podem influenciar o desenvolvimento do turismo estão concentradas na área de infraestrutura básica. Além de ações globais de infraestrutura, também é preciso atentar para ações mais específicas, tais como saneamento básico – deficiente em todas as regiões do estado –, deposição do lixo, pavimentação e melhoria das vias de acesso, melhoria da infraestrutura aeroportuária e portuária. Também fazem parte das ações intersetoriais relevantes aquelas relativas à segurança pública, saúde pública e fiscalização ao zoneamento ambiental e urbano.

É preciso ressaltar que as ações intersetoriais apresentadas são aquelas consideradas de importância fundamental não apenas para os visitantes do estado de Pernambuco, mas, em primeira instância, para a população do estado. São ações que, se não realizadas, tem o potencial de causar sérios impactos negativos para a atividade turística e para outros setores da sociedade pernambucana.

2.3 Cenários de Curto Prazo (2009-2011)

2.3.1 Para todos os Municípios do Pólo dos Arrecifes

O desenvolvimento de programas de sinalização, informação turística, capacitação de mão-de-obra, promoção e requalificação de atrativos e produtos turísticos serão indutores desse novo cenário em curto prazo.

A sinalização dos municípios do Pólo será implantada em algumas localidades e reestruturada em outros, de modo a garantir fácil acesso aos atrativos, equipamentos e serviços turísticos.

Serão elaborados programas voltados para o desenvolvimento de um sistema de informações turísticas adequado à satisfação dos visitantes.

A mão-de-obra empregada em setores do turismo estará mais qualificada para atender os turistas, principalmente o estrangeiro, por meio de programas de capacitação adequados a partir da identificação das necessidades específicas nos destinos.

Também as comunidades serão alvo de ações de educação para o turismo, uma vez que a participação no processo de desenvolvimento e reestruturação da atividade turística.

Por sua vez, os órgãos estaduais do turismo – SETUR e EMPETUR – modernizarão seus processos e apresentarão melhoria quanto a eficácia da gestão pública do turismo em decorrência do “Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e da Gestão dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal” (PNAGE). Da mesma maneira as Secretarias Municipais se modernizarão pelo “Programa Nacional de Modernização da Gestão Pública Municipal”.

Seguindo diretrizes do Ministério do Turismo, Pernambuco terá o “Programa Nacional Turismo Sustentável e Infância” implantado em seus principais destinos turísticos. A exploração sexual infantojuvenil do turismo será uma realidade combatida severamente no estado.

Ações de promoção segmentada serão promovidas nos destinos do Pólo. Tais ações serão iniciadas em curto prazo e terão duração de médio o longo prazo, garantindo assim a continuidade da promoção focada nos principais destinos do estado. As ações de promoção visam a manter o estado e suas regiões permanentemente na mídia.

2.3.2 Para a Região Metropolitana de Recife (RMR)

Recife será promovida com maior intensidade como destino de eventos, em que a proximidade da praia é um grande diferencial. Olinda deverá ser tratada como destino de lazer, com ênfase na possibilidade de observar e vivenciar o singular patrimônio histórico e cultural imaterial do local. Tal aproximação permitirá também a Olinda configurar-se como elemento de atratividade adicional à captação de eventos para Recife.

Jaboatão dos Guararapes deverá manter seu papel de destino complementar a Recife em termos de elementos atrativos, apresentando melhorias em sua estrutura de apoio e, especialmente, em seus atrativos, as praias. Até o final de 2011 devem ter sido empreendidas ações de revitalização da estrutura urbana das praias de Jaboatão dos Guararapes, qualificando-as para o aumento da

demanda esperado. Os atrativos do destino devem, nesse período, serem comercializados como oferta complementar do destino binômio Recife/Olinda.

No que diz respeito à acessibilidade na Região Metropolitana de Pernambuco, são esperados até 2011 investimentos públicos e privados na requalificação do porto e instalação de marina, implantação de estradas - como as estradas da Batalha e Via Mangue, além de melhorias em vias já implantadas na região. Também serão realizadas obras no metrô de Recife e a capacidade de atendimento do Aeroporto de Guararapes será ampliada. Além do aspecto da acessibilidade, são previstos o desenvolvimento de ações de requalificação urbana na região, através do Prometrópole, a realização de obras de saneamento básico e a construção de arena esportiva, além de diversos equipamentos de apoio conjuntamente à mesma na região. Tais ações serão empreendidas tanto com investimentos de ordem pública como privada, especialmente no caso da Arena Esportiva. No período ainda serão observados investimentos provenientes do Prodetur NE II, incidente na área, melhorias no centro de eventos do estado e investimentos privados em segurança e marketing.

2.3.3 Para o Litoral Sul

Em Ipojuca, os resultados de ações de curto prazo serão visualizados majoritariamente na região de Porto de Galinhas, onde se concentra atualmente a visitação. Até 2011, Porto de Galinhas terá seu desenvolvimento desorganizado freado por ações emergenciais como: (i) o controle da visitação nos atrativos naturais do local, especialmente nas piscinas naturais; (ii) mudanças na forma de concessão de licenças para a construção de novos empreendimentos hoteleiros que passará a estar sob a orientação de legislação pertinente de uso e ocupação de solo.

Para iniciar a organização e desenvolvimento do turismo nesta região, entre 2009 e 2011 serão observadas ações conjuntas efetivadas pela Secretaria de Turismo/Empetur e Secretaria do Meio Ambiente. Em conjunto, as entidades articularão o desenvolvimento de planos de manejo das unidades de conservação com interesse turístico localizadas no Litoral Sul que ainda não possuem tal instrumento. A legalização das áreas de conservação ainda não delimitadas legalmente também será observada até o final deste período.

2.3.4 Para o Litoral Norte

Durante o período de curto prazo se começará a empreender ações estruturantes para a requalificação do Litoral Norte. Até o final deste período (2009-2011) o empresariado do Litoral Norte estará sensibilizado e mobilizado para cooperação no desenvolvimento das ações futuras, que visarão reposicionar a região como importante destino de sol e praia de Pernambuco. Apenas mediante a mobilização deste público em prol de tais ações será possível empreendê-las, uma vez que o reposicionamento de um destino depende, em grande medida, do setor privado.

Considerando-se a necessidade de requalificação urbana de todo o Litoral Norte, em curto prazo deverão ser desenvolvidos estudos urbanísticos preliminares, com o objetivo de embasar a elaboração coesa e lançamento de editais de concorrência pública. Tais concorrências objetivarão a requalificação das áreas urbanas degradadas da região e planejarão seu futuro desenvolvimento, desde o ponto de vista urbanístico.

Os investimentos para o Litoral Norte até o ano de 2011 concentram-se em obras de saneamento básico e recuperação da via de acesso BR 101, ambos de ordem pública. O aprimoramento de centro de eventos e início da retirada dos presídios da Ilha de Itamaracá também devem ser iniciativas públicas notadas no período. Ainda devem-se ter investimentos privados na implantação e recuperação de empreendimentos turísticos e marketing. Nota-se também a incidência de investimentos provenientes do Prodetur NE II nesse período.

2.3.5 Para Fernando de Noronha

Até 2011 os equipamentos turísticos de Fernando de Noronha, especialmente meios de hospedagem, estarão completamente requalificados. As pousadas de diferentes portes e níveis de conforto, estarão com manutenção adequada e respeitando padrões mínimos de qualidade.

A capacidade de carga turística do arquipélago estará definida até o ano de 2010. A partir dessa definição da capacidade de carga será possível regular a entrada de turistas em Fernando de Noronha por todas as vias de entrada – aérea ou marítima - e, conseqüentemente, propiciar uma visita de maior qualidade no local. O público que deverá visitar Fernando de Noronha, em decorrência das ações planejadas para o destino, deverá ser cada vez mais qualificado e

interessado em experiências turísticas exclusivas, compartilhadas com contingente restrito de pessoas.

Em curto prazo, o arquipélago de Fernando de Noronha terá disponíveis investimentos públicos voltados para a melhoria do aeroporto e porto da ilha, além de investimentos do setor privado em requalificação de equipamentos e marketing. Ainda serão observados na ilha investimentos provenientes do Prodetur NE II.

2.4 Cenários de Médio Prazo (2011- 2015)

Em médio prazo, terão continuidade as ações referentes à capacitação da mão-de-obra empregada no turismo e dos gestores do setor, possibilitando a real estruturação dos destinos tendo em vista necessidades identificadas em ações de curto prazo. Com isso, o leque de opções de destinos turísticos disponíveis em Pernambuco para o público internacional apresentará sensível ampliação. Tais destinos não estarão apenas reestruturados, mas também poderão contar com mão-de-obra adequada para o atendimento ao público estrangeiro.

O “Programa Nacional Turismo Sustentável e Infância” terá área de abrangência ampliada no estado, abrangendo também os municípios do Pólo Agreste e Pólo Vale do São Francisco, seguindo diretrizes expostas em curto prazo. O mesmo ocorrerá com as ações de educação para o turismo, que também serão ampliadas para tais destinos.

Os programas de sinalização turística, informação turística e sensibilização de empresariado e mão-de-obra do setor, empreendidos nos municípios no curto prazo, serão ampliados para o Pólo Agreste e Pólo Vale do São Francisco,. Sendo assim, ao final de 2015 será possível observar em Pernambuco numerosos destinos turísticos com sinalização e informação turística adequadas, além de significativa mobilização do empresariado e de funcionários em prol do desenvolvimento turístico sustentável destes destinos.

No médio prazo, a gestão pública municipal do turismo deverá ser mais eficaz e coerente com as ações traçadas em âmbito estadual para Pernambuco, em função da implantação do Programa Nacional de Modernização da Gestão Pública Municipal.

As ações promocionais já iniciadas em curto prazo, continuarão em médio prazo para todos os destinos.

2.4.1 Para a Região Metropolitana de Recife

Em Recife e Olinda, as maiores mudanças observadas entre 2011 e 2015 serão no sentido de tornar a oferta de equipamentos turísticos e de apoio adequada ao mercado de eventos da capital e ao mercado de lazer de Olinda, em expansão decorrente das ações efetivadas em curto prazo. Como resultado de ações de incentivo à estruturação e comercialização de atrativos histórico-culturais no curto prazo, poderá notar-se incremento na permanência e nos gastos efetuados pelo público de lazer e de eventos e negócios em Recife e Olinda.

A estruturação e promoção voltadas especificamente para a atração de um número maior de cruzeiros marítimos será outra característica marcante em Recife, neste período, terá reflexos em Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Serão feitos investimentos em promoção para atrair mais cruzeiros para Recife, de modo que o número de navios aportados na cidade apresente substancial crescimento entre 2010 e 2015. Tal processo será apoiado na construção de um novo terminal de passageiros, conforme detalhamento posterior.

2.4.2 Para o Litoral Norte

Os equipamentos turísticos da região serão requalificados, de modo que seus pontos fracos identificados no cenário atual não mais o sejam no final do ano de 2015. Tendo empresários e mão-de-obra sensibilizadas em curto prazo para a necessidade de mudanças estruturais para que o Litoral Norte passe novamente a figurar no mapa do turismo nacional, em médio prazo será viável a operacionalização de programas de qualificação das estruturas turísticas. Até o final de 2015 os empreendimentos hoteleiros, restaurantes e comércio turístico do Litoral Norte, entre outros estabelecimentos, terão nova roupagem, com manutenção adequada, modernizados e em consonância com as ações promocionais previstas para o destino.

Do mesmo modo, os atrativos da região serão alvos de ações de requalificação, visando sua maior adequação ao novo cenário almejado para o Litoral Norte enquanto destino turístico. Nesse período também terão continuidade as ações voltadas à requalificação urbana da área, complementando assim as ações de reestruturação do destino.

2.4.3 Para o Litoral Sul

Ao final de 2015 o Litoral Sul contará com equipamentos turísticos qualificados, condizentes com a expansão da demanda ocorrida na região. A oferta de meios de hospedagem será variada, com empreendimentos de faixas de preço diversas, porém todos com adequados níveis de manutenção.

Concomitantemente com ações de qualificação da oferta técnica da área, serão identificados e estruturados novos produtos turísticos de forma a agregar valor à oferta do Litoral Sul.

Na região ainda serão observados, em médio prazo, reflexos de ações conjuntas efetivadas pela Secretaria de Turismo/Empetur e Secretaria do Meio Ambiente por meio da organização e construção das estruturas necessárias à abertura das unidades de conservação com interesse turístico, de acordo com seus respectivos planos de manejo.

Como instrumento complementar ao desenvolvimento da atividade turística nessa área, entre 2011 e 2015 será iniciada uma ação promocional com o objetivo de levar o público consumidor a conhecer os novos destinos que estarão se consolidando na região para embasar, então, ações promocionais maciças em longo prazo.

2.4.4 Para Fernando de Noronha

No final de 2015, Fernando de Noronha será um destino reposicionado frente ao mercado: não mais será visto meramente como um destino de sol e praia, mas sim como destino de natureza, onde se conta também com exuberantes praias intactas. Esse novo posicionamento será consequência de estratégias que trarão ao destino reflexos como: estagnação num alto patamar de preços praticados por equipamentos turísticos, tarifas aéreas com valor acima da média nacional, aumento no valor da taxa ambiental, restrições quanto ao tipo de embarcações recebidas, entre outros.

Também será fundamental para o reposicionamento do destino a efetivação de estratégias promocionais focadas na nova imagem moldada para Fernando de Noronha. Tanto em nível

nacional, como internacional, arrojadas estratégias de promoção auxiliarão na atração de fluxos de turistas altamente qualificados para o destino.

O trade turístico estará sensibilizado acerca da necessidade de manutenção de um alto patamar de preços no destino para que o público visitante de Noronha passe a ser um de mais alta qualidade de visitação e com maior poder aquisitivo, deixando na ilha maior volume de divisas com resultados para seus habitantes, para o empresariado e para os agentes do turismo local.

2.5 Cenários de Longo Prazo (2016-2020)

2.5.1 Para a Região Metropolitana de Recife (RMR)

A partir de 2016, as obras na Região Metropolitana pernambucana de infraestrutura empreendidas em curto e médio prazo estarão finalizadas e haverá investimentos adicionais na modernização do aeroporto de Recife, com a implantação da segunda pista e aumento do número de pontes de embarque. Ainda serão realizadas melhorias no centro de eventos da região e na implantação de saneamento na Região Metropolitana até 2020.

Investimentos privados em marketing também serão realizados neste cenário de longo prazo e a imagem dos destinos deverão estar consolidadas perante aos mercados emissores desejados, próximos aos patamares almejados para seu desenvolvimento turístico.

2.5.2 Para o Litoral Norte

O foco será ações promocionais maciças iniciantes neste período, tendo em vista concluir seu reposicionamento como um dos principais destinos de Pernambuco no segmento de sol e praia. Em 2020 haverá melhorias na urbanização da região, resultado de ações de requalificação urbana planejada entre 2011 e 2015. Outra significativa mudança a ser observada no Litoral Norte será a utilização de seu potencial para a realização de atividades náuticas, centrada principalmente na requalificação e implantação de estruturas para tais práticas.

Entre 2016 e 2020 os investimentos públicos esperados para o Litoral Norte serão concentrados em obras de saneamento básico e melhorias viárias. Haverá a continuidade dos investimentos privados em empreendimentos turísticos e marketing turístico.

2.5.3 Para o Litoral Sul

Em 2020 as unidades de conservação já estarão delimitadas e fiscalizadas, os equipamentos turísticos qualificados. O Litoral Sul terá um cenário de uma região com atrativos naturais diversos, cuja estruturação terá sido fomentada pelo poder público no cenário de médio prazo. Em decorrência da identificação de ampla gama de atrativos, observar-se-á neste cenário a comercialização desta oferta e, por decorrência, a visitação na região não apresentará a concentração vista em outros destinos brasileiros, o que será utilizado como uma vantagem competitiva do destino. O visitante do Litoral Sul poderá fazer desde caminhadas em meio à Mata Atlântica até mergulho em piscinas naturais, passando por diversas outras atividades. A efetiva visitação desta gama de atrativos estará ocorrendo devido às ações promocionais iniciadas no período de 2011-2015 e continuadas, com mais força, entre 2016 e 2020.

Em longo prazo, o Litoral Sul apresentará investimentos crescentes do setor privado na implantação de equipamentos turísticos diversos, continuidade dos investimentos privados em marketing, além de iniciativas públicas de investimento em obras viárias.

2.5.4 Para Fernando de Noronha

Fernando de Noronha terá sua imagem já consolidada frente aos mercados emissores desejados, situando-se próxima dos patamares almejados para seu desenvolvimento turístico.

No período entre 2016 e 2020 os investimentos em Fernando de Noronha deverão ser concentrados no setor privado, com a instalação e melhorias em equipamentos turísticos e marketing turístico.

3. Análise - Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas

3.1 Análise da Demanda Turística Atual de Pernambuco

Pernambuco vem registrando sucessivos índices de crescimento turístico nos últimos anos. Investimentos na estrutura receptiva local, maior ênfase no marketing promocional e fatores que abalaram a conjuntura econômica nacional, como a perda de valor do Real frente ao Dólar, têm contribuído para esse desempenho.

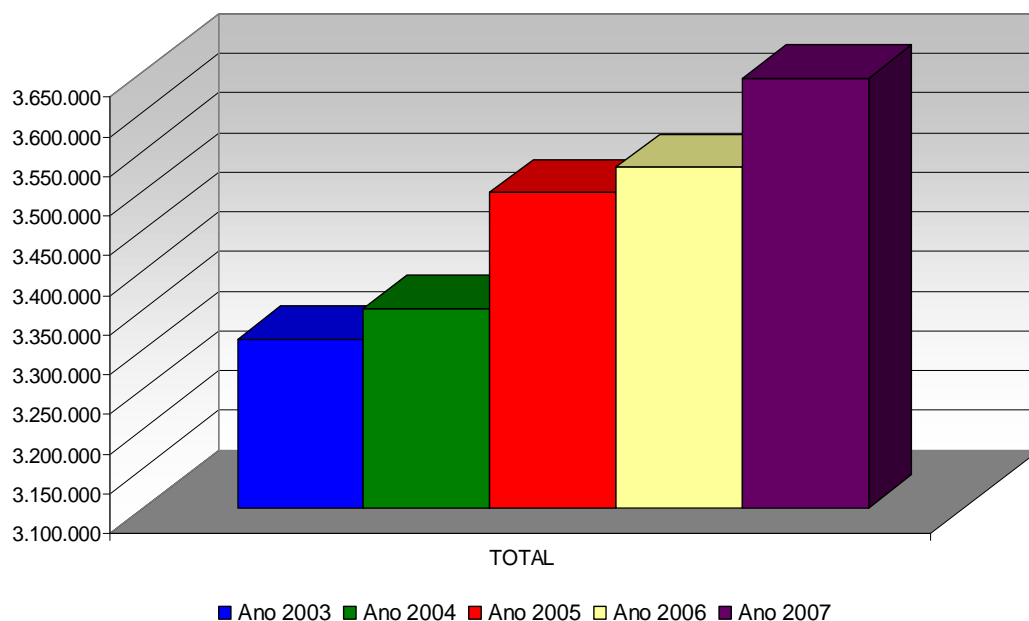
Sendo o turismo um sistema aberto, que resulta somatório de recursos naturais, culturais, econômicos e sociais (BENI, 1988), os valores e limitações presentes na sociedade interferem diretamente na sua produção e no seu desempenho. Assim, o turista da modernidade é um turista que vai reduzindo a polaridade trabalho-diversão, característica do turista da sociedade industrial. Nem apenas trabalho, nem somente diversão. É um turista que busca valores, conteúdos, experiências que permitam o crescimento em todas as áreas da existência, para entender, mas também se entreter. As motivações turísticas incluem, agora: ampliação dos próprios horizontes, vontade de conhecer e disposição para enfrentar novas experiências; reflexão e volta às coisas simples e à natureza; desejo de intercâmbio com outras culturas; e criatividade pessoal na definição da viagem.

Nesse contexto, os estados do Nordeste apresentam grande potencial de crescimento tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional. Novos destinos despontaram na região nos últimos 10 anos. Antes polarizada por Pernambuco e Bahia, hoje o Nordeste apresenta os melhores desempenhos do setor hoteleiro nacional (registrados entre os meios de hospedagem categoria 3 estrelas e os situados no Nordeste). Este processo reflete uma consequência da distribuição de receita ocasionada pelo Real, que trouxe ao mercado turístico setores sociais que tinham pouco acesso a esse tipo de lazer. Neste sentido, o caso específico da Região Nordeste evidencia o potencial turístico da região, cada vez mais identificada como atração de turistas brasileiros e estrangeiros.

Pernambuco tem sido um dos estados da região que mais tem se destacado como destino turístico no período de 2003 a 2007. Os gráficos e tabelas apresentadas a seguir demonstram o

crescimento do fluxo de entrada de hóspedes e o crescimento do fluxo global de turistas, no contexto estadual.

Gráfico 3.1.1
Fluxo Global de Turistas – Pernambuco (2003-2007)



Fonte: SETUR / EMPETUR

Ainda no período 2003/2007, o fluxo global de turistas cresceu 17,74% em todo o estado, evidenciando os investimentos realizados pelos setores público e privado na expansão do turismo em todo o litoral e também no interior do estado.

O percentual de turistas hospedados em Recife que visitaram os municípios do Pólo dos Arrecifes foram: Olinda (28,44%), Ipojuca (23,66%), Cabo de Santo Agostinho (6,70%), Jaboatão dos Guararapes (4,32%), Ilha de Itamaracá (4,08%), Paulista (3,90%), Tamandaré (1,89%), Igarassu (1,28%), Goiana (1,00%), Fernando de Noronha (0,67%), São José da Coroa Grande (0,33%), Barreiros (0,18%), Itapissuma (0,09%), Sirinhaém (0,06%).

Como exemplo da variação mensal do fluxo de turistas em Pernambuco, temos a Tabela 3.1 (anexo 3) que apresenta dados relativos ao período 2005-2008, em que o aumento do fluxo turístico em 2008 tendo por base o ano 2007 foi de 4,93%.

A demanda turística internacional do Estado, contudo, tem correspondido a uma baixa resposta, muito em função da política de flexibilização da taxa cambial, que garantiu ao mercado interno brasileiro um ganho com a valorização do real, porém inibiu os turistas que são, em geral, provenientes da Europa e da América do Norte (tabela 3.2, anexo 3).

Vale ressaltar que ainda assim houve um acréscimo significativo do fluxo turístico internacional no período de 2003 a 2004, equivalente a 5,54%. Neste contexto é importante também destacar que no âmbito do turismo mundial ainda predomina os deslocamentos intracontinentais. Segundo dados da OMT (2001), 85% dos turistas internacionais que visitaram a Europa em 2000, são residentes no próprio continente europeu. Apenas 15% são procedentes de outros continentes. Tal fato denota o potencial de crescimento no mercado internacional para o turismo em Pernambuco e nos demais estados nordestinos, caso os investimentos previstos no PRODETUR NACIONAL se consolidem plenamente.

Em relação a origem dos turistas nacionais e considerando-se o ano de 2008 (Tabela 3.3, anexo 3), há uma predominância de visitantes inter-estaduais (19,69%), seguido dos oriundos de São Paulo (17,98%) e depois dos inter-regionais, Bahia (7,96%), Paraíba (7,41%) e Rio Grande do Norte (6,75%).

Com relação aos visitantes internacionais (tabela 3.4, anexo 3) é interessante observar que no período 2003-2008, os alemães e franceses que compunham 7,16 % e 3,45% dos turistas estrangeiros, em 2008 cresceram para 15,1% e 10,61% respectivamente. Em contrapartida, italianos e portugueses diminuíram suas chegadas nesse mesmo período. Eles representavam respectivamente 17,24% e 24,67% em 2003, contra 8,16% e 8,98% em 2008. Os americanos mantiveram uma mesma média nesse período perfazendo 8,98% do total de turistas estrangeiros em 2008.

Observa-se pela tabela 3.1.1 que a tendência da permanência média dos turistas em Pernambuco tem oscilado em torno de 8 a 10 dias, com maior permanência para os estrangeiros, 10,23 dias em 2008, contra 8,45 dias dos brasileiros nesse mesmo ano. É menor o tempo daqueles que se hospedam em hotéis (4,68 dias em 2008) do que a média dos turistas em geral (8,63 dias em 2008).

Tabela 3.1.1
Permanência Média dos Visitantes (2003-2008)

INDICADORES	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)					
	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006(1)	2007(1)	2008(1)
Permanência dos turistas em geral	8,46	9,37	10,33	9,97	8,4	8,63
PM dos hospedados em hotel (2)			5,94	5,87	4,81	4,68
PM dos Brasileiros	8,21	9,17	7,76	8,81	7,84	8,45
PM dos Estrangeiros	9,48	9,71	12,91	13,64	11,81	10,23

Fonte: SETUR / EMPETUR

Houve um aumento gradual e significativo do gasto médio individual diário dos turistas no período 2003-2008 de R\$ 59,61 para R\$ 137,03, conforme mostra a tabela 3.1.2. O aumento dos gastos foram mais acentuados entre os visitantes brasileiros - aumento de R\$ 83,41 no período, contrastando com R\$ 27,90 de aumento dos turistas estrangeiros. Para os visitantes que se hospedaram em hotéis o aumento do gasto médio foi ainda maior, R\$ 89,87.

Tabela 3.1.2
Gasto Médio Individual por Dia (valores correntes)

INDICADORES	ANOS					
	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006(1)	2007(1)	2008(1)
GASTO MÉDIO INDIVIDUAL DIÁRIO (R\$)						
GMID dos Turistas em Geral	59,61	72,82	68,26	103,24	108,19	137,03
GMID dos Hospedados em Hotel	146,55	143,2	152,48	172,33	213,46	236,42
GMID dos brasileiros	51,26	59,48	75,24	94,54	107,11	134,67
GMID dos estrangeiros	156,36	171,41	153,87	225,46	193,84	174,26

Fonte: SETUR / EMPETUR

Verifica-se, pela tabela 3.1.3, que é crescente o incremento da receita turística no período 1997-2006. A exceção dos anos 2002 e 2003, a Receita Turística quase sextuplicou em 10 anos, de R\$ 545,44 milhões para R\$ 3.717,33 milhões. Também houve uma elevação na mesma proporção da participação dessa receita no PIB do estado, saindo de 2,33% em 1997 para alcançar 6,7% em 2006.

Tabela 3.1.3

Receita Turística – PIB Estadual (valores correntes)

ANO	Receita Turística (R\$ Milhões)	PIB – PE (R\$ Milhões)	Participação (%) Receita Turística – PIB
1997	545,44	23.439	2,33
1998	684,90	24.810	2,76
1999	728,23	26.021	2,80
2000	1.037,19	29.127	3,56
2001	2.087,51	31.725	6,58
2002	1.970,55	36.510	5,40
2003	1.700,06	42.261	4,02
2004	2.505,54	47.697	5,25
2005	2.597,79	51.103	5,08
2006	3.717,33	55.504	6,70

Fonte: SETUR / EMPETUR

Importante salientar que o conceito de receita turística, aqui utilizado, diz respeito às despesas correntes dos turistas no destino, de maneira similar à metodologia da OMT para construção de conjunturas estatísticas de turismo. Não estão sendo levados em conta os efeitos indiretos ou induzidos que a atividade provoca na economia local, pois segundo Cooper *et al* (2007), esses dados sobre os impactos de despesas turísticas, além de mais complexos, são muito mais escassos em nível doméstico.

Considerando o período 2003-2008, o maior contingente de pessoas visitantes de Pernambuco vieram a Negócios/Trabalho (34,42% em 2008) seguido daqueles que visitaram Parentes e Amigos (27,09% em 2008) e depois os que foram a Passeio (19,43%). Dentre esses principais grupos, nota-se uma pequena diminuição de turistas a Passeio (3,93%) , no período, uma estabilidade no grupo que visitam Parentes e Amigos e aumento entre os que vêm a Negócios/Trabalho (6,06%).

Dos turistas que estiveram em Pernambuco a Passeio, a grande maioria decidiram visitar o estado por causa das suas belezas naturais (63,97% em 2008), permanecendo essa forte tendência ao longo de todo período. Os outros motivos de viagem a Passeio tiveram pouca alteração no período observado (2003-2008), mantendo-se no patamar entre 1% a 6%. Pode-se ainda

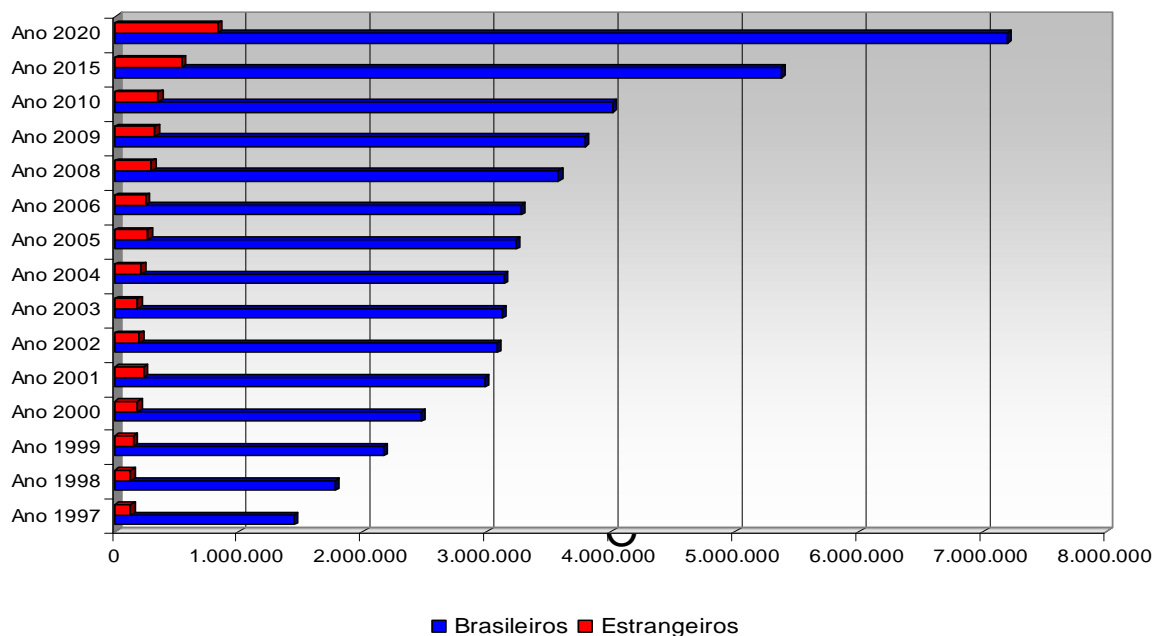
destacar a motivação pelo Patrimônio Histórico Cultural que oscilou entre 9% a 15% no período (tabela 3.8, anexo 3).

Quanto a avaliação geral da oferta turística, a grande maioria (87,36% em 2008) dos turistas considerou entre boa e ótima (tabela 3.9, anexo 3). Este resultado melhorou em quase 5% de 2006 para 2008. Por segmento avaliado, os maiores resultados foram alcançados pelos Atrativos Naturais (90,22%), Patrimônio Histórico/Cultural (92,1%), Comércio e Compras (90,39%). Foi notável a melhoria em relação ao aeroporto, saindo de 67,74% de aceitação em 2003 para Aeroporto 98,11% em 2008. Os piores desempenhos, em 2008, estiveram com Limpeza Pública (41,08%) e Segurança Pública (43,6%). Os equipamentos turísticos também foram bem avaliados pelos visitantes: Bares e Restaurantes foram aprovados por 91,89%, Serviços de Receptivo por 84,99% e meios de hospedagem por 79,53%.

O posicionamento do destino e projeções futuras, possíveis de serem alcançados com base nas propostas deste documento, são balizados nas estimativas de movimentação turística até o ano de 2020. Os dados utilizados como base para elaboração destas estimativas foram elaborados inicialmente pela EMPETUR, baseando-se em parâmetros historicamente utilizados pela entidade. Assim, na seqüência são apresentadas tabelas com os dados e projeções mais relevantes, englobando não apenas informações relativas ao fluxo turístico, mas também sobre a receita turística do estado de Pernambuco. Os dados apresentados mostram um background que vai de 1997 a 2006 e estimativas de 2008 a 2020, com informações enfatizadas para os períodos-chave do plano: 2010, 2015 e 2020, últimos anos do curto, médio e longo prazo, respectivamente.

Gráfico 3.1.2

Fluxo de Turistas com Projeções – Pernambuco (1997-2020)



Fonte: SETUR / EMPETUR

Estima-se a taxa de crescimento entre 2007 a 2010 em 6,4% ao ano (a.a) para a demanda brasileira e 9,3% ao ano para estrangeiros. A partir de 2010 essa taxa de crescimento subiria para 7,5% a.a para brasileiros e 13,5% a.a para os estrangeiros.

O crescimento do fluxo ocorre nos meses de abril (período da Semana Santa), junho (Festejos juninos), setembro, novembro (Recifolia) e dezembro (início do verão brasileiro).

Os meses de alta estação em Pernambuco, analisando-se o fluxo global, concentram-se em janeiro, fevereiro, março e julho. Os três primeiros são os meses de festejos carnavalescos e de férias escolares. O frevo, o Galo da Madrugada e o Maracatu apresentam-se como grandes produtos turísticos de Pernambuco nesse período do ano, simbolizando a forte e coesa herança cultural do Estado.

O fluxo turístico em Pernambuco tem crescido no período de estudo e também em relação aos outros meses do ano. Com isso, os projetos e programas ganham corpo para promover o desenvolvimento do turismo e melhor estruturá-lo. Entre estes podem ser citados os Programas:

“Pernambuco das Paixões” (Semana Santa), o Festival de Inverno de Garanhuns e o Circuito do Frio, além do Recifolia (o evento ocorre no final do mês de outubro e início de novembro).

A evolução do perfil da demanda turística vem sendo acompanhada pela EMPETUR, a partir de estatísticas do desempenho da hotelaria e da pesquisa de identificação do perfil do turismo receptivo, realizada em parceria com a CTI-NE e a SUDENE, segundo metodologia indicada pela OMT e pelo Ministério do Turismo.

A metodologia adotada envolve os segmentos do turismo receptivo internacional e doméstico e é aplicada nas capitais do Nordeste, desde 1997, em dois períodos da baixa estação (maio e outubro) e dois da alta estação (janeiro e julho).

Com base no crescimento da demanda turística, a SETUR e a EMPETUR esperam que a receita advinda deste segmento aumente ao longo dos anos assim como a participação no PIB do estado de Pernambuco e a geração de empregos diretos e indiretos, como pode ser observado nas tabelas 3.1.4 , 3.1.5 e no gráfico 3.1.3.

Tabela 3.1.4

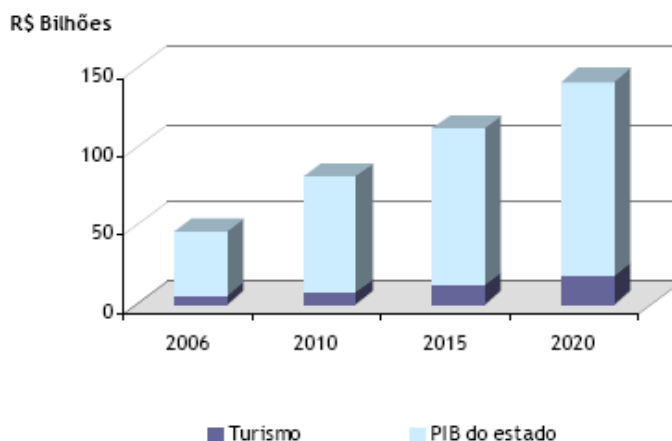
Projeções do Fluxo Turístico do Estado de Pernambuco no Período de 1997 a 2020 (em quantidade de visitantes)

Ano	Brasileiros	Estrangeiros	TOTAL
1997	1.446.789	126.786	1.573.575
1998	1.777.492	126.289	1.903.781
1999	2.166.203	144.660	2.310.863
2000	2.472.319	181.846	2.654.165
2001	2.988.503	228.246	3.216.749
2002	3.079.745	197.730	3.277.475
2003	3.129.257	183.523	3.312.780
2004	3.141.717	209.833	3.351.550
2005	3.231.903	266.316	3.498.219
2006	3.281.905	248.141	3.530.046
2007	3.491.947	271.218	3.763.165
2008	3.715.432	296.441	4.011.873
2009	3.953.219	324.010	4.277.230
2010	4.206.225	354.143	4.560.369
2011	4.521.692	401.953	4.923.645
2012	4.860.819	456.216	5.317.035
2013	5.225.380	517.806	5.743.186
2014	5.617.284	587.709	6.204.993
2015	6.038.580	667.050	6.705.630
2016	6.491.474	757.102	7.248.576
2017	6.978.334	859.311	7.837.645
2018	7.501.709	975.318	8.477.027
2019	8.064.338	1.106.985	9.171.323
2020	8.669.163	1.256.429	9.925.591

Fonte: SETUR / EMPETUR

Gráfico 3.1.3

Projeções da Participação da Receita Turística no PIB do Estado de Pernambuco no Período de 2006 a 2020 (em R\$ bilhões)



Fonte: SETUR / EMPETUR

Tabela 3.1.5

Projeções dos Empregos Diretos e Indiretos Gerados pelo Turismo no Estado de Pernambuco no Período de 2006 a 2020

Ano	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Total
2006	31.104	172.938	204.042
2010	38.488	213.946	252.434
2015	59.108	289.747	348.855
2020	94.606	393.038	487.644

Fonte: SETUR / EMPETUR

3.2 Análise da Demanda Turística Potencial – Mercados Internacional e Nacional

3.2.1 Mercado Internacional

A presente análise da demanda turística potencial está fundamenta em pesquisa de opinião realizada com operadoras emissivas internacionais que comercializam o Brasil entre seus

destinos, de acordo com informações oficiais da EMBRATUR e agregando os 10 países maiores emissores de turistas para o Brasil: Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Portugal, Estados Unidos da América (EUA), Argentina e Itália.

As empresas entrevistadas são, nitidamente, de venda de viagens emissivas internacionais em seus países e definidas com base em listagens das principais operadoras internacionais que comercializam o Brasil, produzidas pela EMBRATUR. Foram escolhidas, prioritariamente, as empresas com maior oferta de produtos no Brasil e, em segundo lugar, englobando o estado de Pernambuco e seus destinos.

3.2.1.1 O Brasil no Mercado Turístico Mundial Segundo os Operadores Internacionais

Dentre os destinos brasileiros comercializados pelas empresas entrevistadas, a região Nordeste é, notadamente, aquela que apresenta maior número de destinos turísticos comercializados pelo mercado internacional. É representada principalmente pelos estados da Bahia e de Pernambuco e, conseqüentemente, por seus destinos de lazer, sol e praia.

Os operadores consideram a diversidade brasileira (grandes centros urbanos, praias, cachoeiras, carnaval, vida selvagem, aventura, ecoturismo, história, cultura) um excelente “mix” de produtos para uma viagem e, conseqüentemente, uma ótima potencialidade para o local que as detém. Eles acreditam que o atual posicionamento turístico do Brasil se deve ao país como um todo, mas concordam que existem algumas regiões mais destacadas, como Rio de Janeiro, Amazonas e São Paulo, bem como destinos de sol e praia no Nordeste, que fazem o país ser especialmente atrativo para alguns mercados.

O Caribe foi apontado por dois operadores como principal concorrente do Brasil, por apresentar características similares às quais o Brasil se posiciona no exterior: sol e praia. A cidade de Miami também foi apontada por um dos operadores, pelo mesmo motivo. Em seguida países da América do Sul como o Peru, a Argentina, o Chile e a Costa Rica seriam concorrentes brasileiros à medida que vêm crescendo como destinos na América Latina. Também a Ásia e Oriente Médio, foram lembrados como concorrentes em viagens de longa distância.

3.2.1.2 O Destino Turístico Nordeste no Mercado Turístico Mundial

Os operadores internacionais entrevistados acreditam que o Nordeste tem grande potencial de vendas para o mercado internacional, uma vez que se caracteriza como um destino de sol e praia, o que é bastante atrativo para determinados mercados.

É notável o posicionamento destacado do estado da Bahia no mercado internacional. O estado ou sua capital foram citadas como região destacada por sua beleza, cultura e história, além da sua divulgação no mercado internacional, que gera grande demanda pelos produtos oferecidos pelo estado. Destacou-se ainda que os turistas concentram-se muito na área de Salvador, na Bahia, pois este destino oferece fácil acesso e diversas opções de atividades a uma curta distância do centro urbano. Indicam, conseqüentemente, que essas são características atrativas para o mercado internacional, que podem ser utilizadas por outras destinações em sua estruturação e, posteriormente, em suas ações promocionais internacionais.

3.2.1.3 O Destino Turístico Pernambuco no Mercado Turístico Internacional

Os operadores internacionais concordam que o estado de Pernambuco possui boa estrutura em termos de serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo, mas ressaltam que o problema do estado é a falta de segurança e de divulgação. Os destinos mais destacados dentro do estado são Olinda, Porto de Galinhas e Fernando de Noronha.

A cidade de Recife foi negativamente ressaltada por ser insegura, ter uma hotelaria antiquada e sem manutenção e restaurantes muito espalhados pela cidade.

Ainda tratando-se de Recife, a cidade é citada por possuir uma área histórica interessante, hoje restaurada, mas que falta promoção para fazê-la conhecida em primeiro lugar pelos agentes de viagens e em segundo lugar pelo público final.

Fernando de Noronha apresenta-se como um destino interessante, mas é um produto de custo elevado e difícil acesso, o que dificulta sua venda.

Finalmente, os pontos fortes de Pernambuco como destino turístico assinalados são: história diferenciada; colonização holandesa; ciclo do açúcar; tradições populares específicas, como o frevo e o maracatu. Por outro lado, os pontos fracos citados foram: muita informação somente em torno das praias, freqüentemente mais interessantes ao mercado, mas que não abordam outros aspectos relevantes ao turismo do estado; falta de guias fluentes em francês.

3.2.1.4 Pernambuco e seus Principais Concorrentes

Os operadores internacionais consideram como concorrentes de Pernambuco em âmbito nacional o estado da Bahia e, em âmbito internacional, o Caribe. Esses destinos se caracterizam por serem destinações que apresentam o mesmo tipo de atratividade que Pernambuco: lazer e sol e praia.

A preferência dos turistas está baseada, em grande medida, no quanto o destino se promove internacionalmente. Os operadores concordam que vende mais quem se promove mais.

A Bahia caracteriza-se como concorrente de Pernambuco por estar mais bem posicionada internacionalmente. Um dos operadores, por exemplo, afirmou que no mercado inglês as pessoas certamente têm mais conhecimento de destinações como Salvador e Praia do Forte do que de destinações pernambucanas. Outro operador afirmou que, na França, acredita-se que a região Nordeste se restringe à Bahia.

As vantagens de Pernambuco em relação à Bahia são suas praias, bons centros históricos, culturais e arquitetônicos. Sua desvantagem é a precariedade dos acessos que unem diferentes praias, ao contrário da Bahia, em que é fácil ir de uma praia a outra.

3.2.1.5 Promoção e Imagem de Pernambuco Perante os Operadores Internacionais

Pernambuco apesar de possuir um bom potencial turístico, sua promoção é ruim, segundo os operadores internacionais. Estes alegam nunca ter visto campanhas de marketing do estado, nem trabalhos de capacitação de vendas da destinação, sendo as iniciativas de melhoria da

comercialização do destino sempre das próprias operadoras internacionais, sem incentivo ou apoio do estado.

Percebe-se que o estado de Pernambuco ainda não está bem posicionado no mercado internacional, mas é considerado um destino potencial, precisando, para isso, investir na capacitação das vendas de seus produtos junto aos operadores e agentes internacionais e também em ações de divulgação destinadas ao público final, que gerem uma maior demanda pela destinação.

A questão da falta de segurança no estado também foi mencionada algumas vezes durante as entrevistas, devendo esse aspecto ser trabalhado institucionalmente para possível reversão de tal elemento na imagem do estado.

3.2.2 Mercado Nacional

A demanda do mercado turístico nacional foi avaliada por meio de pesquisa realizada com as mais importantes operadoras de turismo emissor nacionais, ou seja, aquelas empresas responsáveis, em grande medida, pela operação dos produtos turísticos brasileiros comercializados junto ao mercado consumidor nacional e também internacional.

Buscaram-se, através de listagens de entidades de classe do setor (Braztoa e Abav), selecionar empresas de grande relevância no mercado emissor brasileiro, aquelas de maior visibilidade e que comercializassem o estado de Pernambuco e seus destinos entre os produtos ofertados. Vale ressaltar que as empresas que compõem a listagem da Braztoa são responsáveis por 85% das vendas de pacotes turísticos no Brasil, constituindo praticamente o universo das vendas de viagens organizadas no país. Também foi utilizado, como critério para escolha das empresas, a venda de produtos que englobassem ou fossem unicamente compostos pelo estado de Pernambuco para que tivessem repertório suficiente para opinar sobre a destinação.

É notável que a Região Nordeste, representada principalmente pela Bahia, por Pernambuco e por seus respectivos destinos de lazer e sol e praia, representam o maior número de destinos turísticos oferecidos pelos 10 operadores entrevistados.

Dentre os destinos internacionais, as Américas e a Europa Ocidental apresentam a maior quantidade de países comercializados pelas empresas estudadas; nestes continentes, praticamente todas as empresas entrevistadas comercializam alguns produtos.

3.2.2.1 O Brasil no Mercado Turístico Mundial segundo os Operadores Nacionais

Com relação ao posicionamento do Brasil como destinação turística em relação ao mercado internacional, a execução de um plano de marketing internacional com a criação de uma marca de identidade para o turismo brasileiro e a determinação da Embratur como órgão responsável exclusivamente pela promoção do país no exterior, colaboraram para o melhor posicionamento internacional do Brasil, segundo os operadores.

O PAÍS É VISTO DE MANEIRA POSITIVA E ESTÁ RELACIONADO, PARA PARTE DO PÚBLICO, COM UMA IMAGEM LIGADA À NATUREZA, PRAIAS, CATARATAS E CIDADES HISTÓRICAS, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DOS RESPONDENTES

No entanto, em relação à infraestrutura para o turismo, o destino Brasil ainda tem uma estrutura ruim de prestação de serviços e que não está bem preparado para receber o turista estrangeiro. Falta incentivo e cultura para a prestação de bons serviços no país.

As más condições sócio-econômicas do Brasil atrapalham o turismo, já que notícias sobre violência, falta de segurança, deficiência no setor de transportes, crise no setor aéreo, etc., são muito divulgadas no exterior, repercutindo negativamente sobre o país, que acaba, assim, por perder mercado para países concorrentes.

O turista que vem ao Brasil gosta muito do país e, além de muitas vezes querer retornar, ainda faz uma divulgação positiva do destino junto a seus amigos e parentes. O que mais agrada ao turista estrangeiro, é a hospitalidade do povo brasileiro, pois acreditam que seja criado um elo de intimidade entre as partes.

Foram caracterizados como fatores negativos à ao país: a distância dos grandes mercados emissores internacionais; a necessidade de visto de entrada para americanos, que dificulta o desenvolvimento deste forte mercado; o estigma do turismo sexual; a violência do país.

São fatores fundamentais para o desenvolvimento turístico a realização de ações visando à: ampliação da malha aérea nacional, com novas rotas, a manutenção de uma política econômica adequada, a melhoria dos índices sociais nacionais e a manutenção dos programas nacionais de investimentos turísticos.

3.2.2.2 Concorrentes Internacionais do Brasil

Os principais concorrentes apontados foram Argentina, Caribe e Chile respectivamente. A Argentina e o Chile pelo fato de apresentarem preços acessíveis e serem destinos fortes com cultura e lazer agregados. Segundo a pesquisa, o Brasil apresenta produtos ou de cultura ou de lazer, mas é difícil encontrar um produto com ambos os enfoques. O Caribe, por sua vez, foi apontado por possuir uma oferta turística similar àquela de sol e praia brasileira, porém, com uma estrutura melhor.

Apesar do foco da concorrência para o Brasil estar em países e regiões da América Latina, de acordo com os entrevistados, foi apontada a concorrência com destinos internacionais melhores estruturados que o Brasil, os quais comercializam produtos ligados a uma mesma motivação de viagens. Destinos de sol e praia como Caribe e a região sul do Mediterrâneo e destinos de natureza como Peru, Equador, Costa Rica, Chile e Argentina, que apresentam características similares às destinações brasileiras, por exemplo, são grandes concorrentes para o Brasil.

3.2.2.3 O Destino Turístico Nordeste no Mercado Turístico Nacional

É consenso entre os operadores entrevistados a grande potencialidade turística do Nordeste brasileiro. A região é uma referência no mercado turístico nacional por sua potencialidade, estrutura instalada e estratégias de fomento ao turismo e que, por esses motivos, desperta grande procura por parte dos turistas.

O posicionamento turístico do Nordeste é creditado pela região como um todo, pois a mesma apresenta características e atratividade semelhantes entre seus estados, apesar de não terem a mesma magnitude. Há concordância que alguns estados se destacam na região, possuindo maior visibilidade. A Bahia é com certeza a destinação mais destacada, por seu histórico de investimentos no turismo, além de suas estratégias e investimentos em divulgação; o estado ainda possui características culturais fortes, beleza e alegria contagiantes, fácil acesso e estrutura para o turismo já instalada, tudo isso facilitando sua sobreposição aos demais estados do Nordeste.

Os estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte também foram citados como destaques na região Nordeste. Individualmente, acredita-se que Pernambuco possui enorme beleza e é uma destinação de fácil acesso; o Rio Grande do Norte, por sua vez, possui grande beleza e atrativos diversos para todas as idades; e o Ceará tem um histórico de grandes investimentos em divulgação turística, mas não foi mencionado seu potencial turístico.

O Nordeste é visto pelos operadores brasileiros como uma região de potencial turístico consolidado, uma vez que apresenta um fluxo contínuo de turistas. Existe um entendimento de que a região Nordeste é uma destinação destacada em termos turísticos por um histórico de ações de investimento no turismo somadas à sua potencialidade, se destacando por ter enxergado seu próprio potencial e se colocado no mercado de maneira competitiva, antes das demais regiões brasileiras.

3.2.2.4 O Destino Turístico Pernambuco no Mercado Turístico Nacional

Foram feitas avaliações positivas da estrutura turística do estado, mencionando que o mesmo possui boa estrutura, bons atrativos e que o produto Pernambuco é de fácil comercialização e operação. Considera-se que o estado vende um produto que privilegia a diversão por meio de festas populares, danças e praias. Além disso, a hospitalidade e simpatia do povo são consideradas elementos positivos para a comercialização de produtos turísticos.

Os atrativos foram apresentados como pontos fortes de Pernambuco, tendo sido mencionado positivamente sua beleza natural, suas praias e, especificamente, os destinos Porto de Galinhas, Muro Alto, Fernando de Noronha e Olinda, considerados chamarizes de turistas para o estado.

Igualmente importante do ponto de vista de atrativo está a questão da cultura local ligada a manifestações folclóricas, especialmente frevo e maracatu.

Nos aspectos negativos destaca-se que o estado não possui mão-de-obra qualificada em quantidade suficiente. Quando se precisa de muitos prestadores de serviço que falem mais de um idioma é necessário importar mão-de-obra de Salvador para atender a demanda. Também mencionou-se que a estrutura de serviços deve ser revista para a prestação de serviços mais qualificados através de capacitações e da necessidade de ampliação da vida noturna de Recife, que é muito estagnada.

A estrutura turística de Pernambuco muda de acordo com o destino, segundo os operadores. Enquanto em Recife a qualidade da oferta hoteleira não é boa (hotelaria considerada ultrapassada), em Porto de Galinhas estão instalados excelentes equipamentos hoteleiros. Esse panorama se reproduz em todo o estado, acentuando-se nas diferentes áreas interioranas do estado e o litoral/região metropolitana e destaca uma desigualdade no desenvolvimento da atividade turística em diferentes destinações do estado.

Em relação as infraestruturas, foram feitas considerações positivas sobre o aeroporto de Recife, considerado bem estruturado, assim como os bares e restaurantes da cidade e menções negativas ao porto municipal de Recife, que apresenta um terminal de passageiros sem condições de receber as três mil pessoas que, em média, desembarcam de navios provenientes da Europa. Alegou-se que neste Porto, falta higiene, estrutura, organização. Também foi levantada a questão do patrimônio público local de Pernambuco, declarado sujo e mal conservado pelo descaso governamental.

Um ponto negativo na questão governamental mencionado foi a deficiência da iniciativa governamental em fazer parcerias para desenvolver os produtos locais.

3.2.2.5 Pernambuco e seus Principais Concorrentes

São considerados concorrentes de Pernambuco no Nordeste os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, com ênfase no primeiro deles. Os operadores de turismo alegam que os estados da Bahia e Ceará estão muito a frente de Pernambuco em relação à chegada de turistas, uma vez que possuem um longo trabalho de desenvolvimento e atração turística.

Alguns operadores alegam que a Bahia e o Ceará seriam concorrentes mais distantes de Pernambuco, uma vez que possuem um fluxo de turistas muito maior; ou seja, possuem níveis de competitividade diferentes. Desta maneira os operadores entrevistados caracterizam o Rio Grande do Norte – principalmente -e o estado de Alagoas como concorrentes diretos de Pernambuco no ranking de vendas das empresas entrevistadas, por possuírem o mesmo fluxo turístico, preço e potencial de venda.

As vantagens de Pernambuco sobre seus concorrentes no Nordeste seriam: a quantidade de pólos turísticos potenciais, diversos em um só estado, diferentemente do CE, RN e AL; e também sua estrutura aeroportuária, a maior do Nordeste, com boa oferta de vôos diretos da Europa e boas tarifas.

Como desvantagem foi citado o fato de Pernambuco ter a capital mais violenta do Nordeste.

A Região Sul também foi citada como concorrente por apresentar praias, assim como o Nordeste, e demais atrativos turísticos que apresentam melhores condições de prestação de serviços, característica esta que, de acordo com o operador entrevistado, é conseqüência da cultura européia responsável pela colonização regional, que trazia consigo uma cultura de boa prestação de serviços. É uma região que dispõe de serviços com requinte, boa gastronomia, receptividade, boa hotelaria, festivais culturais, produtos diferentes desenvolvidos para o verão e para o inverno, diferentemente do Nordeste que é somente sol e praia. Foram citadas as praias do litoral de Santa Catarina, e também Gramado e Canela, como os principais destinos concorrentes na região.

Em relação às desvantagens de Pernambuco frente a seus concorrentes internacionais, citou-se o Brasil como um todo no que diz respeito à sua hotelaria de luxo que, se comparada à hotelaria internacional de mesma qualidade apresenta preços abusivos.

3.2.2.6 Promoção e Imagem de Pernambuco Perante os Operadores Nacionais

A promoção e atuação institucional de Pernambuco foi considerada ruim pelos operadores, alegando falta de divulgação, incentivo, ações de marketing no mercado para promoção da destinação turística.

Justifica-se que não existem ações institucionais de divulgação e promoção nem direcionadas ao público final nem ao trade turístico. São vistas apenas ações individuais, da iniciativa privada local, hoteleiros que fazem parceria com agências e operadoras de turismo para se divulgar, receptivos locais que participam de eventos, etc.

Percebe-se a necessidade de um planejamento de marketing integrado para o Pólo, tanto em nível nacional quanto internacional. Desse modo haveria uma sinergia de esforços na promoção e comercialização dos destinos com otimização de recursos que são sempre escassos. O plano deveria traçar as estratégias do produto Pólo dos Arrecifes e prever também uma agenda de participação dos destinos em eventos turísticos, assim como uma avaliação efetiva dos impactos das ações de promoção e venda do destino.

Observa-se que a imagem de Pernambuco está muito atrelada à sua beleza natural, sua magnitude como destinação turística, transmitindo uma sensação de local para lazer e relaxamento, onde existe simpatia e hospitalidade.

Pode-se ressaltar que a imagem do estado está muito ligada às suas principais destinações turísticas, sendo as mais citadas Fernando de Noronha e Porto de Galinhas, também ressaltando o elemento cultural trazido pelas festas populares, principalmente o Carnaval de Recife e Olinda. Como aspectos negativos da imagem local foram ressaltados a capital do estado, Recife, como destinação fraca, suja e feia; a redução da imagem local ao frevo, Carnaval e festa popular, sendo que existe uma diversidade maior a ser explorada; e, por fim, o fato da destinação ser vista individualmente através de seus destinos mais consolidados, e não como um todo, como um estado.

3.2.3 Mercados Turísticos Internacionais para o Destino Turístico Pernambuco

Anualmente o Brasil recebe entre 4 e 5 milhões de turistas internacionais que visitam o país em busca de lazer. Os principais emissores de turistas para o Brasil são: na América do Sul, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai; na América do Norte, os EUA; e na Europa, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Espanha. As praias da costa brasileira, as Cataratas do Iguaçu e a cidade do Rio de Janeiro são grandes atrativos para estes turistas, cuja idade majoritária varia entre 30 e 50 anos.

A Europa Ocidental, com destaque para os países citados anteriormente, é um dos principais mercados-alvo internacionais para o destino Pernambuco. O deslocamento entre a região e Pernambuco é facilitado pela existência de vôos diretos, com duração entre 7 e 12 horas. Ademais, a junção de belas praias e da cultura observada no destino vai ao encontro das características buscadas por grande parte de tal público num destino. É necessário trabalhar o diferencial de Pernambuco frente a outros destinos do Nordeste brasileiro e da América Central e do Sul, que oferecem belas praias, mas sem a possibilidade de um contato tão forte com a cultura.

Destaca-se a necessidade de fomento ao trabalho já iniciado com fortes mercados-alvo dessa região, como Portugal.

Os Estados Unidos da América são o principal emissor de turistas em âmbito mundial, o que por si só já torna o país um mercado-alvo importante para o destino Pernambuco. Frente a tal público, as praias e belezas naturais de Pernambuco são o maior apelo. Contudo, é necessário levar em conta a concorrência indireta do Caribe, mais próximo dos EUA, com praias de beleza equiparável às do Nordeste brasileiro, ampla estrutura de apoio e preços mais baixos que os de Pernambuco.

Pernambuco deve ser trabalhado junto ao público interessado especificamente em contato com mar e praias pouco urbanizadas e com estruturas mais rústicas, o que diferencia a oferta do estado e do Caribe.

Em ambos os casos o contato com sol e praia é o principal atrativo da visita a Pernambuco, sendo a cultura apenas um complemento à mesma. Entretanto, há de se considerar a possível existência de um público mais amplo na Europa Ocidental, em termos de magnitude, do que nos EUA.

A Argentina deve ser vista pelo estado como um mercado-alvo prioritário na América do Sul. Por ser uma das principais características de viagem deste público ao Brasil o deslocamento rápido, muitas vezes realizado por automóvel, sempre em busca de sol e praia, as praias da região Sul e Sudeste do Brasil são mais acessíveis do que aquelas do Nordeste brasileiro, o que coloca Pernambuco em desvantagem no cenário. Por outro lado, o aumento do fluxo de argentinos em busca deste atrativo no Brasil e a conseqüente saturação das praias do Sul e Sudeste brasileiro contraposto à atratividade de praias menos urbanizadas e com águas mais límpidas e melhor oferta de vôos podem ser fatores que auxiliem na atração de argentinos a Pernambuco.

Os outros países da América do Sul importantes para o turismo nacional, especialmente Chile, devem ser vistos como mercados-alvo secundários, para Pernambuco. Nesses casos, considerando-se que o Nordeste brasileiro não se constitui, para esse público, como uma oferta turística prioritária e que o público com condições sócio-econômicas adequadas a realizarem viagens de mais longa duração e alto custo, deve-se buscar trabalhar com a captação de públicos específicos.

É necessário, ainda, considerar a existência de emissores emergentes em âmbito mundial, tais como Japão, Coréia e China, na Ásia; outros países da Europa Ocidental, como Holanda e Bélgica, também países da Europa Setentrional, tais como Dinamarca, Noruega e Suécia. Tais mercados podem ser trabalhados como potenciais, porém o difícil e longo acesso até Pernambuco, aliado à pequena população, são entraves a serem superados, o que se acredita não ser possível no prazo de execução deste plano. Deve-se ter em mente, entretanto, que a Europa Setentrional delinea-se, por suas características sócio-econômicas, aliadas à distância de Pernambuco, como um mercado mais plausível e com maior potencial do que a Ásia, em um primeiro momento.

3.2.4 Mercado Regional e Local para Pernambuco

O fluxo de visitantes intra-regional é responsável por grande parte do volume de turistas domésticos no Brasil. Ou seja, grande parte das viagens domésticas acontece dentro da própria região onde reside o visitante. Sendo assim, é necessário atentar para a relevância dos estados da região Nordeste, e inclusive para o próprio estado de Pernambuco, como emissores para o destino turístico.

Dentre os estados do Nordeste a serem considerados mercados-alvo para Pernambuco, destacam-se aqueles limítrofes ao estado, quais sejam: Bahia, Ceará, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. São alguns dos estados mais representativos do Nordeste no que diz respeito à emissão de turistas – com destaque para Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, além de Pernambuco - e desde onde é possível acessar Pernambuco por via rodoviária ou aérea, em poucas horas. O fluxo advindo destes estados deve ser motivado por atrações diferenciadas, tais como a temporada de inverno de Pernambuco, aliadas à proximidade entre origem e destino; lembrando sempre que o “diferencial” de sol e praia é comum a todos os estados nordestinos. É

um mercado caracterizado por realizar viagens rodoviárias, com veículo particular, motivadas por conhecer algo novo num raio de distância curto de seu local de origem; são bastante comuns viagens de finais de semana e feriados.

O mercado local – do próprio estado de Pernambuco – também deve ser considerado como alvo para alguns destinos turísticos do estado. O fluxo está concentrado na Região Metropolitana de Recife, onde também se agrupa a maior parte da população pernambucana e em cujas proximidades estão os principais destinos turísticos do estado. As características deste público são similares às do público regional, somando-se também a segunda residência durante a temporada – amplamente observadas em cidades de “frio” e praia, como em Tamandaré.

3.3 Análise dos Atrativos Turísticos do Pólo Costa dos Arrecifes

Os atrativos proporcionam aos destinos a razão mais importante para o turismo de lazer. Muitos dos componentes da viagem de turismo são demandas derivadas do desejo do consumidor de conhecer o que um destino tem a oferecer em termos de atividades para “ver e fazer” (COOPER et al., 2007).

Segundo a Organização Mundial do Turismo, entendem-se como atrativos turísticos locais, os objetos, os equipamentos, as pessoas, os fenômenos, os eventos ou as manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los e podem ser classificados em:

- Atrativos naturais: elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos de visitantes como montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, flora e fauna;
- Atrativos culturais: elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos de visitantes. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura (artesanato, gastronomia, patrimônio histórico-cultural, etc.);
- Eventos programados: eventos que concentram pessoas para tratar ou debater assuntos de interesse comum, negociar ou expor produtos e serviços, de ordem comercial, profissional, técnica, cultural, científica, política, religiosa, turística e muitos outros, com

datas e locais previamente estabelecidos. Tais eventos acarretam a utilização de serviços e equipamentos turísticos como feiras, congressos e seminários;

- Realizações técnicas, científicas e artísticas: obras, instalações, organizações, atividades de pesquisa de qualquer época que, por suas características, são capazes de motivar o interesse do turista e, com isso, demandar a utilização de serviços e equipamentos turísticos.

O diagnóstico dos produtos e atrativos turísticos de Pernambuco, mais especificamente no Pólo Costa dos Arrecifes, denota que grandes destinos dentro do Pólo já estão consolidados, como é o caso dos municípios de Olinda e Recife e de lugares como Porto de Galinhas e Fernando de Noronha.

Os produtos turísticos precisam, no entanto, ser melhor trabalhados quanto aos seus segmentos da demanda real e potencial. Mas suas qualidades demonstram o profissionalismo com que o Estado tem procurado tratar o assunto. Dentre as potencialidades destacam-se:

- Patrimônio Histórico Rural: A potencialidade e atratividade dos engenhos de cana-de-açúcar. As produções dos engenhos, a arquitetura, a decoração de interiores, as relações sociais, modo de vida, produção e consumo;
- Patrimônio Histórico Urbano: A atratividade dos espaços urbanos. Suas histórias, seus jardins, seus coretos e sua movimentação. As praças e suas representatividades, espaços essenciais para reuniões e descanso. As edificações históricas que simbolizam as formas de apropriação e relação histórica da sociedade com o espaço e sua própria relação entre classes sociais. O casario colonial, demonstrando historicamente as fases e expressões arquitetônicas e artísticas trazidas com as culturas portuguesas, francesas e holandesas;
- Patrimônio Arqueológico: Vestígios materiais que contam a história de sítios, com base em elementos construtivos e em objetos de uso, contemporâneos com a ocorrência dos fatos que deram origem ao sítio; e
- Patrimônio Natural: Rios, cachoeiras, lagoas, ilhas, mangues, piscinas naturais, áreas de preservação ambiental e paisagem notável em todo o litoral.

O patrimônio histórico e cultural de Pernambuco merece especial destaque tendo em vista que a formatação de produtos turísticos desta natureza irá diversificar a oferta do estado, baseada essencialmente no segmento de sol e praia.

3.3.1 Patrimônio Histórico e Cultural

O fator cultural é relevante para a competitividade no turismo por conta de sua característica multifuncional. Ele atua como atrativo para diversos nichos e contribui para o desenvolvimento local. Assim, insere-se diretamente nos interesses da gestão pública porque é produto característico do lazer brasileiro, gerador de empregos e promotor de patrimônio histórico.

Formam o acervo do Patrimônio Histórico e Cultural de um município os aspectos relacionados com a ocorrência de atividades artesanais e culinárias típicas, a existência de grupos artísticos de manifestação popular, os principais eventos locais para atração de turistas. Constituem o patrimônio material (bens, obras, edificações e conjuntos urbanos/rurais, por exemplo) e imaterial (conhecimentos, processos e rituais). Esses patrimônios perpetuam-se no destino por meio de tombamentos, das seguintes espécies: (i) imaterial; (ii) artístico; (iii) sítios arqueológicos; e (iv) bens registrados como patrimônio histórico.

O patrimônio edificado de Pernambuco apresenta grande destaque no panorama nacional e internacional pela grandiosidade de seus monumentos, pela fantástica integração da arquitetura ao ambiente natural, apresentando elementos paisagísticos únicos e de grande beleza, cuja monumentos encontram-se presente, principalmente, nas cidades de maior evidência na história política e econômica da região, a exemplo de Recife e Olinda.

Olinda destaca-se, também, pelas dimensões e homogeneidade do conjunto preservado, e pela paisagem grandiosa. Recife, capital do Estado, mantém muitos dos conjuntos e edificações construídos ao longo de sua história, distribuídos em sua malha urbana e no conjunto do Antigo Bairro do Recife. Todos o municípios do Pólo apresentam bens culturais significativos, seja como referencial da memória do país, da região, ou daquela localidade onde estão situados. Cada um com suas particularidades, peculiaridades, e com histórias para contar.

A trajetória de ocupação do território pernambucano deixou suas marcas em sítios, edificações e objetos que se conservam até hoje, testemunhos da história, repositórios de tantas vivências cujos

valores e significados nos cabe recuperar. Nesse contexto, destacam-se as descobertas das pesquisas arqueológicas em sítios pré-históricos, resgatando a vida das comunidades indígenas que viviam no território antes da colonização; os fortes, guardiões da costa; as capelas e igrejas, das mais simples às mais requintadas, símbolos da religiosidade do povo pernambucano e aspecto tão marcante de sua cultura; as casas de moradia, ensinando como viviam nossos antepassados no decorrer de tantos anos de história; os sobrados de grande riqueza em detalhes; as casas de uma arquitetura vernacular simples e singela; os locais de trabalho como as primeiras fábricas; a arquitetura rural representada pelos engenhos de cana e as usinas de açúcar; os sítios históricos, entre os quais identificam-se 15 comunidades remanescentes de antigos quilombos; e os sítios onde ocorreram batalhas, como a dos Guararapes, onde hoje se localiza o Parque Nacional dos Guararapes, em Jaboatão dos Guararapes.

Todo esse rico patrimônio, complementado pelos acervos de arte e de artesanato popular, os bens e objetos arqueológicos oriundos das pesquisas realizadas, os acervos museológicos e documentais – arquivísticos, bibliográficos e iconográficos, os museus e outros espaços onde se encontram depositadas estas diferentes categorias de bens patrimoniais, é passível de aproveitamento, proteção e valorização, nos termos do Programa e em conformidade com os pressupostos apresentados.

A riqueza do patrimônio cultural pernambucano também está presente nas manifestações de natureza imaterial, representadas pelos modos de fazer e de criar; pelas expressões populares únicas e exclusivas desta região, como o frevo e o maracatu; pelas tecnologias tradicionais; pelo aproveitamento dos recursos naturais na culinária e no artesanato, nos festejos, folguedos, danças e cânticos, enfim, pela religiosidade popular, entre tantos outros elementos.

Expressões da cultura local, como o linguajar e sotaque pernambucanos, a literatura de cordel, os poetas populares, o mamulengo e os desafios de viola são significativos para a caracterização desse patrimônio, onde as tradições também impulsionam os movimentos de vanguarda, como o Mangue Beat, reconhecido e valorizado em todo o país.

Entre os festejos, folguedos e datas tradicionais, destacam-se os folguedos nas festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, promovidas em todo o Estado durante o mês de junho; o Recifolia - carnaval fora de época; os festivais culturais e o carnaval pernambucano, dono de

características particulares e exclusivas, já consagrado nacional e internacionalmente, principalmente em Recife, Olinda e alguns municípios do interior.

Ressalte-se que uma das características mais marcantes do turismo é a propriedade estatal dos atrativos e da maioria das atrações e algumas atividades-chave geradoras de receita, tais como praias, áreas de proteção, museus, centros de convenções, salões de exposição, complexos de esporte e lazer.

De acordo com Barbosa (2002), as propriedades públicas dos atrativos e produtos turísticos podem causar um hiato na gestão da atividade, reflexo da diferença da gestão pública e da característica empresarial e mercantil da atividade. No entanto procedimentos de categorização dos atrativos turísticos podem permitir, com base em critérios técnicos, a identificação de qualidades e valores específicos de cada atrativo, bem como da natureza e dos elementos que exercem ou podem influenciar o aproveitamento turístico de cada um, possibilitando o planejamento e facilitando as decisões dos governantes, administradores, gestores e empreendedores.

Neste trabalho, utilizar-se-á uma matriz constituída de mercados-alvo, segmento turístico e atrativo local para identificar melhor o produto turístico a ser ofertado, o cliente e o recurso turístico segundo sua natureza (natural, cultural).

Quadro 3.3.1.1

Matriz mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Europeu – Portugal, Itália, Alemanha, Espanha, França, Holanda, Bélgica, Europa Setentrional	Sol e praia	Praia, rio, estuário, ilha.
Sul americano – Argentina, Chile	Náutico	Praia, rio, estuário, ilha, açude
EUA	Cultural	Patrimônio histórico e cultural, festas religiosas, folclore, artesanato
Asiático	Negócios e eventos	* Centro de convenções e facilidades
Brasil sudeste (BrSE), Brasil Nordeste (BrNE)	Ecoturismo	Parques Naturais, Reservas Ecológicas, Parques de Florestas Atlântica, Mangue, etc.
Brasil sul (BrS),	Rural	Fazendas, Engenhos, Mirantes
Etc.	Etc.	Etc.
* Este equipamento foi inserido em atrativos para indicar a vocação local para o turismo de negócios e eventos		

Fonte: elaborado pela FGV

Importante ressaltar que o inventário completo da oferta turística de PE, foi realizado em 2008 pelo governo do estado de Pernambuco utilizando a metodologia do Ministério do Turismo (inventário em CD anexo). Os atrativos mencionados a seguir são considerados apenas os principais de cada município do Pólo Costa dos Arrecifes.

RECIFE

Quadro 3.3.1.2

Matriz Recife: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia	Praias do Pina, da Boa Viagem de Brasília Teimosa, da Piedade, das Candeias, dos Arrecifes.
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Náutico	Açudes de Apipucos e dos Brennand; Bacia do Pina; Estuários do Rio Beberibe e do Rio Capibaribe; Jardim Botânico do Recife
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Bairro do Recife Antigo; Basílica de Nossa Senhora da Penha; Casas da Cultura, Grande do Engenho Barbalho, de Oliveira Lima, de Manuel Bandeira; Fortes do Buraco, do Brum, das Cinco Pontas; Igrejas de Nossa Senhora da Boa Viagem, de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora das Dores, de Nossa Senhora das Fronteiras, de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Museus: Casa do Carnaval; Espaço Ciência/ Museu Interativo de Ciências; Museu da Cidade do Recife; da Abolição; de Arte Moderna; de Arte Popular; de Arte Sacra Padre Roberto Barbalho; de Ciências Naturais; do Departamento de Extensão da UFPE; do Estado; do Homem do Nordeste; do Trem; Militar do Forte do Brum ; Murilo La Greca.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Carnaval
Argentina, Chile, EUA, Portugal, BrS, BrSE, BrNE	Negócios e eventos	*Centro de eventos (Olinda)

* Este equipamento foi inserido em atrativos para indicar a vocação local para o turismo de negócios e eventos

Fonte: elaborado pela FGV

Dada a importância de seu acervo histórico, artístico e cultural, o Bairro do Recife vem sendo ordenado por uma legislação urbanística direcionada à preservação desses valores. De maneira

geral, a legislação divide o Bairro em dois tipos de zonas de preservação: a rigorosa (ZPR) e a ambiental (ZPA).

A primeira delas visa garantir as características essenciais do conjunto em termos de ocupação, gabarito e forma, abrangendo grande parte da arquitetura eclética. A segunda, por sua vez, visa a preservação do entorno da ZPR e está dividida em sete setores.

Na esfera municipal, amplo instrumental de proteção, de planejamento e de gestão urbanos viabiliza a preservação e a salvaguarda do rico e diversificado patrimônio cultural e natural recifense. Entre os instrumentos locais de proteção e de ordenamento urbano, o município conta com um sistema composto por uma estrutura institucional especialmente constituída para essa finalidade, por normas e legislação específicas, em constante revisão e atualização, além de instrumentos de incentivo fiscal e de financiamento próprios.

Essas condições especiais favorecem a implementação de programas para novos investimentos em Recife, tais como os previstos no Programa PRODETUR NACIONAL, por exemplo, ou em outros planos programas governamentais em execução ou passíveis de serem implantados na área.

Em termos de recuperação e reabilitação de imóveis que compõem os roteiros culturais da capital, observa-se necessidades de intervenções nas seguintes edificações.

O Museu do Recife necessita ter seu patrimônio recuperado com intervenções na edificação e seu entorno para dar suporte aos circuitos culturais realizados na área central da cidade.

As áreas que fazem limite com o centro do Recife e que compõem os roteiros turísticos dos bairros de Santo Antonio, São José e de seus eixos de acesso, apresentam hoje uma situação de degradação que comprometem a sua imagem urbana, necessitando de ações de paisagismo, recuperação de canteiro central/calçadas/iluminação pública e sinalização a exemplo de ações iniciada pelo PRODETUR II com a requalificação do Portal Norte do Recife.

O bairro do Recife Antigo, representa o maior investimento, tanto do setor público, quanto do privado, no que tange a recuperação e requalificação de prédios antigos. Hoje, o Bairro do Recife é atração contemplativa e de lazer para os turistas e recupera seu vigor como espaço comercial e

de serviços, quando nele se instala o Porto Digital, que está atraindo investimentos do Pólo de Informática do Recife, além de um Shopping Center dotado de todos os equipamentos e atrações que caracterizam tal empreendimentos. Não obstante todo o esforço que vem sendo despendido é necessário um contínuo processo de recuperação deste importante bairro turístico, através da recuperação de edificações e de seus espaços públicos. O Cais do Apolo, cais da Alfândega, cais da rua da Aurora e pólo Pilar constituem espaços de recepção, agregação e distribuição dos fluxos que permeiam o Bairro do Recife e necessita sofrer um processo de requalificação física com a recuperação e implantação de mobiliário urbano para desempenhar corretamente sua função no contexto do Bairro.

Integrantes do Bairro do Recife, os Armazéns do Porto necessitam ser recuperados e incorporados à área terminal marítimo de passageiros, sendo necessário também um estudo vocacional para direcioná-los à novos empreendimentos integrados aos demais usos do entorno e sustentáveis.

Entre algumas das proposições do novo Plano Diretor, constam: criação ou resgate de um símbolo turístico da cidade; implantação do sistema de sinalização urbana e turística da cidade; tratamento paisagístico das vias de acesso à cidade; incentivo às práticas de esportes náuticos; adequação da bacia do Pina para atividades de lazer náuticas e passeios ecológicos.

Constam, ainda, do Plano: a incorporação dos rios que banham a cidade ao seu sistema viário, com atividades turísticas associadas; implantação de roteiros a pé nos bairros do Recife Antigo, Santo Antônio, São José e Boa Vista, de forma integrada ao sistema de transporte turístico-rotativo; implantação do Memorial do Frevo e do Carnaval; revitalização do Conselho Municipal de Turismo; consolidação dos pólos gastronômicos do Pina, Bom Jesus e Pátio de São Pedro; promoção de estudos sobre o Pólo Médico do Recife e o Porto Digital.

A revitalização urbana requer uma estratégia de implantação com várias frentes de atuação e com diferentes mecanismos de incentivos, parcerias, investimentos e controle. As atividades que deram a partida e estão promovendo a revitalização do Bairro do Recife referiam-se àquelas de animação cultural e de lazer. Contudo, vêm se mostrando insuficientes para garantir a continuidade e a manutenção do processo de revitalização.

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife previu esta ocorrência e apontou a estratégia a ser seguida, ou seja, a expansão da experiência a outras áreas degradadas do Bairro, introduzindo um conjunto de novas atividades que pudessem impulsionar a vida urbana e garantir a qualidade ambiental.

A área prioritária de intervenção, prevista para as próximas etapas, é a do Pólo do Pilar. As atividades a serem introduzidas são a habitação, o comércio varejista e os serviços modernos. E os instrumentos, por sua vez, são a implantação do projeto encaminhado ao BID (PRODETUR), a nova legislação urbanística do Bairro e um novo programa de infraestrutura.

O conjunto de sítios constituído pelos núcleos históricos do Recife e Olinda, incluindo os localizados nas praias de Paulista, devido à sua amplitude e diversidade, constitui um dos maiores recursos do ambiente construído da RMR.

Quanto a apropriação dos investimentos efetuados pelo Estado e Prefeitura do Recife na Revitalização do Bairro do Recife, incluindo as ações decorrentes do PRODETUR II, podem ser analisados três indicadores: a resposta do setor privado através da implementação de novos equipamentos e o aumento do fluxo turístico e da atratividade do bairro, frente à demanda turística e população residente.

A resposta do setor privado ao esforço do investimento público no Bairro do Recife foi bem maior após 1996. Primeiro, porque o esforço de recuperação dos imóveis privados ultrapassou o limite da área Bom Jesus, no Recife Antigo, inclusive com novos investimentos em manutenção e reforma em imóveis. Nesse sentido, pode ser estimado através de uma relação multiplicadora de 1:5, os investimentos privados realizados no Bairro do Recife, comparativamente aos investimentos públicos implantados nesta localidade.

Quanto ao aumento do fluxo turístico e da atratividade do Bairro do Recife frente à população residente, é nítida a crescente visitação do bairro histórico, tanto no período diurno, quanto noturno, bem como o afluxo de pessoas que o freqüentam nos eventos culturais promovidos pela Prefeitura, e nos bares e restaurantes que promovem um animado centro de lazer e entretenimento configurando o principal Pólo de Animação Noturna recifense.

Importantes ações de gestão e manutenção dos bens imóveis, inclusive internalizando receitas geradas pela visitação turística para a sustentabilidade dos bens culturais, ainda carecem de desenvolvimento, podendo, por exemplo, ser planejada a comercialização de “passaportes culturais”, incluindo diversas opções de roteiros internos, a exemplo de outros destinos. Tais ações, entretanto pressupõem uma boa articulação institucional entre as instâncias municipal e estadual e dessas com o setor privado, mercedores de estudos específicos a serem desenvolvidos no PRODETUR NACIONAL.

Quanto a estimativa dos turistas que visitam o Bairro do Recife e o Centro Histórico de Olinda, não existem registros que precisem este quantitativo. No entanto, pode ser afirmado que a quase totalidade da demanda nacional - interregional e internacional que aporta no Recife visitam estes importantes ícones culturais pernambucanos.

OLINDA

Quadro 3.3.1.3

Matriz Olinda: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia/lazer	Mirantes do Seminário de Olinda, da Ribeira, do Alto da Sé, do Largo da Misericórdia; Praias do Rio Doce, da Casa Caiada, do Bairro Novo, do Farol, do Carmo, dos Milagres, do Ponta Del Chifre..
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Antigo Palácio Episcopal; Biblioteca Pública de Olinda; Fortim de São Francisco; Mercado da Ribeira e Mercado Eufrásio Barbosa; Conventos: de Santo Amaro de Água Fria, de São Pedro Advíncula, de São Francisco; Igrejas da Misericórdia, de Nossa Senhora da Boa Hora, de Nossa Senhora de Guadalupe, de Nossa Senhora do Amparo, de Nossa Senhora do Desterro, de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Santa cruz dos Milagres, de São José dos Pescadores, de São Pedro Mártir, de São Sebastião, do Bom Jesus, Igreja do Carmo, de Nossa senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Monte, Capela de Sant`Ana; Museus do Mamulengo, Regional de Olinda.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Carnaval
Argentina, Chile, EUA, Portugal, BrS, BrSE, BrNE	Negócios e eventos	*Centro de eventos

* Este equipamento foi inserido em atrativos para indicar a vocação local para o turismo de negócios e eventos

Fonte: elaborado pela FGV

Consagrada pela Unesco como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade, Olinda reúne em todo o sítio histórico casarios, igrejas e conventos que foram pioneiros no Brasil e belíssimos mirantes naturais.

Carnaval – o carnaval olindense é um dos que mais preserva as tradições carnavalescas e atrai turistas de todo o país e do mundo, com grande influência na economia da região. Manifestação de rua, com a presença de troças e blocos, palhaços mascarados, bonecos gigantes, afoxés, ursas e danças como o maracatu, o caboclinho e o bumba-meu-boi. Grande destaque para o frevo, um dos fatores que individualiza o carnaval olindense.

Centro de Convenções – é o 3º maior pólo de eventos do país e um dos mais modernos da América Latina. Dista apenas 12 km do Aeroporto Internacional dos Guararapes e situa-se entre Recife e Olinda.

As políticas públicas para Olinda, no tocante à preservação de seu patrimônio cultural e natural, deverão priorizar a questão habitacional e o provimento de infraestrutura para os moradores locais e para o turismo, ainda bastante deficientes na área. As dificuldades e limitações para a recuperação e para a manutenção das edificações históricas, especialmente por parte da população residente, é um dos elementos a serem destacados na busca de soluções para os problemas mais graves desse sítio histórico. É necessário, portanto, evitar o esvaziamento da área, como vem ocorrendo sistematicamente em outras localidades, uma vez que este é um fator de peso na deterioração e degradação das áreas de valor histórico-cultural, às vezes em caráter irreversível. O tratamento das áreas de interesse natural e paisagístico representa também um elemento importante no tratamento dos problemas identificados no município.

IPOJUCA

Quadro 3.3.1.4

Matriz Ipojuca: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo	Praias da Gamboa, Muro Alto, Pau Alto, Cupê, Porto de Galinhas, Maracaípe, Enseadinha, Serrambi, Cacimbas, Franceses, Toquinho, Ilha de Santo Aleixo, • Mangues dos Rios Maracaípe, Merepe e Ipojuca, Mangue da Camboa; Engenhos Canoas, Gaipió; Furna dos Holandeses; Cachoeiras de Santa Clara, do Crauaçu, Matina; Parque Natural Estadual de Suape; Neck Vulcânico; Ilhas do Francês e de Tatuoca.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural, Rural	Antigos Engenhos, Igreja Nossa Senhora da Conceição do Outeiro, Convento/Igreja de Santo Cristo, Porto de Suape
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Festas Religiosas.

Fonte: elaborado pela FGV

PAULISTA

Quadro 3.3.1.5

Matriz Paulista: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico,	Mangue do Rio Timbó; Praias da Enseadinha, de Marinha Farinha, do Pontal de Maria Farinha, da Conceição, da Nossa Senhora do Ô, de Pau Amarelo, do Janga;• Rio Timbó.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Capelas de Santo Antônio, de Paratibe e do Janga; Igrejas de Nossa Senhora da Conceição da Praia, de Nossa Senhora do Ô, de Santa Isabel Rainha de Portugal, de São João da Barra Mansa; Forte do Pau Amarelo; Vila Operária de Paulista.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Gastronomia típica, Festas Religiosas, Carnaval.

Fonte: elaborado pela FGV

Paulista é detentora de um Monumento de grande importância dentro do acervo do patrimônio histórico do Estado, o Forte do Pau Amarelo que está localizado a vinte km do centro do Recife na orla marítima da Praia de Pau Amarelo, área de grande interesse turístico. O Forte de Pau

Amarelo é também chamado de Nossa Senhora dos Prazeres, por causa de sua capela sob essa invocação. Segundo Pereira da Costa, o forte teria sido construído no início do século XVIII, seguindo projeto do engenheiro português Luiz Francisco Pimentel, para defender a barra da praia de Pau Amarelo, por onde entraram os holandeses em Pernambuco, em 1630, e constava de uma bateria com dois meio - baluartes. Foi reconstruído durante o século XIX.

RIO FORMOSO

Quadro 3.3.1.6

Matriz Rio Formoso: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico	Cachoeiras da barragem do Gindaí; Corredeira "A Toca da Serra D'Água"; Rios Formoso e Ariquindá; Praia da Pedra; Mangues; Mirantes da Fazenda Amaragi e do Reduto.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural, Rural	Antigos Engenhos (Machados, Pedra de Amolar e Bom Jardim); Igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Nossa Senhora do Livramento, de São José; Sobrados da Rua São José e Usina Cucau.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Folclore, Gastronomia típica, Festas religiosas.

Fonte: elaborado pela FGV

A cidade é bastante carente em matéria de equipamentos nas diversas áreas, inclusive a do lazer. A população local conta apenas com os serviços de atendimento mais imediato, dependendo da Capital em todos os aspectos.

SIRINHAÉM

Quadro 3.3.1.7

Matriz Sirinhaém: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico	Cachoeira de Jaciru Baixo; Ilha de Santo de Aleixo; Bica do Zeca; Mirante do Outeiro do Livramento; Praias da Gamela, de Guadalupe, de Barra de Sirinhaém; Rios Formoso e Sirinhaém.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural, Rural	Casas de Câmara e Cadeia, de Moradia, de Farinha de Isabel; Capelas de São Roque e de Santo Amaro; Engenhos de São José, de Jaguaré, do Tinoco, da Ubaca Grande; Convento de São Francisco; Igrejas de Santo Amaro, de Nossa Senhora da Conceição; Usina Trapiche .
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Gastronomia típica, Festas religiosas

Fonte: elaborado pela FGV

TAMANDARÉ

Quadro 3.3.1.8

Matriz Tamandaré: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo.	Cachoeira Bulha D'água; Ilha de Santo Aleixo; Praias de Tamandaré, do Pontal do Lira, Boca da Barra, dos Carneiros, de Campas; Piscinas Naturais; Reserva Ecológica de Saltinho; Rios Ariquindá e Formoso.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Convento de São Francisco; Forte de Santo Inácio de Loyola; Igrejas de São Pedro, de São José.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Gastronomia típica; Festas religiosas

Fonte: elaborado pela FGV

BARREIROS

Quadro 3.3.1.9

Matriz Barreiros: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo.	Praias do Porto, de Mamucabinhas, de Mamucabinhas, da Várzea do Una; Ilhas do coqueiro solitário, do Piabas de Cima; Reservas da Mata Atlântica; Mangues; Pedra do Corisco; Rio Uma; Bica do Porto.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Capela Nossa Senhora do Rosário; Casarões dos Engenhos da Bombarda e Muitas Cabras; Casa da Cultura; Engenhos Cachoeira Linda e Carassu; Igreja Matriz de São Miguel; Ruínas da Igreja São Gonçalo do Amarante, da estação de trem, das Usinas rio Una e Central Barreiros.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Gastronomia típica; Festas religiosas

Fonte: elaborado pela FGV

CABO DE SANTO AGOSTINHO

Quadro 3.3.1.10

Matriz Cabo de Santo Agostinho: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo.	Ilha do Francês; Parque Natural Estadual de Suape; Praias do Paiva, de Itapuama, da Pedra do Xaréu, da Enseada dos Corais, do Gaibu, de Calhetas, do Cabo de Santo Agostinho, do Paraíso, de Suape; Cachoeira do Gurjaú; Reserva Biológica de Mangues e Restingas (Engenho Ilha); Mata do Zumbi; Mirantes da Pedra da Pimenta, de Gaibu, do Farol, do Forte Castelo, do Paraíso.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Casa Grande do Engenho Guerra; Igrejas de Nossa Senhora de Nazaré, Matriz de Santo Antônio, de Nossa Senhora de Fátima, de Nossa Senhora do Livramento, de Santo Amaro, de São Miguel, de São José do Paiva; Velho Quartel; Fortes Castelo do Mar, do Pontal; Engenhos Massangana, Jurissaca, Novo; Farol Velho de Nazaré.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Carnaval, Festejos (destaque para a Ouriçada), Folclore

Fonte: elaborado pela FGV

GOIANA

Quadro 3.3.1.11

Matriz Goiana: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo.	Ilha do Celeiro; Mirantes da Barra de Catuama, do Farol; Praias de Catuama, da Barra de Catuama, de Atapuz, Carne de Vaca, Ponte de Pedras; Reserva Florestal Tabatinga; Rio Goiana.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural, Rural	Casa Grande do Engenho Guerra; Igrejas de Nossa Senhora de Nazaré, Matriz de Santo Antônio, de Nossa Senhora de Fátima, de Nossa Senhora do Livramento, de Santo Amaro, de São Miguel, de São José do Paiva; Velho Quartel; Fortes Castelo do Mar, do Pontal; Engenhos Massangana, Jurissaca, Novo; Farol Velho de Nazaré.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Carnaval, Maréfolia; Gastronomia típica e Festival de Frutos do Mar; Folclore e Artesanato.

Fonte: elaborado pela FGV

IGARASSU

Quadro 3.3.1.12

Matriz Igarassu: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo.	Arquipélago Estuarino do Canal de Santa Cruz, Estuário e Manguezal do Rio Timbó, Estuário e Manguezal do Rio São Domingos, Engenho Monjope; Ilhota Coroa do Avião; Floresta de Mata Atlântica; Mata e Usina São José; Mirantes Natural da Fazenda Zumbi Safári, Natural Colina 77; Praias da Gavôa, do Capitão, dos Marcos; Refúgio Ecológico Charles Darwin.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Casa da Câmara e Cadeia; Casarios da Rua Frei Caneca, da Praça da Bandeira e Ladeira do Livramento; Capelas de Nossa Senhora do Livramento, São Sebastião; Conventos de Santo Antônio, São Francisco; Igrejas dos Santos Cosme e Damião, e Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus; Prédio do Museu Histórico de Igarassu; Ruínas da Misericórdia, do Rosário; Sítio Histórico de Igarassu.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Gastronomia típica.

Fonte: elaborado pela FGV

A histórica cidade de Igarassú, localizada na Região Metropolitana do Recife, é considerada detentora do terceiro maior acervo histórico e cultural do Estado de Pernambuco, incluindo, entre tantas outras riquezas, a mais antiga igreja do Brasil tudo isso imortalizado na linda canção do compositor pernambucano Capiba. Hoje este acervo necessita de intervenções, tais como: complementação das obras do Convento de Santo Antônio, consolidação das Ruínas do Abrigo das Mulheres, restauração da Casa de D. Pedro II e recuperação urbana do Sítio dos Marcos. Observa-se ainda, que o Engenho Monjope, localizado neste município, constitui o único Engenho do Estado de Pernambuco a manter os 4 elementos básicos na formação dos antigos modelos de organização agrícola, quais sejam: a casa grande, a igreja, a senzala e a moenda.

Para esse importante monumento é necessária e urgente a sua restauração arquitetônica e arqueológica, incluindo também a necessidade de estudos quanto a sua utilização e a gestão desses elementos, além da pavimentação de seus acessos. Nesse Engenho, uma lenda viva na memória do povo pernambucano, encontra-se um interessantíssimo sistema de capacitação de águas da época dos escravos, responsável pelo acionamento da moenda, onde outrora foi fabricada a famosa cachaça Monjope. O Engenho Monjope localiza-se à apenas 30 km do centro do Recife, as margens da rodovia BR -101, assegurando conforto e acessibilidade aos visitantes.

ITAMARACÁ

Quadro 3.3.1.13

Matriz Itamaracá: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo.	Centro de Preservação do Peixe-Boi Marinho; Lagoa Azul; Mangue do Canal de Santa Cruz; • Matas de Jaguaribe, de Lance dos Cações, de Santa Cruz, do Engenho Amparo, do Engenho Macaxeira, do Engenho São João; Mirantes da Vila Velha, do Pontal; Praias do Pontal da Ilha, do Forte Orange, do Pontal de Jaguaribe, de São Paulo, de Jaguaribe, dos Quatro Campos, do Pilar (Corrupio), da Baixa Verde, da Enseada dos Golfinhos, do Rio Âmbar, do Forno de Cal, do Forte Orange, do Fortinho, do Sossego; Rio Jaguaribe.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural, Rural	Casa de Farinha do Sítio Gameleira; Engenhos de São João, do Amparo; Igrejas de São Paulo, de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Pilar, do Bom Jesus dos Passos; Museu da Fundação Forte Orange; Ruínas da Igreja do Rosário dos Pretos; Vila Velha.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Folclore

Fonte: elaborado pela FGV

O município de Itamaracá se destaca pelas diversas edificações antigas/seculares sendo que há algumas em estágio avançado de degradação. Assim, observa-se a necessidade da recuperação do Engenho São João, cuja construção encontra-se degradada e a requalificação urbana de Vila Velha, com ações de organização urbanística permitindo aos turistas uma melhor visitação e a compreensão da evolução da região. A recuperação do Engenho de São João pressupõe tanto o tratamento arquitetônico da casa sede do Engenho, assim como a consolidação das ruínas restantes.

Além dos monumentos supracitados, verifica-se no município de Itamaracá uma deficiência no que concerne à acessibilidade de pedestres aos monumentos históricos locais, salientando-se a inexistência de trilhas ou vias de pedestres que permitam um circuito integrado. Observa-se que o município de Itamaracá já possui uma oferta significativa de trilhas traçadas pela natureza, sendo importante aproveitá-las, prepará-las e integrá-las, visando incentivar o ecoturismo e ao mesmo tempo garantir a preservação do meio ambiente, integrando-o ao patrimônio cultural existente.

Deve-se potencializar o aproveitamento cultural, educativo e turístico dos bens naturais e culturais existentes no município, integrando-os em roteiros turísticos internamente ao município e, também, em roteiros abrangendo a área do Pólo.

Promover o patrimônio local através de Programas e Projetos de educação patrimonial, ambiental, e de estratégias de divulgação e marketing.

Articulação com as instâncias do poder público e da sociedade civil, otimizando esforços em benefício da preservação.

ITAPISSUMA

Quadro 3.3.1.14

Matriz Itaipissuma: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal; Itália; Espanha; Argentina; EUA; Alemanha; França; Suíça	Ecoturismo.	Canal de Santa Cruz; Mangue do Canal de Santa Cruz; Parque Sítio Ecológico Frei Alfredo.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Igreja de São Gonçalo do Amarante.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Festas religiosas.

Fonte: elaborado pela FGV

Canal de Santa Cruz; Mangue do Canal de Santa Cruz; Parque Sítio Ecológico Frei Alfredo.

JABOATÃO DOS GUARARAPES

Quadro 3.3.1.15

Matriz Jaboatão dos Guararapes: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia	Praias da Barra de Jangada, da Piedade, Candeias, do Paiva.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Antiga Casa dos Prefeitos; Antigo Mercado Público; Basílica Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora; Casa Grande dos Engenhos: Duas Unas, do Engenho Macujé; Engenhos de Megaype, de Santana; Igrejas de Nossa senhora da piedade, de Nossa senhora do livramento, de Nossa Senhora do Loreto, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora dos Prazeres, de Santo Amaro; Monumento de Nossa Senhora da medalha Milagrosa; Muribeca dos Guararapes; Parque Histórico Nacional dos Guararapes; Usina Jaboatão; Santuário Basílica de Nossa Senhora Auxiliadora; Café das Artes.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Festa da Pitomba; Artesanato; Folclore

Fonte: elaborado pela FGV

O Parque Histórico Nacional dos Guararapes, inserido no município de Jaboatão dos Guararapes, destaca-se pelo seu significativo valor histórico na formação do povo pernambucano, e localiza-se estrategicamente numa das entradas do município do Recife. Além da possibilidade de abrigar eventos de instituições públicas e privadas das diversas áreas, poderá também, ser direcionado para o estímulo de empreendimentos culturais e de organização da sociedade local. Para isso deve-se preocupar com a recuperação dos equipamentos mínimos e essenciais já existentes na área livre de ocupação no Parque, que são a Via de Acesso, o Mirante e a única edificação comunitária característica – a Lanchonete/Doçaria.

Em termos necessidades do Parque destaca-se a operacionalização da concepção estratégica do Parque, que visa o estabelecimento das bases de curadoria cultural neste âmbito de ação, definindo normas para procedimentos, tais como licenciamentos de usos dos recursos patrimoniais e ambientais do Parque, definindo os parâmetros e critérios para aprovação das atividades e novos projetos para o Parque, a exemplo do que existe em muitos outros parques nacionais, do Brasil e no mundo. Além disso, necessita-se também de um Plano de Gestão que deve priorizar a gestão democrática e a sustentabilidade do Parque no desenvolvimento, implementação e operação de suas atividades, isso com a ajuda de organizações comunitárias fortalecidas.

A formulação de um plano de segurança também se faz necessário, pois é de suma importância assegurar todos os usuários, visitantes e residentes daquele para usufruto das dependências do Parque.

Deve-se potencializar o aproveitamento cultural, educativo e turístico dos bens naturais e culturais existentes no município, integrando-os em roteiros turísticos internamente ao município e, também, em roteiros abrangendo a área do Pólo. Também promover o patrimônio local através de Programas e Projetos de educação patrimonial, ambiental, e de estratégias de divulgação e marketing.

Recomenda-se articular com as instâncias do poder público e da sociedade civil, somando e otimizando esforços em benefício da preservação e melhoria das condições locais.

SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE

Quadro 3.3.1.16

Matriz São José da Coroa Grande: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico	Praias da Várzea do Una, de Gravatá, Barra da Cruz, de São José da Coroa Grande; Rio Uma; Mirantes da Ladeira do Pipiri, da Pedra Grande;.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Museu do Uma; Engenho Morim; Casa de farinha do Sr. João da Sulina; Igreja de São José.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Artesanato, Folclore, Gastronomia típica, Festas religiosas, Carnamar, Festival do Coco.

Fonte: elaborado pela FGV

DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA

Quadro 3.3.1.17

Matriz Fernando de Noronha: mercados-alvo, segmentos turísticos e atrativos

Mercados-principais	Segmentos turísticos	Atrativos
Portugal, Suíça, EUA; Argentina; Itália, Alemanha; Espanha; França, Chile, Holanda, Bélgica; Europa Setentrional, BrSE, BrS	Sol e praia, Náutico, Ecoturismo	Açude do Xaréu; Baías dos Porcos, de Santo Antônio, do Sancho, dos Golfinhos, do Sueste; Buraco da Raquel; Enseada dos Golfinhos; Praias da Caeira, da Enseada da Caeira, do Atalaia, Ponta das Caracas, do Leão, da Baía do Sancho, da Baía dos Porcos, do Cacimba do Padre, do Quixaba, do Bode, do Americano, de Boldró, da Conceição, do Meio, do Cachorro, de Santo Antônio (Porto), de Air France, Ponta das Caracas.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS	Cultural	Antiga Residência do Chefe do Presídio; Antigo Quartel do Exército; Igreja Nossa Senhora dos Remédios; Forte de São Pedro do Boldró; Fortaleza de Santo Antônio; Palácio São Miguel; Hotel Esmeralda; Casa de Detenção de Quixaba; Reduto ou Fortim de Santa Cruz; Vilas da Quixaba, dos Remédios.
Portugal; EUA; França; Alemanha; Chile, Holanda, Bélgica; BrSE, BrS, BrNE	Cultural	Folclore, Artesanato, Festas religiosas

Fonte: elaborado pela FGV

Atualmente, observa-se a necessidade de intervenção em todos os elementos citados acima com destaque para o núcleo inicial da ocupação no arquipélago representado pelo Centro Histórico da Vila dos Remédios, aonde devem ser implementadas ações de revitalização e recuperação das antigas casas de banho, da barragem sobre o riacho Mulungu e dos terraços do antigo Forte de Sant'Ana.

Nos antigos presídios da Vila da Quixaba, núcleo ocupado pela população carcerária, onde viveram os correccionais de mau comportamento, salienta-se a necessidade da restauração do pátio da Igreja, praça, acessos, afloramento e consolidação das ruínas do antigo presídio.

A Administração da ILHA possui, atualmente, dezoito projetos voltados para a pesquisa e resgate arqueológico em ruínas e sítios distribuídos pelo território. Os projetos, de modo geral, visam a identificação e valorização dos sítios arqueológicos históricos por meio de sua inserção em trilhas estabelecidas de eco-turismo, associando o turismo ecológico ao histórico-cultural.

Pode-se pensar que a ocupação temporária da ILHA impediu o florescimento de uma cultura própria. Não há registros de danças, costumes, comidas ou outras manifestações típicas do arquipélago. As expressões imateriais do patrimônio cultural se fazem presentes através dos folguedos e costumes próprios da região nordeste como um todo. A única exceção parecem ser as lendas advindas dos tempos do Presídio Comum. Folcloristas, historiadores (Os folcloristas Câmara Cascudo, Olavo Dantas e Gustavo Barroso Pinto, além da historiadora Marieta Borges são alguns nomes que se ocuparam ou vêm se ocupando do tema das lendas do arquipélago de Fernando de Noronha) e a própria tradição oral se encarregaram, ao longo do tempo, de preservar esta manifestação que parece ser a única do arquipélago.

- Museus: Museu e Arquivo Histórico - restaurado em 1990, possui um pequeno acervo de obras e documentos de valor histórico, bem como peças e reproduções importantes.

Todas as iniciativas e intervenções no local deverão se dar de forma planejada e criteriosa, de modo a não causar desequilíbrios e outros prejuízos.

3.4 Análise dos Equipamentos e Serviços Turísticos Existentes no Pólo Costa dos Arrecifes

Nos últimos anos, a ênfase na importância de serviços e equipamentos turísticos adequados para determinado mercado, ou segmento do turismo, tem adquirido maior relevância no desenvolvimento da atividade, pois a satisfação do turista é influenciada, entre outras variáveis, pela disponibilidade e qualidade dos referidos serviços e equipamentos turísticos.

Enquanto a infraestrutura é fornecida, na maioria das vezes, pelo setor público, os serviços turísticos normalmente são atividades do setor privado, uma vez que é o elemento gerador de lucro de um destino turístico. Estão incluídos no conceito de serviços e equipamentos turísticos os meios de hospedagem, restaurantes, atrações construídas, comércio varejista, entre outros. Vale ressaltar que essas atividades econômicas são componentes essenciais para o desenvolvimento de um destino turístico e podem ser consideradas bons indicadores de qualidade do destino e valor da viagem.

Nesse sentido, os destinos turísticos têm dado maior atenção à provisão de serviços e produtos turísticos de qualidade. Ressalte-se que o fornecimento de serviços de qualidade, em cada empreendimento turístico, é fundamental para a manutenção e conquista de vantagens competitivas.

Outro ponto a ser enfatizado é que o turismo pode ser considerado uma atividade de alto nível de envolvimento, no qual as pessoas fazem a diferença. Sendo assim, um ótimo preparo das pessoas envolvidas na atividade permitirá que as empresas ganhem uma margem competitiva e agreguem valor ao destino turístico.

No aspecto de recursos humanos, destaca-se a necessidade do planejamento da força de trabalho, uma vez que a provisão de uma força de trabalho educada e treinada para atender às demandas dos turistas tem sido uma tarefa árdua para governos e iniciativa privada.

Assim, os seguintes fatores foram levadas em consideração para efeitos de avaliação da oferta agregada dos destinos turísticos na dimensão serviços e equipamentos turísticos: (i) sinalização turística; (ii) centro de atendimento ao turista; (iii) espaço para eventos; (iv) capacidade dos meios

de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) qualificação profissional; e (vii) restaurantes.

3.4.1 Serviços e Equipamentos de Hospedagem

O Estado de Pernambuco conta com uma oferta de meios de hospedagem diversificada em tipo e qualidade. Contudo, não é possível apresentar a segmentação da oferta segundo categoria. A classificação obrigatória dos meios de hospedagem foi suspensa pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, em 1997. Em 1998, foi lançada nova matriz de classificação, desta vez opcional, que não teve boa aceitação por parte dos hoteleiros.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH implantou um sistema próprio de classificação nesse período, sistema este que foi suspenso na Justiça pela EMBRATUR. Em 2000, foi elaborada uma nova matriz de classificação pela EMBRATUR, porém, até o momento, ainda não entrou em vigor. O Ministério do Turismo, que atualmente possui a atribuição de normatização dos equipamentos turísticos, delegou a função da classificação hoteleira para os órgãos estaduais de turismo, mas estes ainda não colocaram em prática um sistema classificatório segundo a categoria do empreendimento.

O inventário da oferta turística realizado em 2008 levantou que o Pólo dos Arrecifes possui 558 empreendimentos de meios de hospedagens entre hotéis, flats e pousadas, com 33.207 leitos ao todo e empregam 6.663 funcionários (tabela 3.12. anexo 5). Como já era previsível, a grande concentração de leitos está concentrada na RMR principalmente nos municípios de Recife (10.892 leitos), Ipojuca (8815 leitos), Cabo de Santo Agostinho (2.734 leitos), Jaboatão dos Guararapes (2.355 leitos).

O detalhamento dos tipos de equipamentos desses meios de hospedagens encontra-se no Inventário da Oferta Turística de Pernambuco, o qual indica que as pousadas aparecem com expressiva participação no total de UH's ofertadas nos demais municípios do Litoral devido à predominância desse tipo de equipamento em Fernando de Noronha e no município de Ipojuca, fato que está associado a especificidades locais e à segmentação do turismo. Fernando de Noronha tem limitações ambientais de expansão do uso do solo pelo fato de ser APA federal e estadual, além de Parque Nacional Marinho, sendo adequada a existência de instrumentos normativos que limitam a construção de prédios de grande porte.

Tanto em Porto de Galinhas como em Fernando de Noronha, registra-se uma grande participação do segmento de esportes náuticos como surf e mergulho, atividades praticadas principalmente pelo público jovem. Além disso, nos dois casos, tal ocorrência reflete, em termos econômicos, a ampla inserção de investidores com menor aporte de capital, beneficiando diretamente à comunidade local, atendendo a um dos princípios básicos do desenvolvimento sustentável do turismo.

3.4.2 Serviços e Equipamentos de Alimentação (A & B)

A tabela 3.13 do anexo 5, apresenta o total de estabelecimentos do tipo alimentos e bebidas (A & B), aí incluídos as casas de show, lanchonetes, pizzarias, restaurantes e delicatessens. O número por cada tipo de equipamento de A & B, bem como sua capacidade de atendimento (número de mesas e lugares) está especificado para cada município no Inventário da Oferta Turística de Pernambuco.

É visível a predominância dos equipamentos de alimentação na RMR, como já era esperado. Recife possui a maioria desses estabelecimentos (1082), seguido de Olinda (155), Jaboatão dos Guararapes (197), Cabo de Santo Agostinho (121), Ipojuca (147) e Paulista (158), perfazendo com os demais municípios do Pólo um total de 2207 empresas no segmento de Alimentos e Bebidas (A & B).

3.4.3 Serviços e Equipamentos de Agenciamento e Operação Turística

Neste segmento (tabela 3.14, anexo 5), há uma concentração de empresas do tipo Agências de Viagens e Turismo, com um total de 278, contra 23 Agências Receptivas e 4 Operadoras Turísticas. Explica-se pelo fato de que as Agências de Viagens e Turismo são predominantemente intermediárias de serviços, ou seja, vendem passagens, pacotes de viagens e outros produtos turísticos mediante comissionamento. As operadoras turísticas, em menor número, trabalham com organização de roteiros de viagens emissivos, quer dizer, seus produtos têm como destino outros países ou estados brasileiros. Restam as agências receptivas que organizam, operam e executam os serviços de turismo dentro da região pernambucana. Nota-se pelo pequeno número delas que o mercado receptivo do estado está concentrado em poucas dessas empresas e na maioria com sede em Recife (13).

3.4.4 Serviços e Equipamentos de Transportes

A Região Metropolitana de Recife (RMC) concentra o maior número de transportadoras turísticas, sendo 8 delas em Recife, 6 em Olinda, 2 em Jaboatão dos Guararapes. Importante lembrar que não estão aqui incluídas as transportadoras que fazem itinerários regulares nas rodoviárias e pontos de parada (tabela 3.15, anexo 5).

O inventário da oferta turística mostra um grande número locadoras de automóveis (tabela 3.16, anexo D) no Pólo dos arrecifes (97), o que aponta para a diversificação desse tipo de empresas em relação às tradicionais marcas já conhecidas no mercado nacional e internacional. Embora não haja dados no inventário quanto ao número empregados em cada empresa, pode-se inferir que haja um grande número de pequenas e micro empresas de locação de autos de natureza familiar. Surpreende o total de 35 empresas de locação de automóvel em Fernando de Noronha, mais que em Recife (32). Isso mostra a predominância das micro e pequenas empresas neste segmento. Em seguida, Ipojuca aparece com 12 locadoras e a partir deste ponto é pequena a contribuição para o setor nos demais municípios: Cabo de Santo Agostinho (4), Jaboatão dos Guararapes (4), Olinda (4), Goiana (3), Igarassu (2), Tamandaré (1). Somente a RMR concentra quase 60% do total das locadoras de veículos no Pólo dos Arrecifes.

Um destino turístico que deseje se desenvolver no segmento náutico deve contar também com facilidades no transporte marítimo e fluvial. Nota-se que ainda é pequeno o número deste tipo de empreendimento no Pólo. Fora 8 transportadoras localizadas em Recife há apenas uma em Ipojuca e uma outra em Fernando de Noronha.

3.4.5 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos – Organizadoras de Eventos, Centros de Convenções e Parques/pavilhões de Feiras

O turismo de negócios e eventos define um novo panorama no cenário turístico. Os mais diversos destinos têm procurado adequar-se para atender este segmento, o qual pode ser o principal de uma cidade ou complementar à sua vocação original. A existência de espaços de qualidade para eventos — em tamanho, localização e infraestrutura — imprime um maior grau competitivo ao destino, já que o município se torna capaz de reduzir os impactos da sazonalidade, especialmente em localidades em que o turismo de lazer é o principal foco.

É importante destacar que o destino deve avaliar, de acordo com sua realidade, a necessidade de possuir em seu território um espaço para eventos — seja um centro de convenções, sala de reuniões ou outro qualquer.

O Brasil vem se posicionando como um destino de negócios, com destaque para as áreas de telecomunicações, biotecnologia, finanças, moda, entre outras. No que se refere à realização de eventos, a profissionalização do setor e as opções de lazer relacionadas à diversidade dos recursos naturais e culturais são alguns dos fatores para o crescimento do segmento. O país tem sediado eventos de repercussão, a exemplo da ECO-92 e do Fórum Social Mundial.

Os eventos compreendem encontros programados e organizados como congressos, convenções, simpósios, lançamentos, mostras, exposições e feiras. Tal movimentação inclui atividades como visitas técnicas, reuniões, exposições comerciais, compra e venda de produtos e serviços, e outros.

O Turismo de Negócios e Eventos oportuniza a ocupação durante a baixa temporada, proporcionando equilíbrio na relação entre oferta e demanda durante o ano, pois independe de condições climáticas e períodos de férias escolares. É um segmento de turismo caracterizado como de alta rentabilidade, uma vez que o turista de negócios e eventos possui maior gasto médio que o turista de lazer, normalmente retorna mais vezes e com maior tempo de permanência no destino. Ao mesmo tempo, os eventos e atividades de negócio funcionam como ferramenta de marketing para o destino, expondo-o significativamente na mídia e estimulando que o turista volte para fins de lazer e divulgue-o a outras pessoas.

Por fim, as atividades de outros segmentos turísticos são incrementadas com as visitas realizadas pelos turistas de eventos em seus horários livres, em períodos pré ou pós-eventos, com possibilidades de retornarem futuramente com familiares e amigos.

O segmento de negócios e eventos está entre as prioridades do governo de Pernambuco que deseja incrementar o setor por meio de uma política de atração de eventos para o estado. O aumento da atividade se dará principalmente nos municípios mais estruturados para receber, congressos, convenções, feiras, etc. Pela tabela 3.18 do anexo 5, a RMR aparece como a área mais preparada para recebê-los, onde Recife possui 8 centro de convenções (50% do total do

estado), um parque/pavilhão de exposições e 14 empresas organizadoras de eventos (quase 60% de todas do estado); Olinda conta com um centro de convenções, um parque/pavilhão de exposições e 3 empresas organizadoras de eventos; ainda, Cabo de Santo Agostinho figura com 2 centros de exposições e Igarassu possui uma empresa de organização de eventos (tabela 3.18, anexo 5).

3.4.6 Análise da Capacitação de Mão-de-obra para o Turismo

O setor de turismo, como é de conhecimento amplo, apresenta alto nível de uso de mão-de-obra e é influenciado, em grande medida, pela qualidade do trabalho realizado por seus recursos humanos, visto, entre outras coisas, o grande nível de interação humana intrínseca ao desenvolvimento desta atividade. As necessidades de capacitação deste setor são as mais amplas e diferentes possíveis e dependem de fatores como: tipo de operação da atividade, elementos de atratividade presentes no local, perfil do público consumidor, dentre outros.

Além da capacitação técnica dos recursos humanos do setor, ainda faz-se necessário considerar a ampla necessidade de sensibilização de recursos humanos, empresariado e população local acerca da atividade turística, seus benefícios e seus pontos negativos. Ao passo que ações de capacitação podem ser curtas e ter um retorno alto em termos de aprendizagem e aplicação, ações de sensibilização se mostram mais lentas e com menores retornos. Nem por isso menos importantes, entretanto. Assim é que se faz necessário, além de definir as ações de capacitação necessárias para os destinos, identificar a maneira mais efetiva de sensibilizar seus atores.

O amadorismo na operacionalização de negócios turísticos pode acarretar sérios impactos sobre a competitividade de um destino. O nível de qualificação profissional nos destinos turísticos podem ser analisado com base em três premissas essenciais:

- i. nível das instituições de ensino no destino (técnico e superior, por exemplo);
- ii. existência de programas contínuos de treinamento; e
- iii. áreas do setor de turismo atendidas por essas instituições (guias de turismo, bares e restaurantes, hotelaria e operadores, por exemplo).

Segundo a pesquisa realizada encomendada pela SETUR/EMPETUR (2004), a maioria dos empreendedores do Pólo informou que havia programas de capacitação para funcionários, tais como cursos profissionalizantes oferecidos pelo SEBRAE, SENAC, SENAI ABAV, Faculdades, Prefeituras, Sindicatos, SINDITUR, CEFET, Credicard, além de a própria empresa capacitar e treinar seu funcionário de acordo com suas necessidades, conforme a seguir: Atendimento ao Turista; Guia de Turismo; Hotelaria; Desenvolvimento Local; Cozinha; Confeitaria; Camareira; Garçom; Barman; Recepção; Vendas; Qualidade de Mão-de-Obra, e Informática, entre outros.

Pelo menos a metade do empresariado incentivou a participação de funcionários nesses cursos, pois acham que é muito bom e proveitoso, ampliando os conhecimentos dos funcionários, melhorando assim sua aplicabilidade, a qualidade no atendimento ao turista e o aprendizado de higiene e limpeza. Entretanto, colocaram que há dificuldades nesse incentivo porque os cursos, em sua maioria, são fora da cidade dificultando a locomoção e muitas vezes o horário do curso não é compatível com o horário de trabalho, o que dificulta a dispensa; em outras, há falta de interesse do próprio funcionário, principalmente porque tem baixo nível de escolaridade ou porque muitos cursos exigem o 2o grau completo (especificamente em Fernando de Noronha).

Com relação ao empresariado, metade informou que não havia programas de capacitação para eles, sendo que pelo menos 1/5 informa que não sabe se existe ou não tais programas. Entretanto, a base respondente sobre a existência desses programas de capacitação coloca os mesmos como: Gerenciamento de Negócios, Administração, Empresários e Marketing, Programas de Atendimento ao Turista, além de palestras e congressos. Os cursos são ministrados pelo SENAC, SEBRAE, Prefeitura, ABB (Associação Brasileira dos Barmen) e Sindicatos. Mesmo assim, dentre os respondentes que sabem da existência, a grande maioria não participa desses cursos e/ou palestras e congressos porque:

- não têm interesse e/ou necessidade;
- falta divulgação, orientação e informação;
- não existe na sua localidade, apenas fora e muito longe, ou
- falta tempo para tanto.

Para aqueles que participam ou participaram, os resultados foram avaliados como ótimos, excelente, interessante e proveitoso, ampliando seus conhecimentos e ajudando no desenvolvimento de seus negócios. Apenas uma minoria diz que, existem programas de capacitação em termos fiscais (Fernando de Noronha, Recife, Jaboatão dos Guararapes e

Paulista), sendo ministrados pelo próprio setor de RH das empresas e/ou setor financeiro, além de orientações do Ministério da Fazenda.

O fato de uma grande parcela do empresariado não investir na capacitação de seus funcionários e/ou na sua própria, demonstra a necessidade de um trabalho de conscientização, formação e informação dos mesmos, principalmente, por parte dos órgãos governamentais e associações. Essa carência corrobora o exposto no item “Capacitação do Profissional Para o Turismo.” Esses pontos demonstram a necessidade de um melhor planejamento e diversidade em cursos de capacitação, principalmente, nos pequenos municípios, além de um investimento maior nas áreas social e educacional, corroborando o que colocamos no item “Capacitação do funcionário para o turismo.”

Além disso, identificou-se, em termos de administração geral, outro ponto problemático para maioria dos empresários, ou seja, a falta de capacitação de mão-de-obra. Como há pouca mão-de-obra qualificada (Fernando de Noronha, Porto de Galinhas, Paulista e Rio Formoso), a solução encontrada está nos treinamentos, cursos específicos e contratação de emprego de outra cidade ou estado.

Neste sentido, as principais instituições de capacitação e treinamento de mão-de-obra são: SENAC (no nível básico), SEBRAE (nível técnico), e Universidade Federal de Pernambuco (nível tecnológico). De forma mais específica pode-se destacar as seguintes áreas de atuação:

- Nível superior / tecnológico:
 - ▣ UFPE : Turismo.

- Nível técnico:
 - ▣ SEBRAE: Turismo, Turismo Básico, Básico de Turismo, Programa Sebrae da Qualidade Total para o Turismo, Manutenção Hoteleira;
 - ▣ CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco: Turismo (unidade de Recife).

- Nível básico:
 - ▣ SENAC: Agenciamento de Viagens e Operações Turísticas: Promoção de Vendas; Emissão de Bilhetes; Operação Turística; Guia Regional; Guia de Excursão Nacional; Guia Especializado em Atrativo Turístico Natural; Guia Especializado em

Atrativo Turístico Cultural; Eventos (Organização de Eventos, Promoção de Eventos, Recepção de Eventos); Recreação e Lazer: Recreação e Animação Turística.

No âmbito dos municípios envolvidos, desconhece-se a medida da necessidade de investimento em capacitação profissional para o mercado de trabalho do turismo; estudos nesse sentido não são realizados, de forma sistemática. Assim, as oportunidades de preparação e formação de profissionais, principalmente para ocupações de nível básico e técnico, são criadas aleatoriamente.

Diversas entidades governamentais e não governamentais vêm atuando nesse sentido, principalmente a partir do emprego de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, gerenciados pelo Governo do Estado de Pernambuco. Entretanto, na maioria das vezes, o que se observa é a realização de uma série de cursos de curta duração, sem planejamento adequado a partir das demandas dos mercados locais e sem a necessária avaliação de resultados ou medida de absorção de seus egressos.

Neste cenário, destaca-se, positivamente, a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, da Escola Federal Rural sediada em Barreiros - litoral sul, e de outras iniciativas para a capacitação profissional para a gestão e promoção do turismo.

Apresenta-se como necessário no PRODETUR NACIONAL a construção e a adoção de estratégias que considerem: (a) a capacitação profissional como um esforço de educação continuada, tendo em vista o atendimento da demanda do mercado de trabalho nos diversos níveis e ocupações do setor - dirigentes públicos e privados, empresários, gerentes, técnicos e pessoal operacional; (b) o investimento continuado, a partir de um Plano Integrado de Capacitação Profissional para o turismo, executado em rede pelos diferentes agentes educacionais idôneos e credenciados que já atuam no setor; (c) a concepção e a adoção de um sistema de avaliação de resultados dos investimentos em educação profissional realizados por ocasião do PRODETUR II, de forma a garantir a qualidade e a pertinência das ações educativas e acompanhar, permanentemente, os índices de absorção dos egressos e a demanda do mercado de trabalho, garantindo a realimentação do Plano Integrado.

3.5 Análise das Infraestruturas Básicas e dos Serviços Gerais do Pólo Costa dos Arrecifes

A capacidade de uma região para atrair pessoas e negócios, de modo sustentável, está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local. Em outras palavras, com a oferta das condições estruturais necessárias para que as pessoas possam usufruir um conforto mínimo e para que os negócios tenham condições de prosperar com a demanda por seus produtos e/ou serviços, de modo sustentável. Assume-se que, quanto maior e mais diversificada a infraestrutura local, maior será a capacidade de atração de pessoas que se dirigem à localidade, com propósitos diferenciados. Tal atração acaba por gerar condições necessárias para a criação de negócios que servirão de âncora para a expansão da economia local.

A provisão de infraestrutura pode ser entendida como uma responsabilidade que envolve os três níveis de governo: nacional, regional e local. Entende-se como provisão a oferta direta de serviços, bem como a concessão e regulação dos mesmos.

O desenvolvimento de um destino turístico requer a existência de uma infraestrutura capaz de atender à população residente e à população flutuante que chega por intermédio da atividade turística ou de negócios. De acordo com Wanhill (1997), alguns aspectos de provisão de infraestrutura no desenvolvimento turístico devem ser considerados, tais como: (1) o turismo (turista) deve maximizar o uso da infraestrutura existente; (2) a concentração geográfica do desenvolvimento proporciona economias de escala, portanto, uso mais eficiente; e (3) uma nova infraestrutura deve ter finalidades múltiplas, servindo tanto às comunidades quanto às necessidades dos turistas e, se possível, agir como catalisadora para outras formas de desenvolvimento econômico.

A infraestrutura construída apenas para atender às necessidades dos turistas só se justifica se os resultados fiscal, econômico e social favorecerem a comunidade local ou forem capazes de gerar externalidades positivas para essa comunidade e as áreas de entorno.

A infraestrutura adequada é essencial para destinos turísticos e aparece, principalmente, sob a forma de transporte ou acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, estacionamentos), serviços de utilidade pública (saneamento básico, eletricidade, comunicações) e outros serviços (saúde, segurança), devendo ser compartilhada entre residentes e visitantes.

Como exemplo, pode-se citar o saneamento básico. Um sistema de distribuição de água e esgoto eficiente é fundamental para qualquer tipo de espaço urbano, principalmente para os destinos turísticos, cuja população é aumentada sazonalmente. Além disso, o destino dado aos efluentes provenientes das residências e indústrias deve merecer especial atenção para que a qualidade da água, em praias e rios, possa permanecer satisfatória para turistas e moradores. Sendo assim, a infraestrutura básica serve como um limitador do número de visitantes que o município pode receber, uma vez que sua estrutura física pode estar sendo comprometida. Na maioria das vezes, externalidades negativas surgem quando o limite de desenvolvimento é ultrapassado, principalmente nas altas temporadas.

O turismo no litoral pernambucano, assim como em outros estados litorâneos do Brasil, tem sofrido com inúmeros problemas, principalmente do ponto de vista de infraestrutura. Apesar do crescimento do número de empregos e a melhoria da economia da região, o aumento da densidade populacional, nesses locais, tem tido como consequência impactos negativos em diversas áreas, tanto ecológicas quanto sociais.

3.5.1 Rede Viária de Acesso ao Pólo – Sistemas de Transportes

O componente transporte/acesso constitui-se em um dos fatores mais importantes para o turismo, pois não há turismo sem o deslocamento de pessoas, uma vez que a realização de uma viagem turística implica na saída do viajante do seu “ambiente usual de convivência” para um ou mais destinos turísticos.

Ainda que existam vários fatores para atrair um viajante para um determinado destino, o componente transporte/acesso é fundamental, tendo em vista que sua escassez pode tornar mais difícil ou mesmo desestimular a ida do viajante para o destino planejado. Lamb e Davidson (apud PAGE, 2001) afirmam que o transporte é um dos três componentes fundamentais do turismo, sendo os outros dois o produto turístico (a oferta) e o mercado turístico (a demanda ou os turistas em si). O transporte/acesso, como conceito que facilita ou impede o deslocamento de turistas, está presente em três etapas de uma viagem:

- i. na saída e no retorno ao ambiente usual de convivência do turista (sua região de origem) até o seu primeiro destino;

- ii. entre o primeiro destino e os demais destinos turísticos visitados em uma viagem; e
- iii. no deslocamento interno no destino turístico, a fim de que o turista possa ir para os diversos lugares e pontos turísticos de seu interesse, incluindo meios de acomodação, atrações turísticas, terminais de transportes, entre outros.

Existem dois aspectos fundamentais relacionados com o conceito de acesso: a infraestrutura de transportes existente para essa ligação (por exemplo, uma rodovia) e o serviço de transporte oferecido por meio da infraestrutura (como uma linha de ônibus interurbano). No que diz respeito aos atributos relacionados tanto com a infraestrutura quanto com o serviço, podem-se enumerar alguns que avaliam a qualidade e o nível de serviço, tais como: número de ligações oferecidas, diversidade de modos de transportes que servem ao destino (aéreo, rodoviário, aquaviário e ferroviário), confiabilidade dos serviços de transporte (regularidade e pontualidade), integração entre os diversos modos de transporte, preço, segurança.

Por fim, faz-se imperativo frisar que a infraestrutura e os serviços de transporte estão organizados em forma de redes. Essas redes de transporte compõem-se de vários nodos, que podem ser as regiões de origem das viagens e também os destinos turísticos, que estão interligados entre si. Dependendo do arranjo dessas redes, alguns nodos podem apresentar uma grande acessibilidade, gerando um tráfego de turistas em passagem de ou para outras localidades.

3.5.2 Sistema Rodoviário de Transportes

As principais cidades do Estado ligam-se à capital Recife e ao restante do país através de 41.657 km de rodovias, dos quais 2.587 km são federais, 5.136 km são estaduais e 33.934 km municipais. Deste total, 5.549 km são pavimentados.

As principais rodovias federais que cortam o Estado são (ver figura 3.1) as BR's 101, 104, 116, 122, 232 e 407. As BR's 101, 104, 116 e 122 cortam o Estado de Norte a Sul, desde a divisa com a Paraíba até a divisa com Alagoas. A BR-101, com 200 km no Estado, passa por Goiana, Recife, Cabo, Escada e Palmares. A BR-104, com 149 km de extensão no Estado, tem Caruaru como um dos principais pontos de passagem. A BR-116, com 95 km de extensão no Estado, passa por Salgueiro e a BR-122, com 306 km, passa por Ouricuri e Petrolina. A BR-232 atravessa o Estado de leste a oeste, passando por Recife, Caruaru, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri e Araripina. A BR-407 é a principal ligação da região de Petrolina com o estado do Piauí.

Figura 3.5.2.1

Mapa com as Principais Rodovias Federais de Pernambuco



Fonte: DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Fonte: DNER, 2007

Recife, capital de Pernambuco, é cidade costeira e está localizada a 110 km de João Pessoa, ao norte, e 250 km de Maceió, ao sul. Os acessos se fazem pela rodovia federal BR-101, que sempre apresenta intenso fluxo de veículos: ônibus, carretas e caminhões de carga durante todo ano.

Os Municípios do litoral são acessados pela BR-101 nos sentidos norte-sul, de onde partem entroncamentos para rodovias estaduais que acessam as praias. Entretanto, em alguns casos, só existem vias projetadas e/ou em leito natural para o destino final, dificultando, assim, o desenvolvimento turístico dessas áreas.

Cabe aqui salientar o caso específico de Ipojuca, no Litoral Sul, cuja acessibilidade às áreas turísticas, especificamente para o Distrito de Porto de Galinhas, encontra-se desordenado e carente de ações, visando a implantação e disciplinamento de uma estrutura viária compatível com o fluxo de visitantes, principalmente nos períodos de alta estação.

A implantação de algumas rodovias no Pólo Guadalupe (PE-060, Via Litorânea de Guadalupe, Via Litorânea dos Carneiros, Recuperação da PE-076) com recursos do PRODETUR I e II, foi uma iniciativa que pretendia desenvolver aquela região dos Municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e

Tamandaré. Todavia, ainda nada trouxe em termos de aumento turístico daquela área, pois não houve instalação dos equipamentos previstos no estudo: hotéis, resorts, restaurantes, entre outras.

Em Paulista, fica mais visível os benefícios do PRODETUR I e II, através dos acessos implantados possibilitando que equipamentos como o Veneza Water Park se instalassem na região. Contudo, o que se observa são ações isoladas. Hoje, depara-se com um litoral sem interligação entre os Municípios. Viabilizar a pavimentação dos trechos das rodovias PE-001 e PE-009, que se encontram só projetados completariam a Via Costeira possibilitando a segregação do fluxo turístico do grande movimento de veículos de carga. É preciso considerar que os trechos planejados totalizam 133,7km. Dentre estes, os trechos: Itamaracá-Goiana (PE-001 trecho017), Jaboatão-Cabo (PE-009 trecho 003) e Sirinhaém-Tamandaré (PE-009 trecho 011), necessitam de pontes para viabilizar a interligação de todo o litoral, bem como, a observância do fator ambiental.

Outra alternativa para o litoral sul seria a duplicação da PE-060, que já tem trecho duplicado do Cabo de Santo Agostinho até a entrada para o Porto de Suape (11km), restando o maior trecho de acesso entre Suape e São José da Coroa Grande - Divisa PE/AL, com 79,8km.

Faz-se necessária a duplicação da BR-101, no trecho entre o Girador da Randon até o Entroncamento com a PE-060. Com 3,8km de extensão, esse trecho, em pista pavimentada simples, já tem licitação para sua duplicação prevista para o corrente ano com orçamento em torno de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), segundo informações do DNER.

É imprescindível essa ampliação, pois se trata de trecho de altíssimo fluxo, tornando-se ponto de congestionamento no período do verão, quando há uma mistura de veículos pesados que vão para o Porto de Suape com o fluxo de veículos de veranistas e turistas.

A duplicação da PE-060 poderia ser executada em 03 lotes de obra. Inicialmente, com o trecho de acesso a Suape até aquele de acesso à PE-051(21,3km), que beneficiaria Nossa Senhora do Ó, Porto de Galinhas, Muro Alto, Maracaípe, Serrambi. Em uma segunda etapa entre a PE-051 e a PE-076 beneficiaria os Municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré. Em uma última fase seria privilegiado o trecho compreendido entre a PE-076 - Divisa PE/AL beneficiando Barreiros e São José da Coroa Grande e facilitando, ainda, a entrada ao Estado pelo litoral sul, através de Alagoas.

É importante priorizar a implantação de vicinais de acesso até as praias que ainda não existem e dar continuidade às intervenções iniciadas no PRODETUR I e II:

- Ponte sobre o Rio Ariquindá (Tamandaré), Via de Penetração Sul (Tamandaré) e Via de Contorno de Tamandaré.

Alguns técnicos do DER-PE defendem a idéia da complementação da PE-001 e PE-009 criando uma Via Costeira. Tal idéia, entretanto, encontra muitas resistências por parte do CONDEMA e até dos habitantes e veranistas daquelas praias, sem contar que o investimento seria muito maior.

A opção de duplicar a PE-060 e acessos às praias torna-se uma opção mais econômica e exequível, pois se encaixaria no investimento que já será realizado a nível federal.

Em relação ao litoral norte, pode-se pensar na duplicação da rodovia federal BR-101, nos trechos do Entroncamento da PE-035(Igarassu) até a Divisa PE/PB, além da duplicação da PE-035 entre Igarassu e Itamaracá. A ampliação de capacidade, ou seja, a duplicação, o acostamento, as passarelas e a sinalização da BR-101 nos 41,4 km do trecho acima citado, com VMD de 16.000 veículos/dia, também faz parte do planejamento do DNER e se encontra em tramitação a análise e aprovação do anteprojeto, previsto no orçamento da União R\$32.000.000,00 para esse lote. O conjunto de obras para o Nordeste prevê a ampliação de capacidade desta Rodovia num contexto maior, entre Natal e Palmares.

Portanto, a malha interna precisa estar preparada para esse aumento de capacidade. Para isso, nota-se a necessidade de duplicação da PE-035, entre Igarassu e Itamaracá, onde há maior número de atrativos turísticos.

Em relação aos impactos ambientais causados pela implantação ou duplicação de rodovias, sempre com a observância do meio ambiente, estes são considerados positivos. O retorno em desenvolvimento econômico que é gerado em forma de investimentos, empregos diretos e indiretos e pela acessibilidade à região de potencial turístico é evidente e comprovado em outras áreas, pois as rodovias são patrocinadoras de progresso, possibilitando um importante papel social para a população.

Dentro da Cidade do Recife, observa-se a importância de urbanização da orla marítima e fluvial de Brasília Teimosa, envolvendo a implantação de Via de Contorno e promovendo a ligação com a

Praia do Pina e com o Parque das Esculturas situado no Molhe do Porto do Recife. De fato, detecta-se a importância de se desenvolver um pólo turístico inserido dentro da área de grande beleza cênica e natural de Recife.

Em Jaboatão dos Guararapes detecta-se a importância de melhoria do acesso ao Monte dos Guararapes, na PE-008 no trecho 003 Aeroporto Internacional dos Guararapes - BR-101(Prazeres) que soma 3,6Km. Como esse trecho já é duplicado vê-se necessária a utilização de uma terceira faixa ou de construção de Viaduto, já que por aí trafegam um enorme fluxo de veículos tendo VMD=34.135. Trata-se do acesso principal às praias do litoral sul, chegando pelo Aeroporto.

Arquipélago que possui uma única rodovia federal, a BR - 363, Fernando de Noronha apresenta carência de calçadas para pedestres, nesta rodovia. Há projeto para a construção de calçadas em apenas um lado da via, sendo necessária a construção em ambos os lados, pois o número de veículos (total 783) é considerável na ilha tornando perigosa a circulação de pedestres ao longo desta via. É necessária, ainda, sinalização vertical, adequada à região, utilizando materiais naturais.

Em 2007, houve 942,62 milhões de passageiros transportados por Km em Pernambuco, em viagens nacionais e internacionais, um número bem menor que alcançado pela Bahia (1.254,63 milhões) e aproximando-se do Ceará que transportou 979,58 milhões. É considerável o volume de passageiros que circulam. O posicionamento de Pernambuco equidistante da maioria das capitais nordestinas poderá aumentar o turismo rodoviário interregional para o estado que atingiu o montante de mais de 5 milhões de passageiros transportados em 2007 como pode ser observado na tabela 3.5.2.1.

Tabela 3.5.2.1

Transporte Coletivo de passageiros no Nordeste por Km, ano 2007

	Bahia	Ceará	Pernambuco	Piauí	Paraíba	Rio Grande do Norte	Alagoas	Sergipe	Maranhão	Total
Número de pass./Km	1.254,63	979,58	942,62	426,43	415,79	401,55	294,88	236,53	134,64	5.086,65

Fonte: Elaborado pela FGV com base na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

3.5.3 Sistema de Transporte Ferroviário

O sistema ferroviário do Estado é operado pela Companhia Ferroviária do Nordeste e conta com 1.009 km de extensão. As principais ligações ferroviárias são: Linha Tronco Sul, que liga a cidade de Propriá (SE) até Recife, a Linha Tronco Centro que liga Recife a Salgueiro e a Linha Tronco Norte que liga Recife até Souza, no estado da Paraíba.

O transporte ferroviário de passageiros de Recife é oferecido pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que administra o Trem Metropolitano do Recife - METROREC e a Linha Sul. O sistema conta com 53 km de extensão e 27 estações, atendendo 5 municípios.

A FERROVIA TRANSNORDESTINA

A Ferrovia Transnordestina está inserida no “Programa Avança Brasil”, do Governo Federal. O projeto tem como objetivo integrar a malha ferroviária do Nordeste e permitir o escoamento das cargas da hidrovía do São Francisco em direção aos portos de Suape e Pecém, por meio da construção do trecho ferroviário entre Petrolina (PE) - Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE), numa extensão de 342 km.

A Transnordestina S/A, atualmente em constituição, é uma empresa privada, tendo como base para suportar a sua viabilidade, a obtenção de recursos via FINOR no que se refere aos investimentos de implantação da via permanente. O empreendimento deverá ser implantado em duas etapas.

O primeiro - e mais extenso - trecho, com 231 km, liga a Hidrovía do São Francisco em Petrolina, até Salgueiro. Esta ligação permitiria formar dois corredores: (1) Rio São Francisco/Petrolina/Recife (corredor de exportação Oeste-Leste); e (2) Petrolina/Sertão Cearense/Fortaleza (corredor do interior Norte-Sul).

O segundo trecho interliga Missão Velha - Salgueiro, com 113 km, e completa o corredor central, viabilizando a interligação do Rio São Francisco com o sertão do Cariri e à cidade de Fortaleza.

O terceiro trecho, Crateús - Piquet Carneiro, com 179 km de extensão, desenvolve-se no estado do Ceará. Caso concluído, formaria um corredor de São Luís a Recife evitando a necessidade das

cargas de São Luís com destino a Recife, ou vice-versa, de obrigatoriamente circularem em Fortaleza, melhorando assim o desempenho da ligação entre as capitais.

Os estudos de implantação destes três trechos da ferrovia prevêem a construção inicial dos dois trechos de Petrolina a Salgueiro e Salgueiro a Missão-Velha e o terceiro trecho de Crateús-Piquet Carneiro deverá ter primeiro a realização de um estudo de viabilidade técnica e econômica para a posterior decisão de construção.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

O transporte ferroviário metropolitano de passageiros em Recife é gerenciado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. A Superintendência de Trens Urbanos de Recife - STU/REC é responsável pelos 32 km de via em bitola métrica da Linha Sul e pelos 21 km eletrificados, em bitola de 1,60m, do Trem Metropolitano de Recife - METROREC.

São 20 estações que servem a região metropolitana de Recife transportando 190.000 por dia. A partir de 1988, o Metrorec passou a gerenciar também os trens de subúrbio, antes conhecidos com Linha Sul, ainda com um sistema convencional de trens com tração a diesel. Os trens de subúrbio operam numa linha compartilhada, com o transporte de carga no trecho CURADO / CABO. Possui 31,5km de ferrovias e 8 estações.

3.5.4 Sistema de Transportes Aquaviário

As viagens de cruzeiros são produtos turísticos crescentes desde a liberação da política de cabotagem nacional. A disputa pelo mercado tem transformado o nordeste brasileiro em destino consolidado como roteiro turístico para esse segmento. Os estados que mais se capacitam para o embarque e desembarque de passageiros pelos portos inclui-se em parada obrigatória dos roteiros marítimos. Contudo, é preciso criar condições para que este segmento da indústria do turismo seja explorado da melhor forma possível. A melhoria da logística portuária que agilize, por exemplo, a operação de desembarque de turistas nos portos brasileiros, é essencial.

Pernambuco possui dois importantes Portos na rota Internacional: o Porto de Suape que se caracteriza, basicamente, como porto comercial e o Porto do Recife que exerce atividade mista comercial e turística.

O Porto do Recife, sob gestão do Governo Estadual, localiza-se a leste da ilha do Recife, às margens dos rios Capibaribe e Beberibe. Os principais produtos nele movimentados são milho, trigo, derivados de petróleo e açúcar. Possui um terminal de passageiros, mas inútil já que o canal do porto, nesse lugar, não possui profundidade suficiente para navios de grande porte.

Dentro do Programa de Desestatização dos Portos, o Porto do Recife já se encontra com toda a operação privatizada, já arrendou 17 lotes com 95 mil m² de área e recebeu investimentos de R\$ 6 milhões.

O Porto de Suape também sob gestão do Governo Estadual situa-se a 35 km ao sul do porto do Recife, atingindo uma área de influência que abrange os estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Este porto é um dos projetos básicos do Programa Brasil em Ação e dará suporte à infraestrutura de transportes para que o país possa sustentar sua dinâmica de crescimento nas próximas décadas. O objetivo deste projeto é criar infraestrutura para atração de investimentos privados e o conseqüente desenvolvimento socioeconômico do Estado, destacando-se os seguintes benefícios: geração de empregos durante e após a execução das obras; geração de impostos federais, estaduais e municipais; e redução do transporte de carga rodoviária nas regiões metropolitanas, principalmente na cidade do Recife.

A realização desses investimentos, provenientes do setor público e privado, implica numa parceria em que o setor privado engaja a sua capacidade de investir na área de infraestrutura com a ampliação dos processos de privatização e concessão de serviços públicos, propiciando uma melhoria dos serviços prestados com uma redução dos custos operacionais e fretes.

As obras que estão sendo realizadas (dragagem, construção dos berços de cais, urbanização, etc.) além de permitir condições para que a iniciativa privada possa investir na área industrial e portuária (construção e exploração de Terminais Especializados de Movimentação de Cargas), transformarão Suape no principal porto concentrador de cargas da Região Nordeste, contribuindo, dentro do conceito de economia de escala, para a redução dos fretes brutos marítimos, decorrente do transporte de grandes lotes de carga.

Outro ponto a ser explorado turisticamente no setor de sistema aquaviário de transportes é a navegação do Rio Capibaribe. Dotado de beleza cênica particular, o rio Capibaribe cruza toda a cidade do Recife revelando potencial como meio de acesso aos principais pontos turísticos da capital pernambucana. As grandes cidades do mundo fazem uso dos leitos dos rios como foco de desenvolvimento turístico, utilizando ainda as suas margens para implantação de setor gastronômico, um modelo que se encaixa na realidade da Cidade do Recife, proporcionando um diferencial em relação a outras cidades brasileiras. A opção de implantar uma ciclovia às margens do Capibaribe ofereceria atividades multivariadas.

Em diversos Municípios do litoral, conta-se com grandes estuários que podem ser explorados turisticamente, onde a implantação de ancoradouros possibilitaria a atividade do turismo náutico, com um tipo de embarcação apropriada que poderia vir a ser usada ainda em passeios coletivos. São os casos de Goiana, Itamaracá, Paulista (Maria Farinha), Guadalupe e Rio Formoso.

3.5.5 Sistema de Transportes Aéreo

O Aeroporto Internacional dos Guararapes, considerado o maior do Norte/Nordeste, diferencia-se dos demais aeroportos brasileiros por sua privilegiada localização: fica na zona urbana da capital pernambucana e a 12 km do centro.

Além de possuir uma pista de pouso com 3.300 metros de comprimento, que permite a operação de aeronaves de grande porte, o Aeroporto dos Guararapes possui um dos mais modernos terminais aeroportuários do país. O novo terminal possibilitou um acréscimo de 40% no fluxo de vôos originados da Europa e dos Estados Unidos.

Também está em funcionamento o edifício-garagem do Aeroporto Guararapes. O estacionamento, que possui cinco pavimentos, tem capacidade para abrigar mais de dois mil veículos.

O crescente movimento do Aeroporto Internacional de Recife/Guararapes – Gilberto Freire pode ser notado pela tabela 3.21. De 2.978,21 milhões de passageiros em 2002, o fluxo subiu para 4.188,08 milhões em 2007, representando um acréscimo de 71,11% no período.

Tabela 3.5.5.1

Movimento de passageiros no Aeroporto Internacional de Recife/Guararapes-Gilberto Freire

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Movimento de passageiros (em milhões)	2.978,21	2.733,42	3.173,67	3.604,65	3.953,84	4.188,08

Fonte: Elaborado pela FGV com base na Infraero-Recife

Esse aumento de movimento de passageiros pode ser creditado, em boa parte, a nova infraestrutura aeroportuária que opera desde julho de 2004 em 52 mil metros quadrados de área. O Guararapes teve sua capacidade ampliada de 1,5 milhão de passageiros para 5 milhões de passageiros por ano. Agora são 64 balcões de check in, quando o antigo terminal possuía 24. A área destinada a compras e lazer também está totalmente reformulada, dentro do conceito de Aeroshopping, que transforma o aeroporto num centro de negócios, conforto, produtos e serviços de qualidade.

Um dos diferenciais do aeroporto é receber vôos internacionais diretos da América do Norte pelas companhias American Airlines e Delta Airlines, da Europa pela Tap, além das companhias nacionais Azul, Gol, Oceanair, Tam, Trip, Varig, Webjet que ligam a capital pernambucana vários destinos domésticos.

3.6 Análise Social da Região do Pólo dos Arrecifes

É comumente ressaltado na literatura que o turismo, além de oferecer benefícios econômicos, pode gerar ganhos ambientais, culturais e sociais. O turismo é citado como uma atividade capaz de contribuir para a preservação cultural, em um período em que está ocorrendo um processo de homogeneização da mesma, graças à globalização.

Outro aspecto a ser observado refere-se aos benefícios sociais que o turismo pode gerar para um destino, como: (i) incremento da qualidade de vida; (ii) aumento do bem-estar individual; (iii) estímulo ao entendimento e respeito das diversas culturas; (iv) expansão do desenvolvimento socioeconômico; e (v) Incentivo à proteção do meio ambiente e das populações locais.

3.6.1 Sistema de Abastecimento de Água

A existência de rede pública de distribuição de água significa uma variável ambiental relevante para os destinos. A rede pública pode pressupor a análise e o tratamento da água, em muitos casos com elementos que reduzem a concentração de agentes poluidores, e sempre dispendo de uma grande capacidade mitigadora de fatores preponderantes para os possíveis danos ambientais.

A falta de um sistema adequado de abastecimento d'água traz riscos à saúde humana, devido às doenças de veiculação hídrica. O abastecimento d'água visa controlar e prevenir doenças; implantar hábitos higiênicos e aumentar a esperança de vida da população.

A cobertura por abastecimento d'água alcança em média 80% da população nos municípios, a exceção são áreas remotas e de ocupação irregulares (favelas e invasões). Também se devem reduzir as perdas visto que, na região Nordeste, há períodos de seca com escassez de água. A empresa concessionária deve priorizar as ações de controle operacional, enfatizando a redução das perdas físicas no sistema.

Segundo a COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento as perdas físicas de água chegam a quase 50% do que é produzido, bastante superior àqueles 20% alcançados por empresas similares. Trabalhos compartilhados de educação ambiental devem ser realizados envolvendo a comunidade, instituições públicas e a própria COMPESA, objetivando o uso racional da água.

Por abastecimento precário, consideram-se os domicílios cuja água é não canalizada sendo proveniente, por exemplo, de carro-pipa, coleta de chuva, etc. Considerando os municípios que fazem parte do Pólo, as melhores condições no abastecimento de água foram observadas em Fernando de Noronha e Recife, onde 97% e 96%, respectivamente, dos domicílios tinham abastecimento de água considerado razoável. As piores condições foram registradas em Rio Formoso (64%) e Sirinhaém, (63%). Ao longo da década, todos os municípios experimentaram uma melhora (gráficos 3.5 e 3.6 do anexo 6).

3.6.2 Sistema de Esgotamento Sanitário

O saneamento básico é um dos principais problemas enfrentados pelos municípios pernambucanos inseridos ou não no PDITS, além de muitos outros nacionais. Nesses municípios, a maior parte do esgoto corre a céu aberto e deságua nas praias. Em épocas de chuvas, grande parte do lixo é levada em direção ao mar, aumentando a incidência de doenças e contaminação ambiental.

A importância do saneamento e sua associação com a saúde humana e o meio ambiente remonta à Antiguidade. A utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde pública pressupõe a superação dos entraves tecnológicos, políticos e gerenciais que têm dificultado a extensão dos benefícios aos residentes em áreas rurais, municípios e localidades de pequeno porte (FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, 1999).

Consideranda-se condições ideais de esgotamento sanitário aqueles domicílios servidos por esgotamento de rede geral e com fossa séptica com escoadouro. Nesse tocante, observou-se uma melhora expressiva no período, mas as condições estão ainda muito longe das desejadas. Em 1991, cerca de 26% dos domicílios do estado de Pernambuco apresentaram condições razoáveis e 74% possuíam condições precárias. Em 2000, o percentual de domicílios que tinham condições adequadas dobrou, ou seja, passou para 52%. No entanto, 48% desses ainda apresentavam condições precárias.

Em 1991, dos 16 municípios analisados, nenhum apresentou mais de 70% dos seus domicílios com instalações sanitárias consideradas boas (vide gráfico abaixo). Em 1991, Fernando de Noronha foi o que apresentou a maior proporção de domicílios nessas condições, 69%. Em contrapartida, Goiana, Itamaracá, Itapissuma, São José da Coroa Grande e Sirinhaém não alcançaram nem 1% dos seus domicílios em condições consideradas razoáveis. Segundo o Ministério da Saúde (DATASUS) “baixas coberturas estão associadas a condições favoráveis à proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental”, fato este que é extremamente prejudicial à atividade turística.⁷ (Retirado do site do DATASUS: www.datasus.gov.br – em 10/09/2002)

A geração de esgoto domiciliar é uma circunstância inevitável. Alguns municípios adotam, em sua malha de infraestrutura, o sistema de coleta pública e tratamento de esgoto ou a obrigação de

construções de fossa/filtro/sumidouro. A orientação, o conjunto de normas, as posturas locais, bem como a fiscalização eficiente e a conscientização quanto aos impactos do esgoto municipal, fazem parte de uma boa gestão ambiental.

A construção de um sistema coletor de esgotos, com posterior tratamento do efluente, são indispensáveis para isolar os excretos humanos, que são condutores de diversos patogênicos, das águas de abastecimento, dos vetores e dos alimentos.

Foi diagnosticado que os municípios de Goiana, Itamaracá, Itapissuma, Barreiros, Ipojuca, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré não possuem Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES (tabela 3.22, anexo 6).

Esses municípios, apesar de possuírem imenso potencial turístico com belas praias e monumentos históricos, não contam com infraestrutura adequada ao recebimento de turistas. Dessa maneira, deve-se investir na implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, em toda área urbana, não somente para incrementar o turismo, mas também para melhorar a qualidade de vida da população residente.

Os municípios de Igarassu, Olinda, Paulista, Recife, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes que têm um pequeno percentual de atendimento por SES, devem ampliar o sistema para que este atenda a 100% da população urbana, à exceção dos locais onde há ocupação subnormal, visto que esta pode ser removida dessas áreas a qualquer tempo.

A operação e manutenção dos SES's do município de Recife são precárias. Há freqüentes reclamações da população sobre os serviços prestados pela COMPESA. As Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's, de Peixinhos e Cabanga estão em reforma, o que está causando intermitência operacional. A ETE Cabanga realiza o tratamento dos esgotos somente a nível primário, não fornecendo uma eficiência necessária de tratamento. É preciso que se faça um incremento na planta de tratamento do Cabanga para que esta trate os esgotos, no mínimo, a nível secundário.

O monitoramento de qualidade das águas e balneabilidade das praias deverão ser objeto de pesquisa e análise constantes já que dessas condições dependem a qualidade e a sustentabilidade do principal atrativo turístico do Pólo dos Arrecifes.

O Censo de 2000 (gráfico 8, anexo 6) mostrou um sensível avanço na cobertura do esgotamento sanitário, em relação a década anterior, que atingiu a todos os municípios, sem exceção. Em 1991, quase a totalidade dos domicílios rurais encontrava-se em condições precárias. Em 2000, não obstante o aumento da cobertura, a proporção de domicílios precária estava em torno de 88%.

Cabe ressaltar, que há uma parcela considerável de domicílios que não têm nenhum tipo de instalação sanitária. Em 1991, observou-se que cerca de 11% de domicílios de todo o estado se encontravam nessas condições. Em 2000, essa proporção caiu para 4%.

3.6.3 Sistema de Limpeza Urbana e Disposição de Resíduos Sólidos

A geração de resíduos é inevitável em qualquer grupamento de pessoas ou atividades. Por outro lado, há resíduos simplesmente tratáveis ou descartáveis (os orgânicos domiciliares, por exemplo), e outros cujo tratamento é revestido de grande complexidade (os hospitalares ou químicos, por exemplo). O primeiro passo para qualificá-los é a análise laboratorial por amostragem; o segundo é a remoção e o depósito em local apropriado; o terceiro são os processos de tratamento; e o quarto é a destinação posterior, em que se incluem desde procedimentos de reciclagem até a destruição.

Um outro indicador bastante utilizado para avaliar as condições do domicílio é a coleta de lixo. É considerada uma atividade indispensável à higiene, saúde, limpeza do ambiente e segurança dos indivíduos. O destino do lixo foi classificado como: coletado no domicílio, enterrado, queimado e outra forma. Essa última categoria inclui o lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar ou outro destino. Observou-se um aumento na proporção de domicílios com coleta de lixo, de 52% em 1991 para 69% em 2000, conforme a tabela 3.23 do anexo 6.

Esse aumento beneficiou todos os municípios considerados. Em Fernando de Noronha e Itapissuma a coleta de lixo atingiu quase a totalidade dos domicílios. Em contrapartida, São José da Coroa Grande registrou a menor coleta de lixo, cerca de 11%. Em 2000, além de Fernando de Noronha e Itapissuma, Recife também quase atingiu 100% da coleta, enquanto que Itamaracá registrou apenas 37%, o único município com a coleta abaixo de 40%.

O manejo adequado dos resíduos sólidos vem desde seu acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, pois quando não tratados estes são fontes de doenças, problemas sanitários, econômicos e até estéticos. Uma disposição final adequada consiste na implantação de um aterro sanitário construído de acordo com normas e critérios de engenharia, e que opere sem causar danos ao meio ambiente.

Em Pernambuco, assim como no resto do País, um dos maiores problemas ambientais enfrentados no Estado é a disposição final dos resíduos sólidos urbanos, sem nenhum controle ou preocupação quanto à poluição do ar, solo e recursos hídricos, ou quanto à poluição visual e à proliferação de doenças.

A tabela 3.24 do anexo 6 mostra como é realizada a coleta e destinação de resíduos sólidos no Pólo dos Arrecifes.

Recife, Jaboatão dos Guararapes e Goiana realizam a disposição final de resíduos sólidos em aterros controlados, enquanto os demais municípios o fazem em lixões. Entretanto, esses aterros controlados não efetuam o tratamento do efluente produzido pelos resíduos sólidos, o chorume. O despejo de chorume sem tratamento prévio, no meio ambiente, causa os mesmos problemas que os despejos de esgotos sanitários sem tratamento. Os problemas podem ainda ser maiores se levar em consideração que a carga orgânica do chorume é, no mínimo, 10 vezes maior que a carga orgânica de um efluente sanitário.

Através da Companhia Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH, o PRODETUR I e II financiou o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios do litoral sul, dentro da ação intitulada Controle de Atividades Poluidoras. O referido estudo foi realizado para os municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande, e é constituído pelos Planos Operacionais de Coleta e limpeza de Vias e Logradouros desses municípios, além dos projetos básicos do Aterro Sanitário de São José da Coroa Grande e das Unidades de Compostagem e Reciclagem dos municípios de Tamandaré e Sirinhaém.

Na oportunidade, lembramos que o tratamento de chorume do aterro sanitário de Muribeca em Jaboatão dos Guararapes, que atende Recife e Jaboatão, é insuficiente para o atendimento da demanda existente.

Os demais municípios dispõem seus resíduos sólidos em vazadouros a céu aberto, os chamados lixões. O lixão é uma forma de disposição inadequada de resíduos sólidos, onde não há nenhum

critério de construção e nem de operação. A melhor maneira de se dispor os resíduos não passíveis de reaproveitamento é o aterro sanitário, construído de acordo com critérios e normas de engenharia. O aterro sanitário deve ter um sistema de coleta e tratamento de efluentes, um sistema de coleta das águas pluviais e um sistema de coleta e drenagem de gases produzidos (biogás). Os municípios que realizam sua disposição final de resíduos sólidos em lixões devem buscar recursos para elaboração e implantação de projeto de aterro sanitário, no menor prazo de tempo possível, a fim de minimizar a degradação ambiental causada pelos vazadouros a céu aberto.

3.6.4 Rede de Drenagem Pluvial

As cidades são fundamentais para o desenvolvimento do turismo, seja como portão de entrada, de estadia ou de passagem, devendo proporcionar conforto e uma atmosfera acolhedora aos visitantes. Assim sendo, a urbanização é fundamental para os turistas. Compõe a paisagem da cidade o mobiliário urbano, como postes de iluminação, lixeiras, abrigos de ônibus, telefones públicos, placas de sinalização (ruas e numeração), banheiros públicos etc. Estes elementos urbanos devem existir em quantidade suficiente e estarem em bom estado de conservação.

O sistema da drenagem faz parte do conjunto de melhoramentos públicos existentes em uma área urbana. A sua função é captar e dispor racionalmente o escoamento superficial gerado pelas chuvas, protegendo a infraestrutura existente. Quando esta função, é menosprezada pelas administrações municipais, é comum as cidades apresentarem problemas de inundação, danificando pavimentos e outras obras de infraestrutura. Nessa situação, as águas pluviais podem entrar nas tubulações de águas servidas, colapsando todo o sistema. Isto ocorre porque o escoamento superficial sempre ocorrerá, exista ou não sistema de drenagem, pois o fluxo busca as partes baixas das cidades.

Por estas considerações, o sistema de drenagem urbana é um dos fatores determinantes no melhoramento da qualidade de vida de uma área urbana.

FERNANDO DE NORONHA

A rede de drenagem abrange toda a BR 363, tendo uma extensão de 7,0 km (sete quilômetros). Existe um projeto de perenização das vias vicinais, contemplando a recuperação em todas as vias

de acesso às praias, tendo como objeto a melhoria da infraestrutura viária e ampliando, assim, a rede de drenagem. Nas orlas marítimas das Praias do Meio e do Cachorro, encontra-se em processo de elaboração um projeto de revitalização e urbanização.

ITAMARACÁ

O município de Itamaracá há propostas de intervenções na rede de drenagem natural. A ilha é um dos principais pontos turísticos da Zona Norte da Região Metropolitana do Recife e, portanto, merece uma atenção especial, do ponto de vista de drenagem.

PAULISTA

Os conjuntos habitacionais, outrora implantados pela antiga COHAB-PE, são cobertos por uma rede. No restante da cidade, praticamente não existem redes de drenagem. O Plano Diretor de Macro-drenagem da Orla do Município, visa definir parâmetros básicos para quaisquer intervenções futuras na região. A área coberta pelo plano é de 1.350ha. Nela se situam 09 canais com comprimento total de 14,64 km, contando com uma extensão total de ruas, da ordem de 228 Km, sendo esta área delimitada pelo polígono: Rio Paratibe, Oceano Atlântico, parte da PE-22 e pelo limite oeste do Rio Limoeiro.

A pouca extensão de rede de micro-drenagem existente na região da orla é composta em sua maioria por galerias subdimensionadas, não se prevendo portanto, aproveitamento significativo da rede.

Quanto à macro-drenagem, tem-se uma estimativa para as obras de implantação, retificação e revestimento dos canais e desassoreamento de rios.

A implantação deste conjunto de obras, dependendo da disponibilidade de recursos externos, deverá ser programada para um horizonte mínimo de quatro anos. Além de todo trecho oeste da orla, a Prefeitura elaborou projeto complementar de urbanização, numa extensão de cerca de 4 km.

OLINDA

Olinda ainda apresenta uma série de trechos de Orlas não urbanizadas, entre essas, ressalta-se a necessidade da Urbanização da Orla Marítima no trecho da Praia dos Milagres que hoje,

apresenta uma ocupação desordenada e não permite o acesso e a visão aos pontos de maior beleza do Bairro do Recife.

RECIFE

O município do Recife teve intervenções relacionadas para captação de recursos do programa PRODETUR II para correção de alagamentos localizados (pontos críticos) decorrentes de deficiência do sistema de microdrenagem em avenidas que são as principais vias de acesso à Zona Sul da cidade, situadas todas no bairro de Boa Viagem e que sistematicamente ficam alagadas até com médias precipitações, interrompendo o tráfego de veículos e causando transtornos à população.

No que se refere à urbanização de orlas, ressalta-se a necessidade de urbanização da orla marítima e fluvial de Brasília Teimosa, em Recife com ações de infraestrutura e, equipamentos urbanos, visando a além de melhoria da qualidade de vida dos moradores de Brasília Teimosa, permitindo o acesso aos pontos de maior beleza de visão oposta do Bairro do Recife, qual seja, o Parque das Esculturas do famoso artista pernambucano Francisco Brennand e que se situa sobre a proteção natural de arrecifes, em frente a praça do Marco Zero, marco inicial de todas as distâncias do Estado de Pernambuco, e hoje, local visitado por todos os turistas que vem ao Recife.

CABO DE SANTO AGOSTINHO

Atualmente, as orlas Marítima e Fluvial de Gaibú, no município de Cabo de Santo Agostinho, necessita de intervenções no sentido de disciplinar e ordenar suas ocupações, assim como criar espaços urbanizados e adequados ao usufruto de seus visitantes.

IPOJUCA

A rede de drenagem pluvial existente não atende satisfatoriamente ao Município de Ipojuca. Há problemas de alagamentos, inclusive em vias já pavimentadas. Não há projetos específicos de drenagem, entretanto, há um projeto de pavimentação e drenagem para a praia de Porto de Galinhas. Por Porto de Galinhas por ser a praia pernambucana mais visitada por turistas nacionais e internacionais, merece um tratamento especial no que tange aos serviços de infraestrutura. A

questão da micro-drenagem em Porto de Galinhas é bastante preocupante, pois até com baixas precipitações, muitas ruas ficam alagadas, o que causa transtornos aos nativos e turistas.

Constatou-se, nessa cidade, a necessidade de um levantamento detalhado do sistema de drenagem e urbanização de orlas, por parte da Prefeitura, a fim de fornecer subsídios à elaboração de futuros projetos.

No tocante à urbanização de orlas, observa-se que em Ipojuca existe um trecho bastante precário onde verifica-se uma ocupação urbana desordenada no trecho que vai da Vila de Porto de Galinhas à Maracaípe, local de alta concentração de turistas que demanda uma ordenação em termos de urbanização e estacionamentos.

TAMANDARÉ

Tamandaré, hoje, possui uma rede de canais para captação de águas pluviais de 13.000m lineares. A rede atual é constituída de canais abertos no solo, sem revestimento. A intenção é aumentar a área de cobertura e revestir os canais melhorando a drenagem com um nivelamento uniforme e diminuindo os custos de manutenção.

Está em fase inicial um projeto de urbanização da orla marítima por parte da Prefeitura Municipal de Tamandaré, desde o Forte Santo Inácio até a Praia dos Carneiros, inclusive com recuperação de área de praia. Os custos do projeto ainda estão sendo calculados.

Não foram encontradas informações sobre drenagem acerca dos demais municípios do Pólo, No entanto, cebe ressaltar que existe uma carência generalizada no que diz respeito às intervenções no sistema de drenagem pluvial.

3.6.5 Serviços de Saúde

Pernambuco possui a maior relação leitos para cada 1000 habitantes da região Nordeste, 2,53. Os dados apresentados nesta análise permitem medir a cobertura hospitalar e o atendimento à saúde. A Tabela 3.6.5.1, mostra o número de unidades hospitalares ao final do ano de 2005 segundo os estados.

Tabela 3.6.5.1

Número de leitos hospitalares por habitante

Leitos p/1.000 hab por Unidade da Federação	
Região: Região Nordeste	
Período: 2005	
Unidade da Federação	Leitos_p/1.000_hab
Maranhão	2,27
Piauí	2,47
Ceará	2,14
Rio Grande do Norte	2,39
Paraíba	2,51
Pernambuco	2,53
Alagoas	1,97
Sergipe	1,81
Bahia	2,19
Total	2,27

Fonte: IBGE – 2005

Tabela 3.6.5.2

Número de Unidades Hospitalares e Leitos por Município

SAÚDE		
Municípios	Estabelecimentos Hospitalares	Leitos Hospitalares
Recife	47	8.990
Olinda	3	358
Jaboatão dos Guararapes	4	576
Cabo de Santo Agostinho	4	281
Ipojuca	2	28
Fernando de Noronha	1	9
Goiana	3	122
Itapissuma	1	8
Ilha de Itamaracá	2	363
Igarassu	2	158
Paulista	4	480
Sirinhaém	2	98
Rio Formoso	1	65
Tamandaré	1	17
Barreiros	3	211
São José da Coroa Grande	1	22

Fonte: IBGE (2005)

3.6.6 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Nesta seção, serão analisados dois índices sintéticos que medem as condições de vida dos municípios. Ambos foram calculados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. O primeiro deles, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que combina três dimensões: a longevidade, a educação e a receita. Onde:

- I. Longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer.
- II. A Educação é medida pela combinação entre a taxa de analfabetismo da população de 14 anos e mais, com peso 2/3, e a do número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, com peso 1/3;
- III. Receita é medida pela receita familiar per capita média ajustada (RFPC), expressa em salários mínimos.

Para que os indicadores possam ser combinados em um índice único, eles são transformados em índices parciais, cujos valores variam entre 0 e 1. A fórmula geral para a construção desses índices é:

$$\text{Índice} = \frac{\text{valor observado} - \text{pior valor}}{\text{melhor valor} - \text{pior valor}}$$

Os valores limites utilizados são os seguintes:

Indicador	Pior Valor	Melhor Valor	Unidade
Esperança de vida ao nascer	25	85	anos
Taxa de alfabetização	0	100	%
Número médio de anos de estudo	0	15	anos
Renda familiar per capita média	0,05	3	em salários mínimos

Assim, o IDH-M de um município i , cujos índices de longevidade, educação e receita são, respectivamente, IL_i , IE_i e IR_i é:

$$IDH - M = \frac{IL_i + IE_i + IR_i}{3}$$

Para a avaliação, o índice dado pela média dessas três variáveis é classificado nas seguintes categorias:

- $0 < \text{IDH} - M < 0,5$ = Baixo desenvolvimento humano;
- $0,5 < \text{IDH} - M < 0,8$ = Médio desenvolvimento humano;
- $0,8 < \text{IDH} - M < 1$ = Alto desenvolvimento humano.

Tabela 3.6.6.1

IDH dos municípios do Pólo nos anos 1991 e 2000.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M 1991	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M 2000
Recife	0,740	0,797
Olinda	0,732	0,792
Jaboatão dos Guararapes	0,701	0,777
Cabo de Santo Agostinho	0,630	0,707
Ipojuca	0,530	0,658
Fernando de Noronha	0,759	0,862
Goiana	0,593	0,692
Itapissuma	0,589	0,695
Ilha de Itamaracá	0,653	0,743
Igarassu	0,628	0,719
Paulista	0,739	0,799
Sirinhaém	0,500	0,633
Rio Formoso	0,516	0,621
Tamandaré	0,496	0,596
Barreiros	0,583	0,635
São José da Coroa Grande	0,498	0,628

Fonte: PNUD/IPEA

Segundo os dados do PNUD, o IDH de Pernambuco e dos 16 municípios estudados foram classificados como tendo médio desenvolvimento. Entre 1991 e 2000, houve uma melhora no índice em todos os municípios. Os avanços ocorridos são consequência de vários fatores. A sensível melhora nas condições de vida e de saúde foram determinantes para o aumento da esperança de vida. Além disso, houve uma maior cobertura da educação o que influenciou o aumento do índice. Os municípios continuam na faixa de médio desenvolvimento humano, com exceção de Fernando de Noronha, que foi elevado à categoria de alto desenvolvimento, mas está também, situado numa faixa limite. (ver tabela 3.27)

Observando os baixos índices de IDH-Receita e IDH-Escolaridade em alguns municípios como Rio Formoso, Sirinhaém, Tamandaré, percebe-se um círculo vicioso. O nível de escolaridade e receita, nesses municípios e outros do mesmo Pólo, têm como consequência uma ocupação trabalhista de baixo nível e um pagamento pelos serviços igualmente baixo. Para alimentar essa roda, os serviços prestados são de baixa qualificação, o que não fomenta o desenvolvimento do turismo.

Nesses municípios, principalmente, a intervenção no segmento formação profissional deve ser caracterizada como fator que promoverá a mudança e o equilíbrio com os demais municípios do Pólo no tocante ao aspecto social e ao desenvolvimento do turismo.

3.6.7 Conclusões e Recomendações para os Problemas Identificados

As melhores condições no abastecimento de água foram observadas em Fernando de Noronha e Recife, onde 97% e 96%, respectivamente, dos domicílios tinham abastecimento de água considerado razoável. As piores condições foram registradas em Rio Formoso(64%) e Sirinhaém, (63%). O Censo de 2000 mostrou um sensível avanço na cobertura do esgotamento sanitário, que atingiu a todos os municípios, sem exceção. Fernando de Noronha continuou a apresentar a maior cobertura (96%) e Itamaracá e Sirinhaém, as menores (3%). Quanto à coleta de lixo houve, entre 1991 e 2000 uma melhoria nos serviços que beneficiou todos os municípios considerados. Em Fernando de Noronha e Itapissuma a coleta de lixo atingiu quase a totalidade dos domicílios. Em contrapartida, São José da Coroa Grande registrou a menor coleta de lixo, cerca de 11% e mais de 80% dos domicílios dão outro destino ao lixo. Em 2000, além de Fernando de Noronha e Itapissuma, Recife também quase atingiu 100% da coleta, enquanto que Itamaracá registrou

apenas 37%, o único município com a coleta abaixo de 40%. Tal fato necessita de cuidados e atenção especial, visto que da coleta deficiente é extremamente danosa para a imagem urbana de um destino.

Quanto ao índice de qualidade de vida (IDH), todos os quinze municípios mais o distrito de Fernando de Noronha podem ser caracterizados como apresentando um médio desenvolvimento humano, com exceção de Fernando de Noronha. Este foi elevado à categoria de alto desenvolvimento, mas está também, situado numa faixa limite.

De uma forma geral pode-se concluir que o Recife e Fernando de Noronha caracterizam-se como os municípios que apresentam melhores condições sócioeconômicas e que os demais municípios, apresentam demandas setoriais em diversas áreas importantes ao seu desenvolvimento, principalmente no tocante ao turismo, que devem ser atendidas. Não obstante deve ser ressaltado que alguns problemas, devido à sua magnitude e abrangência, assim como o saneamento ambiental, carecem de um alto montante de recursos e soluções técnicas muitas vezes complexas, o que deve ser viabilizado por fontes específicas, atuando complementarmente ao PRODETUR NACIONAL.

1. As ações na infraestrutura necessitam priorizar o saneamento ambiental visando à melhoria da habitabilidade nas localidades turísticas, principalmente nos municípios: Tamandaré, Paulista, São José da Coroa Grande, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Goiana e Fernando de Noronha. Estes municípios sofrem com o alto custo das intervenções e o processo lento dos investimentos, ocasionando problemas à qualidade de vida e ao desenvolvimento turístico da área de planejamento.
2. O sistema de abastecimento d' água deve ser ampliado, bem como sua distribuição, devendo suprir as deficiências atuais nas localidades de interesse turístico, principalmente na alta temporada.
3. Quanto ao esgotamento sanitário, a situação é bastante preocupante devendo o Estado elaborar e executar um Programa específico, inclusive com a participação de outras fontes, objetivando a implantação, ampliação, tratamento e melhoria do sistema.
4. Notam-se problemas na administração dos resíduos sólidos principalmente nas localidades de Ipojuca, Olinda, Paulista, Sirinhaém, Tamandaré, Barreiros, Cabo de Stº Agostinho, Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão, São José da Coroa Grande e

Fernando de Noronha. O primeiro passo deve ser dado por meio da elaboração de Planos de Limpeza Urbana e, posteriormente, a implantação de suas recomendações no tocante à preparação dos municípios para o turismo e nos cuidados voltados ao tratamento desses resíduos para que não haja a proliferação de doenças. Entre os municípios aqui evidenciados, ressalta-se a condição do Distrito de Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, agravada pela produção de resíduos sólidos decorrentes da atividade turística principalmente na alta temporada, fins de semana e feriados.

5. São recomendadas também, a criação de ambientes próprios à convivência urbana e ao turismo, assim como a elaboração de campanhas de conscientização da população quanto à importância da limpeza urbana para o turismo. A ficar no atual estágio, podemos considerar a administração de resíduos sólidos como um agente inibidor ao desenvolvimento turístico.
6. Realça-se que a problemática relativa ao saneamento ambiental, devido à sua magnitude e abrangência, implica em alguns casos, em um elevado montante de recursos assim como o desenvolvimento de soluções técnicas muitas vezes complexas, o que deve ser viabilizado por fontes específicas, atuando complementarmente ao PRODETUR NACIONAL, de maneira que deverá financiar, prioritariamente, ações de planejamento e gestão relativas a estudos e projetos. Uma ação que se faz necessária completar, entretanto, refere-se ao saneamento ambiental do CT-Guadalupe.
7. Recomenda-se aos municípios integrantes do Pólo a elaboração de um planejamento integrado de todos os fatores intervenientes na drenagem (micro-drenagem, e macro-drenagem), cuja função foi por muitos anos menosprezada pelas administrações municipais, sendo comum as cidades apresentarem sistemas de drenagem incompletos ou simplesmente inexistentes, o que pode resultar na proliferação de doenças. Seria também oportuno a realização de estudos para reutilização da água.
8. Quanto à urbanização de orlas, o diagnóstico realizado aponta a necessidade de intervenções em Ipojuca (Porto de Galinhas e Maracaípe) e em Recife (Brasília Teimosa) e em Olinda (Praia dos Milagres).
9. Quanto à acessibilidade rodoviária aos municípios do Pólo, a diagnóstico realizado aponta a necessidade da implantação e requalificação de diversos trechos de acessos regionais e da malha interna de ligação aos atrativos turísticos, principalmente nos municípios da

RMR, com destaque para Porto de Galinhas, em Ipojuca. Em Fernando de Noronha também se evidencia a necessidade de implantação de vias pavimentadas e passeios, melhorando a acessibilidade local. Observa-se ainda a necessidade da conclusão dos acessos ao CT -Guadalupe. Foi levantada também a necessidade de implantação e melhorias de sinalização vertical e horizontal, rodoviária e turística em diversos municípios, deficiência que pode se tornar negativa ao desenvolvimento da atividade do turismo, podendo trazer transtornos aos turistas e causar acidentes.

10. A acessibilidade ao Aeroporto Internacional dos Guararapes, considerado o maior do Norte/Nordeste, pode sofrer com os impactos causados pelo conflito de veículos nos horários de pico. Para se mitigar esta consequência, é necessário que seja dada continuidade às obras em andamento nas vias que levam ao aeroporto. Esta medida influenciará o desenvolvimento da atividade turística no Pólo, como a valorização da área e a ampliação no número de recepção de vôos nacionais e internacionais. A obra de construção do acesso viário ao novo Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional dos Guararapes contempla, entre as várias ações a serem executadas, a eliminação do girador ora em uso no cruzamento das Avenidas Mascarenhas de Moraes e Barão de Souza Leão bem como a retificação desta última, que passará a ser mão única.
11. A viabilização do nível de conforto exigido para a correta operação do terminal Marítimo implantado no PRODETUR I e II, pressupõe a execução da dragagem junto ao terminal de passageiros no Porto do Recife, para que os navios possam atracar. Recomenda-se a elaboração de estudos visando adequação do Terminal Marítimo para a exploração do potencial turístico náutico do Rio Capibaribe dotado de beleza cênica particular.

3.7 Análise do Quadro Institucional do Pólo dos Arrecifes

As políticas públicas para o desenvolvimento do setor de turismo são elaboradas em diferentes esferas de governo: municipal, regional, estadual, nacional e internacional. Nesse sentido, planejamento e intervenções são implementadas por diferentes órgãos possibilitando, muitas vezes, um conjunto diferente de objetivos e resultados.

Ressalte-se que o desenvolvimento do turismo não atingirá seu ponto de excelência caso seja deixado inteiramente nas mãos do setor público ou do privado, já que o primeiro teoricamente voltará seus objetivos para maximizar os benefícios sociais e o segundo maximizará os lucros.

A essência do desenvolvimento do turismo bem-sucedido é uma parceria entre os diversos interessados nesse setor, como governos, órgãos estatais ou semi-estatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes.

De uma perspectiva ampla, o que se requer é um desenvolvimento equilibrado das muitas facilidades necessárias para satisfazer as exigências dos visitantes e atender às necessidades da população local.

Cabe destacar que não é mais considerado aceitável que esses objetivos sejam às custas do meio ambiente, ou que afetem adversamente a comunidade anfitriã. A implementação da política torna-se, portanto, um processo de se manter o equilíbrio entre os vários objetivos, e não o de tentar maximizar qualquer um deles, isoladamente (LICKORISH, 1991).

Assim, para a análise institucional do Pólo dos Arrecifes serão levadas em consideração os seguintes fatores estruturantes: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento; e (v) existência de cooperação pública/privada.

A estrutura municipal para apoio ao turismo, foi avaliada em termos de sua exclusividade com o setor, sob a forma de secretaria ou empresa pública. Adicionalmente, busca-se ainda avaliar sua autonomia em função da existência de fontes próprias de recursos, bem como o nível percentual dos mesmos em relação ao total de seu orçamento. Outro aspecto estudado foi a efetividade de eventuais instâncias de governanças locais relacionadas com o turismo nos municípios.

No que diz respeito às estruturas exclusivas (ou não-exclusivas) do turismo no âmbito da administração pública local, procurou-se também medir, sua interação com outras pastas da gestão municipal. Nesse sentido, as informações relativas às parcerias com outras secretarias foram consideradas para mensuração do grau de institucionalização do Pólo dos Arrecifes.

Por fim, de maneira geral, a institucionalização da área turística foi ainda analisada com base em aspectos modernizantes das gestões públicas municipais, como a participação dos municípios em

programas de atualização administrativa e fiscal no passado recente, bem como a eventual utilização de mecanismos atuais de participação popular na administração de prefeituras, tais como o orçamento participativo.

3.7.1 Impactos e Limitações das Políticas Públicas e das Entidades Gestoras

Os investimentos em Desenvolvimento Institucional advindos do PRODETUR I e II foram concentrados em organismos públicos estaduais envolvidos na coordenação, execução e co-execução do Programa, destacando-se:

- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social - SEPLANDES;
- Companhia Pernambucana do Meio Ambiente - CPRH;
- Empresa Pernambucana de Turismo - EMPETUR;
- Fundação de Desenvolvimento Municipal - FIDEM; e
- Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - AD/DIPER.

A orientação adotada para o Componente Desenvolvimento Institucional, no sentido de priorizar, inicialmente, o fortalecimento do aparelho institucional do Estado demonstrou ser acertada. A partir do significativo investimento realizado em fases anteriores do PRODETUR, pode-se dizer que as organizações de maior peso no processo de gerenciamento e execução do Programa - a CPRH, a FIDEM, a EMPETUR e a SEPLANDES, que abrigava a Unidade Executora Estadual do Programa, encontram-se, hoje, reforçadas e em condições satisfatórias, enquanto estruturas organizacionais de gestão estadual, para desempenhar adequadamente a sua função coordenadora, indutora, articuladora e de orientação do desenvolvimento institucional dos municípios do Pólo Costa dos Arrecifes, enquanto gestores locais do turismo. Investimentos de peso foram realizados para a atualização da legislação pertinente ao Setor; os processos e procedimentos burocráticos foram agilizados e objetivados com a utilização de recursos da informática; e as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e controle das atividades que podem degradar o meio ambiente foram aperfeiçoadas.

Com relação aos municípios, o impulso mais forte foi direcionado para a elaboração dos Planos Diretores e para a mobilização e capacitação básica em função do desenvolvimento turístico. O

terreno municipal parece ser o foco principal para continuidade do processo de desenvolvimento institucional. É fundamental continuar a formação e a capacitação de lideranças comunitárias, do empresariado e das equipes da administração pública para efetivamente assumirem o seu papel e as suas responsabilidades perante o processo iniciado de desenvolvimento integrado e sustentável do turismo local.

A promoção e a consolidação de mudanças efetivas no panorama institucional não se faz, por completo, a curto ou médio prazo. A observação da realidade atual das administrações municipais abrangidas, no que se refere aos modelos, estratégias e mecanismos de gestão do turismo, permite constatar mudanças ainda incipientes, em sua maioria.

Hoje, os municípios que integram o Pólo com exceção de Ipojuca, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Paulista, São Jose da Coroa Grande, Barreiros, Goiana e Fernando de Noronha contam com um Plano Diretor recém elaborado, mas pode-se perguntar se todos eles compreenderam, assumiram, internalizaram tanto o processo vivido para sua elaboração, quanto o conteúdo deste instrumento de planejamento municipal, de forma que a ação seja coerente com as diretrizes, necessidades e decisões nele expressa, ou se possuem condições em termos de qualificação de pessoal e equipamentos que permitam a aplicabilidade dos dispositivos constantes nesses Planos Diretores. Certamente, há muito a evoluir nesse sentido.

Com resultados positivos das ações de DI no Pólo Costa dos Arrecifes, ressalta-se a melhoria nos sistemas operacionais e gerenciais dos órgãos contemplados, e o desenvolvimento de instrumentos de controle do desenvolvimento urbano nos municípios agraciados com Planos Diretores.

Como impactos negativos observa-se a continuidade dos problemas de gestão do turismo, meio ambiente e uso do solo por parte da maioria das municipalidades, exceção feita a Recife. Observa-se também a necessidade da melhoria da arrecadação fiscal dos municípios como forma de internalizar os benefícios oriundos da atividade turística e alcançar resultados efetivos na melhoria da qualidade de vida da população.

A análise da situação institucional dos municípios que compõem o Pólo Costa dos Arrecifes, quais sejam, Ipojuca, Olinda, Paulista, Recife, Rio Formoso, Sirinhaém, Tamandaré, Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes e São José

da Coroa Grande, acrescidos do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, permite observar um cenário com características similares, guardadas as especificidades quanto ao desenvolvimento econômico e político de cada um.

As características regionais marcantes de oferta de atrativos turísticos de sol e praia levaram as Prefeituras Municipais a instituírem, em suas estruturas administrativas, Secretarias Municipais encarregadas da gestão e da promoção do turismo, a maioria abrigando tal função em organismos voltados também para o desenvolvimento econômico municipal, para o meio ambiente, para a cultura e para os esportes. Entretanto, via de regra, estes organismos municipais apresentam grande carência de pessoal para o exercício das funções gerenciais, técnicas e operacionais relativas ao turismo. As equipes são muito pequenas, formadas por pessoal em geral sem formação específica e constituídas, fundamentalmente, por ocupantes de cargos comissionados, que não pertencem aos quadros da Prefeitura, provocando instabilidade e rotatividade, de acordo com as mudanças políticas sazonais.

Os organismos municipais que abrigam as funções relativas ao turismo possuem orçamento próprio, definido em lei, ainda que com provimento claramente insuficiente para os gastos necessários. A arrecadação municipal relativa às atividades turísticas e urbanas de uma forma geral é, via de regra muito baixa, em virtude da evasão fiscal. Conseqüentemente, nas negociações políticas para a execução orçamentária, a área de turismo fica, quase sempre, em desvantagem. Acresce-se a essa situação a falta de mecanismos, instrumentos e de pessoal para fiscalização e controle da atividade turística no âmbito do município.

O mesmo pode se aplicar aos setores de meio ambiente e desenvolvimento urbano que possuem alta interface com o desenvolvimento turístico e apresentam-se deficientes, tanto no tocante aos instrumentos normativos quanto a qualificação dos gestores municipais e equipes de apoio.

Observou-se, em diálogo mantido com os Secretários Municipais, que existe, por parte das lideranças municipais, a consciência da importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social local. Entretanto, há uma defasagem entre essa consciência e a assunção, de fato, do turismo como uma atividade produtiva contínua. Na prática, o poder público vem estimulando o turismo centrado em Eventos - festas, exposições, shows e outros - e assim também a comunidade entende as atividades turísticas. Entretanto, o turismo, sob este prisma, gera mais despesa do que receita - e, por sua vez, minimiza o potencial da atividade turística

como indutora do desenvolvimento local e regional. A incorporação do conceito do turismo como uma cadeia produtiva é um dos grandes desafios a ser enfrentado na fase do PRODETUR NACIONAL.

É importante ressaltar que, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha essa situação não ocorre, na medida em que a atividade turística é a única e intensa atividade produtiva praticada na ilha, sendo que ali, dadas as condições geográficas que possibilitam o total controle da entrada de visitantes e turistas, e os mecanismos de fiscalização do restrito setor produtivo local, não há evasão fiscal. Assim, Fernando de Noronha apresenta características únicas, no conjunto dos municípios em tela.

Quanto à legislação básica, observou-se que, na maioria dos municípios, ela está aprovada pela Câmara Municipal, mas não é cumprida, seja pelo poder público, trade turístico ou população. Uma série de fatores leva a essa situação. Entre eles deve-se registrar que a elaboração dessa legislação sem o envolvimento da sociedade local contribui significativamente para essa situação.

Os agentes envolvidos não a conhecem suficientemente, mas, principalmente, não se identificam com ela. Conseqüentemente, seu cumprimento, com todo o conflito que ele pode envolver, fica postergado indefinidamente.

A implantação das ações do Programa Nacional de Turismo, que vem ocorrendo paulatinamente nos diversos municípios do Pólo Costa dos Arrecifes, vem contribuindo para a mudança do panorama institucional de gestão do turismo na região.

Alguns conteúdos levantados nas Oficinas de Trabalho com as lideranças municipais de gestão do turismo do Pólo Costa dos Arrecifes, a seguir itemizados, como dificuldades ou necessidades, são importantes como balizadores da definição das estratégias e do plano de ação no âmbito do PDITS – PRODETUR NACIONAL:

- Preparar e criar mecanismos para o planejamento e a atuação conjunta na gestão do turismo, considerado o conceito de Pólo e de Desenvolvimento Integrado e Sustentável;
- Capacitar municípios para a gestão do turismo na perspectiva do marketing;
- Buscar mecanismos de controle e fiscalização da atividade turística;
- Preparar gestores e lideranças municipais para a gestão do turismo, enquanto fator de desenvolvimento econômico e social;

- Incrementar os meios e as ações de divulgação do potencial e dos produtos turísticos e institucionalizar a vocação turística dos municípios envolvidos;
- Preparar equipes municipais para gerenciamento e avaliação de projetos turísticos;
- Promover mudança quanto ao enfoque do turismo - envolvendo a idéia de cadeia produtiva e de atuação em nível profissional;
- Desenvolver estratégias e mecanismos de sustentabilidade financeira dos municípios e aumento da arrecadação fiscal; Criar e adotar modelo de gestão por resultados na administração pública municipal e sistema de avaliação de políticas públicas;
- Absorver e implantar mecanismos de articulação interna à administração pública municipal e desta com os agentes parceiros na atividade turística e com os demais municípios;
- Desenvolver e utilizar, efetivamente, sistema municipal de informações turísticas;
- Integrar esforços do Programa Nacional do Turismo com as ações do PDITS/PRODETUR NACIONAL;
- Assimilar e realmente considerar, no campo da gestão municipal, os Planos Diretores elaborados e aprovados;
- Criar / rever legislação de uso do solo em áreas de interesse turístico;
- Desenvolver política de gestão ambiental integrada na área do Pólo;
- Desenvolver e implantar uma política de segurança pública para a região do Pólo, tendo o PRODETUR NACIONAL como oportunidade de articulação e indução;
- Desenvolver modelo de gestão integrada de transporte público, considerando o corredor formado pelo Pólo;
- Facilitar o acesso ao micro-crédito para empreendimentos turísticos no Pólo, considerando o PRODETUR NACIONAL como oportunidade de desenvolvimento da atividade turística.

3.7.2 Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico - Capacidade de Administração/gestão dos Municípios

A identificação e a caracterização do arranjo para a gestão e execução do PDITS, no âmbito do PRODETUR NACIONAL é o passo principal para delimitar o ambiente em que deverá ocorrer o investimento em fortalecimento e desenvolvimento institucional e, conseqüentemente, em que se concentram os esforços de diagnóstico da situação institucional atual. Assim, o organograma a seguir foi desenhado considerando os agentes públicos da administração estadual e das

administrações municipais envolvidos direta ou indiretamente com a gestão e promoção do turismo no estado de Pernambuco e, mais especificamente, no Pólo Costa dos Arrecifes, bem como as instâncias deliberativas e consultivas existentes e a criar.

Coerente com as diretrizes para o PRODETUR NACIONAL que, para consecução de seus objetivos, exige atuação intersetorial, constata-se que o arranjo institucional para a sua gestão e execução no estado de Pernambuco é constituído por uma extensa rede de órgãos públicos e privados, de âmbitos federal, estadual e municipal, reunindo um significativo número de instituições com características diversificadas - função, cultura, estrutura, estágio de desenvolvimento e regras próprias. Várias instituições desempenham mais de uma função:

- Órgãos de deliberação - Conselho Estadual do Turismo, Conselho do Pólo da Costa dos Arrecifes, Conselhos Municipais de Turismo e Conselhos Municipais do Meio Ambiente;
- Órgãos executores - Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente; Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos; Secretaria de Turismo; Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR); Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD-DIPER); Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Social; Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife (FIDEM); Secretaria de Infraestrutura por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA); Secretaria de Educação e Cultura / Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); Prefeituras Municipais abrangidas pelo Pólo Costa dos Arrecifes, com seus órgãos afins;
- O trade turístico - setor produtivo que compõe a cadeia produtiva do turismo, as entidades comunitárias e a população residente na área abrangida são considerados como parceiros e como agentes beneficiados pelas ações do Programa, na perspectiva do desenvolvimento sustentável da região.

A identificação e o entendimento dessa rede e a interação das instituições nela atuantes constitui fator essencial para potencializar e agilizar a execução das ações inerentes ao PDITS - Costa dos Arrecifes. A capacidade de interação está diretamente relacionada às condições existentes para o cumprimento da finalidade de cada organismo que compõe o arranjo para gestão e execução do PRODETUR NACIONAL.

Para maior clareza do arranjo institucional apresentado, segue a descrição sintética das finalidades de órgãos estaduais que irão desempenhar as funções de gerenciamento e execução do Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Pernambuco:

- Secretaria de Turismo - SETUR. Sua finalidade é planejar, fomentar e executar a política de desenvolvimento do turismo; identificar, atrair e apoiar investimentos voltados à expansão do turismo no estado; estimular, apoiar e orientar as atividades de turismo e de expansão dos investimentos no setor; planejar e incentivar as parcerias com a iniciativa privada, ações e programas de implantação de empreendimentos estruturadores e fomentadores do setor turístico;
- Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco S/A – AD/DIPER. Tem por finalidade promover o desenvolvimento do Estado, através de ações de apoio aos setores industrial, mineral, agroindustrial, comercial, de serviços e às atividades florestais; articular a atração de novos investimentos, oferecendo apoio logístico e técnico ao setor público.
- Empresa de Turismo de Pernambuco S/A - EMPETUR . Deve executar a Política Estadual de Turismo;
- Secretaria de Fazenda – SEFAZ. Sua finalidade é prover e gerir os recursos financeiros necessários à implementação das políticas públicas do Estado;
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social – SEPLANDES. Deve planejar a ação pública estadual, em consonância com os princípios de descentralização e participação, tendo como foco estratégico a questão social;
- Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM. Sua finalidade é promover o desenvolvimento municipal e metropolitano, assim como prestar apoio à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social, ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – CONDERM, e aos Conselhos e Comissões regionais, quando constituídos, no que se refere ao planejamento, gestão municipal e metropolitana;
- Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH. Tem como finalidade executar a Política do Meio Ambiente, visando a proteção dos principais ecossistemas do estado de

Pernambuco e atuando no controle da poluição urbano-industrial e rural, na proteção do uso do solo e dos recursos hídricos e florestais, mediante: licenciamento, autorização e alvará; fiscalização; monitoramento; gestão dos recursos ambientais;

- Secretaria de Educação e Cultura / Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. Tem por finalidade desenvolver e executar a Política Cultural do estado de Pernambuco, visando o fortalecimento da cidadania da sua população e a preservação de seu patrimônio cultural. Deve ainda preservar, restaurar, conservar, revitalizar e contribuir para a ampliação, em Pernambuco, do patrimônio constituído por bens móveis ou imóveis de valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, iconográfico, etnológico e paisagístico;
- Secretaria de Infraestrutura / Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA. Sua finalidade é executar a política governamental de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do estado de Pernambuco, através da prestação de serviços à população;
- Secretaria de Infraestrutura / Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER-PE. Responsável por desenvolver meios para a construção e gerenciamento do Sistema de Transporte Rodoviário, proporcionando conforto, segurança e fortalecimento da economia em benefício da população do estado de Pernambuco;
- Conselho Estadual de Turismo – Têm a finalidade de integrar a cadeia produtiva no Estado de Pernambuco, operacionalizando as políticas formuladas pelo núcleo estratégico do governo federal, constituindo-se em um canal de ligação entre o Governo Federal e os destinos turísticos dentro do Pólo;
- Conselho do Pólo da Costa dos Arrecifes – É uma Instância de Governança Regional, criada para dar suporte ao Programa de Regionalização do Turismo (Ministério do Turismo) apoiada pela SETUR e pelo Conselho Estadual de Turismo. É responsável por: planejar e coordenar as ações, em âmbito regional e local; articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito regional e local; monitorar e avaliar as ações dos programas, em âmbito local; produzir e disseminar dados e informações;

- Conselhos Municipais de Turismo – Tem a finalidade de mobilizar os segmentos organizados para o debate e indicação de propostas locais para a região; integrar os diversos setores locais em torno da proposta de regionalização; participar de debates e formulação das estratégias locais para o desenvolvimento local; planejar e executar ações locais, integradas às regionais;

- Conselhos Municipais de Meio Ambiente - tem a função de opinar e assessorar a Prefeitura local, suas secretarias e o órgão municipal de meio ambiente nas questões relativas à gestão ambiental. A ele cabe: propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento; analisar e, dependendo do caso, emitir licenças ambientais para atividades com potencial poluidor em âmbito municipal; promover ações, projetos e programas de educação ambiental; propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais; opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos locais; receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências necessárias.

Há outros agentes na implementação das ações do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Arrecifes, que complementam o quadro institucional do PRODETUR NACIONAL - Pernambuco, no sentido de reforçarem a necessidade de um modelo de gerenciamento para o Programa como uma rede de parcerias e não iniciativas isoladas e pontuais. Podemos citar:

- Entidades de Ensino e Pesquisa - Universidades, Centro Federal de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas, FACEPE - Fundação de Amparo à Pesquisa, ITEP, SENAI, SEBRAE, SENAC e outras;
- Empresa Metropolitana de Transporte Urbano - RM Recife - EMTU; Organizações Não Governamentais / Organizações Sociais;
- Colônia de Pescadores;
- Comitê das Bacias do Pirapama e do Jaboatão;
- Convention and Visitors Bureau;
- Entidades representativas do Setor Produtivo do Turismo;
- Assembléia Legislativa Estadual;

- Câmaras Legislativas Municipais.

Ainda não se verificou dentre os municípios do Pólo qualquer dispositivo municipal que possa ser considerado para a iniciativa privada como um incentivador da atividade turística.

3.7.3 Legislação Turística e Urbanística

O anexo 7 (quadro 3.18) apresenta as Estruturas Municipais e Legislação Vigentes no Pólo Costa dos Arrecifes. Da análise desse quadro depreende-se que os municípios integrantes do Pólo Costa dos Arrecifes apresentam uma grande heterogeneidade no tocante ao desenvolvimento e capacitação institucional para gerir os setores turismo, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Recife, assim como os demais municípios que integram o núcleo central da RMR, via de regra, possuem um conjunto de instrumentos normativos e instituições suficientemente qualificadas, permitindo uma adequada gestão das atividades anteriormente ressaltadas. Entretanto, nos demais municípios observa-se lacunas setoriais que vão desde a ausência de planos diretores, até a inexistência de corpo técnico e normas específicas para gerir o espaço urbano.

No tocante a gestão municipal do turismo, portanto, verifica-se a necessidade de implementação de ações normativas básicas objetivando enquadrar os municípios que integram o Pólo nas condições necessárias à gestão do turismo, meio ambiente e desenvolvimento urbano, tais como planos diretores, instalação de conselhos municipais de turismo e meio ambientes, como também, dotá-los de mecanismos adequados que garantam a sustentabilidade dos investimentos que deverão se efetivar. Assim recomenda-se a elaboração e implementação de planos setoriais de turismo, de gestão do meio ambiente e de capacitação continuada de gestores e educadores municipais e líderes locais em gestão turística para o desenvolvimento sustentável do turismo no Pólo Costa dos Arrecifes.

Observa-se ainda a necessidade de adequação da administração municipal para o desempenho das atividades de fiscalização administrativa e fiscal, objetivando a implantação de sistemas para melhorar a eficiência e a transparência de gestão dos municípios, principalmente nos municípios de Ipojuca, Igarassu, Itapissuma e Ilha de Itamaracá.

Ainda no tocante ao fortalecimento municipal salienta-se a necessidade da criação de uma cultura de gestão do turismo no Pólo Costa dos Arrecifes, em consonância com a filosofia definida pelo próprio PRODETUR NACIONAL.

Destaca-se também a importância da Instalação e/ou fortalecimento do Conselho de Turismo em todos os municípios do Pólo Costa dos Arrecifes. A existência desses Conselhos é um pré-requisito para a participação do município nas ações do PRODETUR NACIONAL e deverão exercer entre outros, um papel análogo, a nível local, daquele a ser desempenhado pelo Conselho de Turismo do Pólo.

Os investimentos realizados no âmbito do PRODETUR I e II, ainda que limitados e localizados, produziram resultados satisfatórios, elevando o nível de desempenho das estruturas do governo do estado de Pernambuco voltados para a gestão e a promoção do turismo e, principalmente, para a gestão ambiental. Contudo, uma análise detalhada e atenta deste ambiente leva à identificação de pontos críticos, de natureza estratégica e estruturante, que permanecem e dificultam o cumprimento da missão precípua desses organismos. Desta situação, no âmbito estadual, depreende-se os pontos a seguir elencados:

1. Prioridade para a definição e implantação de uma política de desenvolvimento e promoção do turismo sustentável no Pólo Costa dos Arrecifes, induzida pelo PDITS, de forma que as lideranças estaduais e, em continuidade, as lideranças municipais, assumam, com clareza, o turismo como prioridade de governo e como fator do desenvolvimento econômico e social do Estado;
2. Concepção e prática de um modelo de gestão estadual do turismo que produza ações coordenadas, articuladas e descentralizadas, envolvendo os diferentes organismos estaduais que compõem o arranjo institucional do setor de turismo e o poder público municipal, e ainda, a participação efetiva do setor produtivo, das organizações não governamentais e das comunidades locais. Nesta direção, coloca-se como mecanismo indutor deste novo modelo e potencial agente de transformação do atual ambiente institucional, o Conselho de Turismo do Pólo Costa dos Arrecifes.
3. Revisão integral das estruturas, mecanismos e instrumentos de promoção, acompanhamento, fiscalização, controle e avaliação das atividades turísticas, revitalizando, realinhando e fortalecendo a Empresa de Turismo de Pernambuco

S/A - EMPETUR, hoje sem as condições necessárias para desempenhar, a contento, sua missão precípua.

4. Fortalecimento das estruturas e condições gerenciais, tecnológicas e de recursos humanos da FIDEM - Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife (na qual se insere parte da área do Pólo Costa dos Arrecifes), como órgão de desenvolvimento regional, de forma a permitir o seu pleno desempenho como gerador de informações para a gestão urbana e como organismo de assessoramento e capacitação municipal para o controle urbano e ambiental.
5. Adequação e capacitação da força de trabalho atinente aos diversos níveis das estruturas municipais de gestão do turismo, hoje insuficiente em quantidade, sem oportunidades continuadas de desenvolvimento das competências profissionais necessárias e fragilizada em sua situação funcional, na medida em que, em sua grande maioria é composta por ocupantes de cargos comissionados e não por funcionários enquadrados no quadro de efetivos da administração estadual.
6. Fortalecimento da estrutura, bases de funcionamento, condições técnico-operacionais e capacitação/aperfeiçoamento contínuo da equipe da Unidade Executora Estadual - UEE, para que, revitalizada, possa assumir, como devido, o seu papel perante o PRODETUR NACIONAL.

3.8 Análise dos Aspectos Socioambientais

O estabelecimento de padrões sustentáveis de desenvolvimento vem merecendo, nos últimos anos, a atenção de todos os setores da sociedade. A contribuição do setor de turismo nesse esforço é de grande relevância. Assim, a natureza e o meio ambiente são fatores primordiais para um tipo de turismo que integre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. Esse compromisso é ratificado pela Organização Mundial do Turismo – OMT, quando conceitua o turismo sustentável como aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais, exigindo integração ao meio ambiente, natural, cultural e humano, e respeito à frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas.

A OMT também identifica uma sensibilização crescente dos principais atores envolvidos que se expressa em iniciativas dos setores público e privado e no avanço do uso tecnologias limpas na tentativa de redução dos impactos negativos provocados pelo turismo. Entretanto, as ações têm sido insuficientes para garantir a sustentabilidade dos destinos turísticos, baseada em atrativos naturais.

No Brasil, observa-se a presença de alguns fatores mencionados pela OMT como barreiras à preservação ambiental pelas vias do turismo, a saber:

- Dificuldade de integração das políticas públicas de turismo com as demais políticas de governo;
- Insuficiência de recursos destinados aos órgãos públicos de administração do turismo;
- Insuficiência de recursos públicos para obras de infraestrutura básica;
- Dificuldades de apuração dos indicadores de sustentabilidade ambiental; e
- Maior engajamento do setor privado turístico nas questões ambientais.

Portanto, o fator meio ambiente é matéria, naturalmente, integrante dos cenários metodológicos utilizados em pesquisas e estudos socioeconômicos, e elaborados cientificamente sob a natureza diagnóstica e/ou propositiva.

Na tendência de globalização de alguns temas de interesse comum, o meio ambiente é dos poucos que se fixaram como assunto permanente na agenda de discussões, estudos e projetos. Os colegiados internacionais, particularmente aqueles que discutem e organizam políticas públicas mundiais, lidam com o tema meio ambiente de forma prioritária. Da mesma forma, o direcionamento do volume de investimentos e pessoas, das normas reguladoras e dos processos de avaliação e controle, todos em âmbito mundial, têm no meio ambiente uma matéria de notória relevância.

No Brasil, onde os atrativos naturais são abundantes, podem ser encontrados destinos que dependem diretamente dos segmentos que possuem como base atrativos naturais e, conseqüentemente, necessitam de diagnósticos e conclusões de natureza ambiental. Para citar alguns exemplos: ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, sol e praia. Vale ressaltar que as pesquisas de demanda nacional e internacional, realizadas pelo Ministério do Turismo em seus

planos de promoção (planos Cores e Aquarela), apontam uma crescente conscientização dos visitantes, principalmente estrangeiros, quanto aos aspectos ambientais do local a ser visitado.

Não obstante a dependência específica das questões ambientais desses segmentos turísticos, todos os destinos, em geral, mantêm um vínculo de sustentabilidade diretamente relacionado com as condições de meio ambiente que venham a disponibilizar aos turistas. Destaque-se a importância da análise detalhada de aspectos que não somente afetam o turismo diretamente, mas também podem representar algum tipo de risco à qualidade e responsabilidade ambiental de um destino. Em outras palavras, o status ambiental é um aspecto fundamental nos processos de escolha de um destino turístico.

3.8.1 Análise das Condições Ambientais do Pólo Costa dos Arrecifes

A zona costeira de Pernambuco estende-se de Goiana, ao norte, no limite com o estado da Paraíba, até o município de São José da Coroa Grande, ao sul, no limite com o estado de Alagoas. Corresponde a uma faixa de 187 km de extensão, constitui-se o mais importante aglomerado populacional do Estado, onde se concentra cerca de 44% de sua população.

A costa pernambucana, na sua maior parte, apresenta-se baixa, chegando a atingir cotas inferiores ao nível do mar em alguns pontos, à exceção do promontório de Santo Agostinho, no litoral sul; Barra de Catuama e de Ponta de Pedras, no litoral norte. Possui uma variedade de ecossistemas produtivos que incluem segmentos de planícies recobertas por coqueirais, remanescentes de Mata Atlântica, estuários com extensos manguezais, recifes de arenito e de corais, corais, ilhas e restingas.

3.8.1.1 Caracterização da Área do Litoral Sul

O litoral sul compreende os municípios de São José da Coroa Grande, Barreiros, Rio Formoso, Sirinhaém, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Microrregião Mata Meridional Pernambucana e Suape, e Jaboatão dos Guararapes totalizando 2 097 km² ou o equivalente a 2,13% da superfície estadual.

a) RELEVO, GEOLOGIA

A região do litoral sul apresenta um relevo marcado pela predominância de morros e colinas, cujas altitudes variam de 30 a 400 metros, nos morros, e 12 a 50 metros, nas colinas. O topo dessas elevações configura um plano ascendente que se eleva dos limites da planície costeira, onde

compõe um modelado suave ondulado, para a extremidade oeste da área, onde, em geral, adquirem feição de Relevo Montanhoso.

Os Morros são formas de relevo modelados em rochas muito antigas constitutivas do embasamento cristalino; as colinas foram modeladas em estruturas mais recentes, pertencem às formações Barreiras, Cabo, Algodois e Ipojuca. Permeando morros e colinas, ocorrem planícies fluviais, formadas pelas várzeas e terraços dos rios que cortam a área.

Na parte leste desse relevo, encontra-se a Planície Costeira, de largura variável, origem sedimentar e altitude que oscila entre 0 e 10 metros. Apresenta um conjunto de feições onde sobressaem praias; restingas (terraços marinhos); manguezais (formações palustres ou lamacentas); várzeas fluviais permanentemente alagadas; várzeas e terraços que margeiam o curso terminal dos rios cujas desembocaduras, em geral, amplas, interrompem praias e restingas e permitem o fluxo e refluxo diário das marés, através do leito fluvial, originando o fenômeno conhecido como afogamento dos estuários, responsável pela ocorrência, na área, de extensos manguezais.

b) CLIMA

O Litoral Sul de Pernambuco tem clima tropical úmido com chuvas de inverno antecipadas no outono - clima As' (pseudo tropical) da Classificação de Koeppen. Relativamente bem distribuídas ao longo do ano, as chuvas são provocadas, sobretudo, pelos ciclones da Frente Polar Atlântica que atingem o litoral nordestino com maior vigor no período de outono-inverno, sendo os meses de maio, junho e julho os mais chuvosos e outubro, novembro e dezembro os mais secos.

Mais elevadas na porção meridional da área, as precipitações sofrem redução do sul para o norte e do litoral para o interior, passando de mais de 2 400 mm anuais, no município de Barreiros, para 2.106 mm anuais em Cabo de Santo Agostinho e, dessa última quota, para a de 1.370 mm em Pombos, município agrestino limítrofe da Mata Meridional (ANDRADE & LINS, 1984, p. 31).

A temperatura média anual da área é de 24 °C, variando entre a mínima de 18 °C e a máxima de 32 °C, sendo fortemente influenciada pela ação dos ventos dominantes, os alísios de SE e NE.

c) SOLOS

Os solos do Litoral Sul de Pernambuco variam desde os predominantemente arenosos, localizados nos terraços litorâneos, até os de textura argilosa que recobrem os morros e colinas situados à oeste da Planície Costeira e constituem a associação Latossolo Vermelho Amarelo e Podzólico Vermelho Amarelo (CPRH, 1999).

Estes últimos solos são oriundos da decomposição de rochas cristalinas (granitos e gnaisses), bem como de sedimentos argilo-arenosos das Formações Barreiras e Cabo. São, em geral, profundos, ácidos e de baixa fertilidade.

Na extremidade oeste dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e no trecho entre as cidades de Sirinhaém e Rio Formoso, os Podzólicos apresentam-se rasos e com grande quantidade de afloramentos rochosos, o que os torna ainda mais restritivos para o uso agrícola.

Permeando as associações acima referidas, ocorrem ao longo de rios e riachos, solos originários de depósitos aluviais (solos Aluviais), em geral associados a solos hidromórficos, mal drenados (solos Gley) que se apresentam encharcados nos trechos onde o lençol freático aflora. Os solos aluviais, juntamente com os de origem vulcânica (Terra Roxa Estruturada) encontrados em colinas da Formação Ipojuca, são os de melhor potencial agrícola da área.

Também ocorrem na área de estudo os solos característicos de mangue e que são considerados impróprios para a atividade agrícola.

d) VEGETAÇÃO E FAUNA

A Floresta Tropical Atlântica recobria originalmente toda a faixa costeira do Estado. Alguns poucos remanescentes dão indicação dessa vegetação primária, ocorrendo, em geral, matas secundárias de extensão e estágios sucessionais diversos, distribuídos de forma esparsa por toda área do Litoral Sul de Pernambuco (CPRH, 1999). Localizam-se nos topos e encostas dos morros do Cristalino e de algumas colinas das Formações Cabo, Ipojuca, Algodoais e Barreiras. A flora dessas matas encontra-se em diferentes estágios de regeneração (CPRH, 1999), apresentando, em cada um desses estágios, a seguinte composição:

- Estágio inicial de regeneração: imbaúba, favinha, murici, sambaquim, cabatan-de-rego, mutamba, angélica, espinheiro, imbira-vermelha, cupiúba, periquiteira, paquevira, mata-pasto, tiririca e urtiga-branca;
- Estágio médio de regeneração: sucupira, ingá-porco, mamajuba, camaçari, imbiriba, ingá, taquari, cupiúba, sambaquim, amescla, paquevira e banana-de-macaco;
- Estágio avançado de regeneração: visgueiro, urucuba, gameleira, mamajuba, sucupira, camaçari, maçaranduba, praíba, sambaquim, pau-d'arco-amarelo, louro, amarelo, oiti-da-mata, ingá-porco, amescla, pau-sangue, gararoba, cumaru-da-mata e munguba.

Como remanescentes mais expressivos e conservados da Floresta Atlântica, é possível destacar:

- As Matas do Engenho Murim, localizadas na porção oeste do município de São José da Coroa Grande, próximo à sede do Engenho Murim. Recobrimo testemunhos da Formação Barreiras, essas matas contribuem para a captação de água subterrânea e abrigam nascentes que, provavelmente, desempenham importante papel no caráter perene do riacho Meireles. Pela sua extensão e estado de conservação, constituem provável área de refúgio de fauna;
- As Matas da porção noroeste do município de Barreiros ocupam morros de até 140 m de altitude, declividades acentuadas. Localizam-se em áreas de nascentes, contribuindo, assim, para a proteção do solo e manutenção dos recursos hídricos, além de constituírem provável área de refúgio de fauna;
- A Reserva Biológica de Saltinho e a Mata de Pau Amarelo localizam-se no limite dos municípios de Tamandaré e Rio Formoso. A proximidade entre essas matas sugere a necessidade de união das mesmas, com o objetivo de ampliar a proteção do solo, a manutenção dos recursos hídricos e o refúgio da fauna nessa área;
- As Matas do Engenho Changuá estão localizadas a noroeste da cidade de Rio Formoso próximo à sede do Engenho de mesmo nome. Ocupam provável área de nascentes e constituem refúgio de fauna;
- As Matas entre o Engenho Camaragibe e a PE-060 localizam-se a noroeste da cidade de Sirinhaém (próximo a PE-064) e a sudeste de Camela (próximo a PE-060). Situando-se

em área caracterizada pelo predomínio de declividades acentuadas e pela existência de vários riachos perenes, sobretudo a sudeste de Camela, essas matas contribuem para proteção do solo, a manutenção dos recursos hídricos e o refúgio da fauna; e

- As Matas do Zumbi, Duas Lagoas e Camaçari, localizadas próximo ao litoral do Cabo de Santo Agostinho e definidas, legalmente, como Reservas Ecológicas encontram-se em área de captação de água subterrânea e contribuem para a manutenção dos mananciais que abastecem parcialmente a porção sul da Região Metropolitana do Recife. Está em execução, pela administração do Porto de Suape, um projeto de recomposição das áreas degradadas entre as matas do Zumbi e Duas Lagoas, com o objetivo de formar corredores ecológicos entre esses e outros remanescentes, o que propiciará a ampliação do potencial da área para refúgio de fauna.

Outros testemunhos de Mata Atlântica do Litoral Sul de Pernambuco definidos, legalmente, como Reservas Ecológicas localizam-se, total ou parcialmente, no município do Cabo de Santo Agostinho. São as matas do Sistema Gurjaú, da Serra do Cumaru, de Contra Açude, de Bom Jardim, da Serra do Cotovelo e do Urucu.

A grande maioria desses e de outros remanescentes menos expressivos, tem sido atingida pela prática de queimadas para o cultivo da cana-de-açúcar, pela expansão das áreas policultoras, pela retirada indiscriminada de madeira e lenha e pela expansão imobiliária desordenada.

Um outro tipo de remanescente da Mata Atlântica encontrado na área está constituído pela vegetação peculiar das restingas que, outrora, ocupava a faixa de solos arenosos dos Terraços Marinhos, paralelos à costa. Nos dias atuais, encontra-se restrita a trechos reduzidos dos mesmos. Nesses remanescentes, ao lado de algumas leguminosas, destacam-se o cajueiro, o angelim, o louro, a mangabeira e o oiti-da-praia (ANDRADE & LINS, 1984, p.65). Como remanescentes mais expressivos da categoria assinalam-se as matas de restinga das praias de Guadalupe (Sirinhaém), de Maracaípe, da Gamboa, da Fazenda Merepe (Ipojuca) e ao norte da praia de Itapoama, próximo ao estuário dos rios Pirapama-Jaboatão (Cabo de Santo Agostinho). A ocupação urbana desordenada tem sido o principal fator impeditivo da preservação desses remanescentes.

No litoral Sul de Pernambuco, o avanço dos desmatamentos, acentuando o processo de fragmentação dos remanescentes, e a caça indiscriminada praticada, principalmente, em testemunhos localizados próximo às áreas de assentamentos rurais e aglomerados urbanos, podem ser apontados como alguns dos fatores que ameaçam à sobrevivência da fauna nessa área (TABARELLI, 1999, p. 6).

Um outro ecossistema associado à Mata Atlântica é o constituído pelos manguezais que se apresentam relativamente conservados e se situam em extensas faixas marginais dos trechos terminais dos principais rios da área. Ocupam terrenos baixos e argilosos, sujeitos ao fluxo constante das marés, onde são encontradas, em geral, as espécies mangue vermelho, mangue branco e mangue canoé. Associada à vegetação, ao solo e às características hídricas dos estuários, existe uma fauna típica, bastante diversificada, composta de várias espécies de crustáceos, moluscos e peixes (BRAGA, 1994, p. 2), cuja captura desempenha importante papel na sobrevivência das populações locais. Além da pesca artesanal, outra forma de utilização desse ecossistema é a instalação de viveiros para criação de peixes e camarões.

e) RECURSOS HÍDRICOS

São compostos de duas categorias: (i) os litorâneos que nascem e deságuam na zona litorânea apresentando dimensão reduzida; (ii) e os translitorâneos que nascem no agreste e penetram na Zona da Mata.

(i) OS RIOS LITORÂNEOS:

- O Rio Massangama serve de limite entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e tem como formadores os rios Tabatinga e Utinga de Baixo, onde se situam as barragens do Bita e a do Utinga, abastecimento do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, desaguando no Rio Tatuaca;
- O Rio Merepe forma extenso manguezal, encontrando o Rio Ipojuca e desembocando junto a este ao Sul do Porto de SUAPE;
- O Rio Maracaípe, no município de Ipojuca, desemboca no Pontal de Maracaípe, ladeado por manguezais e restingas;

- O Rio Formoso, formado pelos Riachos Vermelho e Serra d'água, nasce no município de Rio Formoso e alcança a Planície Costeira. Seu amplo estuário tem vários braços, como os rios Goiana, dos Passos, Porto das Pedras e Lemenho, formando uma trama compacta de mangues e salgados. Próximo à desembocadura recebe o rio Ariquindá e o riacho União;
- Os Rios Mamucabas e Ilhetas, maior parte em Tamandaré, deságuam no Pontal de Mamucabas. Na área perto da desembocadura ambos os rios são ladeados por manguezais separados do mar por estreito cordão arenoso. O Ilhetas, à montante do manguezal, possui ampla várzea alagada; e
- O Riacho Meireles nasce em São José da Cora Grande e, no seu último trecho, teve seu canal retificado para aproveitamento da várzea com cultivo de coqueiro.

(ii) OS RIOS TRANSLITORÂNEOS:

- O Rio Pirapama tem cerca de 80km de extensão e nasce no município de Pombos, a maior parte de sua bacia encontra-se no município do Cabo de Santo Agostinho. Desemboca, junto com o rio Jaboatão, em Barra de Jangada, município de Jaboatão. No trecho entre Camaçari e o rio Jaboatão, à retaguarda da praia e da restinga do Paiva, encontra-se o manguezal. Seus afluentes são os rios Gurjaú, Cajabuçu e Macacos, na margem esquerda e os rios Santa Amélia, Utinga de Cima e Camaçari. No rio Gurjaú encontra-se a barragem de Gurjaú e Sucupema, integrantes do abastecimento d'água da Região Metropolitana do Recife, e ainda será construída a barragem de São Brás. E a montante do Engenho Molinote encontra-se a barragem do Pirapama;
- O Rio Ipojuca nasce em Arcoverde, desemboca no Porto de Suape e recebe bastante efluentes de atividades agroindustriais. Na maior parte de seu trajeto, o Ipojuca é um rio de regime temporário, tornando-se perene na Zona da Mata. Ao se ligar com os rios Tatuoca e Merepe, forma um amplo estuário afogado;
- O Rio Sirinhaém nasce no município de Camocim de São Félix com o nome "Riacho Tanque das Piabas". Seus afluentes são os rios Tapiruçu, Camaragibe e Amaraji. Deságua no litoral de Sirinhaém, após compor com seus braços, os rios Arrumados, Trapiches e Aquirá, um amplo e complexo estuário onde se encontram algumas lagoas,

várias ilhas e extenso manguezal. Recebe grande carga de efluentes industriais e domésticos;

- O Rio Una nasce no município de Capoeiras, corre um trecho paralelo ao litoral, à retaguarda de extenso cordão arenoso (antiga ilha-barreira) que, juntamente com as ilhas fluviais e planícies recobertas por manguezais, conferem aspecto particular ao seu estuário. Torna-se perene ao chegar à Zona da Mata. Seus afluentes: o riacho da Chata e os rios Panelas, Pirangi, Jacuípe e Carimã. Também recebe carga de efluentes industriais e domésticos.

f) DINÂMICA URBANA - Impactos

Os embriões dos núcleos urbanos do litoral sul de Pernambuco surgiram, em sua quase totalidade, nos séculos XVI e XVII, tendo como origem os portos fluviais localizados em fundo de estuário de onde surgiram os núcleos primitivos de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros; a edificação religiosa (capela, convento), erguida em sede de engenho; e, posteriormente, a criação de paróquia, como a “freguesia de Santo Agostinho do Cabo” e fazenda de coco, a vila de pescadores e porto litorâneo, São José da Coroa Grande, Barra de Sirinhaém e Tamandaré.

A aceleração do processo de expansão urbana da área, a partir dos anos 70, tem como fatores principais, a expulsão em massa da população da zona rural canavieira em decorrência da implantação do PROÁLCOOL (1975) e a “descoberta” das praias do litoral como opção de veraneio e lazer de fim de semana da classe média e média alta do núcleo metropolitano e dos centros urbanos de porte médio.

A população expulsa do campo passa a se aglomerar na periferia das cidades, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamentos humanos. A regularização dessas ocupações pelas prefeituras dos municípios resulta em soluções nem sempre adequadas, de loteamentos e vilas destinados à população de baixa receita, contribuindo com frequência para a ocupação desordenada do solo urbano. Esta ocupação desordenada constitui um reflexo das políticas públicas, econômicas e sociais e da atratividade exercida por Recife no contexto estadual e regional.

O processo de urbanização da orla teve início na década de 70 com a implantação dos loteamentos de veraneio. Sua ocupação se dá em ritmo acelerado a partir da década de 80. Muitas vezes esta ocupação envolve o aterro de mangue, maceiós, gamboas, destruição de dunas e até privatização de trechos de praia.

Surgem as cidades de veraneio com intenso movimento nos meses de dezembro a fevereiro (verão) e em feriados prolongados e adormecidos nas outras épocas do ano, com equipamentos e serviços que fecham seus postos até a temporada seguinte.

Idêntica queda de movimento se observa nos núcleos urbanos à retaguarda desses loteamentos, cuja população permanente, às vezes, é cerca de $\frac{1}{4}$ da população visitante.

Nos anos 90, a população continua a vir do campo como resultado da crise das usinas e destilarias ou atraída por possibilidades de trabalho na orla marítima, cuja ocupação prossegue, agora, com a implantação de infraestrutura e equipamentos de apoio ao turismo. São os núcleos se preparando para a atividade turística.

Hoje, existem diversos instrumentos legais para orientar essa ocupação, a exemplo do Decreto de Zoneamento. Não obstante, observa-se a existência de diversos trechos desordenados de orla dos municípios que compõem tanto o litoral sul, quanto o litoral norte e a RMR do Pólo Costa dos Arrecifes, fruto de ocupações anteriores aos instrumentos legais existentes e municípios que ainda têm carência de normas urbanísticas específicas, mas mantêm um crescimento constante e necessitam de um urgente disciplinamento para a salvaguarda do meio-ambiente local. Um exemplo clássico desta problemática pode ser apontado no Distrito de Porto de Galinhas, cuja ocupação, com fortes contribuições da atividade turística, se dá de forma totalmente indisciplinada. Outros exemplos podem ser apontados nos municípios de Recife, Olinda, Tamandaré e Cabo de Santo Agostinho.

3.8.1.2 Caracterização da Área do Litoral Norte

Abrangendo cinco (5) municípios contemplados no Pólo Costa dos Arrecifes—, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma e Paulista – o Setor Norte do Litoral Pernambucano estende-se do limite dos municípios de Olinda, e Recife até a divisa do estado de Pernambuco com a Paraíba.

O relativo adensamento populacional do Setor Norte decorre de sua maior integração espacial ao Núcleo Metropolitano, sobretudo no que tange aos municípios de Paulista e Igarassu, cujas manchas urbanas apresentam-se nitidamente conurbadas (reunidas espacialmente) com as dos municípios setentrionais do referido núcleo. Dentre os municípios supracitados, o de Paulista é o que melhor reproduz traços dos municípios integrantes do Núcleo Metropolitano, quais sejam: população urbana superior a duzentos mil habitantes e densidade demográfica superior a 2 000 hab/km², além de abrigar uma das maiores aglomerações industriais da Região Metropolitana do Recife.

a) **GEOLOGIA E RELEVO**

Os terrenos do litoral norte são constituídos, na maior parte, por depósitos terciários e quaternários.

De acordo com estudo realizado pelo Laboratório de Geologia e Geografia Marinha (LGGM-UFPE), em 1992, as estruturas geológicas que afloram no litoral norte estão assim distribuídas, em ordem decrescente de extensão: formação barreiras; formação beberibe; formação gramame; embasamento cristalino; sedimentos recentes (terraços marinhos, depósitos aluviais, depósitos fluviolagunares, depósitos de mangue, depósitos de praia e recifes); e formação Maria Farinha.

As formações Barreiras, Beberibe, Gramame e Maria Farinha integram a bacia sedimentar costeira Pernambuco – Paraíba.

A formação Barreiras é a mais extensa dentre as unidades geológicas que ocorrem no segmento litorâneo, aflora de forma predominante, em toda a extensão central, em Carne de Vaca e Ponta de Pedras (município de Goiana), na porção norte da Ilha de Itapessoca, em toda a Ilha de Itamaracá e na parte leste do município de Paulista.

O relevo elaborado à custa da formação Barreiras está constituído por tabuleiros cuja altitude varia de 40 a 50 metros próximo à planície costeira, até mais de 160 metros na porção oeste. Tabuleiros são topos planos, entrecortados por vales estreitos e profundos, com declividade em alguns lugares alta (>30°), média(entre 15° e 30°, na maior parte da área) e baixa (<15°) - apenas nas encostas dos rios Goiana, Tracunhaém, Capibaribe Mirim, Itapessoca e Jaguaribe, além do norte de Itamaracá.

Há ocorrência de dois conjuntos expressivos de tabuleiros, um na porção norte, outro na porção sudoeste. A quase horizontalidade do topo de grande parte desse relevo favorece sua ocupação

com culturas, especialmente a da cana-de-açúcar, granjas e chácaras de lazer, núcleos urbanos e também a construção de rodovias, indicativo do potencial de uso dessas áreas.

De constituição argilo-arenosa, os depósitos da formação barreiras são muito utilizados na construção civil, ocorrendo a extração do material nos morros, encostas de tabuleiros, principalmente quando próximo dos locais de urbanização intensa.

A segunda unidade geológica, em extensão, é a Formação Beberibe. Esta se apresenta como uma faixa contínua com extensão de cerca de 25 km e largura média de 3 a 4 km, no sentido norte-sul, da margem esquerda do riacho Sirigi até à margem esquerda do arroio Desterro, afluente do rio Timbó. Aparece na porção sudeste dos municípios de Igarassu e Goiana e em quase todo o município de Itapissuma. Ocupa a porção média-inferior dos vales dos rios Paratibe, Barro Branco e Tabatinga e grande parte do alto e médio vale do rio Sirigi. O relevo dessa formação varia de plana a suave ondulada, com altitudes geralmente inferiores a 30 metros e pendentes de baixa declividade. Dado seu caráter aquífero, essa formação é considerada a mais importante reserva de água subterrânea, em exploração, na Região Metropolitana do Recife.

Espessa camada de areia recobre alguns trechos da superfície da formação Beberibe, material bastante explorado para a construção civil. Dentre as ocorrências de areia cadastradas no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM na Região Metropolitana do Recife - RMR, quase 50% localiza-se nos municípios de: Itapissuma, Igarassu e Paulista.

A Formação Gramame, terceira em extensão, aflora em toda a porção leste à retaguarda dos terraços marinhos, dos depósitos de mangue e dos depósitos aluviais.

A Formação Maria Farinha aparece sob a forma de ocorrências isoladas associadas a falhamentos localizados em alguns pontos da Bacia Costeira Pernambuco – Paraíba.

Tanto os depósitos da formação Gramame quanto da Maria Farinha são bastante explorados pela indústria para utilização do calcário como matéria prima na produção de cimento e cal. Da formação Gramame também é extraído o fosfato, mineral largamente utilizado na produção de fertilizantes, detergente, suprimento alimentar animal, e indústria farmacêutica.

O Embasamento Cristalino aflora na Ilha de Itamaracá. Os sedimentos recentes abrangem depósitos fluviais, depósitos de brejo e pântanos, depósitos de mangue, depósitos de praia atual, terraços marinhos, flechas litorâneas e recifes.

Os depósitos aluviais ou aluviões são compostos de areia, cascalho e argila, de origem continental, transportados pelos rios e depositados ao longo do canal fluvial. Os mais expressivos ocorrem na planície dos rios Tracunhaém e Capibaribe Mirim, formadores do rio Goiana (município de Goiana); Goiana-Megaó (ilha de Tiriri); Botafogo; Itapirema e Jardim, afluentes do rio Arataca; Desterro e Barro Branco (afluentes do Timbó); Igarassu e Paratibe.

Os terraços fluviais apresentam morfologia plana e podem atingir largura expressiva como no rio Goiana (6 km). Os solos desenvolvidos em aluviões são em geral férteis e úmidos em consequência do nível subsuperficial do lençol freático (bons aquíferos rasos), sendo para culturas como cana-de-açúcar, fruteiras e forrageiras ou para localização de núcleos urbanos e instalação de indústrias.

Os depósitos de brejos e pântanos ocupam áreas topograficamente deprimidas da planície flúvio-lagunar, situadas na parte interna dos estuários, a montante dos manguezais. Apresentam-se, em geral, recobertas por uma vegetação densa, própria das áreas litorâneas permanentemente encharcadas, com forte predominância de água doce sobre água salgada, gerando um ambiente diferente do manguezal. Sendo impróprias para uso agrícola, urbano ou industrial, porém com grande potencial para aqüicultura, respeitando-se sua capacidade de suporte.

Os depósitos de mangue ocorrem nas áreas sujeitas à ação das marés. São características de ambientes estuarinos tropicais onde a salinidade elevada do solo e o substrato lamoso, resultante da sedimentação flúvio-marinha, propiciam o desenvolvimento da vegetação de mangue. Esses depósitos próprios de estuários afogados são associados às fases de transgressão marinha.

Os depósitos de mangue mais extensos do litoral norte estão localizados nos estuários dos rios Goiana-Megaó, Itapessoca, Botafogo-Arataca, Igarassu, Timbó e no Canal de Santa Cruz.

Esses depósitos de mangue vêm sofrendo contínuas agressões, quer seja pela poluição da água e do solo por resíduos industriais e domésticos ou pelo desmatamento para instalação de viveiros e aterros para ocupação urbana.

Os terraços marinhos são depósitos de areia que ocorrem tanto na porção interna quanto na porção externa da planície costeira. Os mais expressivos terraços marinhos estão localizados entre a vila de Ponta de Pedras e os morros ao sul de Catuama, entre o Pontal de Maria Farinha e a calha do Rio Paratibe, além da parte leste da Ilha de Itamaracá.

As praias margeiam os terraços marinhos. São cordões arenosos, contínuos, constituídos por areia média e fina, esbranquiçada e incoerente depositada principalmente por ação das ondas. No Litoral Norte, as praias são, em geral, estreitas e apresentam vários trechos submetidos a processos de erosão acentuada, resultado da ocupação desordenada do solo como construção de rampas, muros e espigões na zona de praia, alterando o equilíbrio hidrodinâmico e ocasionando o recuo acelerado da linha de costa com a destruição das construções ali existentes. São os trechos com erosão mais forte: o trecho da igreja de Carne de Vaca até a foz do rio Megaó e do sul da Praia de Tabatinga até a extremidade sul da praia de Ponta de Pedras (município de Goiana); no Pontal de Jaguaribe, na Praia de Pilar, Forno de Cal e São Paulo (município de Itamaracá); e na Praia do Janga (município de Paulista).

Além da ação destrutiva do mar, as praias do litoral norte sofrem poluição por lixo e esgoto doméstico, interdição ou bloqueio parcial do acesso em amplos trechos, invasão por barracas ou muros de moradias resultando na privatização de extensas áreas da zona superior da praia (pós-praia), impedindo a circulação dos usuários na preamar. Esse fato ocorre em larga escala em praticamente toda a orla, o que degrada o patrimônio natural, inibe sua potencialidade turística e de lazer, inviabilizando importante fonte de receita e emprego para a população local, além de comprometer a qualidade de vida dos nativos e dos visitantes. Observa-se que a ocupação desordenada da Orla não é um fenômeno exclusivo do Litoral Norte, ocorrendo também com frequência no Litoral Sul e nos municípios da RMR, notadamente Recife e Olinda.

Ocorrem, na plataforma continental, recifes de arenito e recifes orgânicos, formações naturais, em geral submersas na maré baixa. Os recifes de arenito formam linhas quase contínuas, paralelas à costa. Os recifes orgânicos, por sua vez, ocorrem sobre bancos de arenito, como nas praias da Conceição, em Paulista, de Pontas de Pedra, em Goiana, e Jaguaribe e Sítio Pilar, em Itamaracá. Os recifes, além de constituírem um atrativo turístico pela beleza cênica e pela riqueza da fauna e flora de seu ecossistema, desempenham importante papel na proteção das áreas costeiras, funcionando como anteparo natural, atenuante da ação erosiva do mar.

A ação construtiva atual do mar no litoral norte tem sua melhor representação nas flechas litorâneas localizadas ao norte e ao sul da Ilha de Itamaracá, nas extremidades do Canal de Santa Cruz, como a Coroa do Avião, ilhota alongada disposta à saída do canal. Praia do Capitão, por bancos de areias visíveis na maré baixa. Na Coroa do Avião localiza-se a base de Pesquisas de Aves migratórias mantida pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Na

extremidade norte da Ilha de Itamaracá e na desembocadura do Canal de Santa Cruz ocorrem feições semelhantes, porém menos pronunciadas.

b) CLIMA

O Litoral Norte localiza-se na área de domínio do clima tropical úmido do tipo As' ou pseudotropical da classificação climática de Köppen. Esse tipo climático tem como traços característicos a temperatura do mês menos quente superior a 18°C e chuvas de outono-inverno motivadas pelos ciclones da Frente Polar Atlântica (FPA) que, nessa época do ano, atingem, com maior vigor, a costa oriental nordestina.

As temperaturas médias anuais da área oscilam em torno de 24° C, nos meses de julho e agosto (os menos quentes do ano) e de 27°C, em fevereiro (o mês mais quente), apresentando amplitude térmica anual relativamente fraca (cerca de 3°C). A precipitação pluviométrica média anual é de pouco mais de 2 000 mm na cidade de Igarassu, reduzindo-se, gradativamente, para o norte (1.932,3 mm na Estação Experimental do IPA em Itapirema, município de Goiana, e 1.147,2 mm em Itambé, na divisa de Pernambuco com a Paraíba, já fora da área em apreço).

Em toda extensão da área, o período chuvoso estende-se de abril a agosto e os meses mais secos são novembro e dezembro. Os ventos que sopram no Litoral Norte têm direção geral sudeste, aproximando-se do quadrante leste, nos meses de setembro a fevereiro, quando passam a soprar com mais força, tornando o céu limpo e o tempo seco (Monção de Nordeste). Em março, retomam a direção sudeste, com aumento das precipitações e mau tempo. (LGGM, 1992, p. 1-2)

c) VEGETAÇÃO E FAUNA

Da mesma maneira que o Litoral Sul, a cobertura vegetal do Litoral Norte de Pernambuco, em sua composição original, corresponde à Floresta Atlântica, cuja vegetação e diversidade biológica têm sido destruídas pela cultura da cana-de-açúcar e do coco, pela implantação de loteamentos para granjas e chácaras de recreio e pela extração de madeira e lenha para consumo nas áreas urbanas e rurais.

Restaram alguns remanescentes de mata que, em geral, recobrem encostas de tabuleiros e morros com alta declividade e, em menor proporção, colinas e modelados suaves da porção oriental da área.

Os remanescentes de mata mais extensos do Litoral Norte localizam-se a oeste da BR-101 e dos núcleos urbanos que margeiam essa rodovia. Concentram-se nos municípios de Igarassu, Itamaracá e Paulista, ao passo que constituem ocorrências esparsas, no restante da área.

Em Paulista e Igarassu tais remanescentes ocorrem, em geral, na porção ocidental dos vales dos rios Paratibe, Barro Branco, Utinga, Bonança, Tabatinga, Arataca e Botafogo, bem como no tabuleiro de Araçá e Chã da Cruz.

No município de Itamaracá, as matas mais expressivas ocorrem na porção ocidental da ilha, em terras públicas, integrantes da área dos presídios. Estão interligadas pela vegetação em recomposição que recobre a quase totalidade dessas terras e aparece no município de Goiana. Os remanescentes são escassos e estão localizados no vale do rio Tracunhaém, a oeste da BR-101 (matas da Usina Santa Tereza), ao norte da vila de Tejucofapo (mata de Megaó) e, no entorno da BR-101, entre o rio Capibaribe Mirim e a divisa de Pernambuco com a Paraíba. Alguns fragmentos de mata ocorrem também na porção centro-oriental do município (entre o povoado de São Lourenço e a vila de Ponta de Pedras) e entre a BR-101 e o rio Itapessoca.

Com base em estudos realizados pela Gerência de Áreas Protegidas da CPRH, procedeu-se a classificação preliminar de alguns remanescentes da Mata Atlântica do Litoral Norte de Pernambuco, segundo o estado de conservação dos mesmos. De acordo com essa classificação, foram consideradas em bom estado de conservação as matas do Amparo e Santa Cruz (Itamaracá), da Usina Santa Tereza (Goiana), da Usina São José, do Refúgio Ecológico Charles Darwin, do Engenho Cumbé de Baixo e do Parque Petribom (Igarassu)(CPRH, 2001).

Em estado crítico de conservação foram consideradas as matas Lanço dos Caçoes (Itamaracá) e Ronca (Paulista), ambas bastante ameaçadas pela expansão urbana; as matas localizadas no vale do rio Bonança, entre os assentamentos Pitanga I e II, ameaçadas pela expansão das áreas de policultura; e as matas localizadas no vale do riacho Mumbeca (Paulista) e no vale do rio Barro Branco. As matas de Megaó e do Engenho Massaranduba (Goiana), de Jaguaribe, do Engenho Macaxeira, do Engenho São João e do Engenho Amparo (Itamaracá), de Jaguarana, do Janga e de Caetés (Paulista), foram classificadas em estado regular de conservação, devido à ocorrência, no interior ou na borda dessas matas, de trechos degradados, em consequência de retirada excessiva de madeira e de disposição de lixo.

Nas matas do Litoral Norte são encontradas, entre outras espécies, a cupiúba (*Tapirira guianensis*), cabotã-de-leite (*Thyrsodium schomburkianum*), sucupira branca (*Bowdichia*

virgiloides), louros (*Ocotea* spp), embiriba (*Eschwehlera ovata*), murici da mata (*Byrsonima sericea*), barbatimão (*Abarema cochliocarpos*), ingá (*Inga* spp), visgueiro (*Parkia pendula*), embaúba (*Cecropia adenopus*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), paquevira (*Heliconia angustifolia*), pereira da mata (*Luchea ochrophylla*), pau d'arco (*Tabebuia* sp), camaçari (*Caraipa densifolia*), munguba (*Bombax gracilipes*) e embiridiba (*Buchenavia capitata*) (CPRH, 1991 e 1998 e Pesquisa de campo, 1999).

Com relação à fauna do Litoral Norte de Pernambuco, a literatura cita a ocorrência, ali, de aproximadamente duzentas espécies animais, incluindo mamíferos, aves, répteis e anfíbios. Existe a ocorrência, na área, de algumas dessas espécies, tais como: anu-preto (*Crotophaga ani*), anu-branco (*Guira guira*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), urubu (*Coragyps atratus*), pardal (*Passer domesphuratus*), sagüi (*Callithrix jacchus*), preguiça (*Bradypus variegatus*), tatu (*Dasypus novemcintus*), paca (*Agouti paca*), cutia (*Dasyprocta* sp), preá (*Cavia aparea*), camaleão (*Iguana iguana*) e calango (*Ameiva ameiva*).

Na faixa litorânea, nos terrenos submetidos à influência constante das marés, desenvolve-se a vegetação de mangue, na qual figuram como espécies mais comuns o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue siriúba (*Avicennia*), além de espécies menos freqüentes tais como o mangue de botão (*Conocarpus erectus*), a samambaia do mangue (*Acrostichum aureum*), o junco (*Eleocharis*), a tiririca (*Scleria bracteata*), entre outras. Nas áreas brejosas a montante do mangue, desenvolve-se uma vegetação higrófila típica, muitas vezes dominada pela aninga (*Montrichardia linifera*). Os manguezais mais extensos do Litoral Norte localizam-se nos municípios de Goiana, Itapissuma, Igarassu e Itamaracá, margeando os rios Goiana, Megaó, Itapessoca e o Canal de Santa Cruz, onde ocupam uma rede de rios e canais naturais. Merece destaque, pela exuberância e beleza, o manguezal do rio Timbó, em Paulista.

Associada à vegetação de mangue, ocorre uma fauna bastante diversificada, composta, em geral, por moluscos como marisco-pedra (*Anomalocardia brasiliiana*), marisco-rei (*Protothaca pectorina*), marisco-redondo (*Lucina pectinata*), sururu (*Mytella falcata*), unha-de-velho (*Tagelus plebeius*), ostra (*Crassostrea rizophorae*); crustáceos como camarão (*Panacus subtilis*), siris (*Callinectes* spp), guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), aratu (*Goniopsis cruentata*), caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*); e peixes como sardinha (*Opisthonema oglium*), tainha (*Mugil curema*), curimã (*Mugil liza*), camurim (*Centropomus undecimalis*), carapeba (*Eugerres brasilianus*) e manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) (CPRH, 1998, p. 28 e Pesquisa de campo, 1999), cuja captura cumpre

importante papel na alimentação da população local e na economia dos municípios costeiros da área.

No mangue do Canal de Santa Cruz observa-se a ocorrência de aves residentes, tais como: socó (*Butorides striatus*), saracura-três-potes (*Aramides cajanea*), martim-pescador-grande (*Ceryle torquata*), martim-pescador-pequeno (*Chloroceryle americana*), andorinha-do-rio (*Tachycineta albiventer*) e as garças (*Casmerodius albus* e *Egretha thula*) que buscam o mangue para se alimentarem (Azevedo Júnior, 1993 apud CPRH, 1998, p. 29). Ocorre também peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), mamífero bastante ameaçado (Silva et al, 1991 apud CPRH, 1998, p.31).

d) RECURSOS HÍDRICOS

Os recursos hídricos superficiais estão constituídos pelos rios que compõem as bacias do Goiana (translitorânea) , as bacias do Botafogo-Aratoca, Paratibe, Igarassu, Timbó, Itapessoca (todas pequenas bacias litorâneas) e pelo Canal de Santa Cruz e as microbacias, cujos rios principais nascem à retaguarda das praias ou da Planície Costeira e deságuam no Oceano Atlântico ou Canal de Santa Cruz. Há, ainda, a Barragem de Botafogo, reservatório de grande porte, integrante do sistema de Abastecimento da Região Metropolitana do Recife –RMR.

i) **BACIA DO GOIANA** - Pequena parte da bacia está inserida no litoral norte, nos municípios de Goiana e Igarassu. Três sub-bacias compõem a bacia: do rio Capibaribe-Mirim, do Tracunhaém e o rio Goiana propriamente dito, formado pela junção dos dois primeiros a 15 km da desembocadura, servindo de limite entre os estados de Pernambuco e da Paraíba. Na parte que está no litoral norte, a bacia de Goiana desenvolve seu curso em terrenos de formação barreiras e têm planícies aluviais que alargam até o município de Goiana, cerca de 6 km de largura, para em seguida se estreitar, em plena área estuarina. Desse ponto até a desembocadura, o Goiana atravessa terrenos calcários encimados por depósitos da formação barreiras. A sub-bacia do Capibaribe-Mirim ocupa a porção norte da bacia do Goiana, e a bacia do Tracunhaém a parte sul. A área estuarina do rio Goiana, juntamente com a do Megaó, da qual está separada pela Ilha de Tiriri, compõe-se de uma rede de rios, lagoas, canais, ilhas e ilhotas recobertas por densa vegetação de mangue e de alagados que se sucedem, de forma quase ininterrupta. Na Ilha de Tiriri encontra-se em funcionamento o maior empreendimento de carcinicultura do litoral norte (Atlantis Aquacultura), que realiza beneficiamento de camarão marinho.

Ao longo da bacia aparece o cultivo da cana-de-açúcar seguido da policultura, atividades que demandam água para irrigação, ao mesmo tempo que lançam na rede hidrográfica uma carga

elevada de poluentes agrícolas e industriais, além dos resíduos domésticos provenientes dos núcleos urbanos e áreas rurais localizados às margens dos rios. Essas localidades não possuem sistema de esgotamento sanitário, apenas sistemas de coletas individuais, como fossa negra, fossa séptica e poço absorvente, resultando na poluição dos corpos hídricos e, como consequência, das áreas estuarinas.

ii) **BACIA DOS RIOS BOTAFOGO /ARATACA** - Dentre as bacias totalmente inseridas no Litoral Norte, esta é a mais extensa, passa pelos municípios de Itapissuma e Igarassu. Aqui se localiza o único reservatório do litoral norte, a Barragem de Botafogo que desemboca no Canal de Santa Cruz, onde apresenta várzea relativamente larga, ladeada por formações barreiras, até as proximidades do estuário, onde aparece a formação arenito Beberibe. A área estuarina é constituída de mangues e alagados. No trecho do estuário localizado no rio do Arataca, vêm sendo desenvolvidos pequenos projetos de carcinicultura (cultivo de ostras) por produtores do Assentamento Engenho Ubu. No trecho final do estuário, encontram-se dois grandes projetos de carcinicultura: Maricultura Netuno, no município de Itapissuma, e Atapuz Aqüicultura, no município de Goiana.

A carga de efluentes da bacia é bastante elevada e provém, sobretudo, dos núcleos populacionais e, também de atividades agrícolas e das indústrias ali localizadas.

iii) **BACIA DO RIO IGARASSU** - Localiza-se, quase que totalmente, no município de Igarassu e tem como principal afluente o rio Monjope. As formas de ocupação predominantes na bacia do Igarassu são granjas e chácaras, na parte oriental, e policultura na ocidental. Há remanescentes de mata atlântica bastante degradados nas nascentes e nos vales dos rios Utinga e Bonança, afluentes do rio Igarassu, e na nascente do Tabatinga, também afluente. O Refúgio Charles Darwin, remanescente de Mata Atlântica de 60ha, destinado à pesquisa de animais silvestres em extinção, localiza-se no Tabatinga.

O rio Igarassu é poluído por efluentes domésticos, das áreas urbanas de Igarassu e Cruz de Rebouças e industriais, além de efluentes de um lixão localizado às margens da rodovia que liga Nova Cruz à BR 101, com risco de contaminação do aquífero Beberibe. Já perdeu parte da vegetação de mangue de seu estuário.

iv) **BACIA DO RIO ITAPESSOCA** - Contempla o município de Goiana, tem ao centro a Ilha de Itapessoca e resulta da confluência de vários rios pequenos que nascem na vertente dos tabuleiros ao norte e a oeste da ilha. São afluentes do Itapessoca os rios Sirigi, Ibeapicu e

Guariba. As atividades predominantes são a cultura da cana-de-açúcar, do coco e de outras fruteiras, a ovinicultura, a exploração de areia (Sirigi), bem como a extração de calcário (Ilha de Itapessoca) e de cal (Engenho Megaó de Cima, em Tejucupapo).

O rio Itapessoca recebe efluentes dos cultivos, industriais e domésticos, além da não recuperação das áreas pela extração mineral, contribuindo para o seu assoreamento.

v) **BACIA DO RIO TIMBÓ** - Contempla os municípios de Paulista e Igarassu. Seu estuário abriga expressiva vegetação de mangue e é considerado um dos mais férteis da região.

Além dos impactos da devastação da cobertura vegetal, o rio Timbó sofre os efeitos da poluição do lixo e esgoto doméstico e dos efluentes industriais. Paulista exerce forte pressão sobre o estuário do Timbó, com loteamentos e invasões que vêm aterrando mangues e áreas alagadas.

vi) **BACIA DO RIO PARATIBE** - Abrange terras dos municípios de Paulista, Olinda e Recife. O uso do solo predominante é o urbano-industrial, com alguns remanescentes de mata atlântica bastante submetida a fortes pressões de expansão urbana.

O rio Paratibe sofre poluição por resíduos domésticos e industriais, e ações de aterro. Sua área estuarina é reduzida e se encontra bastante descaracterizada.

vii) **BACIA DO RIO JAGUARIBE** - Localiza-se na Ilha de Itamaracá, desenvolvendo cerca de 2/3 de seu percurso em terrenos das formações Gramame e Barreiras. Sua área estuarina constitui-se de mangues e antigas salinas.

O rio Jaguaribe e seu estuário se encontram relativamente preservados.

viii) **MICROBACIAS LITORÂNEAS** - As microbacias circundam internamente o litoral de Itamaracá e passam por Paulista, Itapissuma, Goiana e Igarassu. Os rios que formam as microbacias são, em geral, pequenos e recebem o nome de Maceió. Nascerem nas encostas dos tabuleiros e colinas que bordejam a planície costeira ou nos terraços que margeiam as praias. Só um deságua no Oceano Atlântico, o rio Maceió. Todos os outros o fazem no Canal de Santa Cruz. Ao penetrarem na planície costeira, esses rios se tornam, em geral, perenes. Sob o influxo das marés formam lagoas e pântanos litorâneos onde se desenvolve a vegetação de mangue.

Com a urbanização da orla marítima, os maceiós tiveram a maior parte do leito aterrada para dar lugar a construções ou foram transformados em coletores de esgoto e lixo urbano.

ix) **CANAL DE SANTA CRUZ** - Localiza-se entre a Ilha de Itamaracá e o continente. Segundo Macedo el Aliri (2000) é considerado como um complexo estuarino, destacando-se, na faixa costeira do Estado, por sua alta produtividade primária e secundária, o que propicia o desenvolvimento de intensa atividade pesqueira. O Canal de Santa Cruz apresenta-se raso, com mistura de águas marinhas e continentais e tem característica de ambiente misto, propiciando o desenvolvimento ao longo de todo o canal de vegetação de mangue.

e) **RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS**

As águas subterrâneas vêm sendo exploradas há mais de 50 anos na área, porém, nas duas últimas décadas houve um aumento significativo das perfurações de poços devido, principalmente, ao déficit hídrico e a ocorrência de períodos de seca.

O principal manancial hídrico subterrâneo da RMR, o aquífero Beberibe, vem sendo amplamente utilizado no abastecimento das populações dos municípios do Setor Norte da RMR, além de suprir os seus parques industriais e recreativos. Os municípios de Itapissuma e Itamaracá são abastecidos com água do aquífero Beberibe.

A recarga desse sistema aquífero ocorre, principalmente, por infiltração da precipitação pluviométrica, na área de afloramento da Formação Beberibe e, secundariamente, por infiltração vertical descendente, na porção confinada. Algumas áreas de recarga são bastante vulneráveis à poluição e em parte de sua porção aflorante existem loteamentos irregulares, moradias sem esgotamento sanitário ou grandes plantações de cana-de-açúcar, gerando uma contaminação difusa, além da instalação de indústrias, postos de gasolina e disposição de resíduos urbanos sem controle hidrogeológico (caracterização hidrológica da área, poços de observação para água subterrânea, medidas para proteção em caso de alerta, etc.).

3.8.1.3 Fernando de Noronha

A disponibilidade de água potável além de ser um importante insumo associado à atividade turística é bastante limitada em Fernando de Noronha em decorrência das características hidrogeológicas do Arquipélago.

O riacho do Maceió é o principal curso d'água da Ilha. Tem seus mananciais abrigados no interior do Morro do Pico e abastece o Açude do Xaréu, principal reservatório de água. Apesar da

existência de outros pequenos rios o Arquipélago apresenta um fraco perfil hidrológico e uma geologia composta pela integração de diversos tipos de rocha.

Os maiores volumes de água para abastecimento da ilha são captados da superfície e provêm, principalmente, da barragem do riacho Xaréu que tem capacidade de acumulação e vazão, nas épocas de maior pluviometria, estimadas em 345m³ dia e 4 litros por segundo, respectivamente.

3.8.1.4 Ecossistemas Propícios para a Prática do Turismo

- PRAIAS - Águas mornas e tranquilas, favoráveis ao banho, ao ecoturismo e à prática de esportes náuticos, destacando-se, também, a presença de enseadas, piscinas naturais, bancos de areia e arrecifes. Para a prática do ecoturismo destacam-se a praia de Enseada dos Golfinhos-Itamaracá, praia de Tabatinga-Goiana, praia de Itapuama – Cabo de Santo Agostinho e praia do Porto - Tamandaré. De uma forma geral, a qualidade das praias são próprias para banho, com exceção de alguns pontos, como a praia de Barra de Jangada, no estuário do rio Pirapama e Jaboatão; na praia do Pina, em frente ao Cassino Americano e, em Olinda, algumas vezes, as praias dos Milagres e do Carmo.

- DUNAS - Na praia de Guadalupe, em Sirinhaém.

- FALÉSIAS - A de Guadalupe e a de Muro Alto, em Ipojuca.

- VEGETAÇÃO DE RESTINGA - Encontra-se restrita a pequenas áreas no litoral do Estado, nas praias de Guadalupe, no município de Sirinhaém; de Maracaípe; da Gamboa e da Fazenda Merepe, no município de Ipojuca; no engenho Ilha dos Martins (com potencial para o turismo ecológico), na área de jurisdição de Suape próxima ao estuário dos rios Pirapama e Jaboatão; no município de Cabo de Santo Agostinho; e na mata do Janga (município de Paulista).

- RECIFES DE CORAIS - Ocorrem de forma mais expressiva nas praias da Conceição (município de Paulista), na praia de Ponta de Pedras (Goiana), nas praias de Jaguaribe e sítio Pilar (Itamaracá), nas praias de Itapuama (Cabo de Santo Agostinho), na praia de São José da Coroa Grande e nos trechos entre as praias de Porto de Galinhas e Ponta

de Serrambi (Ipojuca) e entre as praias da Gamela (Sirinhaém) e do Porto (Barreiros). Os Recifes de corais, são extremamente bonitos, principalmente na maré baixa, e constituem atração turística característica do litoral pernambucano.

- MANGUEZAIS - Recobrem grandes extensões e se encontram bem conservados propícios ao turismo ecológico, por constituírem áreas de grande beleza cênica, principalmente os que margeiam os rios Goiana, Megaó e Itapessoca (Goiana) e o canal de Santa Cruz (Itamaracá e Itapissuma). Estuários protegidos pela Lei nº 9931 de 11/12/1986.

- REMANESCENTES DE MATA ATLÂNTICA - Áreas com potencial para o desenvolvimento do ecoturismo: Mata do Zumbi, Mata Duas Lagoas, Mata de Camaçari, Mata do Sistema Gurjaú (município de Cabo de Santo Agostinho); mata do engenho Murim (município de São José da Coroa Grande); matas da porção noroeste - até 140 m de altitude (município de Barreiros); Mata de Saltinho (Reserva Biológica) e a mata de Pau Amarelo (limites dos municípios de Tamandaré e Rio Formoso); matas do Engenho Changuá (município de Rio Formoso); mata do Engenho São Amparo e João Santa Cruz (município de Itamaracá); Estação Ecológica de Caetés (município de Paulista); matas do Refúgio Charles Darwin - 60 ha de mata, do Engenho Cumbe de Baixo e do Parque Petribon (município de Igarassu); e mata da Fazenda Tabatinga - Reserva Particular do Patrimônio Natural (Goiana). Destacam-se, ainda, entre os atrativos naturais, as ilhotas do rio Mamocaba, além de quatro necks vulcânicos situados no Engenho Algodoads (Cabo de Santo Agostinho), na Usina Ipojuca e no Engenho Caité (Ipojuca) e no Sítio dos Anjos (Sirinhaém).

3.8.2 Identificação dos Impactos no Meio Ambiente devido ao Turismo

As ações anterior do PRODETUR I e II, no componente ambiental, ocorreram no sentido de aproveitar o potencial turístico do litoral pernambucano, promovendo o seu desenvolvimento com sustentabilidade.

Na zona costeira de Pernambuco atuam diversos processos relacionados ao uso e ocupação do solo, exercendo uma forte pressão antrópica sobre o meio ambiente. O litoral pernambucano apresenta uma grande diversidade de ocupação, registrando uma grande concentração de

atividades econômicas, portuárias, comerciais, de recreação e turismo, além de outras. Como um impacto ambiental negativo, não advindos diretamente do Programa, observa-se o aumento da pressão antrópica proveniente da ocupação desordenada de trechos da orla marítima e a dificuldade de gestão dos bens ambientais, naturais ou construídos, por parte das municipalidades do Pólo, seja por falta de instrumentos normativos ou dos meios para sua aplicabilidade. Problemas recorrentes assim como a descarga de efluentes sanitários sem tratamento adequado, assoreamentos e aumento da geração de resíduos sólidos, entre outros, comuns aos municípios do Pólo, devem ser tratados com recursos advindos do Programa e principalmente de outras fontes específicas aos setores de atuação, diante do montante necessário para dirimi-los. Tal iniciativa é primordial para o desenvolvimento do turismo, e deve ser perseguida prioritariamente pelo estado e municípios dentro dos conceitos de planejamento integrado e sustentável da atividade.

Ainda no tocante aos impactos ambientais ressalta-se a falta de instrumentos legais de gestão do uso do solo urbano e do meio ambiente em parte dos municípios do Pólo, que indiquem de forma clara as normas de proteção, correção ou compensação ambiental diante das atividades urbanas e turísticas correntes, de forma a implementar ações preventivas e promover um controle sobre o uso dos recursos naturais e culturais existentes.

Particularmente nas áreas dos municípios de Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré, foram criados, com recursos do Programa, instrumentos legais para orientar quaisquer intervenções, a fim de garantir, simultaneamente, a proteção ao meio ambiente e o uso regulado dos recursos naturais. Como impacto positivo destas ações, indica-se a implementação de uma política de proteção rigorosa dos recursos ambientais destas localidades, através do Plano de Gestão da APA – Área de Proteção Ambiental, de Guadalupe.

Cerca de 1% dos recursos destinados ao PRODETUR/PE I e II, foi aplicado no componente ambiental. Neste contexto, as ações concentram-se, basicamente, em uma única área: a APA de Guadalupe. Entretanto, considerando a inter-relação entre os vários componentes, as intervenções em infraestrutura, desenvolvimento institucional e patrimônio histórico também trouxeram efeitos benéficos para o meio-ambiente.

Do ponto de vista ambiental, o PRODETUR/PE I e II teve, via de regra, efeitos benéficos para a região do Pólo Costa dos Arrecifes, tendo em vista que foram financiadas diversas ações com impactos positivos sobre o meio-ambiente, tais como obras de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, desenvolvimento de instrumentos de gestão ambiental, etc. Estas

ações aos invés de provocarem impactos ambientais negativos, resultaram em benefícios para o meio ambiente e as comunidades locais

Os impactos ambientais que ocorreram no decorrer da primeira fase de implantação do Programa, assim como o crescimento desordenado das ocupações costeiras em alguns municípios, tais como Ipojuca, não podem ser atribuídos nem diretamente e muito menos exclusivamente ao Programa, já que os problemas mais relevantes foram provocados pela dinâmica sócio-econômica local através da aceleração do processo de expansão urbana em algumas localidades e à descoberta das praias do litoral sul como opção de veraneio e lazer de fins de semana e feriados. A questão dos resíduos sólidos gerados a partir do aumento do fluxo turístico segue o mesmo raciocínio descrito.

Merece citação no entanto, o passivo ambiental provocado diretamente pelo PRODETUR/PE I e II resultante do processo construtivo dos projetos de engenharia tais como geração de entulhos, consumo de recursos naturais, entre outros, embora mesmo nestes casos, observa-se que foram tomados os cuidados necessários para mitigar tais impactos sobre o meio-ambiente ainda durante as obras.

Como forma de minimizar estes e outros potenciais impactos deste PDITS no meio ambiente do Pólo Costa dos Arrecifes, estão sendo consideradas medidas mitigadoras de natureza preventiva, corretiva e maximizadora conforme Relatório de Avaliação Sócioambiental Estratégico em anexo.

3.8.3 Gestão Ambiental Pública

O PDTIS está diretamente condicionado a uma série de normas ambientais, que abordam aspectos diversos, tais como a proteção dos recursos naturais e os critérios para licenciamento ambiental e uso e ocupação do solo.

No que diz respeito ao meio ambiente no Brasil, somente a partir dos anos 60 teve início um avanço na elaboração e aplicação de leis, tanto federais como estaduais e municipais, visando promover a proteção do patrimônio natural e o desenvolvimento sustentado do país. Assim, foram criados uma série de leis, decretos, decretos-leis, portarias e resoluções, merecendo sempre destaque, para o presente estudo, aquelas que definem os critérios para o parcelamento do solo, a criação de unidades de conservação, que institui o Código Florestal, que dispõe sobre a Política

Nacional do Meio Ambiente e as que dizem respeito às normas de saneamento básico, padrões de qualidade do ar e proteção dos recursos hídricos, fauna e flora.

Em 1981, a Lei 6.938, referente à Política Nacional do Meio Ambiente, orientando princípios de ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, uso do solo, ar, água e subsolo, planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, proteção dos ecossistemas, controle e zoneamento das atividades poluidoras, incentivo ao uso de tecnologias racionais no uso de recursos naturais, acompanhamento da qualidade ambiental, recuperação de áreas degradadas, e educação ambiental foi estabelecida.

Portanto, são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, entre outros: o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, o incentivo à implantação de tecnologias limpas.

Divulga-se que a legislação brasileira está entre as mais bem formuladas do mundo e também entre aquelas com maior dificuldade de cumprimento, pois tem demonstrado ser ineficaz no combate à devastação. Os problemas incluem insuficiência de pessoal, dificuldade de monitorar áreas extensas e de difícil acesso, e falta de regulamentação das medidas que permitam a implementação das disposições legais (Barbosa e Lacava, 1999).

Com base na legislação vigente, o PDITS proposto deverá respeitar os critérios e medidas legalmente definidos para a proteção dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas, em detrimento ao surgimento e à fixação de impactos negativos, fortes e constantes sobre diversos fatores como a temperatura local, a umidade do ar, a fauna e flora, e os recursos hídricos e edáficos, entre outros.

A seguir estão relacionados, os principais aspectos da legislação ambiental referente à área de estudo.

3.8.3.1 Legislação Federal

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5.10.88 - que estabelece em seu artigo 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

O anexo 8, contém as Leis, Resoluções e Decretos editados pelos principais órgãos responsáveis pela gestão e monitoramento do meio ambiente no território nacional, entre eles destacamos: .

- Lei 4.771, de 15.9.65 - institui o novo Código Florestal Brasileiro; posteriormente alterada pelas Leis 5.106/66, 5.868/72, 7.754/89, 7.803/89 e 7.875/89;
- Lei 5.197, de 3.1.67 - dispõe sobre a proteção à fauna (Código de Caça); posteriormente alterada pela Lei 7.653/88;
- Lei 6.766, de 19.12.79 - dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;
- Lei 6.902, de 27.4.81 - dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APA's);
- Lei 6.938, de 31.8.81 - estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; posteriormente alterada pela Lei 8.028/90:
 - ▣ Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (...)
 - ▣ Art. 18 - São transformadas em reservas ou estações ecológicas as florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei 4.771/65,..."
- Lei 7.661, de 16.5.88 - que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Regulamentada pela Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, em 21/12/1990, esta lei traz as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Lei 7.735, de 22.2.89 - cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

- Lei 9.433 de 08/01/1997- institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei 9.605, de 12/02/1998 – Lei de Crimes Ambientais – Regulamentada pelo Decreto 3.179/99, reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições;
- Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Art. 1o : Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- Decreto 84.017, de 21.9.79 - aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros;
- Decreto 89.336, de 31.1.84 - dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.(ARIE);
- Decreto 92.752, de 5.6.86 - aprova o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente;
- Decreto 96.660, de 6.9.88 - dispõe sobre o Grupo de Coordenação incumbido de elaborar e atualizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e as normas para sua implementação;
- Decreto 97.633, de 10.4.89 - dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna (CNPFF);
- Decreto 99.274, de 6.6.90 - regulamenta a Lei 6.902/81 e a Lei 6.938/81, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APA) e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Decreto 50.877, de 29.6.91 - dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do país;
- Portaria / Ministério da Saúde 036, de 19.1.90 - estabelece valores máximos permissíveis para os diversos parâmetros de qualidade de água;

- Portaria/MINTER 124, de 20.8.80 - estabelece normas no tocante à prevenção da poluição hídrica;
- Portaria/IBAMA 1.522, de 19.12.89 - estabelece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção;
- Portaria/IBAMA 006N, de 15.1.92 - Estabelece a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção;
- Portaria MM/Diretoria de Portos e Costas 52, de 30.10.95 – estabelece, em seu anexo, as normas para emissão de pareceres relativos à concessão de terrenos da União, obras e outras atividades realizadas em áreas sob fiscalização do Ministério da Marinha;
- Resolução CONAMA 004, de 18.9.85 - estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas;
- Resolução CONAMA 001, de 23.1.86 - estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA 020, de 18.6.86 - estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional;
- Resolução CONAMA 001, de 8.3.90 - institui os critérios e padrões para emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas;
- Resolução CONAMA 013, de 6.12.90 - regulamenta a questão de atividades em áreas circundantes às unidades de conservação;
- Resolução CONAMA 31, de 7 de dezembro de 1994. Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica;
- Resolução CONAMA 237/97, de 19.12.97 – Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente; e

- Resolução Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

3.8.3.2 Legislação Ambiental Estadual de Pernambuco

Conforme a Constituição Federal, cabe aos Estados a competência concorrente com a União para legislar sobre o meio ambiente e estabelecer normas específicas sobre a gestão dos recursos naturais. A eles compete também, em atuação simultânea com as demais esferas do poder, a defesa do patrimônio público, dos bens culturais em todas as suas formas e a preservação dos recursos naturais.

Norteados pelos princípios gerais estabelecidos pelo Governo Federal, os órgãos estaduais são responsáveis pela execução de programas e projetos, e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental. A eles compete, portanto, a execução de atividades que constituem o processo de “gestão da política ambiental”.

A existência de um Código Ambiental Estadual vigente demonstra um elevado grau de percepção e maturidade política do destino com relação ao meio ambiente, bem como antecipa, a princípio, as conclusões sobre sua sustentabilidade.

A Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH, criada pela Lei Complementar nº 049, de 31 de janeiro de 2003, é entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA.

A CPRH é órgão responsável pela execução da política estadual de meio ambiente e de recursos hídricos, e tem como missão exercer a função de órgão ambiental, com atuação na proteção, conservação e pesquisa aplicada às atividades do controle ambiental, para o aproveitamento dos recursos naturais do Estado. É detentora de poder de polícia administrativa, atuando através da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos

recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.

Buscou-se identificar nas leis estaduais a existência de dispositivos legais no estado de Pernambuco, bem como os mecanismos criados por ele, tais como: licenciamento ambiental; conselho estadual de meio ambiente ou órgão equivalente; criação ou consolidação de unidades de conservação; fundo estadual para o meio ambiente

O Estado de Pernambuco, além da legislação federal, possui instrumentos de proteção ambiental amparados em sua legislação estadual.

Da Constituição do Estado de Pernambuco, 1989 estão presentes as seguintes leis ambientais:

- Lei nº 7.267 – 16.12.76 - Autoriza a constituição de uma sociedade de economia mista, sob a denominação de CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Lei nº 7.541 de 12 de dezembro de 1977 - Dispõe a prevenção e controle da poluição ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie;
- Lei nº 9.465, de 08 de junho de 1984 - Dispõe sobre o uso de agrotóxicos e de outros pesticidas no Estado;
- Lei nº 9.860, de 12 de agosto de 1986 - Delimita as áreas de proteção dos mananciais de interesse da Região Metropolitana do Recife, e estabelece condições para a preservação dos recursos hídricos;
- Lei nº 9.931, de 11 de dezembro de 1986 - Define como área de proteção ambiental as reservas biológicas constituídas pelas áreas estuarinas do Estado de Pernambuco;
- Lei nº 9960, 19860, 1986 - Define a orla marítima do município de Goiana como área de interesse especial para fins de controle do uso do solo e sua compatibilização com a preservação do patrimônio natural e paisagístico;
- Lei nº 9980, dezembro de 1987 - Define como Áreas de Interesse Especial as zonas de preservação dos sítios históricos, incluindo-se como tal as áreas delimitadas pela

FIDEM, localizadas nos municípios de Paulista, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá e Goiana;

- Lei nº 9.988, de 13 de janeiro de 1987 - Dispõe sobre as normas de proteção ambiental;
- Lei nº 9.989, de 13 de janeiro de 1987 - Define as reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife;
- Lei nº 9.990 de 13 de janeiro de 1987 - Estabelece normas para concessão de anuência prévia, pela autoridade metropolitana à aprovação, pelos municípios da Região Metropolitana do Recife, dos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos na forma do Art. 13 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;
- Lei nº 10.234, de 23 de novembro de 1988 - Proíbe a instalação de indústrias químicas tóxicas e de produtos explosivos ou inflamáveis de usinas de concreto pré-misturados no Estado de Pernambuco, que não sejam adequados às normas de segurança e anti-poluição;
- Lei nº 11.021 de 3 de janeiro de 1991 - Disciplina a estrutura, competência e funcionamento do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA;
- Lei nº 10.564 de 11 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre o controle da poluição atmosférica no Estado;
- Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Pernambuco;
- Lei nº 11.378, de 27 de agosto de 1996 - Disciplina a captação, transporte, potabilidade e uso de água no Estado de Pernambuco;
- Lei nº 11.426, de 17 de janeiro de 1997 - Dispõe sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

- Lei nº 11.427 de 17 de janeiro de 1997 - Dispõe sobre a conservação e a proteção das águas subterrâneas no Estado de Pernambuco, incidindo sobre as áreas que abrigam aquíferos;
- Lei nº 11.516, de 30 de dezembro de 1997 - Modificada pela Lei nº 11.734 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, infrações ao meio ambiente e dá outras providências;
- Lei nº 11.622, de 29 de dezembro de 1998 - Dispõe sobre a mudança de categoria, de manejo das Reservas Ecológicas de Caetés e Dois Irmãos;
- Lei nº 11629, de 28 de janeiro de 1999 - Dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, cria a Secretaria de Recursos Hídricos;
- Lei nº 11.734, de 30 de dezembro de 1999 - Altera as Leis nº 9.931, de 11 de dezembro de 1986; 11.516, de 30 de dezembro de 1997 e 11.721, de 17 de dezembro de 1999 – dispõe sobre Licenciamento Ambiental;
- Lei nº 11.899 de 21 de dezembro de 2000 - Redefine os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos municípios, de que trata o artigo 2º, da Lei nº 10.489 de outubro de 1990, considerando os aspectos sócio-ambientais (criação do ICMS sócio-ambiental);
- Lei nº 11.906 de dezembro de 2000 - Institui Programa de Inspeção Veicular quanto à emissão de gases e ruídos dos veículos em uso, com o objetivo de reduzir e prevenir a poluição atmosférica e sonora;
- Lei nº 12.008, de 01 de junho de 2001 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 12113, 03 de setembro de 2001 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de cestos de lixo por parte de vendedores de produtos comestíveis e bebidas, nas praias dos municípios litorâneos do Estado de Pernambuco;
- Lei nº 12114, 03 de dezembro de 2001 - Dispõe sobre a recompra, reutilização, reciclagem e descarte de garrafas e embalagens plásticas no âmbito do Estado de Pernambuco;

- Lei nº 12606, 20 de maio de 2002 - Ajusta critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos municípios, nos termos do artigo 2º da Lei nº 10489 de 02 de outubro de 1990, com a redação da Lei nº 11899 de 21 de dezembro de 2000, relativamente aos aspectos sócio-ambientais.

DECRETOS ESTADUAIS:

- Decreto nº 4.953, de 07 de março de 1978 - Regulamenta a Lei nº 7.541 e dá outras providências;
- Decreto nº 7.269 de 05 de junho de 1981 - Regulamenta a Lei nº 8.361 de 26 de setembro de 1980. Estabelece medidas de proteção do meio ambiente;
- Decreto nº 8447, 02 de março de 1983 - Aprova as normas de uso e ocupação do solo, uso dos serviços e preservação ecológica do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE;
- Decreto nº 13553, 07 de abril de 1989 - Declara APA – Área de Proteção Ambiental, o Arquipélago de Fernando de Noronha;
- Decreto nº 19281, 22 de agosto de 1996 - Gerenciamento da qualidade das águas e controle da poluição hídrica;
- Decreto nº 19635, 13 de março de 1997 - Cria a Área de Proteção Ambiental – APA de Guadalupe, região situada nos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros;
- Decreto nº 19820, 06 de junho de 1997 - Aprova o regulamento, estrutura e organização da Secretaria de Ciência tecnologia e Meio Ambiente;
- Decreto nº 20.269, de 24 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, Institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Decreto nº 20860, 22 de setembro de 1998 - Cria o Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Pernambuco;

- Decreto nº 21135, 16 de dezembro de 1998 - Aprova o zoneamento ecológico econômico e cria o conselho gestor da APA de Guadalupe, estabelece mecanismos de gestão ambiental;
- Decreto nº 21.229, de 28 de dezembro de 1998 - Declara como área de Proteção Ambiental – (APA), a região situada nos municípios de Sirinháem e Rio Formoso;
- Decreto nº 21669, 26 de agosto de 1999 - Institui o Grupo Interinstitucional de Gerenciamento Costeiro do Estado de Pernambuco – GIGERCO / PE, define sua composição e atribuições;
- Decreto nº 21.698, de 08 de setembro de 1999 - Altera o capítulo IX do Decreto nº 20.586, de 28 de maio de 1998, que regulamenta o fundo Estadual do Meio Ambiente;
- Decreto nº 21.872 de 29 de dezembro de 1999 - Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC do litoral Sul de Pernambuco, e dá outras providências;
- Decreto nº 22987, 30 de janeiro de 2001 - Cria a comissão executiva para avaliar e aprovar o Plano de Controle da Poluição Veicular – PCPV;
- Decreto nº 23394, 03 de julho de 2001 - Proíbe a prática da pesca submarina com anzóis no âmbito dos naufrágios localizados na zona costeira do Estado de Pernambuco;
- Decreto nº 23473, 10 de agosto de 2001 - Regulamenta os critérios de distribuição da parcela do ICMS que cabe aos municípios, relativos aos aspectos sócio – ambientais , Lei n 7 11899 de 21 de dezembro de 2000;
- Decreto nº 23941, 11 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 12008 de 01 de janeiro de 2001 que dispõe sobre a política estadual de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 24017, de 07 de fevereiro de 2002 - Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC do litoral norte do Estado de Pernambuco; e
- Portaria DPR nº, da CPRH - reconhece como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) a Mata de Tabatinga, em Goiana.

O Estado possui ainda a Política de Controle da Desertificação apresentada e referenciada na Conferência Internacional sobre desertificação em 1999.

3.8.4 Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial

O planejamento de uso e ocupação do solo é uma ferramenta indispensável em estudos ambientais, na tomada de decisão em ordenamento e planejamento do território, e na definição de políticas de gestão de recursos naturais. Com este planejamento territorial, pode-se medir a extensão e distribuição de classes de ocupação do solo, analisar a interação com outras classes, identificar locais próprios para certas atividades e planejar para o futuro.

3.8.4.1 Uso e Ocupação do Solo – Síntese

A cana-de-açúcar recobre expressiva parcela do Litoral Norte e representa o padrão de uso do solo predominante nos municípios de Goiana, Igarassu e Itapissuma (litorâneos). Concentra-se na porção ocidental do litoral, ora envolvendo ecossistemas naturais como remanescentes da mata atlântica ou cobertura vegetal em recomposição. No município de Goiana, a cana vem sendo substituída por plantio de bambu, nas encostas com alta declividade, como alternativa para baixar os custos de produção de açúcar e obter matéria prima (celulose) para fabricação de papel (alternativas de uso). No Litoral Sul, a cana ocupa a maior parte das terras localizadas entre a Planície Costeira (a leste) e o limite ocidental dos municípios com maior concentração em Ipojuca e Sirinhaém.

As áreas de silvicultura no Litoral Norte circundam núcleos urbanos, ora áreas de policulturas e áreas de granjas, fazendas e chácaras (maior extensão nos municípios de Igarassu, Goiana e Itamaracá), bem como o entorno de aglomerados urbanos (na porção sul-oriental do Litoral Norte).

O coco-da-baía, no Litoral Norte, apresenta-se descontínuo em manchas esparsas localizadas na porção centro-oriental dos municípios de Goiana e Itapissuma, na porção central do município de Igarassu e nos setores sul e norte-ocidental do município de Itamaracá. No sul, ocorre ao longo do litoral, desde a desembocadura dos rios Pirapama- Jaboatão, ao norte, até a foz do rio Persinunga, ao sul, na divisa com o estado de Alagoas.

A atividade industrial no Litoral Norte concentra-se nos municípios de Paulista e Igarassu. No Litoral Sul, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

A aqüicultura, no Litoral Norte, ocorre nos estuários dos rios Goiana-Megaó (em Goiana), Jaguaribe (em Itamaracá), Botafogo-Aratoca (em Itapissuma e Goiana), Timbó (em Paulista, a sudeste de Porto Artur) e no Canal de Santa Cruz e na Praia de Tabatinga (em Goiana). No litoral sul, os viveiros distribuem-se pelos estuários dos rios Formoso e ilhetas, ocupam em geral, terrenos próximos de mangue.

Ancoradouros, no litoral sul, localizam-se em Tamandaré (CEPEME) - Centro de Pesquisa de Educação Metodista, e em Barra de Sirinhaém, distribuídos ao longo dos rios Formoso, Ariquindá, dos Passos, das Pedras e Lemenho. Falta manutenção e estrutura adequada para atendimento à pesca, ao turismo e ao lazer.

As marinas ocupam faixas de praias do Litoral Norte e Sul, com: inexistência de sinalização de segurança na área de praia, atracação de barcos nos recifes sem uma orientação técnica e o lançamento no mar do lixo (produzido nas embarcações) sem fiscalização e orientação.

A intensa valorização do solo, sobretudo na orla marítima, tem acarretado a ocupação desordenada dessa área e a degradação das praias, comprometendo a vocação turística das mesmas.

3.8.4.2 Uso e Ocupação do Solo - Litoral Sul

As potencialidades do Litoral Sul estão associadas à diversidade de características morfológicas e estruturais, bem como aos recursos naturais e culturais que apresentam uma variedade de utilizações.

Há um patrimônio histórico com potencial a ser explorado, afinal, o aspecto cultural da região é muito rico.

A maior parte dos rios da região é perene. Há muitas nascentes, fontes e cachoeiras remanescentes de mata atlântica em relativo estado de conservação. Existem, ainda, manguezais, restingas, praias e recifes e áreas com potencial para uso agrícola. O relevo e o solo são caracterizados por morros com topos planos, manchas de solos férteis oriundos de rochas

vulcânicas, áreas de baixa declividade e várzeas aluviais. As áreas de recarga dos aquíferos abastecem a porção sul da RMR.

Grande parte do solo agrícola ainda é ocupado, em muitos municípios, pela cana-de-açúcar. No entanto, a expansão urbana tem promovido loteamentos, de forma acelerada, em diversas áreas litorâneas dos municípios do Estado, promovendo o crescimento de casas de veraneio.

O uso/ocupação do solo estão detalhados em duas grandes faixas, partindo-se da praia em relação ao interior, conforme especificado abaixo:

- Primeira faixa - de localização litorânea, intercalam-se em proporções diversas: coco-da-baía, uso urbano e manguezais; e
- Segunda faixa - localizada à retaguarda da 1ª, onde figuram cana-de-açúcar, policultura (novos assentamentos rurais), zonas industriais e alguns núcleos urbanos (Cabo de Santo Agostinho, Barreiros, Ipojuca, Sirinhaém e Rio Formoso), intercalados por remanescentes de Mata Atlântica.

Os usos rurais e os urbanos apresentam diferenças significativas, quer seja nos padrões da tecnologia adotada, nas relações entre os atores sociais e econômicos ou na relação desses atores com o meio ambiente.

A policultura abrange os Assentamentos Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, posteriores a 1990, os novos e antigos do FUNTEPE - Fundo de Terras do Estado de Pernambuco, e as áreas exploradas por poceiros. A atividade predominante é o cultivo de lavouras de subsistência (mandioca, masseira, milho, feijão, batata-doce, inhame), hortaliças, algumas frutas (banana, manga, coco, pêra, fruta-pão, goiaba, graviola, mamão, acerola) e, em escala muito reduzida, a cana-de-açúcar.

Há pequenos criatórios de algumas aves e poucos animais de médio/grande porte (cavalo, ovelha, porco, vaca), em geral criados na corda.

Utiliza-se insumos, como adubo orgânico e herbicida e irrigação manual. A produção, em geral, é reduzida, visando, primeiramente, o consumo próprio. O pouco excedente é vendido na feira nas cidades da região.

A mão-de-obra é familiar, sendo comum o recurso do mutirão no corte da cana, por exemplo. A maior parte dos produtores trabalha nos engenhos próximos para complementar a receita familiar. É reduzida a área propícia ao cultivo onde há predominância de altas declividades, solos pobres, rasos e pedregosos.

O coco-da-baía é plantado ao longo do litoral, desde a desembocadura do rio Pirapama até a foz do rio Persinunga, na divisa com o Estado de Alagoas, o coco-da-baía apresenta-se em duas versões, a gigante e a anã, tanto em pequenos sítios quanto em grandes fazendas. As técnicas utilizadas de cultivo são as tradicionais e tanto o coco seco quanto o verde são vendidos no mercado local e no sudeste.

A cana-de-açúcar ocupa a maior parte das terras localizadas após a Planície Costeira e se acha concentrada nos municípios de Ipojuca e Sirinhaém. É cultivada em sistema de monocultura, produzida em grandes propriedades. A maior parte das propriedades pertence às agroindústrias: Usinas Cucaú, Trapiche, Salgado, Ipojuca, Central Barreiros e Bom Jesus. A mão-de-obra é assalariada e no interior das usinas há agrovilas onde reside parte da força de trabalho.

O plantio da cana-de-açúcar tem provocado, porém, alguns problemas, tais como: a destruição de remanescentes de Mata Atlântica, a erosão do solo nos cortes das estradas, o perigo de poluição do solo e dos recursos hídricos e o desemprego sazonal da força de trabalho.

Encontram-se remanescentes de Mata Atlântica em toda a área do litoral sul, porém de forma esparsa. Ocupam topos e encostas dos morros do cristalino, algumas colinas das Formações Cabo, Algodois e Ipojuca, tabuleiros e trechos reduzidos dos Terraços Marinhos.

Os remanescentes de Mata Atlântica apresentam-se como matas secundárias. Os remanescentes mais expressivos são: matas do Eng. Muricu (São José da Coroa Grande); matas Pedra de Conde (Tamandaré); Reserva Biológica de Salinho-Mata de Pau Amarelo (Tamandaré/Rio Formoso); mata do Eng. Changuá (Rio Formoso); matas de Zumbi-Duas Lagoas (Cabo de Santo Agostinho); e matas de Restinga da Praia de Guadalupe (Sirinhaém), de Maracaípe, da Gamboa, da Fazenda Merepe (Ipojuca) e do estuário do rio Capibaribe (Cabo).

Os manguezais ocorrem em longas faixas marginais dos estuários dos principais rios da área. Ocupam terrenos baixos e argilosos, sujeitos ao fluxo das marés. Apresentam-se extensivos e relativamente conservados. As principais espécies são: mangue vermelho, mangue branco e mangue canoé. A fauna associada é bem diversificada, com várias espécies de crustáceos, moluscos e peixes. Há pesca artesanal e instalação de viveiros.

A devastação dos remanescentes de mata atlântica, causada pelo avanço da cana e de outras culturas e pela expansão urbana, causa a degradação do solo e das nascentes. Verificam-se o corte de mangue para aterro e a poluição dos estuários por descarte de efluentes industriais e domésticos.

A zona industrial localiza-se nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, ocupando trecho da planície costeira. São indústrias de médio e grande porte, há o Complexo Portuário Industrial de Suape, em Ipojuca, e o Distrito Industrial do Cabo. A mão-de-obra é constituída de força de trabalho qualificada. Há boa disponibilidade de infraestrutura, boa malha rodoviária e dutos para fornecimento de gás natural. O Porto de Suape tem localização estratégica em relação às rotas marítimas internacionais, recebendo navios de grande calado.

Foi apresentado à CPRH para análise, e aprovado, em 2001, o EIA/RIMA – Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente do Projeto de Ampliação e Modernização do Porto de Suape. A finalidade do estudo é a ampliação da capacidade e melhoria operacional do porto, a entrada e operação de navios de grande porte, bem como a instalação de indústrias (de grande e médio porte) e rapidez na operação e redução de custos. Sinaliza-se, que após a conclusão do projeto de modernização do porto, que já começou, espera-se mais eficiência e maior volume de carga, aumentando a competitividade e contribuindo positivamente para o crescimento das exportações brasileiras.

O EIA/RIMA procura fazer distinção entre as obras implantadas no passado e as contempladas no projeto de modernização do porto e, conseqüentemente, a adoção de medidas referentes ao passivo ambiental (até 1999) e ao projeto básico atual. O estudo apresenta medidas (programas de mitigação e de monitoramento) consolidadas em projetos ambientais – PBA's (Projeto Básico Ambiental), agregados segundo os seus objetivos, descritos de maneira satisfatória: justificativa, objetivos, ações previstas, procedimentos metodológicos e cronograma de execução.

Cada indústria que deseja se instalar no Complexo Portuário e Industrial de SUAPE terá seu próprio sistema de tratamento de efluentes. E qualquer empreendimento/atividade deverá se submeter ao licenciamento ambiental, podendo ou não haver necessidade de estudos ambientais específicos.

Quanto à gestão do Complexo Portuário e Industrial de SUAPE, deverão ser priorizadas, em termos ambientais, as ações de controle ambiental e de articulação institucional e comunitária, tais como:

- preservação dos mangues dos rios Massangana e Ipojuca;
- efetivação da implantação das Unidades de Conservação - UC's;
- complementação da implantação dos corredores ecológicos e do bosque energético;
- aquisição e criação de reservas legais em área de restinga e manguezal, tais como os manguezais do Massangana e Jaboatão/Pirapama;
- implantação definitiva da ZPEC - Zona de Proteção Ecológica e Cultural, do Engenho Ilha como reserva ecológica ou instrumento legal equivalente;
- implantação do programa relacionado a alternativas de complementação de receita da população residente, de modo a utilizar o potencial existente e liberar as matas do desmatamento gradativo e parcelado que vem ocorrendo para plantio de maracujá e outros menores, objeto de um dos itens do Projeto Básico Ambiental PBA;
- recuperação dos manguezais degradados e conservação dos não atingidos como o do Engenho Ilha;
- correção do passivo ambiental, através da recuperação da cobertura vegetal das matas do Zumbi, D. Duas Lagoas, Parque Natural Estadual e margens das barragens Bitá e Utinga;
- implantação de programas de valorização do patrimônio ambiental, histórico, cultural e arqueológico;
- implantação de monitoramento da qualidade do ar na zona industrial portuária; e monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

3.8.4.3 Uso e Ocupação do Solo - Litoral Norte

O Litoral Norte é caracterizado por uma alta declividade, de aproximadamente 30° em diante. As encostas com alta declividade têm potencial para: reflorestamento; unidades de conservação; e turismo ecológico, utilizando trilhas existentes (por exemplo, na Ilha de Itamaracá, a Trilha das Alamedas, no Engenho Amparo e a Trilha dos Holandeses, no setor sudeste da ilha) e estabelecendo novas trilhas.

As áreas com alta declividade têm fortes restrições para: uso agrícola; pecuária; uso urbano; instalação de indústria; extração mineral; disposição de lixo e outros resíduos; e implantação de rodovia, de rede elétrica, gasoduto e similares, sem estudo prévio.

Existem ainda áreas de baixa declividade com predominância de uma inclinação de 15° ou menos. Essas áreas com baixa declividade têm potencial para: uso urbano; uso industrial; uso

agrícola com mecanização; granjas e chácaras; extração de areia, calcário e fosfato (licenciada e com recuperação das áreas degradadas); e turismo.

O potencial para o turismo, nas áreas em apreço, está reforçado por sítios históricos com grande beleza cênica em que se destacam: sedes de engenhos e fazendas (Engenhos Miranda e Bujari, em Goiana; Eng. Amparo, em Itamaracá; e Faz. Zumbi, em Igarassu); núcleo histórico de Goiana; conjuntos antigos de Jaguaribe e Pilar, em Itamaracá; edifícios isolados (Forte Orange, em Itamaracá: Forte de Pau Amarelo, Leprosário da Mirueira, igrejas de N. S. da Conceição e de N. S. do Ó, em Paulista; igreja de S. José do Ribamar – Nova Cruz, em Igarassu; capelas de N. S. do Rosário – Tejucupapo, Sto. Antônio – Catuama e Sant’Ana – Carne de Vaca, em Goiana); parte das vilas operárias de Paulista; e ruínas (igrejas de Sto. Antônio – Paratibe, e N. S. dos Prazeres – Maranguape, em Paulista).

Essas áreas apresentam restrições para o uso urbano e instalação de indústria, caso não haja um estudo prévio e sem adoção de medidas de proteção do solo contra erosão, para as culturas de ciclo curto, para a mecanização agrícola, para a extração mineral e para a disposição de lixo e outros resíduos.

As concentrações de nascentes quando localizadas em altas declividades, têm potencial para: Reflorestamento; Unidades de conservação; e Turismo ecológico.

Quando essas nascentes estão associadas a médias e baixas declividades, tais áreas podem ser utilizadas para: silvicultura; culturas permanentes; e turismo ecológico.

Além das restrições relativas à classe de declividade predominante nessas áreas, as mesmas apresentam fortes restrições para: atividades que impliquem em remoção da cobertura vegetal (arbórea e densa), capaz de assegurar a perenidade das fontes existentes em tais áreas; e aterro sanitário ou outra forma de disposição de lixo e outros resíduos.

Os topos planos pela quase horizontalidade de sua superfície, têm potencial para: a agricultura e pecuária praticadas em sistema de manejo desenvolvido (com correção de solo, melhoria da fertilidade natural, irrigação, mecanização etc.); granjas e chácaras; uso urbano; uso industrial; implantação de rodovias e ferrovias; e turismo.

O potencial turístico também se reflete na presença de sítios históricos, tais como: o povoado antigo de Vila Velha, em Itamaracá; os edifícios isolados representados pela capela de São Lourenço, no povoado de São Lourenço, e pelo obelisco do Monte das Trincheiras, ambos em

Goiana. A esses atrativos dos topos planos, acresce-se o potencial dessas áreas para instalação de hotéis e pontos de contemplação com vistas para os estuários dos rios Goiana e Itapessoca e para as praias de Carne de Vaca e Catuama (em Goiana), bem como para o Canal de Santa Cruz (em Itamaracá), áreas essas dotadas de grande beleza cênica.

Esses topos planos têm restrições a: agricultura e pecuária praticadas sem manejo adequado; disposição de lixo e outros resíduos; e uso de agrotóxicos e outros produtos com nível de toxicidade alto.

A área de afloramento da Formação Beberibe, em sua porção não urbanizada, tem potencial para: exploração de água subterrânea para abastecimento público; extração de areia (licenciada e com recuperação das áreas degradadas); matas ciliares; culturas permanentes (coco, caju, entre outras) e temporárias; silvicultura; e turismo, tendo como principais atrativos os sítios históricos constituídos pelo núcleo histórico de Igarassu; pelo conjunto antigo de Itapissuma; pelas ruínas de Porto do Adiantado, em Itapissuma; e pelas belezas cênicas oferecidas pelos estuários adjacentes à área em apreço.

Pela sua natureza, a área de Formação Beberibe tem fortes restrições a: exploração, sem controle, do aquífero; aterro sanitário ou outra forma de disposição de lixo e outros resíduos; uso de agrotóxico e outros produtos que possam contaminar o aquífero dessa formação; e adensamento da ocupação nas áreas de expansão urbana, a ponto de comprometer a recarga e contaminar o aquífero.

As várzeas e terraços aluviais têm potencial para: matas ciliares; culturas temporárias, nas várzeas, e culturas permanentes e temporárias, nos terraços; aquícultura; extração de areia (licenciada e com recuperação das áreas degradadas); captação de água subterrânea; e turismo.

O potencial turístico dessas áreas inclui alguns sítios históricos, a saber: sedes de engenhos - Itapirema do Meio e Itapirema de Baixo, em Goiana; Botafogo, em Itapissuma; Monjope, em Igarassu; e edifício isolado - Igreja de N. S. da Boa Viagem do Pasmado, em Igarassu.

Dadas às relações diretas dessas áreas com os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, apresentam as mesmas restrições para: uso urbano e industrial, devido a riscos de inundação e susceptibilidade a erosão; pecuária (criação de suínos, aves e búfalos); uso de agrotóxico e outros produtos que possam contaminar os rios, os reservatórios e o lençol freático; disposição de lixo e outros resíduos; e instalação de aterros sanitários.

Diante dos problemas que apresentam, as praias do Litoral Norte mostram-se desigualmente dotadas em potencialidades para: o turismo e lazer.

As praias com maior potencial para essas atividades são: Conceição e Nossa Senhora do Ó (em Paulista); Baixa Verde, Jaguaribe, Sossego e Enseada dos Golfinhos (em Itamaracá); e trechos das praias de Catuama e Tabatinga (em Goiana).

As praias têm restrições para: Qualquer tipo de construção que impeça o acesso e a mobilidade do público; Circulação de veículo motorizado; Lançamento de resíduos de qualquer natureza; Obras de contenção de erosão, sem estudo prévio; e Extração mineral (areia, calcário e pedras ornamentais).

Os recifes e as flechas litorâneas têm potencial para: refúgio de fauna; pesca artesanal; e turismo ecológico e científico.

Dada sua fragilidade, essas formações de flechas litorâneas têm restrições para: extração de corais; esportes náuticos; pesca predatória; coleta indiscriminada da fauna recifal; pesca submarina; atracação de embarcações; e lançamento de lixo e outros resíduos.

Os recursos florestais da área, remanescentes de Mata Atlântica, desde que recuperados e conservados, têm potencial para: unidades de conservação (Refúgio da Vida Silvestre, Reserva de Fauna, Estação Ecológica e Reserva Particular do Patrimônio Natural); e turismo ecológico.

As áreas ocupadas com remanescentes da Mata Atlântica têm restrições a: disposição de lixo e outros resíduos; instalação de aterro sanitário; e qualquer atividade que ponha em risco a diversidade biológica desse ecossistema e reduza o papel do mesmo na proteção dos recursos hídricos e edáficos.

Os manguezais e alagados litorâneos têm potencial para: unidades de conservação (Estação Ecológica e Reserva de Fauna); cultivo de ostra; cultivo artesanal de peixe e camarão; pesca artesanal; apicultura; base de pesquisa da fauna estuarina; e turismo ecológico, tendo em vista a expressiva beleza cênica do mangue e da fauna associada e a existência de trilhas ecológicas no Canal de Santa Cruz, ao sul da Ilha de Itamaracá (Trilhas do Forte, do Pescador e dos Manguezais).

Esses ecossistemas de manguezais e alagados apresentam fortes restrições a: corte da vegetação; pesca predatória; circulação de embarcação de alta potência (lança e jet ski); aterro e construção; e lançamento de resíduo de qualquer natureza.

Os mananciais de superfície do Litoral Norte, se adequadamente protegidos, apresentam potencial para: abastecimento urbano e rural; irrigação em pequena escala; criação de peixe; reflorestamento das margens; e lazer.

Em consequência das funções que desempenham, os mananciais de superfície apresentam restrições a: prática de agricultura de ciclo curto nas margens dos reservatórios; agricultura de vazante; e pesca predatória.

3.8.4.4 Áreas Protegidas

As Unidades de Conservação (UCs) são espaços territorialmente definidos, com relevantes características relacionadas com a natureza, legalmente definidas como tal pelo Poder Público, cujo principal objetivo é a preservação e a conservação dos ecossistemas naturais. A existência de uma UC num determinado território tem a capacidade de se constituir em relevante destino turístico e, provavelmente, indica a melhor organização do meio ambiente sob o aspecto de proteção ao patrimônio natural naquele destino.

Nesse sentido, foram levantadas as existências das seguintes modalidades de UCs nos destinos: (i) parques; (ii) áreas de proteção ambiental (APAs); (iii) áreas de relevante interesse ecológico (ARIEs); (iv) florestas nacionais; (v) reservas de desenvolvimento sustentável; (vi) reservas extrativistas; (vii) reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs); (viii) estações ecológicas; (ix) monumentos naturais; e (x) refúgios da vida silvestre.

A visitação constitui uma das atividades passíveis de desenvolvimento nas UCs, que podem oferecer produtos turísticos diversificados e de alta qualidade, propiciando conciliar turismo com educação ambiental. A extensão e diferenciação de categorias de áreas protegidas no Pólo dos Arrecifes, fazem das UCs um objeto da maior relevância para o desenvolvimento do turismo sustentável na região. Aliado a esta característica, deve-se considerar também os avanços na legislação e na política ambiental do país que vêm favorecer e organizar o desenvolvimento da atividade turística em UCs, tais como:

- o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei 9.985/00;
- o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), estabelecido pelo Decreto 5.758/06, que tem como principal objetivo “definir diretrizes e estratégias para as áreas terrestres e marinhas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)” além de também integrar “as demais áreas protegidas, como terras indígenas e quilombolas, em um sistema ecologicamente representativo e efetivamente manejado”.

Assim, as Áreas Protegidas são importantes para a preservação dos ecossistemas do Pólo e para o turismo, cuja atividade utiliza o uso dos recursos naturais, tornando-se necessário o devido monitoramento do impacto territorial do fenômeno turístico.

As unidades de conservação – UCs -inseridas no Pólo Costa dos Arrecifes são:

- Estuário dos rios Jordão e Pirapama, ecossistema manguezal, Lei nº 9931/86, Cabo de Santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata de Serra do Cotovelo, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989 / 87, Cabo de Santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata do Cumaru, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989 / 87, cabo de Santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata do Sistema Gurjaú, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989 / 87, Cabo de santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata do Urucu, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989 / 87, cabo de santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata do Camaçari, ecossistema mata atlântica, lei nº 9989 / 87, Cabo de Santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata do Zumbi, ecossistema mata atlântica, lei nº 9989 / 87, Cabo de Santo Agostinho;

- Reserva Ecológica Mata de Duas Lagoas, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989 / 87, cabo de Santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata de Contra Açude, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989 / 87, Cabo de Santo Agostinho;
- Reserva Ecológica Mata de Bom Jardim, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989 / 87, Cabo de Santo Agostinho;
- Estação Ecológica de Caetés, ecossistema mata atlântica, criada pela lei nº 9989 / 87, modificada sua categoria de manejo pela Lei nº 11622 / 98, Paulista;
- Parque Estadual Dois Irmãos, ecossistema mata atlântica, unidade de conservação criada pela Lei nº 9989 / 87, modificada sua categoria de manejo pela Lei nº 11622 / 98, Recife;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, Fazenda Tabatinga, em Goiana, titulação em 06/06/97;
- Estuário do rio Carro Quebrado (Ilhetas/Mamucabas), ecossistema manguezal, Lei nº 9931 / 86, Barreiros;
- Estuário do Rio Una, ecossistema manguezal, Lei nº 9931 / 86, Barreiros;
- APA de Guadalupe, ecossistema diverso, criado pelo Decreto nº 19635 / 97, municípios de Tamandaré, Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém;
- Reserva Ecológica Mata da Usina São José, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989/87, Igarassu;
- Reserva Ecológica Mata Lanço dos Cações, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989/87, Itamaracá;
- Reserva Ecológica Mata de Santa Cruz, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989/87, Itamaracá;

- Reserva Ecológica Mata do Jaguaribe, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989/87, Itamaracá;
- Reserva Ecológica Mata do Engenho Macaxeira, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989/87, Itamaracá;
- Reserva Ecológica Mata do Engenho São João, ecossistema mata atlântica, Itamaracá;
- Reserva Ecológica Mata do Amparo, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989/87, Itamaracá;
- Reserva Mata de Jaguarana, ecossistema mata atlântica, Lei nº 9989/87, Paulista;
- Reserva Ecológica Mata do Janga, ecossistema restinga, Lei nº 9989/87, Paulista;
- Refúgio Ecológico Charles Darwin, ecossistema mata atlântica, Igarassu;
- Área estuarina do Rio Goiana e Megaó, ecossistema manguezal, Lei nº 9931, Goiana;
- Área estuarina do Rio Itapessoca, ecossistema manguezal, Lei nº 9931, Goiana;
- Área estuarina do rio Jaguaribe, ecossistema manguezal, Lei nº 9931, Itamaracá;
- Área estuarina do Canal de Santa Cruz, ecossistema manguezal, Lei nº 9931, Goiana, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá;
- Área estuarina do Rio Timbó, ecossistema manguezal, Lei nº 9931, Igarassu e Paulista;
e
- Área estuarina do Rio Paratibe, ecossistema manguezal, Lei nº 9931, Paulista e Olinda.

Das UC's – Unidades de Conservação, acima, resultado da Lei nº 9989/87, apenas a ESEC Caetés e o Parque Dois Irmãos foram implantadas. As outras, ainda não foram implantadas, continuam submetidas a alguma forma de degradação, sofrendo redução.

Zoneamento ecológico econômico - para o Litoral Sul abrangendo os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande (Decreto Estadual nº 21.872 de 29/12/1999), e para o litoral norte, abrangendo os

municípios de Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá e Goiana (Decreto Estadual nº 24.017 de 07/02/2002:

- Áreas de Proteção Ambiental (APA) – no Litoral Sul a APA de Guadalupe e a APA dos Corais – estende-se de Tamandaré (PE) até Paripueira (AL). Com 140 Km de extensão e 436.000 ha, é a maior unidade de conservação marinha do Brasil;
- Parques Metropolitanos - no Litoral Norte o Parque do Janga (mais de 600 ha), o Parque Arcoverde (Olinda), o Horto Del Rey (Olinda) e o Parque Armando Holanda Cavalcanti (Cabo de Santo Agostinho);
- Áreas de Pesquisa Científica - Centro de Mamíferos Aquáticos (Peixe Boi Marinho); e Estação de Aves Migratórias (Coroa do Avião) em Itamaracá; área de desova de tartaruga marinha na praia do Janga, em Paulista; e Refúgio Charles Darwin, em Igarassu;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, em Tabatinga, no município de Goiana;
- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Itamaracá/Itapissuma/Igarassu) definida pela Unesco;
- Reserva Biológica de Saltinho (Federal);
- Parque dos Manguezais no Pina/ Recife;
- Parque da Lagoa Olho d'água em Jaboatão dos Guararapes; e
- Reserva Ecológica para implementação de ecoturismo - Lei Estadual nº 9989 de 13/01/1987: Mata do Engenho São João e Mata do Engenho Amparo, no município de Itamaracá; Mata da Usina São José, em Igarassu; Mata de Camaçari, Mata de Duas Lagoas e Mata do Zumbi, no município de Cabo de Santo Agostinho; e Mata do Engenho São João.

3.8.5 Conclusões e Recomendações para os Problemas Identificados

O desenvolvimento do Turismo e meio ambiente devem estar sempre associados, uma vez que um dependerá da sustentabilidade do outro para coexistirem. O Pólo Costa dos Arrecifes tem grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística, principalmente no que diz respeito ao turismo de sol e mar, turismo ecológico, turismo de pesca entre outros.

A grande potencialidade do Litoral de Pernambuco está representada pela qualidade e diversidade de atrativos de seu ambiente natural. Essa área distingue-se pela multiplicidade dos ecossistemas existentes, com destaque para os segmentos de planícies cobertas de coqueirais e remanescentes de Mata Atlântica, estuários com vastos manguezais, recifes de arenito e de corais, coroas, ilhas e restingas.

Destaca-se a importância do Litoral da RMR, representada pelos municípios de Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes. Recife é o principal portão de entrada do Estado e detém a condição de centro de atração e irradiação de fluxos de pessoas e capitais, fortalecendo e complementando suas potencialidades. Olinda – cidade patrimônio da humanidade, título concedido pela Unesco em 1982.

O Litoral Norte representado pelos municípios de Paulista, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá e Goiana apresenta características distintas do Litoral Sul, representado pelos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e São José da Coroa Grande.

A exuberância do litoral norte se revela em mais de 15 mil hectares de áreas estuarinas (Canal de Santa Cruz e Rios Timbó, Paratibe, Jaguaribe, Goiana, Megaó e Itapessoca), representando a maior área de mangue do Estado; em mais de 1.000 ha de Reservas Ecológicas (várias precisando ser redefinidas na categoria de Unidade de Conservação), inclusive uma Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, título concedido pela Unesco; uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN (Goiana); e nas praias de águas mornas e tranquilas, favoráveis ao banho e à prática de esportes náuticos, destacando-se, também, a presença de enseadas, piscinas naturais, bancos de areia e arrecifes, compondo um quadro de recursos paisagísticos de valor imensurável.

No Litoral Norte, as praias são, em geral, estreitas e apresenta vários trechos submetidos a processos de erosão acentuada, resultado da ocupação desordenada do solo como construção de

rampas, muros e espigões na zona de praia, alterando o equilíbrio hidrodinâmico e ocasionando o recuo acelerado da linha de costa com a destruição das construções ali existentes.

Além da ação destrutiva do mar, as praias do litoral norte sofrem poluição por lixo e esgoto doméstico, interdição ou bloqueio parcial do acesso em amplos trechos, invasão por barracas ou muros de moradias resultando na privatização de extensas áreas da zona superior da praia (pós-praia), impedindo a circulação dos usuários na preamar. Esse fato ocorre em larga escala em praticamente toda a orla, o que degrada o patrimônio natural, inibe sua potencialidade turística e de lazer, inviabilizando importante fonte de receita e emprego para a população local, além de comprometer a qualidade de vida dos nativos e dos visitantes.

O Litoral Sul, com uma ocupação inicial homogênea, caracterizada pela cultura da cana-de-açúcar, hoje apresenta um desenvolvimento diferenciado, levando em consideração as potencialidades peculiares a cada município e os investimentos já realizados. Nessa área, além de praias de grandes belezas paisagísticas, favoráveis ao banho e aos esportes náuticos, encontram-se extensos e conservados manguezais, restingas, acidentes geográficos relevantes – o Cabo de Santo Agostinho, a Ponta de Serrambi e a Ilha de Santo Aleixo, áreas de preservação ambiental, reservas ecológicas e afloramentos rochosos. Destacam-se, ainda, entre os atrativos naturais, as ilhotas do rio Mamocaba, além de quatro necks vulcânicos situados no Engenho Algodoads (Cabo), na Usina Ipojuca, no Engenho Caité (Ipojuca) e no Sítio dos Anjos (Sirinhaém). Os mesmos configuram áreas propícias para o desenvolvimento do turismo ecológico e rural, pela diversidade e beleza ambiental.

As questões de maior impacto negativo no litoral de Pernambuco decorrem da degradação ambiental, desordenada ocupação territorial, ausência de atitudes preservacionistas entre a população e, conseqüentemente, baixo aproveitamento das potencialidades ambientais.

No que se refere à degradação ambiental, intimamente associada à desordenada ocupação territorial, vale salientar que a cobertura vegetal, em termos mais específicos, mesmo quando se trata de reserva protegida, requer maiores cuidados quanto à sua preservação e manejo adequados. O que se observa é uma contínua invasão de áreas verdes, além de grandes espaços destruídos por queimadas, quando não são utilizadas como depósito de lixo e dejetos, como vem ocorrendo em algumas áreas de mangue. As Matas do Passarinho, último remanescente de Mata Atlântica em Olinda, e de São Bento, em Abreu e Lima, foram reduzidas a pequenas manchas, com menos de 10% da cobertura original. Atrás desses fatos encontram-se a especulação imobiliária, a questão fundiária e a situação de pobreza de parte substancial da população. A

madeira retirada das reservas serve para atender às necessidades de carvoarias, padarias e da construção de habitações de baixa receita.

Corroborando com este quadro preocupante aponta-se com merecedores de especial atenção as bacias hidrográficas dos rios Goiana, Botafogo, Capibaribe, Jaboatão, Pirapama, Ipojuca e Sirinhaém, que hoje estão comprometidas pelos efluentes industriais e domésticos. Os rios se encontram fora da classe estabelecida no enquadramento dos corpos d'água.

A grande maioria dos remanescentes de Mata Atlântica do Litoral Sul de Pernambuco além de outros remanescentes menos expressivos tem sido atingida pela prática de queimadas para o cultivo da cana-de-açúcar, pela expansão das áreas policultoras, pela retirada indiscriminada de madeira e lenha e pela expansão imobiliária desordenada. Por outro lado, um outro ecossistema associado à Mata Atlântica é o constituído pelos manguezais que se apresentam relativamente conservados e se situam em extensas faixas marginais dos trechos terminais dos principais rios da área.

Hoje, existem diversos instrumentos legais para orientar essa ocupação, a exemplo do Decreto de Zoneamento. Não obstante, observa-se a existência de diversos trechos desordenados de orla dos municípios que compõem tanto o litoral sul, quanto o litoral norte e a RMR do Pólo Costa dos Arrecifes, fruto de ocupações anteriores aos instrumentos legais existentes e municípios que ainda têm carência de normas urbanísticas específicas, mas mantêm um crescimento constante e necessitam de um urgente disciplinamento para a salvaguarda do meio-ambiente local. Um exemplo clássico desta problemática pode ser apontado no Distrito de Porto de Galinhas, cuja ocupação, com fortes contribuições da atividade turística, se dá de forma totalmente indisciplinada. Outros exemplos podem ser apontados nos municípios de Recife, Olinda, Tamandaré e Cabo de Santo Agostinho.

As praias do Pólo Costa dos Arrecifes apresentam águas mornas e tranquilas, favoráveis ao banho, ao ecoturismo e à prática de esportes náuticos, destacando-se, também, a presença de enseadas, piscinas naturais, bancos de areia e arrecifes. Para a prática do ecoturismo destacam-se a praia de Enseada dos Golfinhos-Itamaracá, praia de Tabatinga-Goiana, praia de Itapuama – Cabo de Santo Agostinho e praia do Porto - Tamandaré. De uma forma geral, a qualidade das praias são próprias para banho, com exceção de alguns pontos, como a praia de Barra de Jangada, no estuário do rio Pirapama e Jaboatão; na praia do Pina, em frente ao Cassino Americano e, em Olinda, algumas vezes, as praias dos Milagres e do Carmo.

Cabe ressaltar a existência de ocupações desordenadas em diversos trechos da orla do Litoral, que não podem ser atribuídas diretamente ao turismo mas possui contribuições desta atividade.

Os Recifes de corais, que pontuam todo litoral pernambucano são extremamente bonitos, principalmente na maré baixa, e constituem importante atração turística. Os mangues recobrem grandes extensões e se encontram bem conservados propícios ao turismo ecológico, por constituírem áreas de grande beleza cênica, principalmente os que margeiam os rios Goiana, Megaó e Itapessoca (Goiana) e o canal de Santa Cruz (Itamaracá e Itapissuma).

No tocante à infraestrutura de apoio ao turismo, verifica-se precariedade no acesso às áreas com potencial turístico, como engenhos, cachoeiras, mirantes, na maioria dos municípios.

Quanto aos instrumentos normativos, verifica-se a necessidade, da criação de instrumentos de incentivo para a prática da proteção ambiental com aplicação de sanções, tais como multas pecuniárias, impostos, taxas, assim como benefícios na forma de redução de taxas e impostos ou conversão de multas em ações visando à proteção dos ecossistemas, ou para controle ou recuperação de áreas degradadas; revisão da Lei nº 9.989 de 13 de janeiro de 1987, que dispõe sobre a criação de Reservas Ecológicas constituídas de Mata Atlântica situada na região metropolitana de Recife, principalmente àquelas com vocação para o ecoturismo citadas acima. Essas áreas precisariam ser analisadas em relação a seu estágio de conservação e nível de categoria e utilização sustentável, através de um Plano de Manejo para fomentar o ecoturismo. Também não existe um programa de ecoturismo elaborado e implantado por regiões para o estado de Pernambuco ou de incentivo à iniciativa privada para utilização de tecnologias alternativas para energia (solar, eólica, biocombustíveis, etc.), por exemplo.

Das UC's – Unidades de Conservação, existentes na área do Pólo, poucas foram implantadas, outras, ainda continuam submetidas a alguma forma de degradação, sofrendo redução. Um exemplo ocorreu com a Mata de São Bento, num outro município fora de nossa área de estudo, Abreu e Lima. Há mais de 10 anos esta mata foi invadida por trabalhadores rurais sem terra, coordenados pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), restando menos de 10% da mata.

No tocante ao Desenvolvimento Institucional observa-se a necessidade de integração do setor privado, considerando-se os seguintes segmentos e atividades - usineiros, proprietários de engenhos, fornecedores de cana e agricultores, visando a implementação de um Plano de Agroecoturismo para Pernambuco e incentivo ao setor, no sentido de atrair investimentos nessa



SECRETARIA
DE TURISMO



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

atividade, como também na participação do monitoramento e recuperação das áreas degradadas de matas, manguezais, margens de rios e encostas nas suas propriedades.

4. Estratégia de Desenvolvimento Turístico

Este capítulo apresenta a estratégia para o desenvolvimento sustentável do turismo no Pólo Costa dos Arrecifes no âmbito do PRODETUR NACIONAL. Nesse sentido, é preciso ressaltar que esta estratégia foi alinhada e concebida levando em conta a Política de Turismo de Pernambuco, ou seja, consolidar destinos turísticos já amadurecidos no estado de Pernambuco que precisam ser aprimorados e transformar o estado em um destino mais competitivo nos mercados regional, nacional e internacional.

A estratégia de desenvolvimento do turismo proposta neste projeto baseia-se no principal objetivo da Política de Turismo de Pernambuco que é transformar o estado em destino turístico mais competitivo no mercado regional, nacional e internacional. Neste sentido, persegue-se a incorporação – de modo permanente e recontextualizado – de atividades de diversos segmentos do turismo à já tradicional e consolidada atividade de sol e mar.

As palavras-chaves passam a ser integração e interiorização. Ou seja, inserido em uma proposta de desenvolvimento continuado da atividade turística em Pernambuco, persegue-se o fomento à ampliação espacial dos destinos turísticos do estado, visando a interiorização e desconcentração da atividade.

Tal movimento insere-se em um contexto maior que busca privilegiar a atual oportunidade de reestruturação dos produtos turísticos por meio do estímulo à atração de investimentos turísticos, imobiliários e de infraestrutura, do reposicionamento do destino Pernambuco nos mercados regional, nacional e internacional e de elevação da auto-estima do pernambucano. Assim, assume-se o turismo como alavanca para o desenvolvimento, potencializando o desempenho da atividade e a criação de um ambiente adequado e atrativo para investimentos privados nacionais e internacionais.

Neste processo, três pontos merecem destaque. Primeiro, o estado emerge como protagonista deste processo. Cabe a este: (1) direcionar as políticas públicas para as áreas social e de infraestrutura de forma a buscar um padrão sustentável de desenvolvimento; (2) estimular o desenvolvimento dos serviços e empreendimentos privados com o objetivo de incrementar a renda, o nível de emprego e a qualidade de vida dos residentes nos locais turísticos em questão;

e (3) coordenar e disseminar ações e hábitos de preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural (importante diferencial das localidades e produtos turísticos).

Segundo, a reflexão sobre a atividade turística demanda um envolvimento de toda a sociedade, tornando-se imprescindível a interatividade entre governo, empresários e a sociedade civil. Essa interatividade deve ser viabilizada por meio de mecanismos provenientes da parceria público-privada visando o desenvolvimento do turismo, em consonância com a tendência mundial no setor.

Um último ponto refere-se à configuração da disposição do turismo na região. Atualmente, a principal característica da atividade do turismo em Pernambuco é a larga exploração do turismo de massa em uma determinada área do estado, próxima da capital Recife e sua faixa litorânea, principalmente o Litoral Sul. Como resultado deste tipo de desenvolvimento turístico, os principais destinos encontram-se acima do nível desejado de lotação (a experiência turística por eles possibilitada recebe o impacto negativo da quantidade excessiva de visitantes) e o perfil de visitação caracteriza-se apenas pela estada em grandes hotéis, por atrativos facilmente acessíveis e por baixa interação com as localidades visitadas em si.

Este quadro de concentração do turismo revela que a região do interior do estado ainda não foi identificada como potencial de destino turístico. Cabe ressaltar que - se a infraestrutura básica do estado é um entrave para o desenvolvimento do turismo em todo o estado - quando direcionamos a nossa atenção para as regiões do interior, tal quadro se agrava. Além de não disporem de infraestrutura básica, essas regiões - por não serem ainda um destino explorado - carecem de infraestrutura de apoio ao turismo: os recursos disponíveis (de apelo cultural, rural e natural) são sub-utilizados, as hospedagem são inadequadas, identifica-se a inexistência de serviço de receptivo e atrativos e os recursos turísticos não são estruturados.

De forma a atender ao objetivo de integração e interiorização do turismo, a proposta é buscar a conjugação dos diferentes segmentos identificados no estado, quais sejam: (1) Sol e Praia (atualmente o mais importante para o setor de turismo de Pernambuco); (2) Cultura (demanda relativamente restrita e especializada, ainda muito incipiente, cujo principal fator de atratividade é patrimônio material e imaterial, sendo os visitantes atraídos pelo contato com culturas tradicionais, observação de edificações históricas e visitação de sítios arqueológicos); (3) Eventos e Negócios (abrange visitantes cuja estada é motivada pela participação em eventos ou realização de negócios com altos padrões de gasto e que demandam estruturas qualificadas); (4) Segunda

residência (localidades com grande concentração ou potencial para implantação de casas de veraneio que atraem residentes de regiões metropolitanas e grandes centros urbanos próximos); (5) Meio rural (localidades rurais que proporcionam visitação de áreas produtivas); e (6) Natureza (interação com o meio ambiente por meio de diversos recursos relacionados à biodiversidade marinha, sertão e caatinga).

A idéia não é alterar o posicionamento já consolidado do destino sol e praia. Na verdade, a idéia é buscar a composição criativa entre as localidades relacionadas com o produto sol e praia e os demais elementos de forma a contemplar, valorizar e potencializar as demais regiões do estado.

Adicionalmente, esta estratégia é norteada por princípios de sustentabilidade tal qual o Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco (PET), elaborado no ano de 2007 e que se baseava em uma série de pressupostos como, por exemplo: (1) preservação da natureza e da biodiversidade, ou seja, sustentabilidade ambiental; (2) valorização da diversidade cultural tangível e intangível das comunidades (sustentabilidade cultural); (3) incentivo à construção de equipamentos e estruturas físicas viáveis do ponto de vista econômico (sustentabilidade econômica); e (4) expansão das possibilidades de emprego e receita para a população. Ao longo da descrição desta estratégia do Pólo Costa dos Arrecifes será possível verificar como estes pressupostos perpassam sua construção.

Entretanto, antes que ela seja descrita, é importante sintetizar neste espaço as etapas necessárias para a construção da estratégia do Pólo Costa dos Arrecifes de forma a facilitar sua compreensão e ligação com os objetivos do mapa de adição de valor, o qual será detalhado mais adiante.

O trabalho contou com quatro macro-etapas para o desenho final da estratégia: (1) análise do referencial teórico e dos estudos anteriores, que embasa a construção do Diagnóstico e define o objetivo institucional da estratégia; (2) a metodologia de análise, que auxilia na sistematização das informações e dados; (3) a construção da análise SWOT (requisito do BID), e (4) a construção da estratégia para desenvolvimento do turismo sustentável na Pernambuco visualizada por meio de seu Mapa de Adição e das diretrizes a serem implementadas.

Para a realização de uma análise situacional foi levado em consideração o objetivo do PRODETUR NACIONAL, ou seja, contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Turismo, bem como consolidar a gestão turística cooperativa e descentralizada, avançando rumo a um modelo de desenvolvimento turístico a partir do qual os investimentos dos governos estaduais e

municipais respondam tanto às especificidades próprias como a uma visão integral do turismo no Brasil. Além disso, foi considerada a contribuição do PRODETUR NACIONAL para o desenvolvimento do turismo sustentável em Pernambuco por meio de uma estratégia especificamente elaborada para esta finalidade.

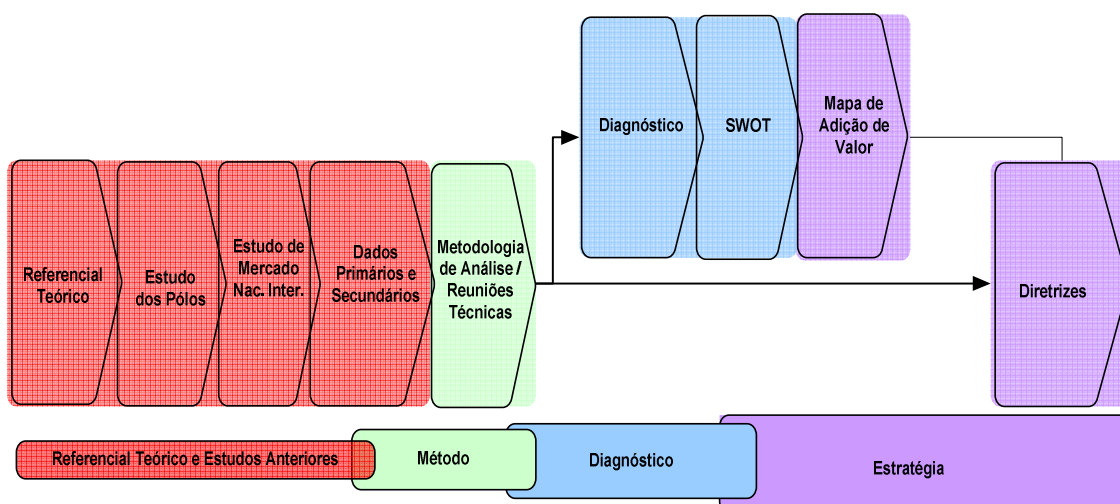
Sem deixar de levar em consideração a relevância do tradicional segmento turístico de Sol & Praia no litoral pernambucano, esta estratégia pretende valorizar o potencial de outros segmentos do setor de turismo que o Pólo Costa dos Arrecifes é capaz de atender em função de seus atrativos, conforme já preconizado pelo próprio PET. Nesse sentido, merecem destaque o segmento cultural (material e imaterial) e o ecoturismo (Fernando de Noronha).

Para tanto, o PRODETUR NACIONAL Pernambuco foi criado para proporcionar produtos turísticos e roteiros competitivos nacional e internacionalmente, sempre levando em conta o respeito às limitações impostas pelas premissas do desenvolvimento sustentável em seus quatro pilares (ambiental, social, econômico e cultural).

Todos os passos listados na figura 4.1, desde a concepção do referencial teórico passando pela estrutura analítica da metodologia, culminam no Mapa de Adição de Valor, isto é, na própria estratégia para o Pólo Costa dos Arrecifes.

Figura 4.1

Macro Etapas para Elaboração da Estratégia



Fonte: FGV, 2009.

Pode-se verificar que este Mapa se inicia justamente no principal objetivo do PRODETUR NACIONAL, desdobrando-o em objetivos intermediários e, em seguida, nos seus resultados operacionais com respectivos indicadores. No Mapa ainda são descritas as diretrizes

consideradas necessárias para o alcance dos objetivos e resultados. O Mapa da Figura 4.1, com base no referencial adotado e na metodologia desenvolvida, tem como objetivo principal estabelecer uma conexão entre as diretrizes propostas, suas ações e seus resultados, o qual passa a ser examinada detalhadamente a partir da próxima seção.

4.1 Análise SWOT

A análise SWOT é uma das mais conhecidas ferramentas do planejamento estratégico, utilizada para auxiliar a síntese das diversas análises ambientais efetuadas. Desde os primórdios do desenvolvimento das tecnologias do planejamento estratégico, tem sido atribuído como seu principal objetivo relacionar recursos a um determinado ambiente de forma a obter a melhor posição estratégica possível. Na prática, isso significa identificar as forças e fraquezas em um determinado contexto para aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças do ambiente. O termo SWOT é a junção das iniciais (em inglês) dos quatro elementos-chave desta ferramenta de análise, são eles: (1) strenghts - pontos fortes; (2) weaknesses - pontos fracos; (3) opportunities – oportunidades; e (4) threats – ameaças.

A visão acerca dos pontos fortes e daqueles a melhorar no Pólo Costa dos Arrecifes possibilitam o encadeamento e seleção de uma série de programas, projetos e/ou ações, que visam o atendimento dos objetivos propostos no PDITS. Assim, nesse primeiro momento apresenta-se, na Tabela 4.1 a seguir, o resultado da Matriz SWOT do pólo realizado durante a 2ª jornada de planejamento do PDITS. A análise da Matriz SWOT nos permitiu identificar as seguintes fraquezas existentes que dificultam ou impedem o pólo de aproveitar as oportunidades:

- Inexistência de Planos de Marketing Turístico Integrado com os municípios do pólo;
- Inexistência de estudos socioeconômicos sobre o impacto do turismo para o pólo;
- Centro de Informações e Atendimento Turístico concentrado na capital;
- Sistema de esgotamento sanitário insuficiente em áreas turísticas;
- Gargalo para o fluxo turístico na PE-60;
- Orla de municípios com urbanização precária;

- Concentração de sinalização turística na capital e em Olinda;
- Sistema de proteção dos recursos naturais (fiscalização, monitoramento e controle) ineficiente na maior parte dos municípios;
- Qualificação dos gestores públicos para a gestão do turismo;
- Qualificação dos prestadores de serviços (condutores, guias, comércio etc.) para atendimento turístico;
- Limpeza Urbana;
- Segurança pública específica para áreas turísticas; e
- Erosão marinha no litoral.

De forma a estruturar a matriz SWOT para análise, atribuiu-se a pontuação de 0 a 2 para cada uma das relações entre ambiente externo e ambiente interno já definidas. Como fontes de informação qualitativa sobre tendências futuras, a atribuição dos valores foi feita por meio do julgamento de especialistas e dos participantes das oficinas realizadas com representantes das localidades envolvidas no projeto.

A pontuação segue a subsequente orientação:

QUADRANTE PONTOS FORTES – OPORTUNIDADES

Questão: o ponto forte tem:

- Grande importância para alcançar a oportunidade? Atribuir valor 2;
- Média importância para alcançar a oportunidade? Atribuir valor 1; e
- Baixa/nenhuma importância para alcançar a oportunidade? Atribuir valor 0.

QUADRANTE PONTOS FRACOS – OPORTUNIDADES

Questão: o ponto fraco tem:

- Grande importância para dificultar/impedir o aproveitamento da oportunidade? Atribuir valor 2;
- Média importância para dificultar/impedir o aproveitamento da oportunidade? Atribuir valor 1; e
- Baixa/nenhuma importância para dificultar/impedir o aproveitamento da oportunidade? Atribuir valor 0.

QUADRANTE PONTOS FORTES – AMEAÇAS

Questão: o ponto forte tem:

- Grande importância para impedir/amenizar/suportar a ameaça? Atribuir valor 2.
- Média importância para impedir/amenizar/suportar a ameaça? Atribuir valor 1.
- Baixa/nenhuma importância para impedir/amenizar/suportar a ameaça? Atribuir valor 0.

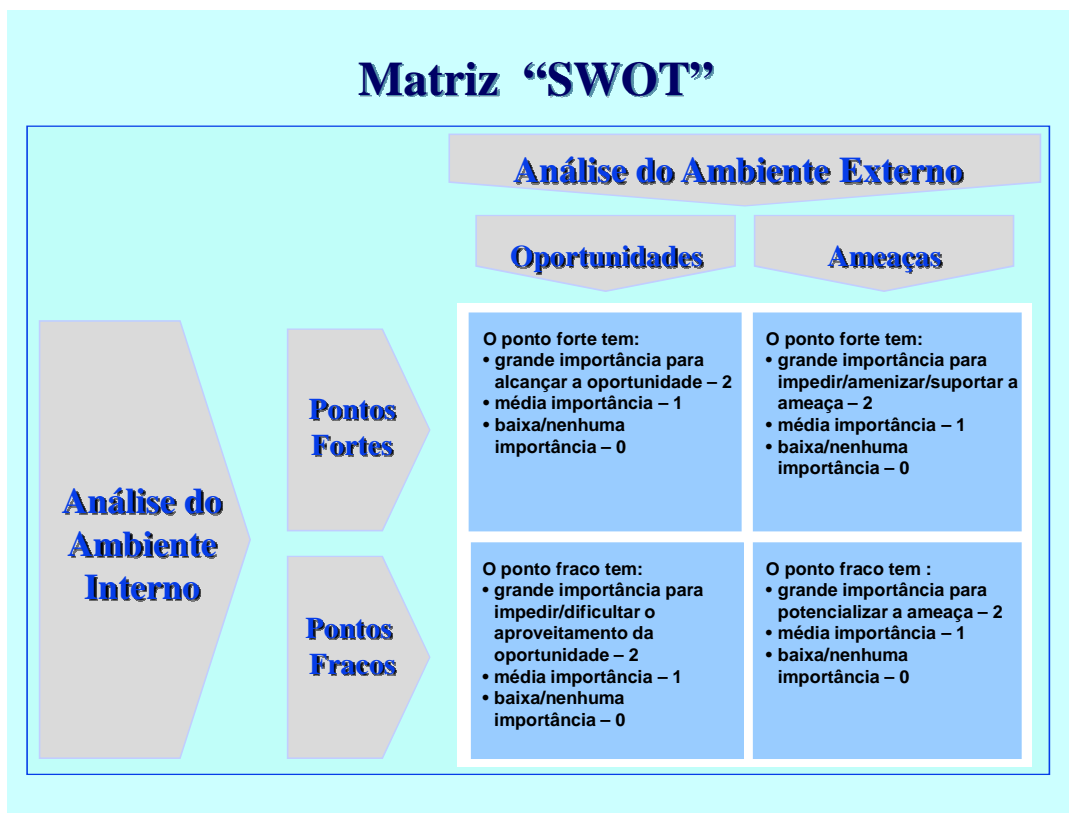
QUADRANTE PONTOS FRACOS – AMEAÇAS

Questão: o ponto fraco tem:

- Grande importância para potencializar a ameaça? Atribuir valor 2.
- Média importância para potencializar a ameaça? Atribuir valor 1.
- Baixa/nenhuma importância para potencializar a ameaça? Atribuir valor 0.

Estas atribuições podem ser visualizadas na figura a seguir.

Figura 4.1.1
Distribuição dos Pontos na Matriz SWOT



Após a construção da matriz, quatro posturas estratégicas podem ser desenhadas: (1) uma estratégia de sobrevivência, quando se identifica o predomínio de ameaças e pontos fracos; (2) uma estratégia de manutenção, quando se identifica o predomínio de ameaças e pontos fortes; (3) uma estratégia de crescimento, quando se identifica o predomínio de oportunidades e pontos fracos; e (4) uma estratégia de desenvolvimento, quando se identifica o predomínio de oportunidades e pontos fortes, conforme figura a seguir.

Figura 4.1.2
Quatro Posturas Estratégicas



Tabela 4.1
Análise SWOT do Pólo Costa dos Arrecifes

Descrição		Oportunidades					Ameaças					
Promover o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no estado, associado à valorização cultural, à conservação ambiental e a geração de trabalho e renda para as comunidades locais		Interesse por parte do governo brasileiro (nos âmbitos federal, estadual e municipal) em promover políticas públicas de crescimento e desenvolvimento econômico na região nordeste.	Preocupação dos diversos setores da sociedade brasileira com relação à conservação dos seus recursos naturais	Existência de um ambiente propício e atraente para Investimentos públicos e privados na região nordeste.	Interesse por parte do governo brasileiro (nos âmbitos federal, estadual e municipal) em promover o desenvolvimento social por meio da valorização cultural.	Incremento do turismo doméstico em função do alto custo do turismo internacional proveniente da alta do preço do dólar e do euro e da atual instabilidade financeira mundial.	Potencial agravamento de uma situação de crise financeira internacional com possíveis reflexos no país, gerando uma maior dificuldade para a liberação de recursos financeiros com a consequente redução do orçamento do setor de turismo.	Potencial agravamento de uma situação de crise financeira internacional com possíveis reflexos no país, promovendo a queda na demanda do turismo nacional e internacional	Incremento do processo de crescimento urbano sem controle ou políticas de desenvolvimento, criando um quadro de acelerada degradação dos recursos naturais da região.	Restrições e maior seleção de ações de investimentos privados por parte de investidores, reduzindo o volume aplicado no setor.	Ausência de empreendedores no setor de turismo, dispostos a iniciar novos negócios, desenvolver novas tecnologias ou agregar valor a negócios já existentes.	
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	
Pontos Fortes	1	Localização estratégica do principal aeroporto do estado no pólo	2	0	2	2	2	1	0	1	0	1
	2	Existência de Centro de Convenções de Grande Porte em Olinda.	2	1	2	1	2	2	0	1	2	2

Descrição		Oportunidades					Ameaças					
	3	Turismo de eventos e negócios.	2	0	2	1	2	2	0	1	2	2
	4	Desenvolvimento do ecoturismo e turismo rural em alguns municípios.	1	2	1	2	2	1	2	1	2	2
	5	Existência de diversidade de patrimônio natural, histórico e cultural	1	2	2	2	2	2	2	1	2	2
	6	Oferta de educação especializada em Turismo consolidada (graduação, cursos de curta duração etc.)	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2
	7	Pólo com cidade Patrimônio Cultural da Humanidade e Sítio do Patrimônio Mundial Natural	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	8	Conexão aérea doméstica direta para as duas principais regiões emissoras de turistas no país (Sudeste e Sul)	2	1	2	1	2	2	1	2	2	1
	9	Existência de companhias aéreas internacionais com vôos para Estados Unidos e Europa.	2	1	2	1	0	2	1	2	2	1
Pontos Fracos	1	Inexistência de Planos de Marketing Turístico Integrado com os municípios do pólo.	2	1	2	1	2	2	0	1	0	2
	2	Inexistência de estudos socioeconômicos sobre o impacto do turismo para o pólo	2	1	2	2	1	2	0	1	1	2
	3	Centro de Informações e Atendimento Turístico concentrado na capital.	1	2	0	2	2	1	1	2	1	1
	4	Sistema de esgotamento sanitário insuficiente em áreas turísticas.	1	2	2	2	2	1	2	2	2	1

Descrição		Oportunidades					Ameaças				
5	Gargalo para o fluxo turístico na PE-60	2	1	2	1	2	1	0	2	2	1
6	Orla de municípios com urbanização precária.	1	2	0	2	2	2	1	1	1	1
7	Concentração de sinalização turística na capital e em Olinda	1	1	0	2	1	0	0	1	1	0
8	Sistema de proteção dos recursos naturais (fiscalização, monitoramento e controle) ineficiente na maior parte dos municípios	1	2	2	2	2	1	2	1	1	1
9	Qualificação dos gestores públicos para a gestão do turismo	1	2	1	2	2	1	2	1	2	2
10	Qualificação dos prestadores de serviços (condutores, guias, comércio etc.) para atendimento turístico	2	1	2	2	2	1	1	2	2	2
11	Limpeza Urbana	1	1	2	1	2	1	2	1	0	1
12	Segurança pública específica para áreas turísticas	2	0	2	0	2	0	0	2	0	1
13	Erosão marinha no litoral	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1
14	Degradação das condições de trabalho e renda da população.	2	0	2	1	1	2	1	2	2	2
15	Degradação do patrimônio histórico-cultural.	2	2	0	2	2	2	1	2	0	1
Posturas Estratégicas											
	(4) 0,23	(2) 0,21									
	(3) 0,33	(1) 0,26									

Fonte: FGV,2009.

É importante destacar que a construção da Matriz SWOT e sua posterior Análise obedeceu aos princípios metodológicos estabelecidos pelo BID em seu manual de elaboração do PDITS, ou seja, o planejamento participativo, contando com representantes dos setores público e privado, que intervenham ou possam ser afetados pelo turismo, incluindo as organizações sociais.

Assim, na próxima seção é apresentado o Mapa de Adição de Valor que, com base nos resultados da Análise SWOT (contexto de significativas oportunidades), orienta este PDITS na direção de estratégias de crescimento por meio da otimização dos pontos fortes e superação dos pontos fracos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do turismo em Pernambuco.

4.2 Mapa de Adição de Valor

O conceito de mapa de adição de valor surgiu com os professores da Harvard Business School, Robert Kaplan e David Norton, em 2000. Durante a década 1990, estes autores desenvolveram um extenso trabalho sobre estratégia das organizações, buscando maneiras de torná-la aplicável e exequível, de forma clara e objetiva, para todos dentro de qualquer tipo de organização. Evoluindo nesta questão, Kaplan e Norton desenvolveram os mapas de adição de valor, que consistem em apresentar, graficamente, a estratégia adotada, permitindo visualizar os objetivos institucionais e intermediários da estratégia, os resultados esperados e os programas ou projetos que possibilitarão a implementação desta estratégia.

Por sua grande capacidade de síntese, sem perder ou omitir nenhum aspecto importante ou essencial de uma estratégia, esta metodologia ajuda na disseminação e aceitação da estratégia por todos e ajuda a definir indicadores que monitorem o seu desempenho. Segundo seus autores, o mapa de adição de valor é o elo perdido entre a formulação e a execução da estratégia (Kaplan e Norton, 2004).

Outro aspecto importante do mapa é a visualização do encaixe estratégico das atividades, que permite um gerenciamento de esforços que leva a um resultado mais sólido e perene do que aquele conquistado por meio de atividades isoladas. Por isso, o mapa é também uma ferramenta de grande valia para o gerenciamento da execução da estratégia, permitindo alocar esforços apropriadamente, sem negligenciar ou priorizar excessivamente um determinado ponto. Pode-se, portanto, dizer que o mapa proporciona uma soma maior do que a simples adição do resultado de cada uma separadamente.

A construção do mapa é feita *top down* ou seja, a partir do objetivo final da estratégia são identificados os objetivos intermediários e demais resultados necessários para o alcance do objetivo final. A lógica de como estes objetivos e resultados estarão encadeados é a essência da estratégia, que estrutura o mapa.

Dessa forma, o Mapa de Adição de Valor do PRODETUR Nacional-PE apresenta os principais elementos para o alcance dos objetivos institucionais, organizando esquematicamente a proposição de estratégias e propostas para o estado. Este mapa possui, como objetivo principal, estabelecer uma conexão construtiva entre as diretrizes propostas, suas ações e seus resultados.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o Mapa de Adição de Valor subsidia a elaboração de outros documentos requeridos pelo BID. Nesse sentido, os objetivos estabelecidos nesta estratégia e seus respectivos indicadores (descritos mais adiante) são rebatidos no Marco Lógico e Matriz de Resultados, ou seja, a quantificação (metas) dos objetivos do PRODETUR NACIONAL Pernambuco; o Mapa também auxilia o processo de seleção e priorização das ações (seja em decorrência da lógica da relação entre as mesmas, ou por necessidade de prévia capacitação institucional do seu executor, especialmente no caso dos municípios), bem como o Plano de Aquisições, documento elaborado pelo órgão executor nos termos definidos no Regulamento e aprovado pelo BID, que contém o custo estimado das aquisições de bens e das contratações de obras e serviços.

Para o PRODETUR, o Mapa de Adição de Valor foi estruturado em quatro dimensões: *Objetivo Institucional, Objetivos Intermediários, Resultados Operacionais e Diretrizes*. As dimensões devem ser entendidas como níveis gradativos a serem alcançados pela estratégia. Elas são representadas em seqüência, de acordo com a lógica de consecução das etapas estratégicas. Além disso, estas dimensões podem ser associadas diretamente às camadas estratégicas propostas no Mapa Estratégico do Governo de Pernambuco, o qual possui uma lógica semelhante de hierarquia de indicadores em relação às camadas.

Assim, os indicadores de impacto estão associados à medição do atendimento do objetivo geral/visão de futuro, ou seja, a efetividade das ações desenvolvidas. Os indicadores de resultado medem as ações dos objetivos específicos, ou seja, a sua eficácia. Por fim, os indicadores de processo visam monitorar e avaliar a eficiência das ações/atividades desenvolvidas.

As dimensões do Mapa de Adição de Valor do PRODETUR NACIONAL Pernambuco levam em consideração estes aspectos. A seguir, elas descritas resumidamente. Entre parênteses,

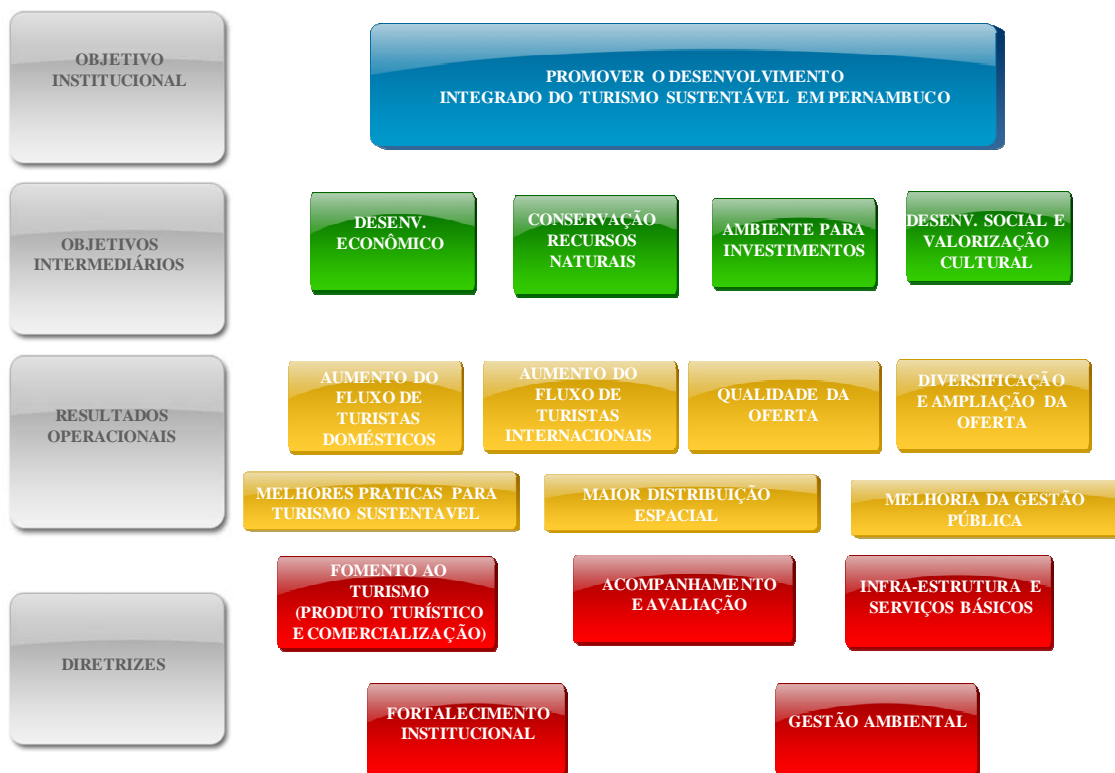
encontram-se a correspondência dos níveis do Mapa com o hierarquia dos indicadores da estratégia do Governo Pernambucano:

- *Objetivo Institucional (visão de futuro)*, neste caso, reflete o que se espera como macro resultado do PRODETUR NACIONAL Pernambuco, que é contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável em Pernambuco.
- *Objetivos Intermediários (objetivos gerais)*: Desenvolvimento Econômico, Conservação de Recursos Naturais, Ambiente para Investimentos, e Desenvolvimento Social e Valorização Cultural. Estes objetivos têm o propósito de reunir as variáveis, na visão da equipe técnica, que melhor contribuem para alcançar o *Objetivo Institucional* citado no parágrafo anterior.
- *Resultados Operacionais (objetivos específicos)*: apresentam os indicadores que melhor traduzem a evolução dos *Objetivos Intermediários*. Buscou-se selecionar indicadores representativos e factíveis de serem coletados pelo gestor público local levando em consideração os atributos de representatividade, simplicidade, disponibilidade e economia. Assim, a probabilidade de sucesso do monitoramento do desempenho da estratégia tende a ser maior.
- *Diretrizes (indicador de processo)*: estas são a própria estratégia em ação, aqui representadas pelos Componentes do PRODETUR, descritos no Regulamento Operacional do programa. É a parte operacional, de implementação dos programas e projetos que terão impactos nos resultados operacionais que, por sua vez, resultarão nos objetivos intermediários, até a efetiva contribuição de todo este processo para o desenvolvimento do turismo sustentável em Pernambuco, atingindo, assim, o Objetivo Institucional do PRODETUR. Ressalta-se ainda que as diretrizes devam ser desmembradas em subprogramas e projetos de forma a viabilizar a implantação da estratégia e o alcance dos resultados.

A Figura 4.2.1 a seguir apresenta o Mapa de Adição de Valor para o PRODETUR Nacional-PE:

Figura 4.2.1

Mapa de Adição de Valor – Visão Geral



Fonte: FGV, 2009

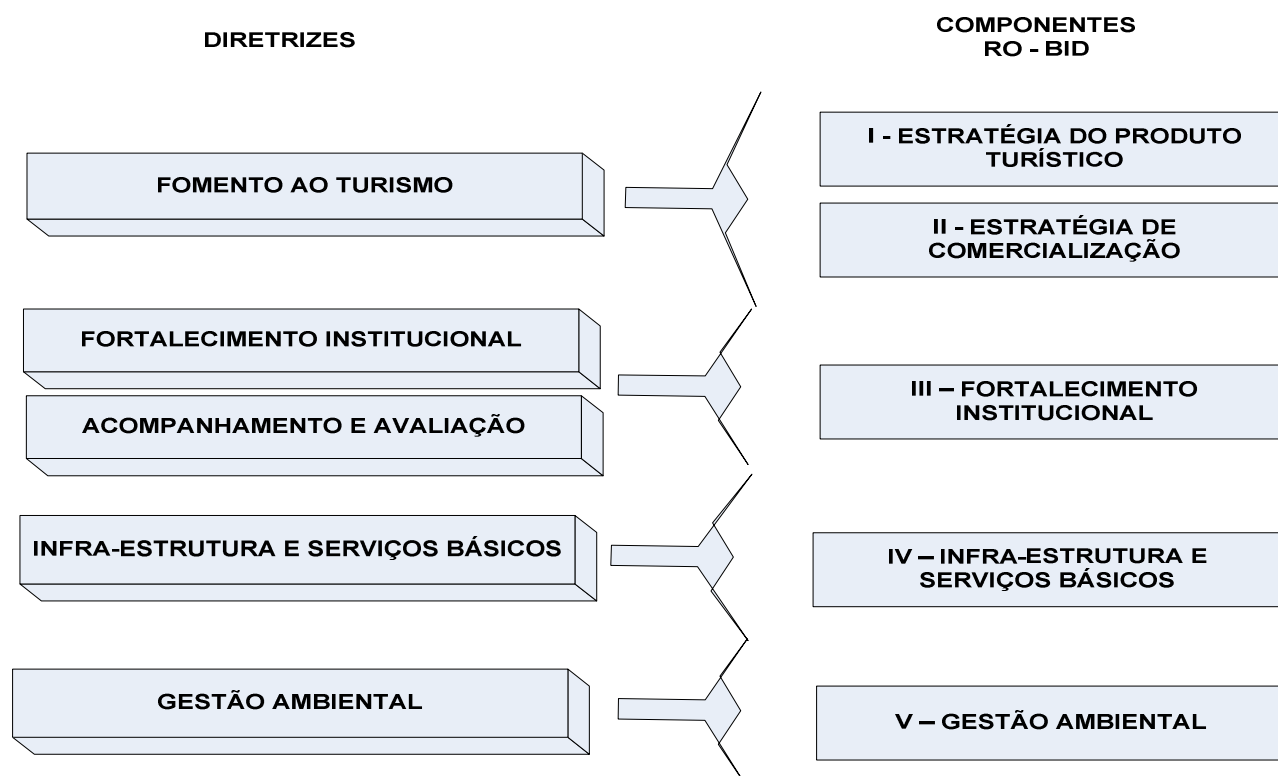
A construção deste mapa teve início com a validação do objetivo institucional do PRODETUR. Os Objetivos Intermediários e os Resultados Operacionais derivam da plataforma de indicadores com a finalidade de avaliar aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável nos municípios do Pólo Costa dos Arrecifes.

Após a discussão técnica entre as equipes **FGV** e **Secretaria de Turismo** sobre os resultados das oficinas de planejamento do PDITS, o mapa foi construído e validado pelo painel de especialistas formado por técnicos da **SETUR-PE**, **FGV** e da **Secretaria de Turismo de Pernambuco**. Nestas reuniões de validação das dimensões do mapa, o conteúdo deste foi amplamente discutido, com contribuições diversas para Objetivos Intermediários, Resultados Operacionais e Diretrizes.

O alinhamento deste mapa com os componentes estratégicos do PRODETUR é essencial, pois permite alcançar seu objetivo. São cinco os componentes previstos: (1) Estratégia de produto turístico; (2) Estratégia de comercialização; (3) Fortalecimento institucional; (4) Infraestrutura e

serviços básicos; e (5) Gestão ambiental. O alinhamento entre componentes estratégicos e diretrizes pode ser melhor visualizado na Figura 4.2.1 a seguir.

Figura 4.2.1
Alinhamento das Diretrizes com Regulamento Operacional



Fonte: FGV, 2009.

A próxima seção descreve os níveis do Mapa de Adição de valor para o contexto especialmente elaborado do PRODETUR NACIONAL Pernambuco.

4.3 Mapa de Adição de Valor para o PRODETUR NACIONAL PERNAMBUCO

4.3.1 Objetivo Institucional

Conforme determinado em seu termo de referência, o PRODETUR NACIONAL foi desenvolvido com base em uma metodologia que prevê expressamente a preocupação com o desenvolvimento integrado do turismo sustentável no Pólo Costa dos Arrecifes. Este objetivo foi cunhado para atender a demanda do Ministério do Turismo e da sociedade civil organizada que espera do setor de turismo a incorporação dos componentes sociais, ambientais e culturais à dimensão, predominantemente, econômica do setor.

4.3.2 Objetivos Intermediários

Os objetivos intermediários compreendem quatro objetivos que estão intimamente relacionados: desenvolvimento econômico, conservação dos recursos naturais, desenvolvimento social e valorização cultural, e finalmente ambiente para investimentos. Os três primeiros estão, intrinsecamente, relacionados ao conceito de desenvolvimento sustentável e não poderiam ser negligenciados. O ambiente de investimentos é resultado de um enfoque mais funcional, que ressalta a necessidade de um ambiente de negócios que complemente o desenvolvimento econômico, estimule a conservação dos recursos e possibilite a melhora sócio-cultural das comunidades. A realização destes quatro objetivos é primordial para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Em alguns casos a relação entre as diretrizes e os resultados esperados é direta e explícita; em outros ocorre de maneira transversal. Como exemplo de relação direta pode ser citado a variável acerca da implantação local da Agenda 21; esta variável está expressa diretamente como indicador de resultado operacional no Mapa (adoção de melhores práticas para o turismo sustentável). Em outros casos a relação pode ser transversal como ocorre na melhoria da infraestrutura básica e das condições de saúde e higiene, no âmbito do desenvolvimento social e valorização cultural no Mapa, com variáveis da plataforma de sustentabilidade, tais como índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) e quantidade de estabelecimentos de saúde com atendimento de emergência.

No Quadro 4.3.2.1 a seguir podem ser verificados os objetivos intermediários desta estratégia, bem como seus principais resultados estratégicos para melhor compreensão. Entre parênteses, é destacada a associação com o planejamento estratégico do governo de Pernambuco.

Quadros 4.3.2.1

Objetivos Intermediários e Seus Resultados Estratégicos

DIMENSÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS ESTRATÉGICOS (indicadores de impacto – efetividade)
OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	Desenvolvimento Econômico	<ul style="list-style-type: none"> ● Geração de emprego, trabalho e receita; ● Aumento do PIB regional; ● Aumento do fluxo de vôos domésticos e internacionais; ● Aumento da contribuição do turismo na economia; ● Consolidação de Pernambuco como destino turístico; ● Aumento da participação de serviços na economia; e ● Fomento ao associativismo.
	Conservação de Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> ● Provimento de áreas naturais de uso turístico, com infraestrutura básica (saneamento básico, tratamento de resíduos etc.). ● Incremento, estímulo e fomento de atividades econômicas sustentáveis, inclusive as de extrativismo. ● Melhoria da gestão das unidades de conservação (capacidade de articulação, profissionalização da gestão local, concessão de serviços etc.). ● Melhoria da capacidade de gestão pública ambiental nos municípios integrantes do pólo. ● Adoção de tecnologias limpas nos destinos turísticos.
	Ambiente para Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> ● Fomento a empreendimentos turísticos sustentáveis de base comunitária, com tecnologias limpas. ● Melhoria da infraestrutura de saneamento básico. ● Melhoria e criação de infraestrutura de apoio ao turismo. ● Ampliação de investimentos no setor de turismo e atividades de apoio. ● Adequação e estabilidade de regras para investimentos e operação de atividades econômicas. ● Vinculação de financiamento para novos investimentos a programas de conservação e

DIMENSÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS ESTRATÉGICOS (indicadores de impacto – efetividade)
		recuperação ambiental e desenvolvimento social. <ul style="list-style-type: none"> ● Criação de fundos de aval público para crédito (alternativas para financiamento do microempresário que não possui garantias). ● Fortalecimento das associações de classe. ● Elaboração de incentivos fiscais para o setor privado do turismo que invista em projetos sustentáveis.
	Desenvolvimento Social e Valorização Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ● Geração de emprego e receita. ● Melhoria da distribuição de receita. ● Melhoria da infraestrutura básica e das condições de higiene e saúde. ● Cumprimento e respeito à legislação trabalhista. ● Combate à exploração sexual de crianças e adolescente. ● Melhoria do IDH da região (Educação, Longevidade e Receita) ● Valorização das culturas locais incluindo experiências e vivências de atividades sustentáveis. ● Capacitação e fomento dos prestadores de serviço relacionados com expressões culturais locais ● Inventário do patrimônio material/imaterial dos municípios.

Fonte: FGV (2009)

4.3.3 Resultados Operacionais

A partir dos objetivos intermediários descritos na seção anterior, e seguindo a lógica de construção do Mapa de Adição de Valor desta Estratégia, esta seção apresenta os objetivos que compõem os Resultados Operacionais para a estratégia do Pólo Costa dos Arrecifes. Em outras palavras: estes resultados operacionais são o desdobramento natural em um nível hierárquico imediatamente inferior em relação aos Objetivos Intermediários do Mapa, os quais representam a primeira fase de realizações para se atingir o Objetivo Institucional. São eles:

- Aumento do Fluxo de Turistas Domésticos;
- Aumento do Fluxo de Turistas Internacionais;
- Qualidade da Oferta;

- Diversificação e Ampliação da Oferta;
- Melhores Práticas para o Turismo Sustentável;
- Melhor Distribuição Espacial do Produto Turístico;
- Melhoria da Gestão Pública; e
- Melhoria na qualidade da demanda.

É importante observar que estes resultados devem ocorrer simultaneamente para poderem promover o alcance dos objetivos descritos anteriormente. A qualidade, diversificação e ampliação da oferta atuam como catalisadores dos fluxos turísticos, que por sua vez demandam o constante aperfeiçoamento e evolução dos destinos. A maior ocorrência de fluxos turísticos tende a aumentar a arrecadação tributária, o que acaba por exigir maior e melhor atuação dos poderes públicos locais na gestão e aplicação destes recursos. Conseqüentemente, poderão ser viabilizadas novas melhorias urbanas na medida em que o destino se renova, despertando a atenção e o interesse de novos fluxos turísticos. Este ciclo virtuoso, com conseqüências e externalidade positivas para toda a infraestrutura básica e de turismo para os municípios, somente se faz possível com a execução de boa parte dos resultados operacionais previstos.

Para ajudar a gerenciar estes resultados, foram selecionados indicadores que permitem monitorar o desempenho da estratégia, durante a implementação de programas e projetos sugeridos nas diretrizes. Cabe ressaltar que estes indicadores estão alinhados para mensuração dos aspectos diretamente relacionados à estratégia do desenvolvimento do turismo sustentável em Pernambuco e sua metodologia subjacente. Estes indicadores estão listados no Quadro 4.3.3.1 a seguir. Entre parênteses, é destacada a associação com o planejamento estratégico do governo de Pernambuco.

Quadro 4.3.3.1

Indicadores Estratégicos Por Dimensão e Objetivos

DIMENSÃO	OBJETIVOS	INDICADORES (indicadores de resultado – eficácia)
RESULTADOS OPERACIONAIS	Aumento do Fluxo de Turistas Internacionais	Número de vôos internacionais e regionais. Número de desembarques internacionais. Maior presença do produto do pólo nos catálogos e guias turísticos, impressos e meios eletrônicos. Participação em feiras internacionais de turismo.
	Aumento do Fluxo de Turistas Domésticos	Número de vôos nacionais e regionais Número de desembarques nacionais e regionais Taxa de ocupação hoteleira Maior presença do produto do pólo na divulgação dos produtos turísticos brasileiros Pessoal ocupado nas atividades características do turismo.
	Qualidade da Oferta	Maior número de empresas turísticas formalizadas. Número de profissionais com capacidade de comunicação básica em Inglês, Espanhol, Francês ou Alemão. Número de empresas e profissionais certificados por programas de segurança e qualidade para prestação de serviços turísticos. Percentual de participação do Trade Turístico em programas de <i>benchmarking</i> do Ministério do Turismo (Caravana Brasil). Número de UCs, áreas protegidas e preservadas que permitem visitação turística. Número de restaurantes fiscalizados (Higiene e Segurança Alimentar). Número de meios de hospedagem certificados (Atendimento) Número de meios de hospedagem certificados (Padrões de Hotelaria) Número de profissionais de transporte turísticos treinados (taxistas e motoristas profissionais) Número de equipamentos culturais recuperados (Plano Operativo Estadual)
	Diversificação e Ampliação da Oferta	Número de roteiros turísticos integrados (geograficamente e por tipologias de turismo) Volume de captação de investimentos privados. Consolidação de diferentes tipologias de turismo (vocações do pólo).

DIMENSÃO	OBJETIVOS	INDICADORES (indicadores de resultado – eficácia)
		<p>Número de empreendimentos nas atividades características do turismo.</p> <p>Número de inserções de roteiros e produtos turísticos nos canais de comercialização.</p> <p>Incremento da participação do turismo na economia local.</p> <p>Número de ações de formação/qualificação da política estadual que visam o fomento, preservação, formação, difusão e distribuição da cultura no Estado (Plano Operativo Estadual)</p>
	<p>Adoção das Melhores Práticas para o Turismo Sustentável</p>	<p>Existência de programas de incentivo à implantação de práticas de sistemas de gestão ambiental e de tecnologias limpas nos meios de hospedagem e restaurantes.</p> <p>Existência de programas públicos de incentivo ao consumo consciente do produto turístico (Demanda).</p> <p>Número de empresas certificadas em boas práticas de sustentabilidade (certificação ou auto-certificação por meio de associações)</p> <p>Existência de programa de educação ambiental para o setor turístico.</p> <p>Implantação da agenda 21 nos municípios do pólo.</p> <p>Utilização de tecnologias e fontes de energia limpas por parte do setor de turismo.</p> <p>Existência de sistema de monitoramento e controle de atrativos naturais, principalmente áreas protegidas que permitem visitação turística.</p> <p>Número de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos elaborados. (Plano Operativo Estadual).</p> <p>Número de áreas de proteção ambiental criadas.</p> <p>Percentual de cobertura do saneamento na região do pólo turístico.</p>
	<p>Melhor Distribuição Espacial do Fluxo Turístico</p>	<p>Número de roteiros turísticos integrados.</p> <p>Ampliação e melhoria da infraestrutura de transporte rodoviário (Volume de investimentos).</p> <p>Ampliação e melhoria da infraestrutura de transporte aquaviário - Hidrovias, Portos e atracadouros (Volume de investimentos – Plano Operativo Estadual)</p> <p>Ampliação das ligações aéreas regionais</p> <p>Número de atrativos e/ou cidades de apoio utilizado na distribuição do turismo.</p>

DIMENSÃO	OBJETIVOS	INDICADORES (indicadores de resultado – eficácia)
	Melhoria da Gestão Pública	Número de municípios do pólo que participam de consórcios intermunicipais. Número de municípios com Plano Diretor e leis complementares aprovadas no pólo. Número de áreas protegidas fiscalizadas de forma contínua. Existência de orçamento aprovado na câmara, específico, para as ações das secretarias de Meio Ambiente, Turismo e Cultura. Existência de pesquisas anuais de demanda e oferta do turismo no pólo. (Plano Operativo Estadual) Volume anual investido na qualificação de gestores públicos estaduais. Volume anual investido na qualificação de gestores públicos municipais. Número de participações em projetos e iniciativas para a melhoria da gestão pública. Número de instrumento de planejamento e ordenamento elaborados ou implementados para visitação de áreas protegidas. Processos de tombamento (em diversos âmbitos) do patrimônio material e imaterial das cidades da pólo. Volume investido para fomento de atividades ligadas à produção de expressões culturais da região (artesanato e culinária, por exemplo).
	Melhoria na Qualidade da Demanda	Aumento do tempo de permanência dos turistas. Aumento do fluxo nos roteiros turísticos. Elevação dos gastos médios dos turistas. Incremento na taxa de ocupação hoteleira.

Fonte: FGV, 2009.

Para produção de resultados no âmbito dos indicadores apresentados no Quadro anterior foram desenhadas algumas diretrizes de ação para a estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável em Pernambuco. Estas diretrizes estão listadas na parte inferior do Mapa de Adição de Valor e são parte do encadeamento lógico deste.

Vale ressaltar que estas diretrizes estão organizados de acordo com os cinco componentes estratégicos descritos no Regulamento Operacional do programa. São eles: Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos, Gestão Ambiental.

4.3.4 Diretrizes

As diretrizes possuem um caráter fundamental e por isso estão representadas na base do Mapa. Elas devem ser implementadas num período de tempo mais imediato, de forma a produzirem resultados no curto prazo. Tratam-se das ações de suporte imprescindíveis para a consecução dos resultados e objetivos descritos anteriormente.

Nesta seção são apresentadas as justificativas de recomendação, bem como a indicação de maior possibilidade de impacto nos resultados operacionais, segundo a lógica do Mapa de Adição de Valor, das seguintes diretrizes:

- Fomento ao Turismo;
- Acompanhamento e avaliação;
- Infraestrutura e Serviços Básicos;
- Fortalecimento Institucional;
- Gestão Ambiental.

As próximas seções detalham as diretrizes do Mapa de Adição de Valor do Pólo Costa dos Arrecifes e os associa com os componentes estratégicos previstos pelo BID. A seleção e priorização das ações a serem desenvolvidas foram propostas por meio de processo participativo, contando com representantes do setor privado, estado e municípios do Pólo Costa dos Arrecifes, estão listadas no Anexo 6.

4.3.4.1 Fomento ao Turismo

Esta diretriz é dividida em três vertentes: (1) Promoção e comercialização; (2) Produto turístico; e (3) Fortalecimento econômico.

A promoção do Pólo Costa dos Arrecifes deve ter como conceito estratégico a diversificação da imagem do estado descrevendo as diversas tipologias de turismo oferecidas nas regiões turísticas, tanto para o mercado interno como para o mercado externo. As ações de **Promoção e Comercialização** que irão orientar a imagem turística do Pólo devem buscar a consolidação da imagem de uma região com recursos naturais preservados, utilização de tecnologias limpas e experiências únicas, de forma a torná-la uma região competitiva nacional e internacionalmente.

Além disso, devem ser viabilizados mecanismos de parceria público-privada, em consonância com uma tendência mundial no desenvolvimento do turismo, principalmente no que tange à promoção e comercialização. O conjunto de programas e projetos de promoção e comercialização deve correlacionar as diretrizes desta temática com os planos e/ou programas estaduais e federais.

Nesse sentido, a **Promoção e a Comercialização** estão intimamente ligadas ao componente estratégico do BID denominado **Estratégia de Comercialização**, o qual contempla ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.

Além disso, desenvolver o Turismo nas regiões onde exista oferta e demanda turística pressupõe prover os municípios de infraestrutura para a expansão da atividade e a melhoria da qualidade de produtos e serviços ofertados. Esta é uma condição fundamental para a qualidade dos produtos turísticos, tão importante quanto a qualidade dos serviços prestados pela iniciativa privada. A execução de projetos de interesse e relevância para a melhoria dos destinos turísticos só pode ser viabilizada com investimentos em capacitação e **Produto Turístico**.

Conceitualmente, o **Produto Turístico** relaciona-se diretamente com a motivação em viajar a um destino. Tem como base os atrativos (naturais e culturais, por exemplo) que motivam o deslocamento do turista a uma determinada localidade, e inclui os equipamentos e serviços necessários para satisfazer a motivação da viagem e possibilitar o consumo turístico. Os produtos turísticos definem a distinção e o caráter do destino em termos de sua segmentação. Por isso, é importante desenvolver uma estratégia coerente onde se priorizam os produtos que melhor consolidem com maior eficiência a imagem de cada destino, gerando maior rentabilidade a curto, médio e longo prazo.

Os atrativos e os produtos turísticos proporcionam aos destinos a razão mais importante para o turismo. Muitos dos componentes da viagem de turismo são demandas derivadas do desejo do consumidor de conhecer o que um destino tem a oferecer em termos de atividades para “ver e fazer” (COOPER *et al*, 2007).

Como atrativos naturais, entendem-se aqueles elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos de visitantes, tais como montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna (GOELDNER *et al*, 2000; MELIÁN-GONZÁLES & GARCÍA-FALCÓN, 2003). Segmentos turísticos específicos como, por exemplo, o Ecoturismo, dependem fortemente do apelo e beleza de seus atrativos naturais.

Já os atrativos culturais são os elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos de visitantes. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura, tais como o artesanato e a gastronomia (NEATH, 2008). A busca pelo produto cultural encontra explicação na necessidade de os indivíduos confrontarem suas origens com a realidade socioeconômica da atualidade, fazendo com que o turismo cultural seja muito mais do que ver e conhecer estilos de vida, folclore ou arte de outras culturas, mas experimentar uma realidade diferente, encontrando a interação entre o passado e o presente e sinalizando, para alguns, parâmetros do futuro. Diversas formas de cultura como museus, galerias, festivais, arquitetura, ruínas históricas, performances artísticas atraem turistas e, por isso, são importantes para um destino (HUGHES, 1996; STEBBINS, 1996).

Estes são aspectos relevantes, pois nos últimos anos a ênfase nos serviços e equipamentos turísticos adequados para determinado mercado, ou segmento do turismo, tem adquirido maior relevância no desenvolvimento da atividade, pois a satisfação do turista é influenciada, entre outras variáveis, pela disponibilidade e qualidade dos referidos serviços e equipamentos turísticos. Finalmente, deve ser mencionado que esta diretriz de **Produto Turístico** está ligado ao componente estratégico do BID denominado **Estratégia de Comercialização**.

A terceira vertente desta diretriz diz respeito ao **Fortalecimento Econômico** dos destinos do Pólo Costa dos Arrecifes. Nesta linha de ação, parte-se da premissa que a participação relativa do setor privado na economia local reflete o grau de empreendedorismo do destino e a capacidade do meio empresarial de organizar recursos e iniciativas para o desenvolvimento dos negócios turísticos. Assim, o dinamismo conferido por um setor empresarial aquecido e empreendedor pode causar efeitos diretos no desenvolvimento sustentável do destino turístico. Lembrando ainda que a sustentabilidade econômica é um dos quatro pilares subjacentes ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Assim, condições favoráveis ao ambiente e à infraestrutura de negócios, proporcionada pela administração pública por meio, por exemplo, de incentivos creditícios ou fiscais para fomento da atividade turística em vários segmentos do setor podem contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável dos municípios do Pólo.

Além disso, mecanismos que permitam a otimização e a sinergia na cadeia de produção do turismo (tais como os arranjos produtivos locais – APLs) e maior concorrência entre as empresas do setor, bem como dispositivos legais para formalização de empresas, se revestem de caráter

estratégico para o desenvolvimento sustentável em função de suas eventuais externalidades positivas e efeitos benéficos produzidos na economia local de um destino. Nesse sentido, os seguintes programas são propostos:

Dadas suas características e vertentes previstas, esta diretriz pode causar impactos nos resultados operacionais relacionados ao aumento de turistas (domésticos e internacionais), incremento da qualidade da oferta, além de sua diversificação e ampliação, segundo o Mapa de Adição de Valor.

4.3.4.2 Acompanhamento e Avaliação

Nas sociedades modernas a informação é um insumo fundamental para o desenvolvimento de qualquer atividade. A pesquisa em turismo proporciona um diagnóstico de determinada situação, a partir do grau de conhecimento em relação à avaliação dos turistas sobre os serviços ofertados no local visitado, assim como a satisfação do turista, seus hábitos, atitudes e expectativas. Adicionalmente, esta prática permite a identificação dos eventuais impactos ocasionados pela atividade turística em um destino, além de constituir um instrumento importante para acompanhamento de estratégias e alcance de objetivos.

Uma vez implementado, um plano de desenvolvimento deve ser monitorado de perto com o objetivo de detectar quaisquer desvios que possam vir a ocorrer ao longo do tempo. Dwyer e Kim (2003) ressaltam que o uso eficiente dos sistemas de informação pode proporcionar aos gerentes as informações necessárias para a devida compreensão das necessidades dos clientes e sua eventual adequação no processo de desenvolvimento de novos produtos. Para Petrocchi (2000), não há como se planejar adequadamente o turismo sem o emprego de dados estatísticos, pois eles são itens de controle para o administrador e revelam tendências que apontam para pontos fracos e fortes dos destinos.

Wanhill (1997) ressalta que a indústria turística normalmente espera que o setor público colete informações estatísticas e efetue levantamento de mercado. Por outro lado, os governos têm interesse em monitorar alterações na indústria e efetuar pesquisas, visando a identificar os benefícios sociais e os custos do turismo.

Logos, dois tipos de informação são importantes. Primeiramente, quanto melhor for a gestão do sistema de informação, maior a capacidade das empresas em um destino para gerir os diferentes aspectos de um produto (FAULKNER e BOWMAN, 1995). Em segundo lugar, os resultados da

investigação fornecem as bases de informação que permitem a um destino se adaptar às mudanças no mercado, por meio de: (1) estatísticas sobre os padrões de comportamento dos turistas; (2) medidas de desempenho capazes de identificar problemas; (3) estudos sobre satisfação dos turistas (os quais identificam problemas e oportunidades); (4) impactos econômicos, sociais e ambientais causados pelo desenvolvimento do turismo; e (5) informações que acompanham e monitoram a atitude da população local em relação ao turismo.

Finalmente, o monitoramento do ambiente competitivo é parte integrante da formulação política e da estratégia, incluindo a necessidade de avaliar sistematicamente a eficácia das principais políticas e estratégias que tenham sido previamente implementadas nos esforços para aumentar a competitividade do destino. Faulkner (1995), ao enfatizar, em termos nacionais, a importância de avaliações rigorosas e abrangentes, salienta a relevância do papel da análise de participação do mercado no processo de avaliação como um indicador central, à medida que sejam cumpridos os objetivos da organização nacional do turismo.

Ressalte-se que essa diretriz obedece ao princípio do BID de *feedback* relativo ao PDTIS, ou seja, a indicação dos atores e os mecanismos propostos necessários para promover o monitoramento da evolução da situação do Turismo na área, a avaliação dos resultados bem como da revisão do Plano.

Em virtude de seu caráter mais amplo, esta diretriz pode abranger, em maior ou menor grau, todos os resultados operacionais previstos pelo Mapa de Adição de Valor. Esta abrangência fica condicionada aos indicadores de monitoramento que venham porventura venham a ser elaborados.

4.3.4.3 Infraestrutura e Serviços Básicos

O desenvolvimento de um destino turístico requer a existência de uma infraestrutura capaz de atender à população residente e seus visitantes que chegam por intermédio da atividade turística ou de negócios. Portanto, alguns aspectos da infraestrutura disponibilizada no desenvolvimento turístico devem ser considerados, tais como: (1) a maximização, pelo turismo, do uso da infraestrutura existente; (2) a concentração geográfica do desenvolvimento que proporciona economias de escala e, portanto, uso mais eficiente; e (3) uma nova infraestrutura, que deve

possuir finalidades múltiplas, servindo tanto às comunidades quanto às necessidades dos turistas e, na medida do possível, agir como catalisadora para outras formas de desenvolvimento econômico.

Assim, uma infraestrutura adequada é essencial para os destinos turísticos e sua competitividade na atração de visitantes. Ela aparece, principalmente, sob a forma de serviços de utilidade pública (saneamento básico, eletricidade, comunicações) e outros serviços (saúde, segurança), devendo ser compartilhada entre residentes e visitantes.

Ainda que existam vários fatores para atrair um viajante para um determinado destino, o componente acesso é fundamental, uma vez que sua escassez pode inviabilizar ou tornar mais difícil a ida do viajante para o destino planejado. Lamb e Davidson (citados por PAGE, 2001) afirmam que o transporte é um dos três componentes fundamentais do turismo, sendo os outros dois o produto turístico (a oferta) e o mercado turístico (a demanda ou os turistas em si), ou seja, os equipamentos e os atrativos turísticos.

Outro importante aspecto relacionado à infraestrutura dos destinos turísticos diz respeito à acessibilidade. Contudo, o acesso não se restringe ao deslocamento da cidade de origem do turista para o destino visitado. Pode-se dizer que há três fatores ligados ao conceito de acesso no turismo: (1) na saída e no retorno ao ambiente usual de convivência do turista (sua região de origem) até o seu primeiro destino; (2) entre o primeiro destino e os demais destinos turísticos visitados em uma viagem; e (3) no deslocamento interno no destino turístico, a fim de que o turista possa ir para os diversos lugares e pontos turísticos de seu interesse, incluindo meios de acomodação, atrações turísticas, terminais de transportes, entre outros.

Nesse sentido, dois aspectos devem ser considerados: a infraestrutura de transportes existente para essa ligação (por exemplo, uma rodovia) e o serviço de transporte oferecido por meio da infraestrutura (como uma linha de ônibus interurbano). No que diz respeito aos atributos relacionados tanto com a infraestrutura quanto com o serviço, podem-se enumerar alguns que avaliam a qualidade e o nível de serviço, tais como: número de ligações oferecidas, diversidade de modos de transportes que servem ao destino (aéreo, rodoviário, aquaviário e ferroviário), confiabilidade dos serviços de transporte (regularidade e pontualidade), integração entre os diversos modos de transporte, preço, segurança etc.

Esta diretriz está relacionada ao componente estratégico do BID também chamado infraestrutura e serviços básicos, a qual integra todos os investimentos em infraestrutura e de serviços não

vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele (infraestrutura de acesso e transporte) e satisfazer as necessidades básicas do turista durante sua estada, por exemplo, de energia, telecomunicações, saúde e segurança.

As linhas de ação ou programas estabelecidos nesta diretriz possuem maior relação direta com os indicadores estratégicos previstos nos resultados operacionais de melhor distribuição espacial, qualidade da oferta e melhores práticas para o turismo sustentável, segundo o modelo previsto pelo Mapa de Adição de Valor.

4.3.4.4 Fortalecimento Institucional

As políticas públicas para o desenvolvimento do setor de turismo são elaboradas em diferentes níveis de governo: municipal, regional, estadual, nacional e internacional. Nesse sentido, planejamento e intervenções são implementadas por diversos organismos possibilitando, muitas vezes, um conjunto diferente de objetivos e resultados.

Ressalte-se que o desenvolvimento do turismo não atingirá seu ponto de otimização caso seja deixado inteiramente sob a responsabilidade dos setores público ou privado, já que aquele, teoricamente, voltará seus objetivos para maximizar os benefícios sociais, enquanto que o segundo, em tese, procurará meios de maximizar seus lucros.

Adicionalmente, a essência do desenvolvimento do turismo bem-sucedido é uma parceria entre os diversos interessados nesse setor, como governos, órgãos estatais ou semi-estatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes.

Logo, de uma perspectiva abrangente, o que se requer para o turismo é um desenvolvimento equilibrado das muitas facilidades necessárias para satisfazer as exigências dos visitantes e atender às necessidades da população local. Cabe destacar que não é mais considerado aceitável que esses objetivos sejam atingidos à custa do meio ambiente, ou que afetem adversamente a comunidade anfitriã, conforme recriminado na essência do turismo sustentável. A implementação da política torna-se, portanto, um processo de se manter o equilíbrio entre os vários objetivos, e não o de tentar maximizar qualquer um deles, isoladamente (LICKORISH, 1991).

Assim, a diretriz **Fortalecimento Institucional** deve buscar sempre a maior integração das discussões, deliberações e recomendações dos diversos fóruns e a interação das atividades das

diferentes esferas de gestão pública de Turismo no país, em conjunto com as instâncias estaduais e municipais e, ainda, em estreita articulação com a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio das suas legítimas e efetivas representações e participações nos diferentes fóruns.

Logo, essa diretriz vai ao encontro do componente homônimo do BID e integrará ações orientadas a fortalecer a institucionalidade turística, por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e do setor privado, e do apoio à gestão turística estadual e municipal (reestruturação de processos internos, equipamento, desenvolvimento de *software*, capacitação e assistência técnica).

4.3.4.5 Gestão Ambiental

A questão ambiental tem recebido atenção crescente da mídia, academia, empresas, governos e organizações do terceiro setor desde a conferência de Estocolmo em 1972, passando pelos encontros do Rio de Janeiro (1992) e de Joanesburgo (2002).

Desde então, o estabelecimento de padrões sustentáveis de desenvolvimento vem merecendo a atenção de todos os setores da sociedade. A contribuição do setor de turismo nesse esforço é de grande relevância, pois a natureza e o meio ambiente são fatores primordiais para um tipo de turismo que integre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental.

Esse compromisso é ratificado pela Organização Mundial do Turismo quando conceitua os aspectos ambientais como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável do turismo. Este é um elemento ligado diretamente à concepção do PRODETUR Nacional e, portanto, aspecto obrigatório para a elaboração desta Estratégia e de suas respectivas diretrizes.

Nesse sentido, a adoção das melhores práticas para o turismo sustentável, tais como a educação e a gestão ambiental se fazem premente. A primeira, na qualidade de um instrumento abrangente de educação, que procura atingir uma sociedade de forma geral, por meio de um processo de educação e sensibilização para as questões ambientais, pode contribuir de forma decisiva para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por sua vez, a gestão ambiental tem o objetivo de proporcionar as inovações constantes em produtos, processos de produção, serviços e exploração do meio ambiente, e seus recursos naturais, levando em consideração as limitações deste e, por conseguinte, as premissas contidas no conceito de desenvolvimento sustentável. Encarada do ponto de vista estratégico, a gestão ambiental pode contribuir de forma expressiva

para o turismo sob a perspectiva sustentável em um de seus pilares-chave, isto é, o meio ambiente, tão caro para o turismo.

Nesta estratégia, portanto, o fator ambiental é vital. Não apenas em virtude do caráter geral de seu significado para o desenvolvimento sustentável, como devido também ao patrimônio natural que o Pólo Costa dos Arrecifes apresenta aos turistas, traduzido sob seu consolidado segmento de Sol e Praia e do potencial de ecoturismo do Pólo.

Deve ser ressaltado que a diretriz Sustentabilidade Ambiental apresenta-se ligada ao componente estratégico do BID denominado Gestão Ambiental. Este componente é dirigido à proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar.

Nesse sentido, as linhas de ação e programas previstos por esta diretriz poderão ter maior relacionamento com os indicadores estratégicos previstos pelos resultados operacionais em melhorias das práticas do turismo sustentável.

5. Bibliografia

ALMEIDA, Joaquim Anécio e BLOS, Wladimir. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In Almeida, Joaquim A. et all. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas/ SP: Papirus, 2000.

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Transporte de Passageiros**. Disponível em <http://www.antt.gov.br/passageiro/apresentacaopas.asp>. Acesso em 4/março/2009.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. **Infraestrutura**. Disponível em <http://www.anac.gov.br/infraestrutura/infraestrutura1.asp>. Acesso em 3/março/2009.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo: Regulamento Operacional**. Brasília, 2008.

_____. **Prodetur Nacional: modelo de termos de referência para a elaboração dos PDITS**. Brasília, 2008.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In Rodrigues, Adyr B. **Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento. **Sistema de Abastecimento de Água: relatório de ligações residenciais, comerciais, industriais**. COMPESA: Recife, 2008.

CPRH - Companhia Pernambucana do Meio Ambiente. **Programas e Projetos**. Disponível em http://www.cprh.pe.gov.br/sobre_a_cprh/programas_projetos. Acesso em 15/março/2009.

_____. **Resoluções do Conselho de Gestão**. Disponível em http://www.cprh.pe.gov.br/sobre_a_cprh/resolucoes_conselho_gestao

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Turismo e Meio Ambiente: interfaces e perspectivas**. In: O Turismo e a Relação Sociedade Natureza: realidade, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2007.

COOPER, C., FLETCHER, J., FYALL, A., GILBERT, D. & WANHILL, S. **Turismo: princípios e práticas**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DER/PE - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco. **Malha Rodoviária**. Disponível em <http://www.der.pe.gov.br/>. Acesso em 10/março/2009.

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Distância entre as cidades**. Disponível em <http://www1.dnit.gov.br/rodovias/distancias/distancias.asp>. Acesso em 5/março/2009.

_____. **Ferrovias**. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/menu/ferrovias>. Acesso em 5/março/2009.

_____. **Hidrovias e Portos**. Disponível em http://www.dnit.gov.br/menu/hidrovias_portos. Acesso em 5/março/2009.

DWYER, L. & KIM, C. Destination competitiveness http://www.dnit.gov.br/menu/hidrovias_portos. Acesso em 5/março/2009. : determinants and indicators. *Current Issues in Tourism*, Vol. 6, No 5, 2003.

FAULKNER, D. & BOWMAN, C. **The essence of competitive strategy**. New York: Prentice Hall, 1995.

GOELDNER, C., RITCHIE, J. & McINTOSH, R. **Tourism: principles, practices and philosophies**. 8ª ed. EUA: John Wiley and Sons, 2000.

GOOROOCHURN, N. & SUGIYARTO, G. **Measuring competitiveness in the travel and tourism industry**. *Discussion Paper - TTRI*. Nottingham University Business School, University of Nottingham. 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para o Pólo Costa dos Arrecifes – Pernambuco**. Documento do PRODETUR II. Recife, 2004.

HAWKINS, Donald E. e KAHN Maryam M. Oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento. In Theobald, Willian F. (org) **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001.

HUGHES, H. Redefining cultural tourism. *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, No 3, pp. 707-709, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação e Condições de Vida**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/>>. Acesso em 2/março/2009.

_____. **IBGE Cidades: informações estatísticas**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 1/março/2009.

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. **Movimento Operacional**. Disponível em http://www.infraero.gov.br/aero_prev_home.php?ai=89. Acesso em 2/março/2009.

MELIÁN-GONZÁLEZ, A. & GARCÍA-FALCÓN, J. Competitive potential of tourism in destinations. *Annals of Tourism Research*, V 30, N 3, pp. 720-740, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>. Acesso em novembro/2007.

_____. **Diretrizes Políticas do Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>. Acesso em novembro/2007.

_____. **Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>. Acesso em novembro/2007.

MURPHY, Peter E. Turismo e desenvolvimento sustentado. In Theobald, Willian F. (org). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou Meio Ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália I. G. (org.) **Turismo: impactos socioambientais**, 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NEATH (Núcleo de Estudos Avançados em Turismo e Hotelaria). **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, Ministério do Turismo e Sebrae (Relatório final), 70 pp, 2008.

PAGE, S. **Transporte e turismo**. São Paulo: Bookman, 2001.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. 3ª ed. São Paulo: Futura, 1998.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em 10/fevereiro/2009.

RUSCHMANN, Dóris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Ed. Papirus, 1997.

SALVATI, S. (org.) **Turismo Responsável**: manual para políticas locais. Brasília: WWF Brasil, 2004.

SETUR - Secretaria de Turismo de Pernambuco, INDÚSTRIAS Criativas. **Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco**. São Paulo, 2007.

SETUR - Secretaria de Turismo de Pernambuco, EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco. **Síntese da Pesquisa Sobre o Perfil Socioeconômico do Turista – Recife 2003-2008**. Relatório de pesquisa de demanda. Recife, 2008.

SETUR - Secretaria de Turismo de Pernambuco. **Turismo em Pernambuco: cenário atual**. Relatório de pesquisa de oferta e demanda. Recife, 2008.

SETUR - Secretaria de Turismo de Pernambuco. **Inventário da Oferta Turística de Pernambuco**. Relatório de pesquisa de oferta, CD-ROM. Recife, 2008.

STEBBINS, R. Cultural tourism as serious leisure. *Annals of Tourism Research*, Vol. 23, No 4, pp. 948-950, 1996.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

WANHILL, S. Tourism development and sustainability. In: COOPER, C. **Tourism development: environment and community issues**. Londres: Wiley, 1997.

o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA



SECRETARIA
DE TURISMO



GOVERNO DE
Pernambuco



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Anexos



A priorização das ações a serem desenvolvidas foram propostas por meio de processo participativo, contando com representantes do setor privado, do estado e municípios do Pólo Costa dos Arrecifes e estão listadas no Anexo Z deste documento.

Aplicou-se uma metodologia para determinar quais ações seriam as prioritárias em cada localidade.

As propostas de ações, encaminhadas previamente pelos municípios, foram organizadas em uma única matriz que seria classificada segundo impactos e urgências, por seus respectivos representantes municipais e munícipes. Os impactos determinam a importância de uma ação em executá-la, ou não e; o quanto urgente essa ação seria para a localidade em realizá-la. Notas de 1 a 7 foram então designadas, tanto aos impactos, quanto às urgências, de maneira aleatória para cada ação, sendo a nota 1 atribuída à ação de menor impacto e 7, a de maior. De maneira análoga, a nota 1 para urgência denotava pouca brevidade na consecução da proposta, enquanto que 7 determinava grande pressa em concretizá-la.

Para forçar os municípios a terem uma visão macro do pólo, cada um deles só poderia atribuir nota 7 para 03 ações do próprio município e outras 2 seriam direcionadas às demandas do Pólo. As demais notas só poderiam alcançar no máximo 6 pontos.

Também de modo a evitar a priorização maciça das ações em infraestrutura, cada município só poderia atribuir nota 7 a uma ação por componente do PRODETUR Nacional (Estratégia do Produto, Estratégia da Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e serviços básicos e Gestão Ambiental).

Por fim, as médias simples de impacto, de cada ação, foi multiplicada pela a de respectiva urgência e o resultado dividido por 7. O resultado foi classificado da seguinte forma:

- Médias de 6,5 a 7,0 = ações de curto prazo;
- Médias de 4,0 a 6,4 = ações de médio prazo; e
- Médias de 0 a 3,9 = ações de longo prazo.

Anexo 1 - Propostas Coletadas por Meio do Processo Participativo no Pólo Costa dos Arrecifes

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Barreiros	Central Turística: Posto de Informação Turística de Barreiros	Implantação do Posto de Informação Turística do município de Barreiros.	Posto de Informação Turísticas – Localizado na entrada do município de Barreiros, com estrutura física de alvenaria, com área de 5m x 8m. Possuindo: TV; Computador; Mesas; Armários; Telefone; Ar-condicionado; Internet; Sofá.	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Barreiros	Duplicação da PE-60 até São José da Coroa Grande			Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Cabo de Santo Agostinho	Centro de Convenções	Elaborar projeto executivo e implantar um Centro de Convenções no município dotado de ampla infraestrutura capaz de atender a realização de eventos de grande e médio porte contribuindo para o desenvolvimento econômico do Pólo Costa dos Arrecifes e fortalecer o turismo de negócio no Estado de Pernambuco	O Centro de Convenções a ser implantado deverá considerar os conceitos de design universal além de contar com a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida; estacionamento, recepção/ administração, restaurante, praça de alimentação, lojas, salão de eventos (feiras) exposições permanentes; exposições temporárias; centro de artesanato, auditórios para shows, teatros e cinemas, salas para cursos e oficinas/ biblioteca, praça das crianças, instalações sanitárias, a área destinada à implantação do Centro de Convenções proposto pertence à Prefeitura. Municipal do Cabo de Santo Agostinho.	Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Cabo de Santo Agostinho	Plano Municipal de Turismo e Plano Integrado de Marketing	Elaborar projeto executivo, elaborar e implantar um Plano Municipal de Turismo e um Plano Integrado de Marketing, para que o Cabo de Santo Agostinho esteja em harmonia com o crescimento e desenvolvimento integrado do Pólo Costa dos Arrecifes	O Plano Municipal de Turismo e o Plano Integrado de Marketing deverão dispor as diretrizes e as políticas a serem adotadas para o aproveitamento racional do patrimônio natural e cultural do município, além de estabelecer as ações prioritárias para o desenvolvimento do turismo, inserindo o município no roteiro do Pólo Costa dos Arrecifes	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Cabo de Santo Agostinho	Implantação de viadutos no Município do Cabo de Santo Agostinho (acesso à PE-60)			Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Fernando de Noronha	Centro de Estudos Avançados do Atlântico Sul (1) ação conjunta com Restauração do Forte Nossa Senhora dos Remédios	Elaboração de Projeto Básico e Executivo do Centro de Estudos Avançados do Atlântico Sul, na Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios, Arquipélago Fernando de Noronha, PE.	As ações a serem propostas deverão permitir o aproveitamento racional dos diversos espaços e potencialidades, combinando elementos ou princípios de racionalidade econômica, equidade social, aceitabilidade política e preservação ambiental. Além disso, o modelo de gestão deverá apresentar arranjo institucional, que permita a escolha da melhor alternativa para o Centro de Estudos Avançados do Atlântico Sul, na Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios e a gestão auto-sustentável do empreendimento, a partir de estudos organizacionais, sociais e econômico-financeiros, com ênfase na participação da sociedade civil.	Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Fernando de Noronha	Perenização das Estradas Vicinais do Distrito Estadual de Fernando de Noronha de PE.	Melhorar a infraestrutura turística da Ilha de Fernando de Noronha.	Atualmente, as vias de acessos no interior da ilha, com plataforma de terraplenagem sem revestimento, apresentam condições precárias de trafegabilidade durante os períodos de chuva, em vista aos alagamentos, em consequência da inexistência de um adequado sistema de drenagem. O projeto prevê a recuperação ou implantação dos pavimentos das estradas vicinais de acesso às praias e de algumas ruas, bem como de estradas e pátios seculares, com implantação de drenagem. Os dispositivos de drenagem estão sendo projetados objetivando a captação e o armazenamento das águas pluviais em locais adequados, o que será de grande importância para a comunidade, haja vista as dificuldades de abastecimento na ilha, decorrentes das irregularidades das precipitações e da falta de infraestrutura para o armazenamento dessas águas	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Fernando de Noronha	Ampliação do Terminal de Passageiros de Fernando de Noronha			Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Goiana	Construção de um pólo Cultural	Incentivar a Cultura Local e resgatar o patrimônio histórico	Pólo cultural contendo grande espaço para ensaios e apresentações dos caboclinhos, 03 salas para alojar as vestimentas dos caboclinhos, 03 salas para desenvolver oficinas de ensinamento, 02 banheiros (feminino e masculino cada um com quatro vasos sanitários e duas pias de mão e cada um com banheiro adaptado para deficientes físicos), rampa de entrada para deficientes físicos, bancadas para assistir as apresentações, de forma que o espaço para as apresentações sejam centrais com bancos enladeirados para que todos possam visualizar as apresentações. 02 boxes para vendas de artesanato e uma pequena praça de alimentação com opções para lanches. Construção de um auditório no casarão situado na Rua Baldo do Rio.	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Goiana	Saneamento Básico do Litoral de Goiana	Sanear o Litoral de Goiana	Saneamento do litoral de Goiana, aproximadamente 30 quilômetros de extensão. Elaboração do projeto técnico do saneamento básico do litoral de Goiana, com plantas técnicas, projeto de engenharia, planilha de custos e todos os itens necessários para atingir as exigências técnicas dos projetos. Implantação do saneamento básico.	Curto
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Goiana	Revitalização do Baldo do Rio	Revitalizar o baldo do rio tornando – o navegável novamente	Dragagem do balde do rio Goiana tornando-o navegável e transitável, revitalizar o baldo do rio urbanizando-o com plantas e árvores e estruturando com praças, praça de alimentação, um lugar para boxes para venda de artesanato, e o acesso ao catamarã para ter opções de passeios pelo rio.	Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Obra de Restauo do Recolhimento e Igreja do Sagrado Coração de Jesus,	Restauração do Recolhimento e Igreja do Sagrado Coração de Jesus, adequando o Edifício aos usos de hospedaria e de eventos, bem como aumentando seu potencial turístico; contudo, mantendo-se o uso religioso e, otimizadas, as atividades assistenciais hoje desenvolvidas pelas irmãs residentes	O Recolhimento e Igreja serão restaurados com base no projeto básico de arquitetura já elaborado. O uso religioso será mantido, mas, ao mesmo tempo, a edificação terá usos que assegurarão sua sustentabilidade, conciliando a rotina religiosa e missão social da Congregação do Sagrado Coração de Jesus com a venda de instalações e serviços (hospedagem e eventos) e com o atrativo turístico, revertendo, desta forma, recursos financeiros para manutenção do Edifício Histórico e da Entidade.	Curto
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Igarassu	Reestruturação de equipamentos e mobiliário da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes - STCE	Dotar a Secretaria de melhor estrutura para o desempenho de suas funções e atendimento ao público, além de otimizar a interligação com a Secretaria de Turismo do Estado e Ministério do Turismo.	Equipar a Secretaria de Turismo Cultura e Esportes de condições para atendimento ao público em geral e visitantes, necessitando de equipamentos, mobiliário que otimize o trabalho realizado pelos técnicos e gestores e a comunicação entre os órgãos estaduais e federais de turismo.	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Igarassu	Projeto e Obra de Tratamento das Calçadas, com Ampla Acessibilidade, do Sítio Histórico de Igarassu (PE), incluindo o Tratamento do Adro da Igreja Franciscana de Santo Antônio e dos Pavimentos tipo "Cabeça-de-Negro".	Requalificar os passeios públicos (calçadas) e o Adro da Igreja de Santo Antônio, bem como retificar e/ou refazer os pavimentos tipo "cabeça-de-negro", de modo a possibilitar a <i>ampla acessibilidade</i> no Sítio Histórico de Igarassu.	Inicialmente serão realizadas as pesquisas histórica e arqueológica, dirigidas notadamente ao Adro, um dos objetos de intervenção, conhecidas suas (há muito) extintas funções de caráter antropológico: sabe-se, por exemplo, que os adros serviam como chão sob o qual se enterravam os mortos. Da mesma forma, serão realizados todos os levantamentos necessários à consubstanciação dos projetos.	Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Ipojuca	Sinalização Turística do Município de Ipojuca	Prover sinalização turística no Município de Ipojuca, contemplado os principais atrativos turísticos da localidade	sinalizar os pontos de visitação turística, com placas que sigam os padrões internacionais.	Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itamaracá	Espaço de apoio ao Turismo de Vila Velha	Construção de um espaço para recepcionar o turista com estrutura de banheiros masculino e feminino, ambulatório básico e sala de apoio com telefone.	No entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, segundo lugar mais visitado da Ilha, não existe local para atendimento básico ao turista. Devido a esta necessidade emergencial, será necessário a construção desta estrutura de apoio.	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Itamaracá	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Itamaracá (não contemplados pelo PAC)	ampliar serviços de distribuição de água para população e turistas	Ampliar o sistema atual	Curto
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Itamaracá	Implementação das propostas do plano de preservação da vila velha em Itamaracá	Garantir a preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente	Contratação dos projetos executivos e execução das obras para: requalificação da praça, sinalização e afloramento de ruínas, agenciamento, construção de banheiro público, remoção de construções irregulares, recuperação das visadas (mirantes) e das encostas, entre outras.	Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itapissuma	Criar Centro de Artesanato, Gastronomia e Cultura Popular	proporcionar melhores acomodações para os artesãos e chefs, seus clientes e turistas, bem como melhorar o espaço para as manifestações culturais típicas do município e região, e promover os produtos e serviços associados ao turismo	Reformar e requalificar o Mercado Público, Praça Agamenon Magalhães e cercanias, transformando-o em Centro de Artesanato, Gastronomia e Cultura Popular para melhor atender aos turistas no município de Itapissuma, com espaço para estacionamento, quiosques e restaurantes padronizados, banheiros e playground, além de área livre para manifestações culturais (danças e outros).	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Itapissuma	Construção/ Requalificação da Ponte de Itamaracá/Itapissuma (Acesso a Ilha)			Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Centro de Convenções de Jaboatão dos Guararapes.	dotar o município da infraestrutura necessária à exploração do turismo de negócios e eventos, gerando receita e desenvolvimento sustentável para o município.	Construir um Centro de Convenções no município de Jaboatão dos Guararapes, para a realização de feiras e eventos de pequeno, médio e grande porte, dotado de estrutura de apoio e serviços de conveniência	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Jaboatão dos Guararapes	Projeto Praia Viva	Prover uma melhor estrutura de utilização da orla marítima aos turistas, bem como aos seus habitantes e frequentadores.	Construir sanitários permanentes ao longo das praias do município, bem como regulamentar o comércio ambulante de alimentos e bebidas, com padronização dos pontos de venda e respectiva capacitação dos barraqueiros. Criar espaços destinados à prática de esportes, lazer para crianças, pista para pedestres e ciclistas, praças e espaço cultural.	Curto
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Jaboatão dos Guararapes	Lagoa do Náutico (Olho D'Água)	Promover a recuperação e conservação ambiental da Lagoa Olho D'Água, objetivando alcançar sustentabilidade para as populações ali instaladas, através da geração de emprego e receita direta e indiretamente ligados ao turismo.	Realizar as ações necessárias à revitalização da Lagoa Olho D'Água e seu entorno, como dragagem, urbanização, recuperação do espelho d'água e saneamento, de maneira a se poder captar investimentos para a instalação de pólo de esportes náuticos, pesca, atividades afins, e a urbanização de toda a sua periferia.	Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Requalificação da Orla dos Milagres	Requalificar área degradada de franja marítima que dava acesso ao município de Olinda para valorização de seu potencial turístico e exploração comercial, contribuindo para o aumento da receita do município e da receita dos moradores, através do incremento turístico do Sítio Histórico.	1. Retomada do acesso histórico entre Recife e Olinda através do Istmo - Portal de acesso Bondinho (Proj. Recife-Olinda); 2. Requalificação do espaço público da Praça dos Milagres e entorno, integrando-o ao Sítio Histórico e dando continuidade à orla do município; 3. Implantação de acessibilidade; 4. Requalificação do calçamento; 5. Implantação de parque infantil.	Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Pólo Carmo	Requalificar área degradada de franja marítima que dava acesso ao município de Olinda para valorização de seu potencial turístico e exploração comercial, contribuindo para o aumento da receita do município e da receita dos moradores, através do incremento turístico do Sítio Histórico.	1. Tratamento urbanístico no trecho atrás do Cine Olinda até as Casas da Cidadania; 2. Integrar com a urbanização do entorno do Fortim; 3. Criar um complexo turístico de lazer utilizando as casas de cidadania como pólo de lazer e gastronômico em parceria com a iniciativa privada; 4. Construir um deck na orla, no trecho atrás do Cine Olinda até as Casas da Cidadania; 5. Construção de um píer em frente ao Forte de São Francisco;	Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Roteiros de Olinda	Elaborar e confeccionar os Roteiros de Olinda	Confecção e Impressão dos Roteiros de Olinda em português e inglês.	Curto
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Olinda	Formulação e Impressão de Material Promocional	Reproduzir material promocional em 5 idiomas	Impressão do material promocional em português, inglês, espanhol, alemão, francês e italiano.	Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Paulista	Requalificação do Casario do Alto Sumaré.	criar um pólo turístico com atividades gastronômicas e culturais, com capacidade para atrair investidores, turistas e o público de uma maneira geral		Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Paulista	mirante de Maria farinha	melhorar o fluxo turístico local e da região.		Curto



Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Paulista	requalificação dos espaços públicos do município, do paulista	contribuir para harmonização da paisagem, atuando como agente amenizador dos efeitos impactantes da poluição sonora e ambiental, melhorando assim a qualidade de vida da população no município, através do tratamento dos espaços públicos de modo a promover integração dos mesmos com o entorno e sua articulação com o tecido urbano, promovendo ainda a melhoria da acessibilidade no município	o plano de requalificação dos espaços públicos do município do paulista contempla o tema intervenção paisagística nos espaços públicos do município	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Paulista	Alargamento da Ponte do Jamba			Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Parque Natural Municipal Josué de Castro dos Mares, Mangues e Rios.	Transformar a área do Parque dos Manguezais, privilegiadamente localizada no bairro de Boa Viagem e um dos últimos resquícios de mangue bem preservado da cidade do Recife, num espaço turisticamente atraente, economicamente dinâmico, socialmente responsável e ambientalmente equilibrado	<p>Criação do Parque Natural Municipal Josué de Castro, é uma unidade de conservação municipal, com 320 ha de área, com predominância de cobertura de manguezal, possuindo uma área de terra firme onde funcionou uma estação de rádio da Marinha do Brasil com aproximadamente 7 ha, onde objetivamos instalar o centro de visitação da UC.</p> <p>O centro de visitação contará com as seguintes edificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oceanário e Centro de Estudos dos Estuários: Dotado de Centro de Pesquisas Científicas e de local para exposição de espécies encontradas no litoral pernambucano, nos rios Capibaribe e Beberibe e nos manguezais, dando destaque ao caranguejo e ao guaiamum, animais que podem se considerar símbolos da cidade. Além da função educativa e preservacionista, integrará o elenco de atrativos oferecidos na Zona Sul; • Espaço Chico Science, composto de concha acústica para apresentações culturais de Manguebeat/Maracatu; • Escola de educação ambiental, para formação e aperfeiçoamento de guias turísticos profissionais e amadores; • Trilhas ecológicas pelo mangue e caminhos sobre palafitas; • Memorial da Palafita, uma vila teatro onde os turista e visitantes experimentam como as pessoas moravam, contribuindo e preservam a cultura das habitações tradicionalmente construídas no Recife desde o início de seu desenvolvimento com vila; • Atividades ligadas ao turismo ecológico em geral. • Instalação da Central de Serviços da Orla, para abrigar os serviços do Grupo Gestor da Orla integrado por diversas secretarias da Prefeitura. Terá a oficina de recuperação e manutenção de materiais e equipamentos utilizados pelos ambulantes da orla, ale, de espaço para sua guarda. (O grupo gestor terá carros, 	Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Recife	Estruturar o Jardim Botânico de Recife para visitação			Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Rio Formoso	Porto flúvio-marinho de rio formoso	construção do porto flúvio-marinho de rio formoso na praça diário de Pernambuco, área ribeirinha do município.	Construção do porto flúvio-marinho na área ribeirinha da praça diário de Pernambuco, com quiosques, área de embarque e desembarque e cais de aporte das embarcações	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Rio Formoso	Duplicação da PE 60 até São José da Coroa Grande			Curto
		Rio Formoso	GUADALUPE			Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Sirinhaém	Restauração do Convento de santo Antônio de Sirinhaém	Fomentar o circuito turístico cultural da região do litoral sul do estado, contribuindo para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.	Para promover a sua inserção ao roteiro turístico da região, o monumento passou por um processo de estudo de uso e gestão, que juntamente com os franciscanos, proprietários do imóvel, chegaram a uma definição de uso e gestão que viabilizará a manutenção e conservação sustentável desse bem tombado	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Sirinhaém	Urbanização turística	Desenvolvimento do turismo local	Melhorar a infraestrutura turística que é de vital importância para o crescimento econômico, social e turístico	Curto
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Sirinhaém	Recuperação da orla	Bloquear o avanço do Mar	Devido a erosão constante e o avanço do mar, que é o problema não só do nosso município mais de todo o litoral do estado de Pernambuco.	Curto

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Tamandaré	Criar Centro de Atendimento ao Turista	Promover os roteiros planejados pelo Estado e prefeituras da região	Construir um CAT com atendimento no principal portão de entrada dos turistas no município de Tamandaré, revitalizando espaço degradado do centro, disponibilizando espaço e material promocional para divulgação de hotéis/pousadas, bares, restaurantes, atrativos naturais e passeios na região do pólo turístico, além de folhetos para educação ambiental.	Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Cine Duarte Coelho	Requalificar o Cine Duarte Coelho e transformá-lo em Cine Teatro Escola	1. Recuperação do prédio 2. Implantação de iluminação de destaque do prédio; 3. Implantação de mobiliário e equipamento de audiovisual, som e luz; 4. Elaboração de Plano de Gestão; 5. Criação da Escola de Cine Teatro; 6. Climatização; 7. Implantação de acústica no local; 8. Acessibilidade no local	Curto
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Cabo de Santo Agostinho	Parque de Eventos em Itapuama	Elaborar Projeto Executivo, criar espaço adequado para realização de eventos e festas populares na Praia de Itapuama visando o ordenamento da atividade existente atualmente	Criação de um espaço dotado de infraestrutura para realização de shows, apresentação de grupos folclóricos, entre outros com: Concha acústica com estrutura fixa, Mirante, Ponto de apoio gastronômico para suporte aos visitantes, Banheiros públicos, Estacionamento, Iluminação específica, Deverá ser considerada no projeto a intervenção na paisagem, os conceitos de arquitetura sustentável de acessibilidade urbana e a equipamentos públicos.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Entradas Recife	Não definido		Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Barreiros	Projeto Visar: Sinalização Turística e Indicativa do Município de Barreiros.	Implantação do sistema de informação turística, por meio de placas de sinalização turísticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Placas sinalização em chapa de alumínio 2 mm (curvada de 1,25cm x 0,80cm de); • Tubo de ferro galvanizado de 1,30 cm; • adesivo com impressão de imagem e pictograma de 1,25cm x 0,80 cm; • Painel indicativo de 2,40 cm x 1,60 cm, com tubo de ferro galvanizado de 1,60 cm com 4º de diâmetro. • Placas indicativas de tubo galvanizado de 1,60 cm de altura, com 4º diâmetro, com chapa de 0,80 cm x 0,75 de alumínio 2 mm. 	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Fernando de Noronha	Dinamização Turística e Cultural da Praça Forte de Fernando de Noronha.	Implantar o Campo Arqueológico de Fernando de Noronha, enquanto estrutura de gestão e dinamização turística e cultural permanente.	Elaboração de projeto básico e executivo para: realização de obras e serviços; programas museológico e museográfico; instalação e montagem de exposições; aquisição de equipamentos e mobiliário; e cursos de qualificação de profissionais de museologia, educação patrimonial, turismo cultural e científico e arqueologia, com vista à implantação do Campo Arqueológico de Fernando de Noronha.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Fernando de Noronha	Elaboração de Projetos Básico e Executivos para Conservação e Revitalização dos Edifícios de Interesse Histórico no Arquipélago Fernando de Noronha.	Realização de projetos básico e executivos, para conservação e revitalização dos edifícios de interesse histórico, com vista ao incremento na oferta de equipamentos e serviço turístico	Elaborar projetos básicos e executivos de 20 estruturas arquitetônicas, de interesse histórico, que compõem as Zonas Histórico-Cultural, objetivando a conservação dos edifícios, por meio de: inventário arquitetônico expedido (levantamento, digitalização de planta baixa e fachada e levantamento fotográfico); avaliação do estado de conservação; definição do potencial de uso e ocupação; e projeto arquitetônico de conservação.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Fernando de Noronha	Programa de reposicionamento Mercadológico do Destino Fernando de Noronha (Estudos de Capacidade de carga entre outros) já existe estudo de capacidade de carga	Readequar o destino Fernando de Noronha em um destino ecoturístico mais sustentável, que proporcione experiências turísticas exclusivas aos visitantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição de um sistema de controle e monitoramento das condições ambientais de cada área visitada, com a geração de relatórios mensais sobre os resultados obtidos que devem ser repassados a todos os entes envolvidos, inclusive os operadores locais. - Melhoria da divulgação das trilhas existentes que estejam estruturadas e atualmente em operação em Fernando de Noronha como parte do potencial da ilha, pela divulgação institucional do destino, e também em âmbito localizado, junto a pousadas, hotéis e operadores de receptivo turístico. - Elaboração de um manual de conduta a ser distribuído aos turistas em visita ao destino. Tal manual deve contar com informações que incentivem a conservação da biodiversidade local. No mesmo sentido, sugere-se a elaboração de vídeos informativos sobre a necessidade de conservação ambiental do arquipélago. Tais vídeos deverão ser apresentados aos turistas em visita ao destino no início dos passeios realizados. É importante a existência de conteúdos relativamente diferentes para diversos tipos de passeio, de modo que um mesmo visitante não seja submetido mais de uma vez a conteúdo idêntico. 	Médio
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Fernando de Noronha	Sistema de Gestão Integrado Ambiental e do Patrimônio Cultural no Arquipélago Fernando de Noronha.	Elaborar e implantar o Sistema de Gestão Integrado Ambiental e do Patrimônio Cultural no Arquipélago Fernando de Noronha.	O projeto implica na sistematização, análise, atualização e complementação de levantamentos já existentes, seguido da elaboração de um diagnóstico ambiental e do patrimônio cultural e do sistema de gestão integrado.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Fernando de Noronha	Recuperação do pavimento e da rede de drenagem das ruas do Bairro de Floresta Nova	Melhorar a infraestrutura turística e as condições de vida da população residente da Ilha de Fernando de Noronha.	O bairro de Floresta Nova tem as suas ruas planejadas e dotadas de pavimentação e de rede de drenagem, porém necessitam de recuperação, face às precárias condições do pavimento, cuja recuperação está prevista no presente projeto.	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Fernando de Noronha	Requalificação dos Logradouros de Uso Público com o "Embutidura" da Rede Elétrica e de Telefonia.	Embutir a rede elétrica e de telefonia das ruas e logradouros públicos	Obra de infraestrutura e requalificação dos espaços e logradouros de uso público, como praças e demais lugares de convívio social, por meio do embutidura da rede elétrica e de telefonia.	Médio
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Fernando de Noronha	Requalificação da Lagoa do Trinta	Proteger todo o entorno da lagoa, segundo os limites definidos pelo Plano de Manejo da APA-FN e de acordo a Lei Federal de Proteção às nascentes, com a criação de um cinturão verde, através de projeto específico de paisagismo, promovendo a valorização dos espaços contíguos, com a criação de pequena área de lazer.	Elaborar projetos básicos de Arquitetura e Paisagismo, assim como todos os executivos necessários (geométrico, esgotamento sanitário, drenagem e etc.), apresentando levantamentos, digitalização de planta baixa e elevações, de acordo com o Plano de Manejo da APA-FN para as Zonas de Recuperação, além de identificar e avaliar as possibilidades de implantação de equipamentos turísticos e de lazer.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Plano de Sinalização Turística para o município de Igarassu e Sinalização Interpretativa do Sítio Histórico	Dotar a cidade e seu entorno de sinalização turística global e interpretativa, facilitando a captação de investimentos público e privado, além de estimular a valorização dos atrativos turísticos e o aprendizado dos visitantes e comunidade.	Implantar sinalização turística padronizada, seguindo as especificações contidas no manual de sinalização turística lançado pela EMBRATUR, de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Transito - CONTRAN e Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. O projeto prevê a implantação de 03 pórticos padrão e 53 placas de sinalização turística, tais como: - 22 placas para rodovias - 31 placas para vias urbanas Além dessas, serão necessárias placas de sinalização interpretativa dos atrativos histórico-culturais localizados no Sítio Histórico Igarassu e Sítio dos Marcos, como também deverá contemplar: Engenho Monjope, Coroa do Avião, Igrejas, Conventos e Capelas, Sobrado do Imperador, ruínas, Museu e Pinacoteca.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Reforma e Qualificação do Centro de Artes e Cultura de Igarassu	Qualificar um espaço para a valorização da cultura imaterial local, criando mais oportunidade aos artistas locais	A execução deste projeto é de extrema necessidade por que atualmente o prédio do Centro de Artes e Cultura apresenta as instalações internas precárias, sua localização fica no Setor de Preservação Rigorosa do Sítio Histórico. Está previsto neste projeto a climatização dos auditórios, com equipamento do tipo split. Implantação de palco móvel para espetáculos e eventos culturais. Adquirir poltronas (móvel), construção de camarins, reestruturação das salas de Direção, Administração e apoio do centro de Artes. Melhoria do acesso (entrada e hall)	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Cursos de Formação e Capacitação para postos de trabalho no segmento turístico	Qualificar o serviço receptivo do município	Capacitar os Jovens do município de Igarassu para inclusão no mercado de trabalho da região, diante da potencialidade local. Realizar de cursos na área: Introdução ao Turismo. Oferta turística. Qualidade no atendimento Atendimento de Informações turísticas, atendimento ao público/turista Empreendedorismo Cidadania e Sustentabilidade Cursos de formação: garçons, auxiliar de cozinha, panificação Curso de restauro de patrimônio arquitetônico Educação patrimonial e ambiental	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Projeto e Obra de Iluminação Pública e Embutidura da Rede Elétrica no Sítio Histórico de Igarassu	Requalificar as áreas livres (ruas e praças) e fachadas do Sítio Histórico de Igarassu, provendo-as com um sistema de iluminação pública adequado à fisionomia arquitetônica inerente às cidades históricas de origem colonial (século XVI), de forma a não causar interferências visuais e estéticas no contexto urbano objeto de contemplação. Faz parte de um conjunto de ações necessário à revitalização do Sítio Histórico de Igarassu.	Inicialmente será realizada a pesquisa arqueológica, haja vista que a obra em foco necessariamente compreenderá escavações num local que também se caracteriza por ser um riquíssimo sítio arqueológico. Equipe de arqueólogos acompanhará os trabalhos durante toda a fase de escavações.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Projeto e Obra de Consolidação das Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, em Igarassu (PE), e Tratamento Paisagístico do Entorno Imediato, Inclusive Pesquisas Históricas e Arqueológicas.	Consolidação das Ruínas da Misericórdia e requalificação paisagística do seu entorno, protegendo e destacando os resquícios memoriais de um importante edifício religioso do século XVI e, concomitantemente, tornando o local um atrativo elemento para visitação didática e turística. Faz parte de um conjunto de ações necessário à revitalização do Sítio Histórico de Igarassu	Inicialmente serão realizadas a pesquisa histórica e a pesquisa arqueológica, que fundamentarão conceitualmente os projetos, que, por sua vez, definirão os direcionamentos técnicos e metodológicos da obra. Serão realizados também levantamentos, a exemplo do mapeamento de danos.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Conclusão da recuperação do conjunto arquitetônico do Engenho Monjope	Recuperação e Preservação do Patrimônio Cultural	Criação do Centro de Referência Cultural e Turística Engenho Monjope, com a Implantação de: sala de convenções, salas de aula, auditório, Museu da Cachaça, Museu de achados arqueológicos, restaurante, hospedaria, afloramento e agenciamento de ruínas.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Igarassu	Pavimentação e capeamento com asfalto do acesso do Engenho Monjope, em Igarassu (Estrada do Monjope)	Promover o desenvolvimento do Bairro do Monjope nos setores turístico histórico e ambiental e setor de produção agroindustrial	A implantação deste projeto é de extrema importância, porque é o acesso principal do Engenho Monjope, das indústrias de companhia agroindustrial e espaços ecológicos. - obra de capeamento e recapeamento com asfalto de 2000 m	Médio
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Igarassu	Revitalização das margens do Rio São Domingos	Assegurar a transformação da atual situação do Rio São Domingo, garantindo para comunidade ribeirinha, sustentabilidade com melhoria da qualidade de vida. Despoluição e dragagem do rio	O projeto envolve trabalhos de execução para a limpeza do Rio Tabatinga e educação ambiental por meios de campanhas educativas para população ribeirinha. 1 População beneficiada, 15.000 habitantes 2 Posto de educação ambiental permanente em duas escolas da comunidade	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	Criação de Ciclovias na Praia de Muro Alto	criar ciclovias no trajeto de estrada de acesso a praia de Muro Alto, Município de Ipojuca.	construção ao longo da rodovia de acesso a Praia de Muro Alto de uma ciclovias de mão dupla, sinalizada e com pavimentação adequada para a utilização de bicicletas. Implantação de Calçada, Ciclovias, Pista de Cooper e retificação da rodovia Porto de Galinhas /Muro Alto	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	Pavimentação das vias secundárias da Vila de Porto de Galinhas.	promover a pavimentação das principais vias secundárias da Vila de Serrambi.	Pavimentar vias secundárias da Vila de Serrambi.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itamaracá	promover os roteiros planejados da Ilha de Itamaracá, respectivos produtos e serviços associados ao turismo.	promover os roteiros planejados da Ilha de Itamaracá, respectivos produtos e serviços associados ao turismo.	Equipar o CAT com equipamentos: computadores, impressoras, frigobar, mesas, cadeiras, informativos publicitário, linha de telefone, fax, rádios transmissores, DVD e televisor LCD.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itamaracá	Centro Comercial e Turístico de Itamaracá	Retirar os comerciantes ambulantes do Centro de Itamaracá, fomentar o turismo e dar condições de sustentabilidade a 186 famílias.	No centro comercial de Itamaracá existe um mercado popular desativado com 28 boxes. Próximo a este local existe espaço para ocupação de 120 barracas padronizadas. Este local servirá para comercialização de alimentos, frutas locais, artesanato, bebidas, etc. Servirá principalmente como atrativo aos veranistas e turistas que freqüentam este pólo.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Recuperação das bicas de Olinda	Recuperar e criar roteiro das bicas de Olinda	1. Restaurar a Bica dos Quatro Cantos, do Rosário e do Varadouro; 2. Criar iluminação de destaque para as bicas; 3. Implantar acessibilidade de acesso às bicas;; 4. Criar Roteiro temático; 5. Sinalizar	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Forte de São Francisco	Restaurar o Forte de São Francisco	1. Restauração do Forte; 2. Implantação de iluminação de destaque.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Requalificação do Largo do Amparo e Restauração da Igreja de São João dos Militares	Requalificar o Largo do Amparo e Restaurar a Igreja de São João dos Militares	1. Implantar acessibilidade no Largo do Amparo; 2. Embutir a fiação do Largo do Amparo; 3. Restaurar a Igreja de São João dos Militares; 4. Criar iluminação de destaque para a igreja; 5. Implantar jardinagem envolta da igreja; 6. Melhoria do calçamento no Largo; 7. Pintura da fachada das casas do largo; 8. Implantar escola de informática para a população local no interior da igreja; 9. Compra de mobiliário e equipamentos eletrônicos de informática e áudio visual para implantar a escola de informática.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Requalificação do Mercado Eufrásio Barbosa	Requalificar a estrutura do Mercado, implantar o Museu do Carnaval, além de outras atividades no local	1. Implantar acessibilidade no monumento; / 2. Climatizar; / 3. Reformar os banheiros; / 4. Recuperar o imóvel; / 5. Implantar o Museu do Carnaval; / 6. Implantar área para comércio de arte popular; / 7. Implantar salas para oficinas; / 8. Implantar acústica na área destinada a shows; / 9. Requalificar o Teatro Fernando Santa Cruz; / 10. Implantar equipamentos de som, luz e mobiliário para o teatro; / 11. Requalificar o Jardim; / 12. Criar um plano de gestão para o Mercado.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Requalificação da Igreja do Amparo e Igreja do Monte e seus entornos em Olinda			Médio
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Tamandaré	Elaboração e impressão de material promocional	Promover os roteiros planejados pelo Estado e prefeituras da região	Divulgar os atrativos naturais e culturais do município em português, inglês e espanhol por meio de folhetos, cartilhas e catálogos.	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Tamandaré	Plano Diretor de Drenagem	O Plano Diretor de Drenagem compreende as ações relativas à macro e micro drenagem e tem por objetivo a solução dos problemas relacionados ao escoamento de águas superficiais no Município.	Elaboração de um Plano Diretor de Drenagem que oriente a estruturação e reestruturação da macro e microdrenagem no Município, devendo ser orientado para eliminar conexões de esgoto sanitário as águas superficiais, além de garantir fluxo livre até o oceano, evitando represamentos em ruas, avenidas e terrenos desocupados e todas as conseqüências ambientais e de saúde pública.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Tamandaré	Criar Acesso Público à Praia dos Carneiros, Tamandaré - PE	Dotar a Praia dos Carneiros de acesso público com infraestrutura de apoio.	A Área Especial Turística dos Carneiros – AETC, ocupará uma área de 120 (cento e vinte) metros da orla da Praia dos Carneiros, com 100 (cem) metros de profundidade, situada ao leste da Área Especial de Interesse de Preservação do Patrimônio Cultural – AEIPC, da Igreja de São Benedito, e destina-se à implantação do único acesso viário público previsto para a Praia dos Carneiros.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Cabo de Santo Agostinho	Requalificação da Orla de Gaibu	Promover a melhoria da orla de Gaibu através do ordenamento do seu uso e ocupação do solo com adequação dos locais destinados a comercialização de bebidas e comidas assim como de artesanatos, para garantir aos habitantes, veranistas e turistas um espaço agradável de convivência mútua.	A requalificação da orla de Gaibu consiste na melhoria geral a partir das seguintes intervenções: Ordenamento do uso e ocupação do solo, Implantação de um calçadão criando um espaço de convivência habitantes e turistas; instalação de chuveiros e sanitários públicos; melhoria da iluminação pública de modo a promover maior segurança a população; construção de um galpão para armazenamento dos equipamentos dos comerciantes ambulante; instalação de mobiliário urbano composto de bancos, lixeiras, e outros equipamentos, que se façam necessários	Médio
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Cabo de Santo Agostinho	Municipalização da gestão/controlar ambiental			Médio
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Cabo de Santo Agostinho	Estruturação da guarda ambiental			Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Goiana	Construção de um auditório para eventos	Construir um espaço apto a suprir as necessidades dos municípios do entorno	Construção de um auditório para eventos com capacidade para mil e quinhentas pessoas sentadas. A estrutura conta ainda com: Palco central, 2 banheiros para cada (feminino e masculino com quatro vasos sanitários cada e um adaptado para deficientes físicos), Rampa para deficientes físicos e duas poltronas para pessoas especiais, Espaço para estacionamento etc.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Goiana	Restauração da Igreja de São Lourenço do Tejucupapo	Restaurar a Igreja de São Lourenço do Tejucupapo e requalificar o Sítio Histórico de São Lourenço de Tejucupapo.	As ações de restauro da Igreja de São Lourenço do Tejucupapo e a requalificação de seu entorno consistem na inserção de mirante de contemplação do estuário do Rio Goiana; agenciamento e paisagismo dos espaços públicos situados entre a Igreja de São Lourenço do Tejucupapo e as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com a estabilização e valorização destas ruínas.	Médio
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Goiana	Reestruturação de equipamentos e mobiliário da Secretaria de Turismo, Cultura e Artes			Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Restauração das Igrejas do Sítio Histórico (Sagrado Coração de Jesus e Santos Cosme e Damião)	Aumentar o potencial destes monumentos, que possui um valor histórico de extrema importância para o patrimônio histórico Nacional e Internacional.	restaurar as igrejas que são patrimônios tombados e inseridos no Setor de Preservação Rigorosa com uma área de 130.660,00 m². No município de Igarassu são poucos os monumentos tombados no sítio histórico, sendo este considerado o 1º núcleo de povoamento do Brasil, possuindo uma identidade de grande valor histórico. - obra de restauro completo da Igreja dos Santos Cosme e Damião - obra de restauro completo da Igreja Sagrado Coração de Jesus	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Ipojuca	Projeto de capacitação de bugueiros, taxistas e barraqueiros em Porto de Galinhas.	promover cursos de capacitação dos prestadores de serviço.	Prover a mão de obra de Porto de Galinhas com cursos de capacitação e qualificação profissional. Este projeto deve contemplar: Elaboração de programas de capacitação/qualificação; Fornecer estrutura (local e equipamentos) para os cursos.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Ipojuca	Ordenamento do Comércio Ambulante em Porto de Galinhas.	Ordenar, através de programas de capacitação e sensibilização dos barraqueiros, melhoria da estrutura e fiscalização do comércio ambulante.	regularização do comércio praieiro, através de padronização dos locais de comércio, cadastramento de comerciantes, capacitação/qualificação dos prestadores de serviços e fornecimento de fardamento.	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	Esgotamento sanitário de Muro Alto à bacia 07 (Município de Ipojuca)	promover o esgotamento sanitário da região onde se localiza a Praia de Muro Alto, possibilitando a melhoria de infraestrutura de um dos principais atrativos turísticos do Município de Ipojuca.	esgotamento sanitário em toda região entre a Praia de Muro Alto até a região da bacia 07.	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	Requalificação da orla de da Praia de Maracaípe-Ipojuca	promover a melhoria dos equipamentos e instalações da orla de Maracaípe (Município de Ipojuca).	Requalificar a orla de Maracaípe (Município de Ipojuca), disponibilizando uma melhor estrutura de visitação para o turistas/visitantes	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	pavimentação da vila de Serrambi (Ipojuca)	promover a pavimentação das principais vias secundárias da Vila de Porto de Galinhas.	Pavimentar vias da Vila de Serrambi.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itamaracá	Recuperação e Requalificação do Engenho São João na Ilha de Itamaracá - Etapa II			Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itamaracá	Centro de Referência Cultural e Ecológica do Engenho São João	Implantação de dois espaços de museus, mas principalmente pedagógicos, na moita do Engenho São João, abrangendo a temática das sociedades açucareiras	<p>A moita do Engenho São João, recém restaurada pelo governo do Estado, está dividida em dois ambientes. O primeiro que abriga ainda hoje uma antiga moenda a vapor de origem inglesa que ainda funcionava na década de 80 será destinado à implantação de um espaço de memória do próprio Engenho São João, reunindo textos e imagens a ele relacionados.</p> <p>O segundo ambiente trata-se da Casa de Purgar que abrigará um espaço para museu destinado à história do açúcar, utilizando-se de imagens, textos e recursos multimídia, contendo uma exposição de longa duração e espaços para oficinas e palestras itinerantes.</p> <p>O espaço será destinado à população e usuários dos municípios de Goiana e Igarassu, no estado de Pernambuco, principalmente professores e alunos da rede pública de ensino.</p>	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itamaracá	Requalificação da Orla na praia de Itamaracá			Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itamaracá	Requalificação da Sesmaria de Jaguaribe			Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Itamaracá	Pavimentação da PE-35 em Itamaracá e os Acessos para a Praia do Sossego e Praia do Pontal			Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Itapissuma	Criar Centro de Atendimento ao Turista (CAT)	promover os roteiros planejados pelo Estado e prefeitura, e respectivos produtos e serviços associados ao turismo.	Construir um CAT com atendimento no principal portão de entrada dos turistas no município de Itapissuma, com espaço e material promocional para divulgação de hotéis/pousadas, bares, restaurantes, atrativos naturais e passeios náuticos e trilhas na região do pólo turístico.	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Itapissuma	Ampliar a Rede de Esgoto	promover a saúde e o bem estar da população residente e dos turistas que utilizam o Canal de Santa Cruz.	Ampliar a rede de esgoto de Itapissuma, ajudando a não poluir e contaminar o maior estuário e criadouro natural de peixes e crustáceos da região – o Canal de Santa Cruz, o que beneficiará a população residente, bem como os turistas que utilizam as suas margens para os passeios náuticos nos municípios que compõem a Rota Náutica Coroa do Avião (Itamaracá, Itapissuma, Igarassu, Paulista e Goiana).	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Memorial Dom Helder Câmara	Criar o Memorial Dom Hélder Câmara	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tratamento paisagístico; 2. Tratamento da encosta; 3. Plano de sinalização interpretativa; 4. Confecção das placas interpretativas; 5. Prospecção arqueológica; 6. Construção de loja para venda de souvenir. 	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Paulista	sinalização turística, interpretativa e náutica do município de paulista	implantar a sinalização: turística, interpretativa e náutica, com o sentido de orientar, informar e educar o visitante e a população em geral no acesso aos atrativos turísticos históricos, culturais e naturais do município	entendendo-se como espaços públicos o s=conjunto de praças, logradouros e parques que integram o tecido urbano e que são importantes elementos de composição	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Paulista	Reabilitação da PE 01 (binário)			Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Requalificação Turística do Geraldão	Dotar o Geraldão de condições de realização de eventos turístico-culturais e esportivos de grande porte e de equipamentos auxiliares para dar suporte às atividades propostas e ampliar a oferta turística do Recife preparando o ginásio para tornar-se uma arena multiuso.	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães tratando: <ul style="list-style-type: none"> • Adequação da quadra esportiva as exigências esportivas internacionais, • Recuperação da Macro-estrutura do ginásio, implantação de sistema de climatização da arena esportiva/cultural, • Implantação de cadeiras modernas (ergonômicas) numeradas em todo setor de arquibancadas e cadeiras cativas num total de 15.000 lugares, • Urbanização e pintura, modernização da Estrutura de combate e prevenção a incêndio, • Sistema de Segurança eletrônica e vídeo monitoramento, • Modernização dos Sistemas elétrico, hidráulico e de iluminação da Arena, • Recuperação e modernização da cobertura, • Construção de edifício/garagem para 5.000 veículos, • Implantação de Placar Eletrônico com 04 faces e telões, • Construção e reforma dos equipamentos esportivos auxiliares, • Implantação de palco suspenso para shows e eventos, • Recuperação e modernização das estruturas de hospedagem e alojamentos, • Adaptação de bloco administrativo, • Recuperação da cantina e refeitório e implantação de bares, restaurantes e mini-shopping com vista interna da Arena. 	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	ações para desenvolvimento turístico em Recife Antigo			Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Construção do Parque Temático do Zeppelin			Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Sirinhaém	Via náutica (litoral sul)	promover os roteiros planejados pelo Estado e prefeitura da região.	Elaborar projeto para viabilização turística e socioeconômica do turismo náutico no município	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Sirinhaém	Capacitação e Qualificação de mão-de-obra Profissional	Geração de emprego e receita para profissionais locais , objetivando melhores serviços turísticos contribuindo para o desenvolvimento do turismo local.	Qualificar profissionais para o mercado de trabalho e oferecer melhores serviços.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Sirinhaém	Centro de Informações Turísticas Guadalupe			Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Tamandaré	Restauração da Igreja de São José de Botas			Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Barreiros	Ecoparque Barreiros	Criação de um Ecoparque, com intuito de valorizar e preservar o ambiente natural existente no Engenho Macacos. Aliado a prática do turismo e da educação ambiental.	O Ecoparque Barreiros irá dispor de: Açude; Horta; Espaço para educação ambiental; Lanchonete; Banheiros; Administração do Ecoparque; Pedalinhos; Trilhas; Mirante.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	2ª Etapa da Requalificação do Palácio dos Governadores	Complementar as obras realizadas recentemente, preservando o monumento e implantar a acessibilidade no local.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar o tempo de permanência do turista na cidade; 2. Aumentar o gasto do turista com produtos e serviços locais; 3. Restaurar o monumento; 4. Potencializar o roteiro turístico, ampliando o número de monumentos aptos para receber o turista com excelência; 5. Recuperar o valor paisagístico da localidade; 6. Potencializar a atividade turística da região. 	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Olinda	Requalificação da Praça do Museu de Arte Moderna-MAC e área das ruínas do Senado de Olinda			Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Pólo Costa dos Arrecifes	Dragagem - Circuito Náutico Litoral Norte			Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Pólo Costa dos Arrecifes	Melhoria da PE- 08 / Estrada da Batalha em Jaboatão dos Guararapes			Médio
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Pólo Costa dos Arrecifes	Consolidação da Promoção do Destino Turístico – PE no mercado Regional, Nacional, e Internacional	Apoiar os destinos turísticos do Pólo com os meios necessários para que se promovam adequadamente em seus mercados-alvo	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de cotas de material promocional na mesma linha para cada um dos municípios turísticos do Pólo. - Manutenção de participação em feiras nacionais e internacionais. 	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Fernando de Noronha	Requalificação do Jardim Histórico da Vila dos Remédios.	Requalificar para o turismo cultural e científico o antigo Jardim Elizabeth.	Esta proposta tem por finalidade o fortalecimento sócio-cultural e econômico da Zona Histórico-Cultural da Vila dos Remédios, em especial do antigo jardim holandês do século XVII, promovendo o desassoreamento do Riacho Mulungu e a recuperação dos componentes histórico-arqueológicos do jardim histórico, bem como a dinamização deste espaço, com vista à sua inserção no circuito de visitação.	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Estudo de Viabilidade para implantação de infraestrutura básica para uso turístico da Ilhota Coroa do Avião	Realizar estudo para dotar a Ilhota de adequada estrutura receptiva	Realizar estudo de viabilidade para uso da Ilhota Coroa do Avião através de contratação de consultoria, com equipe multidisciplinar, com a finalidade de indicar soluções sustentáveis para uso turístico da ilha, inclusive realizando estudo para identificar áreas para banhistas diferentemente das áreas para prática de esportes náuticos e/ou transportes. Podendo também haver parceria com Universidade Federal Rural de Pernambuco, que realiza estudos das aves migratórias na localidade.	Médio
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Igarassu	Elaboração de material promocional	Confeccionar material institucional para promoção dos atrativos turísticos de Igarassu.	Diante da potencialidade que Igarassu possui, faz-se necessário a confecção de material promocional para divulgação do município junto às feiras, congressos, operadores de turismo, estâncias governamentais, com Criação de banco de imagens, elaboração de folheteria, mapas turísticos e cartazes. Além de elaboração de DVD e CD promocionais.	Médio
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	3ª etapa do calçadão de Porto de Galinhas	melhorar a estrutura disponibilizada ao turista, fornecendo qualidade e conforto aos visitantes da Praia de Porto de Galinhas.	Construção da terceira etapa do calçadão da Praia de Porto de Galinhas.	Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Itamaracá	Implantação da sede da área de preservação ambiental APA de Santa Cruz	Implantar a Sede da APA de Santa Cruz	Implantar a Sede da APA de Santa Cruz nas antigas oficinas da PAI. Restaurar e adaptar três edificações, totalizando 1015 m ² de área construída para : <ul style="list-style-type: none"> • Núcleo de Fiscalização com residência dos guardas florestais e escritório; • Núcleo de Recepção, Exposição e Pesquisa – Estudos do Mangue e da Mata Educação Patrimonial (Cultural e Ambiental); • Escritório e Albergue para Pesquisadores 	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Projeto Revitalização do Cine-Teatro Samuel Campelo	Dotar o município de equipamento adequado à apresentação de manifestações artísticas e culturais.	Reabrir o cine-teatro Samuel Campelo com o objetivo de oferecer mais uma opção de lazer cultural para a população, assim como integrar mais um equipamento para a exploração de roteiros turístico-culturais. Climatizar, recuperar e modernizar as instalações físicas, mobiliário e equipamentos	Médio
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Requalificação Turística do Corredor do Galo.	Melhorar a condição de visitação de turistas e recifenses a área onde acontece o desfile do bloco, além de facilitar a organização e realização dos desfiles	Contempla ações como projeto de iluminação cenográfica com embudura de fios que cruzam a Rua da Concórdia, facilitando a passagem dos trios elétricos, sinalização e o tratamento paisagístico da área, realização de atividades de animação, construção de esplanada para saída do bloco, além de requalificação viária para adaptar ao novo fluxo de trânsito.	Médio
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Tamandaré	Capacitação da guarda municipal para o turismo			Médio

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Pólo Costa dos Arrecifes	Duplicação da PE-60 de Suape até Porto de Galinhas	Identificar e documentar os saberes e modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações e os lugares que constituem patrimônio cultural do Pólo Costa dos Arrecifes.	Promover, de modo participativo o mapeamento, a identificação e a documentação de referências culturais no Pólo Costa dos Arrecifes. Contribuir para a garantia das condições sócio-ambientais necessárias à produção, reprodução e transmissão de bens culturais de natureza imaterial.	Médio
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Pólo Costa dos Arrecifes	Programa de Certificação para o Turismo (Controle de Qualidade da Implantação do Programa de Capacitação)	Capacitar os funcionários das prefeituras para monitoramento dos diferentes programas para o turismo implantados na sua região.	Preparar os gestores e técnicos da prefeitura com conhecimento e técnicas de planejamento e controle para implantação e acompanhamento de programas públicos.	Médio
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Pólo Costa dos Arrecifes	Fortalecimento das secretarias das Prefeituras	Contratação de consultoria para elaborar projeto de modernização administrativa.	Elaborar projeto de modernização das prefeituras do pólo em diversos setores institucionais (Gestão fiscal, ambiental, Uso do Solo, do Turismo e etc.)	
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Pólo Costa dos Arrecifes	Implantação do Sistema integrado de Resíduos Sólidos de Ipojuca, Fernando de Noronha, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá.	Melhorar coleta de resíduos e mitigar impactos ambientais	Formulação de planos integrais para a gestão de resíduos sólidos em cada área turística, no qual se apresente, em nível de município participante, um diagnóstico completo da situação atual e se recomendem ações concretas em matéria legal e institucional para melhorar a eficiência dos serviços, um plano anual de estudos de investimento (ambientais, sociais, de viabilidade, projetos finais) para um horizonte de 10 anos.	Longo
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Pólo Costa dos Arrecifes	Elaboração e Execução do Plano de Marketing Turístico Integrado	Elaborar plano de marketing do pólo	Planejar a inserção do pólo no canais de promoção e distribuição do turismo estadual, regional e nacional.	Longo



Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Pólo Costa dos Arrecifes	Melhoria do Complexo Viário de Salgadinho			Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Cabo de Santo Agostinho	Estruturar o Centro de Descobrimto - Engenho Massangana	Implantar um centro histórico-cultural nas instalações do Engenho Massangana: edificações e parque natural, centrado na cultura da cana-de-açúcar em seus diversos aspectos, ressaltando as idéias abolicionistas de Joaquim Nabuco, cuja infância foi vivida neste local.	<p>O Centro de Descobrimto será implantado numa propriedade de 10ha, pertencente ao Governo do Estado e cedida por comodato à Fudaj, nas instalações do antigo Engenho Massangana (Parque natural, Casa Grande, Capela e Arruado) Terá espaço expositivo, centrado na cultura do açúcar no NE, acervo do abolicionista Joaquim Nabuco, espaços de conferências e de educação patrimonial, áreas: de apoio aos visitantes (restaurante, cafeteria, loja de souvenir), administrativas e para realização de eventos.</p> <p>Sua localização estratégica (com acesso distando em 200m da PE 60) e o seu conjunto: parque natural e edificações histórico-culturais do séc. XIX, tombado desde 1984, como Parque Nacional Abolicionista Joaquim Nabuco, são determinantes para a implantação de um equipamento cultural que se consolide como o Portal de Recepção Turística do Pólo Sul.</p> <p>Para sua implementação, faz-se necessário:</p> <p>01. Estruturar e compor o espaço expositivo.</p> <p>02. Projetar, estruturar e compor o espaço com o acervo do abolicionista Joaquim Nabuco.</p> <p>03. Montar os espaços de conferência, com estrutura móvel e equipamentos necessários para a realização tanto de trabalhos com pequenos grupos como para eventos de grande porte.</p> <p>04. Estruturar o espaço de apoio aos visitantes, com mobiliário e recursos tecnológicos necessários.</p> <p>05. Projetar os espaços que serão cedidos para a instalação de restaurante, cafeteria e lojas.</p>	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Fernando de Noronha	Qualificação de Agentes Patrimoniais.	Qualificar agentes para desenvolver medidas de salvaguarda e monitoramento do edificado histórico	Qualificar profissionais para desempenhar as funções de higienização ambiental, sistema de referência de medição (topografia e desenho), identificação de riscos e elaboração de mapas de danos, processo de escoramento, embrechamento e conservação em pedra, preparação de argamassas, processo de documentação gráfica e fotográfica, educação patrimonial e controle de visitação e acesso aos sítios arqueológicos.	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Goiana	Ampliação e modernização do aterro sanitário			Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Goiana	Plano de preservação do sítio histórico de Goiana			Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Igarassu	Requalificação e ordenamento do pólo gastronômico da Praia do Capitão (Mangue Seco)	realizar saneamento básico e tratamento paisagístico, além de recuperar as edificações (bares e quiosques) e ordenar o estacionamento com a finalidade de incrementar o fluxo de visitantes e maximizar os benefícios da atividade turística para os comerciantes, população e município	Implantar saneamento básico para os bares, quiosques, banheiros e áreas comuns do pólo gastronômico, além de realizar tratamento paisagístico nas edificações, orla da praia do capitão, jardinagem na área comum do pólo e ordenamento do estacionamento, realizando diferenciação dos ônibus de turismo e auto-passeio	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Igarassu	Pavimentação e drenagem da estrada dos Marcos	Promover o desenvolvimento do Sítio Histórico dos Marcos, criando rota turística para visitação da praça, onde se localiza o marco histórico de pedra, sendo um valiosíssimo monumento arqueológico de Pernambuco.	obra de pavimentação com drenagem de 1500 m	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	Construção de banheiros públicos na Praia de Porto de Galinhas.	construir estrutura de banheiros públicos na Praia de Porto de Galinhas	Construir banheiros públicos no principal atrativo de turistas no município de Ipojuca: a Praia de Porto de Galinhas. Este banheiros devem possuir: Sanitários; Pias; Chuveiros; Iluminação; Estrutura de depósito para armazenagem de material de consumo e limpeza.	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Itapissuma	Criar Portal de Entrada no Município.	Dar uma maior visibilidade ao Município, o que ajudará a promover os roteiros planejados pelo Estado e prefeitura, e respectivos produtos e serviços associados ao turismo.	Construir um Portal com atendimento na principal via de entrada dos turistas no município de Itapissuma, que ajude a promover e divulgar os atrativos naturais e passeios náuticos e trilhas na região do pólo turístico.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Paulista	Implantação do Museu Virtual no Forte de Pau amarelo	atender a demanda turística e a população em geral oferecendo 02 espaços para uso com auditórios, oficinas, atividades culturais, lojas para venda de artesanatos, etc.		Longo
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Pólo Costa dos Arrecifes	Elaboração de Plano Diretor Municipal	Contratação de consultoria para elaboração e/ou atualização de Plano Diretor Municipal	Elaborar/atualizar planos diretores para os municípios do pólo	Longo
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Pólo Costa dos Arrecifes	Programa de Inserção dos Destinos Turísticos do Pólo costa dos Arrecifes no "Programa Nacional Turismo Sustentável e Infância"	Combater a exploração sexual infanto-juvenil do turismo através da implantação do "Programa Nacional Turismo Sustentável e Infância" nos destinos pernambucanos.	Estabelecer convênio de cooperação junto ao setor responsável pela articulação federal do programa de modo a ceder colaboradores da SETUR PE para a fiscalização de ações desenvolvidas no estado	Longo
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Pólo Costa dos Arrecifes	Elaboração do Plano de Zoneamento Econômico-Ecológico do pólo			Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Pólo Costa dos Arrecifes	Elaboração /Atualização dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Ambiental - UCs	Contratação de consultoria para elaborar/atualizar planos de manejo das UCs	Nas UC de Uso Sustentável, pretende-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso adequado de uma parcela de seus recursos, conforme os preceitos da legislação. Em todas elas se admite algum nível de atividades turísticas, principalmente o ecoturismo. Cabe ao órgão gestor estabelecer o plano de manejo, as condições de uso dos recursos naturais e, em zonas de uso restrito, a visitação pelo público.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Sirinhaém	Sinalização turística	Sinalizar os atrativos turísticos, patrimônios naturais e históricos	Dotar o município de sinalização turística indicativa e local, para que os cidadãos, visitantes e turistas possam identificar facilmente os atrativos do município	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Tamandaré	Implantar estruturas de visitação aos recifes de corais do PNMT	Criar bases de apoio à visitação dos arrecifes no Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré		Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Parque Histórico Nacional dos Guararapes	Recuperar e desenvolver infraestrutura adequada à exploração turística do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Promover ações de instalação de infraestrutura adequada à atividade turística no PHNG, com a construção de anfiteatro para a realização de atividades culturais, a instalação de museu com acervo relativo às batalhas históricas ali travadas, a instalação da Fábrica de Doces, a destinação/construção de espaços próprios para lanchonetes, sanitários, comercialização de artesanato e souvenirs e projeto paisagístico.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Pólo Costa dos Arrecifes	Programa de Estruturação do Patrimônio Edificado de Recife e Olinda para o Turismo	Estruturar o patrimônio edificado de Recife/Olinda de modo que sirva como elemento atrativo, sem a perda de características originais.	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitação do tombamento de edificações consideradas de interesse junto à entidade de proteção ao patrimônio federal, estadual e/ou municipal. - Solicitação, junto às prefeituras de Recife e Olinda, da disponibilização de serviços de limpeza para efetuar lavagem periódica de fachadas das edificações consideradas como patrimônio arquitetônico, paisagístico e/ou histórico dos municípios. - Criação de equipe de trabalho para cadastrar proprietários interessados no programa, avaliar propostas de reformas, para acompanhar reformas e sua posterior manutenção. 	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Pólo Costa dos Arrecifes	Fortalecer o Sistema de Informações Turísticas (Implantação de Terminais fixos e móveis de informações)	Elaborar projeto executivo e implantar Centro de Informação e Atendimento aos Visitantes	Os Centros de Informação e Atendimento aos Visitantes também chamados de Centros de Informações Turísticas (CIT's) têm por objetivo orientar, informar e apoiar os turistas em sua estada no destino, assim como, intermediar os mais diversos serviços turísticos e, ao mesmo tempo, disponibilizar aos turistas a possibilidade de registrar elogios, queixas e sugestões sobre o destino. Do ponto de vista da gestão dos destinos, os CIT's podem contribuir para medir o grau de satisfação dos visitantes em suas estadas e o fluxo turístico, enriquecendo o planejamento turístico e aumentando o tempo de estada e distribuição do fluxo de visitantes	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Pólo Costa dos Arrecifes	Elaboração e divulgação de Estudos Técnicos e Econômicos do turismo, de modo a possibilitar conhecimento do mercado turístico	Produzir e divulgar estudos econômicos e análises técnicas do turismo do Pólo Costa dos Arrecifes, de modo a possibilitar conhecimento do mercado turístico no estado em âmbito nacional.	Identificar junto aos colaboradores dos municípios temas importantes que devem pautar a elaboração de estudos e análises. A priori, sugere-se que sejam elaborados boletins de desempenho econômico do turismo no Pólo Costa dos Arrecifes, tal qual aqueles publicados pelo Ministério do Turismo. Tais boletins devem ter periodicidade trimestral e abordar: fluxo de turistas, receita turística, oferta de empreendimentos e Uhs, ocupação de meios de hospedagem, preços de serviços, entre outros. Além de estudos periódicos o sub-setor deve organizar anualmente ao menos três estudos com foco ampliado, que permitam análise macro do turismo em Pernambuco com base em dados consolidados de períodos mais longos. A principal ferramenta para a elaboração de tais boletins será o sistema de informações turísticas.	Longo
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Pólo Costa dos Arrecifes	Elaboração de Portfólio de Negócios para Captação de Investimentos Privados para o Turismo	Divulgar alternativas de negócios turísticos para micro e pequenos empreendedores	Elaborar material informativo com análise de viabilidade para negócios turísticos na região, com o objetivo de incentivar os negócios turísticos.	Longo
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Pólo Costa dos Arrecifes	Realização de Workshops para Promoção de Captação de Investimentos Privados no Pólo	Realização de encontros entre prefeituras, trade estadual e sociedade civil para captação de investimentos para o pólo	Captar investimentos no setor de turismo que possam gerar trabalho e receita para a população local	Longo
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Pólo Costa dos Arrecifes	Portal Pernambucano de Turismo – Site na Internet referente aos Pólos.	Elabora projeto executivo e implantar divulgação eletrônica do pólo	Implantar divulgação eletrônica, por meio da internet, dos atrativos do pólo, bem como dos serviços de hospedagem, bares e restaurantes, entre outros.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Pólo Costa dos Arrecifes	Fortalecimento da Unidade Executora do Prodetur Nacional - PE	Capacitação da Equipe Técnica, aquisição de equipamentos e contratação de consultoria.	Fortalecer a Unidade Executora do Programa para o planejamento, desenvolvimento e implantação do PRODETUR Nacional para os municípios do pólo.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Pólo Costa dos Arrecifes	Inventariar e Catalogar o Patrimônio Imaterial	Identificar e documentar os saberes e modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações e os lugares que constituem patrimônio cultural do Pólo Costa dos Arrecifes.	Promover, de modo participativo o mapeamento, a identificação e a documentação de referências culturais no Pólo Costa dos Arrecifes. Contribuir para a garantia das condições sócio-ambientais necessárias à produção, reprodução e transmissão de bens culturais de natureza imaterial.	Longo
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Pólo Costa dos Arrecifes	Aquisição de unidades móveis para prestações de Informações Turísticas	Prover os destinos turísticos do Pólo Costa dos Arrecifes de uma unidade móvel que lhes permita prestar serviços de informações turísticas.	Reestruturação da estrutura de trabalho e de recursos humanos dos postos de informação turística existentes a partir de ações como: ampliação dos horários de atendimento, treinamento dos funcionários (bom atendimento e idiomas), disponibilização de material informativo abundante, dentre outros.	Longo
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Pólo Costa dos Arrecifes	Estruturação e Consolidação da visitação nas Unidades de Conservação e Estruturação de plano de uso turístico	Implantar as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo das Ucs	Nas UC de Uso Sustentável, pretende-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso adequado de uma parcela de seus recursos, conforme os preceitos da legislação. Em todas elas se admite algum nível de atividades turísticas, principalmente o ecoturismo. Cabe ao órgão gestor estabelecer o plano de manejo, as condições de uso dos recursos naturais e, em zonas de uso restrito, a visitação pelo público.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Ipojuca	Criar Centro de Artesanato em Serrambi	prover a Praia de Serrambi com um local para comercialização e exposição de artesanato.	Construir um Centro de Artesanato para comercialização de artesanato da região do pólo turístico. Este Centro deverá possuir área para acomodar no mínimo: 20 espaços (Quiosques/Box); Área para estoque de material; Estrutura de banheiros; Estrutura administrativa.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Ipojuca	Restauração do Convento Franciscano de Ipojuca	Fomentar o circuito turístico – cultural da região do litoral sul do Estado de Pernambuco, contribuindo para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.	O projeto pretende estabelecer as condições para visitação do Convento Franciscano de Ipojuca – um dos principais atrativos turísticos do litoral sul de Pernambuco, próximo a Praia de Porto de Galinhas, de modo a promover o uso sustentável do bem, por meio da restauração e requalificação do conjunto arquitetônico e paisagístico (igreja, convento e cerca conventual), adaptando-o às atividades turísticas e de lazer.	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	Acesso aos Engenhos de Ipojuca (Turismo Rural)	prover estrutura para o desenvolvimento do Turismo Rural no Município de Ipojuca, através da melhoria no acesso aos engenhos.	reformular estradas que dão acesso aos principais Engenhos de Ipojuca.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Pólo Costa dos Arrecifes	Programa de Educação para o Turismo (Capacitação Profissional e Empresarial)	Capacitar a população e profissionais de micro e pequenas empresas para a prestação de serviços turísticos	Planejar e executar programa de capacitação profissional e empresarial para os municípios do pólo. Esta capacitação deve incluir as áreas ambiental, social e econômica.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Cabo de Santo Agostinho	Estruturação do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti	Elaborar Projeto Executivo Visando aproveitar o potencial turístico do parque através da estruturação dos serviços turísticos e definição dos equipamentos possíveis de visitação de acordo com o plano de manejo.	A estruturação pretendida para o parque compreende: Revisão do zoneamento existente, Sinalização das novas zonas sobretudo as áreas passíveis de visitação, Capacitação dos agentes colaboradores, Definição da capacidade de carga, Melhoria da acessibilidade para os visitantes, Implantação de núcleo de informação ao visitantes, Confecção de material promocional do Parque	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Cabo de Santo Agostinho	Centro Integrado de Atendimento ao Turista – Pólo Costa dos Arrecifes- Cabo de Santo Agostinho	Elaborar Projeto Executivo, promover o destino turístico Pólo Costa dos Arrecifes fornecendo apoio e informações detalhadas aos visitantes através de um Centro Integrado de Atendimento ao Turista localizado em área da prefeitura. Propõe-se um centro com forte utilização de gestão ambiental, como: uso de energia solar, entre outros aspectos a serem estudados no projeto	Construção de um CIAT na principal via de acesso ao litoral sul, mais especificamente no município do Cabo de Santo Agostinho, com material promocional para divulgação de serviços turísticos do Pólo. O programa do CIAT deve considerar os conceitos de design universal possibilitando a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida. A implantação será integrada com gestão ambiental e pessoal devidamente capacitado para atendimento ao público de modo ecologicamente correto e será composto dos seguintes elementos: Recepção, Quatro colaboradores divididos em dois turnos de seis horas, Estacionamento para atender os visitantes do CIAT com capacidade para 10 vagas; Banheiros Públicos, Equipamentos de informática com Internet de banda larga, Sala de Projeção com capacidade para 20 pessoas. Ponto de apoio gastronômico para suporte aos visitantes.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Cabo de Santo Agostinho	Restauração do Forte do Castelo do Mar	Fomentar o circuito turístico – cultural da região do litoral sul do Estado de Pernambuco, contribuindo para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.	O projeto pretende estabelecer as condições para visitação do Forte do Castelo do Mar, um dos principais atrativos turísticos do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, em razão de seu valor histórico, arqueológico e paisagístico. Ele visa também promover o uso sustentável do bem, por meio de sua restauração e da requalificação do sítio.	Longo
Fortalecimento institucional	3. Fortalecimento Institucional	Cabo de Santo Agostinho	Capacitação da Guarda Municipal	Criar e implantar na guarda municipal, um grupo especializado em turismo e meio ambiente, com o intuito de atender aos visitantes, comunidade e turistas com uma postura dirigida ao patrimônio turístico e ambiental, como também trazendo uma segurança mais amigável para todos os agentes envolvidos.	A guarda municipal deverá conter um grupo misto (Masculino- Feminino) Ter uma qualificação específica pra atuar em áreas turísticas e ambientais. Ter apoio logístico e infraestrutura adequada para desempenhar esta função.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Goiana	Estudo de contenção do avanço do mar	Conter o avanço do mar no litoral		Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Goiana	Urbanizar a beira do rio em Barra de Catuama			Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Ipojuca	Reforma da Igreja do Outeiro	promover reforma estrutural nas instalações da Igreja do Outeiro	reforma da estrutura da igreja e revitalização de seu acervo sacro (imagens e altar).	Longo
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	Ipojuca	Plano de Marketing	elaborar plano de marketing para a Praia de Porto de Galinhas.	contratação de empresa que elabore estudo de marketing estratégico e operacional, contendo pesquisas, resultado de estudos e propostas para melhoria na gestão do marketing turístico, aplicado a Praia de Porto de Galinhas	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	Urbanização de 22 praças no Município de Ipojuca.	urbanizar 22 praças no Município de Ipojuca.	reforma/urbanização de 22 praças, com melhoria e aquisição de equipamentos de lazer para as referidas praças.	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Ipojuca	construção de 02 praças em Serrambi (Município de Ipojuca)	Construir 02 praças na Praia de Serrambi, Município de Ipojuca.	realizar construção de 02 espaços de lazer (praças) na Praia de Serrambi.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Paulista	implantação do museu virtual no forte de pau amarelo	implantação do museu virtual da capitania de Pernambuco fará uso intensivo de base tecnológica de informática e telecomunicação, promovendo interesse local, regional, nacional e internacional sobre o início efetivo da história da civilização brasileira desde o período do descobrimento até os dias de hoje.		Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Pólo Costa dos Arrecifes	Implantação da Sinalização Turística da BR – 232 (Recife/Caruaru)			Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Requalificação Turística do Morro da Conceição	Transformar a área do Morro da Conceição, privilegiadamente localizada com excelente visual do Recife e de Olinda, num espaço turisticamente atraente, economicamente dinâmico, socialmente responsável e ambientalmente equilibrado.	Contempla o tratamento urbanístico e paisagístico da área, alargamento de vias, correção de curvas de ruas, calçamento de ruas, construção de mirante, instalação de fábrica comunitária de velas e criação, via sacra.	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Fernando de Noronha	Requalificação do Porto de Santo Antônio.	Realização de projetos básico e executivo para a requalificação de toda área portuária	Elaborar projetos básicos de Arquitetura e Paisagismo, assim como todos os projetos executivos necessários (esgotamento sanitário, drenagem, geométrico, mobiliário urbano, etc.), apresentando levantamentos físicos e fotográficos de toda a área, digitalização de planta baixa e elevações, tomando por base as diretrizes definidas pelo Plano de Manejo da APA/FN para as Zonas Especiais de Proteção, além de identificar e avaliar o estado de conservação e potencial de usos e ocupação dos imóveis já existentes.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Fernando de Noronha	Ampliação e modernização da Unidade de Triagem, Reciclagem e Compostagem do Lixo	Melhorar a infraestrutura turística e as condições de vida da população residente da Ilha de Fernando de Noronha.	A Unidade de Triagem, Reciclagem e Compostagem do Lixo deverá sofrer modificações, visando, além da melhoria da sua estrutura física, para permitir uma maior eficiência nas atividades de triagem e compostagem, dotá-la de equipamentos necessários para maximizar a reciclagem e melhorar acondicionamento dos resíduos para o transporte para o destino final.	Longo
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Igarassu	Arborização: Avaliação em espaços verdes da área urbana da sede de Igarassu	Avaliar a arborização dos espaços verdes da zona urbana	O projeto prevê a elaboração de um diagnóstico quanto a situação atual de arborização nas áreas verdes da área urbana da sede do município. Prevê também a produção de um cadastro com todas as árvores identificadas e as análises realizadas. - Área abrangência: 25 Bairros - Áreas de implantação: praças, ruas, parques, cemitérios etc.	Longo
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Ipojuca	Projeto de Sensibilização Ambiental.	Propor a elaboração de Projeto de Sensibilização de moradores e visitantes sobre a preservação do meio ambiente.	elaboração de campanha, onde sejam distribuídos informativos sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, criação de oficinas e palestras para moradores e turistas que versem sobre o tema da preservação do meio ambiente.	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Goiana	Calçamento da rua subida de Mega Ó em Tejucupapo.	Melhorar o Acesso do Atrativo turístico Obelisco das Heroínas de Tejucupapo.	Calçar a Rua subida de Mega Ó, que dá acesso ao obelisco das heroínas de Tejucupapo, pavimentação em asfalto com dois Quilômetros de extensão	Longo
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Ipojuca	Elaboração de Plano de Manejo e Plano de Uso Turístico da UC do Mangue			Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Caminhos da Natureza	Fomentar o desenvolvimento de Turismo Rural, Pedagógico e Ecológico, divulgando a história, o artesanato, o casario, as belezas naturais e o patrimônio localizado na área rural do município, através de roteiros turísticos.	Identificar os atrativos e potencial turístico da área rural, tais como engenhos de cana de açúcar, trilhas, áreas florestais, acidentes geográficos, produção de artesanato e manifestações culturais de comunidades rurais, de forma a elaborar roteiros turísticos a serem sugeridos a operadores turísticos e aos habitantes de Jaboaão dos Guararapes.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Paulista	qualificação profissional para o desenvolvimento da atividade turística	preparar a mão de obra local existente, através de cursos de capacitação profissional visando a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos ao turista		Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Qualificação Turística do Alto José do Pinho	Transformar a área do Alto José do Pinho, privilegiadamente localizada, com excelente visual do Recife e de Olinda, num espaço turisticamente atraente, economicamente dinâmico, socialmente responsável e ambientalmente equilibrado.	Promover o tratamento urbanístico e paisagístico da área, alargamento de vias, correção de curvas de ruas, calçamento de ruas, construção de mirante, construção de concha acústica para apresentação de grupos locais, alguns já nacionalmente consagradas e promover mecanismos para divulgação das potencialidades culturais do Alto José do Pinho junto à população e turistas.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Museu do Trem	Recuperação da estrutura do prédio da antiga estação de trem, para funcionamento com passeios turísticos. Construir um museu destinado à história do município e da própria estação.	Recuperar e transformar o prédio da antiga Estação Ferroviária, na sede do município, no Museu do Trem com acervo específico, para visitação de turistas e habitantes locais. Adquirir equipamento para a promoção de passeios de Maria Fumaça entre Jaboaão e a praia do Paiva.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Centro de Informações Turísticas	Atender às necessidades de informações de turistas e visitantes no município, com distribuição de folheteria, mapas, guias e demais materiais informativos.	Ocupação de espaço na entrada da cidade, no bairro de Piedade, com a finalidade de atender e recepcionar turistas e visitantes que necessitem de informações sobre Jaboaão dos Guararapes.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Réplica Cenográfica do Palácio de Friburgo	Criar um espaço de animação turística capaz de atrair turistas, estudantes, pesquisadores, artistas com interesse em vivenciar o período da colonização batava no Recife	<p>Construção de réplica cenográfica Palácio de Friburgo, originalmente construído pelo Conde Maurício de Nassau na Praça da República.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em terreno a ser definido no Recife Antigo ou da Rua da Aurora. • O Palácio contará com área para aula-espetáculo, restaurante, sala de apresentação de teatro-interativo onde visitante vivenciará o dia-a-dia do século XVII. • À noite, o espaço se transformará em casa de espetáculo para locação para shows e eventos. 	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Recife	Restauração da Igreja de São Pedro dos Clérigos – Recife - PE	Restaurar a igreja de São Pedro dos Clérigos, proporcionando as condições adequadas para sua fruição turística.	O projeto pretende estabelecer as condições para visitação da Igreja de São Pedro dos Clérigos – um dos principais atrativos turísticos da capital pernambucana, associando-se aos investimentos realizados no Pátio de São Pedro pelo município	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Fernando de Noronha	Restauração do Forte de Nossa Senhora dos Remédios (1) ação conjunta com o Centro de Estudos Avançados do Atlântico Sul	Estabelecer condições de visitação da Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, um dos principais atrativos turísticos do Arquipélago de Fernando de Noronha, e promover a sua utilização sustentável	Este projeto pretende estabelecer as condições para visitação da Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, um dos principais atrativos turísticos do arquipélago de Fernando de Noronha, e promover a sua utilização sustentável, através da restauração do monumento e requalificação da área em que está inserido, e promoção das condições para implantação do Centro de Estudos Avançados do Atlântico Sul.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	Fernando de Noronha	Diagnóstico e Reestruturação das Trilhas Ecoturísticas da Área de Preservação Ambiental – APA/FN	Reestruturação das trilhas da APA/FN, considerando a necessidade de reverter o quadro de degradação encontrado nestas áreas e de proporcionar aos visitantes e à comunidade local alternativas de opções de lazer.	<p>Fase 1 – Diagnóstico complementar.</p> <p>Fase 2 – Mapeamento (com uso de ferramentas de Geoprocessamento) das trilhas da APA/FN.</p> <p>Fase 3 – Qualificação de funcionários da Administração, para gestão do banco de dados ambiental das trilhas e operação de softwares de Sistema de Informação Geográfica (GIS) e capacitação de equipe composta por representantes de associações locais, para realizar educação ambiental voltada ao turismo desportivo de mínimo impacto e no planejamento dos roteiros das trilhas na APA/FN.</p> <p>Fase 4 – Elaboração de um Programa de Manutenção das trilhas da APA/FN.</p> <p>Fase 5 – Elaboração de um Sistema de Sinalização e Programa de Interpretação Ambiental para a APA-FN.</p> <p>Fase 6 – Elaboração de um Programa de Monitoramento do Uso Público das trilhas.</p> <p>Fase 7 – Relatório Final do Sub-Projeto.</p>	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Igarassu	Reforma da Casa do Artesão e implantação do Centro de Atendimento ao Turista (CAT)	Estabelecer um espaço físico adequado para melhor atender aos turistas e a todos os cidadãos da região proporcionando um serviço de qualidade na recepção ao turista, além de promover roteiros especializados e diferenciados em Igarassu.	<p>Reformar o prédio próprio da prefeitura, localizado em ponto estratégico do sítio histórico, onde atualmente funciona a casa dos artesões de Igarassu, incluindo melhor divisão dos espaços e implantação do Centro de Atendimento ao Turista – CAT, com espaço e material promocional para divulgação dos meios de hospedagem, bares, restaurantes, entretenimento, atrativos naturais e culturais e, ainda, divulgação de passeios na região do pólo turístico. A área proposta para funcionamento do CAT será no Sítio Histórico de Igarassu, local estratégico, onde é ponto de embarque e desembarque de turistas. Horário de funcionamento: segunda a domingo, das 8h às 18h.</p> <p>Este CAT deverá acomodar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dois funcionários distribuídos em dois turnos de 6 horas. • Salão para exposição de peças confeccionadas pelos artesãos • Área para estoque de material promocional (mapas, folhetos, brindes) • Equipamentos necessários: computador, mesa para atendimento, poltronas (4), linha telefônica, armário para guardar material de expediente e promocional 	Longo
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	Igarassu	Iluminação embutida do largo do Sítio Histórico de Igarassu	Valorizar o patrimônio tombado do largo do Sítio Histórico com mais destaque a noite, reforçando a visitação dos turistas	A Implantação deste projeto segue as especificações técnicas de instalações subterrâneas e normas de iluminação da ABNT e CELPE, o projeto prevê a implantação de vários postes metálicos com refletores também direcionados para os monumentos.	Longo

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Projeto Casa da Cultura de Jaboatão dos Guararapes	Dotar o município de equipamento adequado à apresentação de manifestações artísticas e culturais, incentivando a produção dos artesãos e artistas plásticos locais e a sua comercialização	Revitalização de edificação destinada a abrigar a Casa da Cultura de Jaboatão, dotando-a de infraestrutura adequada e de apoio às suas atividades, como lojas para comercialização de artesanato e souvenirs, salas destinadas a oficinas e mini-cursos, salas para apresentação de espetáculos artísticos de pequeno porte, praça de alimentação, sanitários e estacionamento.	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	Jaboatão dos Guararapes	Centro de Artesanato de Jaboatão dos Guararapes.	Fomentar o desenvolvimento, a divulgação e comercialização do artesanato local.	Desenvolver a identidade e qualidade da produção artesanal, com investimento em capacitação de mão-de-obra, possibilitando a divulgação e a comercialização da produção em espaço próprio e adequado	Longo
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	São José da Coroa Grande	Capacitação e Qualificação de mão-de-obra Profissional	Geração de emprego e receita para profissionais locais, objetivando melhores serviços turísticos contribuindo para o desenvolvimento do turismo local.	Qualificar profissionais para o mercado de trabalho e oferecer melhores serviços.	Não enviou representante
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	São José da Coroa Grande	Sinalização Turística	Divulgar, sinalizar e facilitar o acesso aos pontos turísticos do município.	Acesso a áreas de lazer e serviços.	Não enviou representante
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	São José da Coroa Grande	Centro de Informações Turística e Atendimento ao Visitante	facilitar o acesso aos pontos turísticos do município.	orientar, informar e apoiar os turistas em sua estada no destino, assim como, intermediar os mais diversos serviços turísticos e, ao mesmo tempo, disponibilizar aos turistas a possibilidade de registrar elogios, queixas e sugestões sobre o destino. Do ponto de vista da gestão dos destinos, os CIT's podem contribuir para medir o grau de satisfação dos visitantes em suas estadas.	Não enviou representante

Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Fomento ao turismo	1. Produto turístico	São José da Coroa Grande	Construção do Centro Cultural	Divulgar e valorizar a cultura local, enriquecendo culturalmente população local e visitantes	Manter os eventos de impacto cultural e de entretenimento	Não enviou representante
Fomento ao turismo	2. Estratégia de comercialização	São José da Coroa Grande	Plano de Mídia para divulgação de roteiros turísticos e programação cultural do calendário de eventos.	Atrair turistas a conhecer nossos roteiros e eventos através de uma divulgação a nível nacional e internacional..	Fazer uma maior divulgação em feiras e exposições	Não enviou representante
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	São José da Coroa Grande	Ampliação da Orla Marítima e Padronização de Bares e Barraqueiros ambulantes que exploram a orla	Finalizar o Projeto da construção da orla marítima e padronizar barraqueiros, oferecendo opções de lazer a população e a visitantes.	Não preenchido	Não enviou representante
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	São José da Coroa Grande	Pavimentação das Principais avenidas e ruas de acesso aos Pontos Turísticos.	Pavimentar avenidas e ruas para melhoria do trafego de pessoas e veículos nas áreas de maior fluxo turístico.	Pavimentar o município para melhoria dos acessos locais.	Não enviou representante
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	São José da Coroa Grande	Ampliação do sistema de abastecimento de Água.	Ampliar o sistema de abastecimento para melhor atender a população e a turistas no período da alta estação.	Abastecer a cidade para melhor atender as necessidades da população e da demanda flutuante.	Não enviou representante
Infraestrutura e serviços básicos	4. Infraestrutura e serviços básicos	São José da Coroa Grande	Saneamento Básico	Implantar o sistema de saneamento básico no município	elaborar projeto executivo e implantar sistema de saneamento no município	Não enviou representante



Diretriz	Componente	Município	Projeto	Objetivo Geral	Descrição	Prioridade
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	São José da Coroa Grande	Projeto de Conscientização Ambiental	Preservar as áreas ambientais para manter em atividade a prática turística.	Explorar a atividade turística sem agredir o meio ambiente	Não enviou representante
Gestão ambiental	5. Gestão ambiental	São José da Coroa Grande	Ampliação do Plano de Gestão de Resíduos sólidos	ampliação do plano incorporando estudo para implantação de programa de reciclagem e usina de compostagem	Formulação de planos integrais para a gestão de resíduos sólidos em cada área turística	Não enviou representante

Anexo 2 – Condições Físicas dos Municípios do Pólo

ÁREA DO LITORAL SUL

O litoral sul compreende os municípios de São José da Coroa Grande, Barreiros, Rio Formoso, Sirinhaém, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Microrregião Mata Meridional Pernambucana e Suape, e Jaboatão dos Guararapes totalizando 2 097 km² ou o equivalente a 2,13% da superfície estadual.

Com uma população total de 335 917 habitantes em 2000 (IBGE), esses municípios detinham, então, 4,2% do contingente demográfico estadual e contribuíam com 44,34% da população total e 46,35% da população urbana das microrregiões acima referidas, participação essa que tende a aumentar na medida em que tais populações apresentaram, no período 1970-1991, taxas de crescimento de, respectivamente, 1,8 e 3,9% ao ano no Litoral Sul, contra 1,2 e 3,1% naquelas microrregiões (CPRH, 1999).

RELEVO, GEOLOGIA

Apresenta um relevo marcado pela predominância de morros e colinas, cujas altitudes variam de 30 a 400 metros, nos morros, e 12 a 50 metros, nas colinas. O topo dessas elevações configura um plano ascendente que se eleva dos limites da planície costeira, onde compõe um modelado suave ondulado, para a extremidade oeste da área, onde, em geral, adquirem feição de Relevo Montanhoso.

Os Morros são formas de relevo modelados em rochas muito antigas constitutivas do embasamento cristalino; as colinas foram modeladas em estruturas mais recentes, pertencem às formações Barreiras, Cabo, Algodoais e Ipojuca. Permeando morros e colinas, ocorrem planícies fluviais, formadas pelas várzeas e terraços dos rios que cortam a área.

Na parte leste desse relevo, encontra-se a Planície Costeira, de largura variável, origem sedimentar e altitude que oscila entre 0 e 10 metros. Apresenta um conjunto de feições onde sobressaem praias; restingas (terraços marinhos); manguezais (formações palustres ou lamacentas); várzeas fluviais permanentemente alagadas; várzeas e terraços que margeiam o curso terminal dos rios cujas desembocaduras, em geral, amplas, interrompem praias e restingas e permitem o fluxo e refluxo diário das marés, através do leito fluvial, originando o fenômeno

conhecido como afogamento dos estuários, responsável pela ocorrência, na área, de extensos manguezais.

CLIMA

O Litoral Sul de Pernambuco tem clima tropical úmido com chuvas de inverno antecipadas no outono - clima As' (pseudo tropical) da Classificação de Koeppen. Relativamente bem distribuídas ao longo do ano, as chuvas são provocadas, sobretudo, pelos ciclones da Frente Polar Atlântica que atingem o litoral nordestino com maior vigor no período de outono-inverno, sendo os meses de maio, junho e julho os mais chuvosos e outubro, novembro e dezembro os mais secos.

Mais elevadas na porção meridional da área, as precipitações sofrem redução do sul para o norte e do litoral para o interior, passando de mais de 2 400 mm anuais, no município de Barreiros, para 2.106 mm anuais em Cabo de Santo Agostinho e, dessa última quota, para a de 1.370 mm em Pombos, município agrestino limítrofe da Mata Meridional (ANDRADE & LINS, 1984, p. 31).

A temperatura média anual da área é de 24 °C, variando entre a mínima de 18 °C e a máxima de 32 °C, sendo fortemente influenciada pela ação dos ventos dominantes, os alísios de SE e NE.

SOLOS

Os solos do Litoral Sul de Pernambuco variam desde os predominantemente arenosos, localizados nos terraços litorâneos, até os de textura argilosa que recobrem os morros e colinas situados à oeste da Planície Costeira e constituem a associação Latossolo Vermelho Amarelo e Podzólico Vermelho Amarelo (CPRH, 1999).

Estes últimos solos são oriundos da decomposição de rochas cristalinas (granitos e gnaisses), bem como de sedimentos argilo-arenosos das Formações Barreiras e Cabo. São, em geral, profundos, ácidos e de baixa fertilidade.

Na extremidade oeste dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e no trecho entre as cidades de Sirinhaém e Rio Formoso, os Podzólicos apresentam-se rasos e com grande quantidade de afloramentos rochosos, o que os torna ainda mais restritivos para o uso agrícola.

Permeando as associações acima referidas, ocorrem ao longo de rios e riachos, solos originários de depósitos aluviais (solos Aluviais), em geral associados a solos hidromórficos, mal drenados (solos Gley) que se apresentam encharcados nos trechos onde o lençol freático aflora. Os solos

aluviais, juntamente com os de origem vulcânica (Terra Roxa Estruturada) encontrados em colinas da Formação Ipojuca, são os de melhor potencial agrícola da área.

Também ocorrem na área de estudo os solos característicos de mangue e que são considerados impróprios para a atividade agrícola.

PROJETOS TURÍSTICOS VIGENTES NO PÓLO

- Projeto Prodetur II - O Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II foi efetivamente iniciado em 2008. O Programa prevê um investimento total final de US\$ 125 milhões, entre recursos provenientes do BID, BNB, Governo do Estado e Ministério do Turismo. O objetivo geral do Programa é melhorar a qualidade de vida da população nos pólos turísticos. Para tanto, estão sendo realizados financiamentos de infraestrutura de apoio ao turismo contemplando ações de saneamento básico, administração de resíduos sólidos, recuperação ambiental do patrimônio histórico/cultural e desenvolvimento institucional dos órgãos públicos gestores da atividade;
- Projeto Bem Receber - Enquanto o Prodetur investe nos municípios da costa litorânea, o Projeto Bem Receber abrange 14 municípios do interior: Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Carpina, Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Paudalho, Petrolina, Tracunhaém, Triunfo e Vicência. Ainda seguindo o lema de interiorização do turismo, o projeto Saber Receber e Bem Servir aperfeiçoará seis mil profissionais em qualidade no atendimento de 24 municípios: Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Belo Jardim, Bom Conselho, Buíque, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Lagoa Grande, Moreno, Olinda, Palmares, Pesqueira, Poção, Quipapá, Saloá, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria da Boa Vista, São Benedito do Sul, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Taquaritinga do Norte e Toritama;
- Projeto FINTUR - A Secretaria de Turismo de Pernambuco (Setur-PE) lançou em março de 2008 o 'Programa de Financiamento ao Turismo de Pernambuco (Fintur PE)' com apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste (BNB), com taxas de 6,5% a 10% ao ano e prazos que vão de três meses a 12 anos. O Fintur integra os 45 programas iniciais que compõem o Planejamento Estratégico para o Turismo

2008-2020. Desde o seu lançamento, o Fintur vem cumprindo a meta de despertar o interesse dos empresários do trade em adquirir crédito. Os recursos disponibilizados ajudam a promover serviços e produtos relacionados à cadeia turística como a requalificação de hotéis, pousadas, restaurantes, entre outros. Entre as ações, o Fintur-PE proporciona aos empresários uma cartilha com dados básicos sobre os financiamentos que são oferecidos pelo BB, CEF, BNB e BNDES, incluindo taxas de juros, público-alvo e prazos para pagamento. Ainda para facilitar a liberação de empréstimos, o Fintur-PE disponibiliza uma lista de consultores, que orienta os empresários durante o processo de elaboração de projetos seguindo as exigências dos bancos. Os profissionais mantêm uma agenda de encontros entre o empresariado interessado e as instituições financeiras. Profissionais da Setur acompanham todo o processo de aquisição do crédito para facilitar o acesso às informações ligadas ao poder público. Segundo o analista do Banco do Brasil, Anderson Cleyton, a intenção do programa é quebrar o paradigma de que financiamento para investimento a longo prazo é burocrático;

- Projeto Guia do Investidor - Pela primeira vez, empresários do mundo todo têm um manual para direcioná-los sobre as potencialidades e as oportunidades oferecidas por Pernambuco. De posse do Guia dos Investidores, disponibilizado nas versões inglês, espanhol e português, os executivos têm uma poderosa ferramenta para erguer novos empreendimentos no Estado. O Guia apresenta a infraestrutura, os serviços, o cenário atual do turismo no Estado, os empreendimentos em fase de implantação, as oportunidades, além de destacar o perfil do turista, a legislação turística e as linhas de crédito para o setor. Também são disponibilizados os contatos de quem promove o desenvolvimento do segmento e dos financiadores. O documento foca Pernambuco como um destino de múltiplas oportunidades e altamente desenvolvido especialmente nos pólos médico, de tecnologia da informação e gastronômico. Completo, o Guia mostra porque Pernambuco ganhou credibilidade no mercado mundial, tornando-se o Estado que mais cresce no Nordeste com investimentos estruturantes que tem impulsionado um novo rumo para a economia local. O material, construído com mapas, dados estatísticos e fotos vibrantes, mostra ainda um Estado composto por modernas infraestruturas aeroportuárias, rodoviárias e hoteleiras;

- Projeto Perquali - Programa de Qualificação para o Turismo - A visão a longo prazo aplicada ao setor turístico pernambucano trazida pelo desenvolvimento do Planejamento Estratégico do Turismo 2008/2020, intitulado Pernambuco para o Mundo, abriu caminhos também para a necessidade de sólidas metas de qualificação para o segmento. Com esta definição foi criado o Programa de Qualificação para o Turismo (Perquali). Afinal, só com profissionais cuidadosamente treinados a prestação de serviços atinge níveis de qualidade satisfatórios para agradar o visitante. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II) prevê a realização de cursos para beneficiar 51.133 pessoas até 2021. O Prodetur destina US\$ 5 milhões para investimentos em Qualificação com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco do Nordeste. O público-alvo é composto por empresários e profissionais do mercado formal de 16 municípios: Fernando de Noronha, Recife, Olinda, Paulista, Goiana, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Igarassu, Ipojuca, Rio Formoso, Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Barreiros, São José da Coroa Grande, Tamandaré;

- Projeto Taxista amigo do Turista - O objetivo do programa é qualificar o atendimento prestado pelos profissionais do volante, com noções de inglês instrumental. Serão contemplados taxistas que mantêm contato direto com os turistas de evento, atuando no Aeroporto Internacional do Recife – Guararapes/Gilberto Freyre, no Terminal Integrado de Passageiros – TIP e nos principais hotéis do Recife e de Jaboatão dos Guararapes. Os profissionais cadastrados terão 20 horas/aula, que vão acontecer nas sedes das próprias cooperativas e nos auditórios do TIP e da Infraero, que são parceiros da iniciativa. O material didático será fornecido pela Setur. O foco aos turistas de eventos é justificado pela constante ascensão do segmento em Pernambuco (já correspondente por quase metade do fluxo turístico do Estado), sendo o 4º maior mercado de eventos do País. Segundo pesquisa realizada pelo Recife Convention & Visitors Bureau, 55,1% dos turistas de eventos em Recife utilizam os serviços de táxi, durante seis dias. O taxista torna-se dessa forma um dos principais prestadores de serviços da cadeia produtiva do turismo;

- Projeto Pernambuco conhece Pernambuco - Levar os pernambucanos a viajar pela própria terra, explorando toda a diversidade de climas, paisagens e culturas que existem no Estado. Esta é a principal meta do Pernambuco Conhece Pernambuco, um programa de ação permanente da Secretaria Estadual de Turismo. Para que as cidades pólo

possam receber os turistas cada vez melhor, a Setur preparou uma série de atividades, como oficinas, palestras e visitas técnicas com atrações culturais. A Setur não quer apenas promover o turismo interno, mas qualificar os profissionais que já atuam no setor, afinal um turista satisfeito sempre retorna e recomenda o destino a parentes e amigos. Antes de iniciar o projeto, a Secretaria de Turismo discutiu a idéia com toda a sociedade, de maneira democrática e aberta. A idéia, que acabou sendo um consenso, foi explorar as rotas já existentes em Pernambuco e reconhecidas pela Embratur. Segmentos como ecoturismo, turismo de negócios, cultural, rural e de aventura, foram destacados pelo programa. Agências e operadoras de viagens foram envolvidas para reforçar a comercialização das rotas, criando condições especiais para associados do Pró-Lazer, Sesc, Sesi, Clubes da Melhor Idade, estudantes e sindicatos. Para dar visibilidade ao Pernambuco Conhece Pernambuco, a Setur criou uma campanha publicitária especialmente para o programa. Até o final do ano seis grandes eventos serão realizados em todas as micro-regiões do Estado. Outros quatro eventos, durante o primeiro semestre de 2009, completam a programação. Confira as datas, as cidades, consulte seu agente de viagem e venha conhecer um pouco mais de Pernambuco, um estado cheio de encantos e surpresas;

- Projeto Pernambuco para Você - Um projeto que reuniu 4,5 mil agentes de viagens e operadores de 14 cidades brasileiras em torno do destino Pernambuco de uma forma ousada e inovadora. Este é o Pernambuco pra Você, um evento promocional turístico realizado em parceria pela iniciativa pública e privada de abril a setembro. A ação caracterizou-se como uma oportunidade de aproximação com os profissionais do setor e conseqüentemente com o consumidor, além de proporcionar o fechamento de novos negócios entre os empresários pernambucanos e o mercado nacional.
- Projeto Vivendo Pernambuco - A proposta do Vivendo Pernambuco é selecionar vendedores da CVC, TAM Viagens e da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), que comercializam o destino Pernambuco em cenário nacional, e trazê-los ao Estado para vivenciarem de perto o produto turístico local. A partir daí, os agentes serão divididos em grupos de até 80 pessoas que, no período de março a junho e de agosto a novembro, conhecerão atrativos e equipamentos turísticos pernambucanos. Dessa forma, até o final de 2009, a expectativa é que 1.600 vendedores de todas as regiões do Brasil sejam capacitados. Os roteiros preparados para cada grupo de agentes variam de três a cinco dias; e englobam palestras de boas vindas,



SECRETARIA
DE TURISMO



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

visitas técnicas a hotéis, bares e atrações, degustações da gastronomia e vivenciamento cultural de Pernambuco. Além disso, cada participante receberá os produtos da nova campanha publicitária da Secretaria estadual de Turismo para a promoção do Estado e ainda o certificado de conclusão do programa Vivendo Pernambuco. Orçado em R\$ 800 mil, recursos do Governo do Estado, o Vivendo Pernambuco, que será realizado pelo Recife Convention & Visitors Bureau, atende uma das principais vertentes do Planejamento Estratégico para o Turismo de Pernambuco: a capacitação profissional. Em 2008, foram 500 operadores e agentes capacitados, mais do que a soma dos cinco anos anteriores.

Anexo 3 – Fluxo de Turistas

Tabela 3.1

Fluxo Global de Turistas – Pernambuco (Janeiro / Abril 2005-2008)

ANO MÊS	2005	2006	2007	2008*	Variação % 2008-2007
<i>Janeiro</i>	431.139	435.161	400.200	414.443	3,56
<i>Fevereiro</i>	307.483	349.875	325.167	354.770	9,10
<i>Março</i>	312.027	305.742	311.741	318.302	2,10
<i>Abril</i>	296.947	297.858	276.010	290.369	5,20
TOTAL	1.347.596	1.388.636	1.313.118	1.377.884	4,93

Fonte: SETUR / EMPETUR

Tabela 3.2

Demanda Turística Nacional e Internacional

RESIDÊNCIA PERMANENTE (%)						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	90,2	84,66	84,71	87,75	93,23	93,56
Exterior	9,8	15,34	15,29	12,25	6,77	6,44

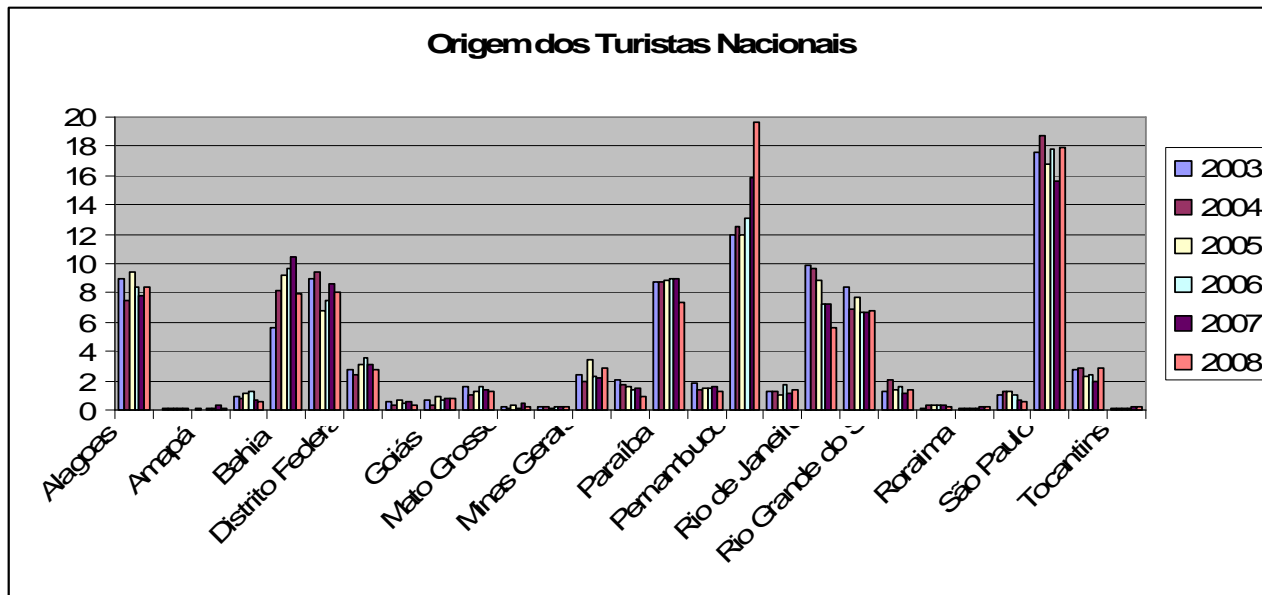
Fonte: SETUR / EMPETUR

Tabela 3.3
Origem dos Turistas Nacionais (2003-2008)

RESID.PERMANENTE DOS BRASILEIROS (%)						
	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006(1)	2007(1)	2008(1)
Alagoas	8,96	7,45	9,38	8,38	7,82	8,4
Acre	0,04	0,08	0,1	0,08	0,08	0,15
Amapá	0,11	0,04	0,13	0,11	0,33	0,07
Amazonas	0,89	0,77	1,12	1,22	0,74	0,55
Bahia	5,61	8,18	9,18	9,6	10,45	7,96
Ceará	8,93	9,37	6,76	7,5	8,61	8
Distrito Federal	2,77	2,46	3,08	3,58	3,16	2,72
Espírito Santo	0,63	0,35	0,69	0,5	0,56	0,39
Goiás	0,66	0,38	0,92	0,69	0,79	0,77
Maranhão	1,66	1,07	1,28	1,64	1,38	1,27
Mato Grosso	0,18	0,15	0,3	0,15	0,46	0,22
Mato Grosso do Sul	0,18	0,27	0,1	0,23	0,23	0,2
Minas Gerais	2,47	2,01	3,41	2,32	2,19	2,85
Pará	2,07	1,69	1,57	1,41	1,45	0,9
Paraíba	8,71	8,71	8,86	8,91	8,92	7,41
Paraná	1,84	1,34	1,48	1,49	1,63	1,25
Pernambuco	11,91	12,5	11,94	13,07	15,87	19,69
Piauí	1,22	1,23	0,98	1,68	1,17	1,36
Rio de Janeiro	9,85	9,65	8,82	7,24	7,24	5,63
Rio Grande do Norte	8,37	6,87	7,71	6,63	6,62	6,75
Rio Grande do Sul	1,25	2,07	1,34	1,64	1,15	1,34
Rondônia	0,15	0,31	0,33	0,34	0,38	0,26
Roraima	0,11	0,12	0,1	0,11	0,18	0,18
Santa Catarina	1	1,23	1,28	1,07	0,71	0,61
São Paulo	17,59	18,71	16,75	17,82	15,64	17,98
Sergipe	2,77	2,84	2,26	2,44	1,96	2,89
Tocantins	0,07	0,15	0,13	0,15	0,28	0,2

Fonte: SETUR / EMPETUR

Gráfico 3.2
Origem dos Turistas Nacionais



Fonte: SETUR / EMPETUR

Tabela 3.4
Origem dos Turistas Estrangeiros (2003-2008)

RESID.PERMANENTE DOS ESTRANGEIROS (%)						
	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006(1)	2007(1)	2008(1)
África do Sul	0	0	0,54	0,27	1,05	0
Alemanha	7,16	7,71	10,13	11,89	10,14	15,1
Angola	0	0,43	0,18	0,54	0,35	0,82
Argentina	3,71	4,19	3,39	3,24	6,64	9,39
Austrália	0,27	0,43	0	0,54	0,7	0,82
Áustria	0,53	0	2,03	2,43	2,1	3,27
Bélgica	0	0,87	0,34	0,81	3,5	2,45
Bolívia	0	0	0	0	0	0,82
Canadá	3,18	2,39	0,54	0,81	2,1	0,82
Chile	1,59	0	1,27	1,08	0,35	0
Colômbia	0,27	0	0,54	0	0	0,41
Dinamarca	0,27	2,17	1,27	0,54	0,7	0
Escócia	0	0,43	0	0,27	0	0
Espanha	4,51	4,99	5,81	6,76	4,9	5,71
Estados Unidos	9,28	11,37	8,87	10,27	7,69	8,98
Finlândia	0	0,87	2	1,62	0	0,41
França	3,45	5,57	8,71	5,68	7,34	10,61
Grécia	0	0	0	1,08	0	0
Guiana Francesa	0	0	0	0	0	0,82
Holanda	4,51	3,9	2,9	4,05	4,2	4,08
Hungria	0	0	0	0,54	0,35	0
Inglaterra	5,04	5,36	4,93	3,51	4,2	4,49
Irlanda	0	0,65	0,54	0	1,75	0,82
Israel	0	0	0,36	0,27	0,35	0,41
Itália	17,24	13,75	12,5	12,7	15,73	8,16
Japão	0	0	0,36	0,54	0,35	0,41
Nova Zelândia	0	0	0	0	0	0,41
Noruega	0	0,65	1,27	1,08	0,7	0,82
Peru	0	0	0	1,35	1,05	0
Portugal	24,67	19,27	18,85	16,76	12,24	8,98
Suécia	0,53	0,65	1,45	1,08	1,05	0,41
Suíça	8,22	5,15	5,43	5,68	4,9	3,67
Uruguai	0,27	0,43	0,73	0,54	0	1,22
Venezuela	0,53	0,43	0	0	0	0,41
Outros	4,77	8,34	4,54	4,07	5,59	5,31

Fonte: SETUR / EMPETUR

Tabela 3.8
Motivação da Viagem

INDICADORES	ANOS					
	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006(1)	2007(1)	2008(1)
MOTIVO DA VIAGEM (%)						
Passeio	23,4	24,69	24,16	22,35	19,9	19,43
Visita a Parentes/Amigos	29,66	24,26	31,03	25,04	26,68	27,09
Congressos/Convenções	8,24	2,91	3,15	3,54	3,41	2,72
Negócios/Trabalho	28,36	37,34	31,37	36,01	36,05	34,42
Saúde	5,64	4,35	5,14	6,23	6,11	7,89
Religião	0,58	0,46	0,44	0,63	0,81	0,52
Intercâmbio			1,18	2,7	2,93	3,89
Outros	4,12	5,98	3,53	3,5	4,1	4,02
FATOR DECISÓRIO DA VIAGEM DOS QUE						
VIERAM A PASSEIO (%)						
Atrativos Naturais	68,44	63,18	66,15	69,75	71,19	63,97
Ecoturismo	2,07	2,65	0,94	0,8	1,44	1,51
Turismo de Aventura			2,12	0,8	0,96	1,94
Turismo Rural			0,47	0,16	0,36	0,22
Manifestações Populares	4,15	3,84	3,97	2,23	1,32	2,48
Custo Total da Viagem	2,22	3,71	2,25	2,71	4,68	6,15
Patrimônio Histórico/Cultural	9,19	15,76	14,26	12,42	12,73	10,14
Compras	3,85	2,38	2,05	2,07	2,28	4,1
Outros	10,07	8,48	7,81	9,06	5,04	9,49

Fonte: SETUR / EMPETUR

Tabela 3.9
Avaliação da Oferta Turística

AVALIAÇÃO (ENTRE ÓTIMO E BOM) (%)						
	2003 (1)	2004 (1)	2005 (1)	2006(1)	2007(1)	2008(1)
Atrativos Naturais	85,08	85,96	83,98	88,78	90,48	90,22
Patrimônio Histórico/Cultural	82,06	84,72	89,86	89,93	92,64	92,1
Manifestações Populares	81,85	88,15	89,35	89,57	89,16	89,2
Equipamentos de lazer	74,66	77,72	79,85	84,72	85,99	81,95
Serviços de passeio	71,39	88,59	85,44	83,62	88,53	86,91
Serviços de receptivo	68,14	79,16	83,96	81,35	89,05	84,94
Recepção/Hospitalidade	87,98	90,83	89,78	89,76	89,65	88,45
Informação Turística	66,34	73,33	72,49	68,13	83,83	81,73
Sinalização Turística	49,05	52,98	54,94	58,64	65,71	64,53
Guias de Turismo	52,63	71,32	71,18	62,61	84,17	83,83
Meios de Hospedagem	75,13	80,07	78,77	79,34	81,15	79,53
Bares/Restaurantes	82,45	90,18	89,16	88,05	92,49	91,89
Comércio/Compras	81,07	87,16	85,16	88,73	89,17	90,39
Diversões Noturnas	71,96	81,49	77,68	87,01	90,32	89,72
Táxis	73,09	79,94	79,89	74	86,67	87,43
Condição ambiental da localidade(3)				53,5	62,55	60,97
Comunicações (Correio/Telefone)	71,82	78,9	80,09	83,81	87,07	83,01
Sinalização Urbana	49,4	55,46	58,54	68,13	65,71	64,53
Segurança Pública	40,47	43,89	40,26	41,95	37,19	43,64
Limpeza Pública	32,32	36,77	39,68	40,61	40,07	41,08
Ônibus Urbano	55,07	65,48	73,08	60,73	74,36	69,51
Terminal Rodoviário	64,3	81,68	62,29	68,09	72,52	67,51
Aeroporto	67,74	81,3	70,75	97,77	98,32	98,11
Avaliação Geral desta localidade (3)				78,83	86,13	87,36

Fonte: SETUR / EMPETUR

Anexo 4 – Pesquisa de Demanda

O BRASIL NO MERCADO TURÍSTICO MUNDIAL SEGUNDO OS OPERADORES INTERNACIONAIS

Dentre os destinos brasileiros comercializados pelas empresas entrevistadas, a região Nordeste é, notadamente, aquela que apresenta maior número de destinos turísticos comercializados pelo mercado internacional. É representada principalmente pelos estados da Bahia e de Pernambuco e, conseqüentemente, por seus destinos de lazer, sol e praia. Os estados do Ceará e Maranhão também apresentam uma quantidade razoável de destinos comercializados pelos operadores internacionais. Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba e Sergipe estão representados por poucas e específicas destinações. O estado do Piauí é o único que não é comercializado por nenhum dos operadores entrevistados.

Os operadores consideram a diversidade brasileira (grandes centros urbanos, praias, cachoeiras, carnaval, vida selvagem, aventura, ecoturismo, história, cultura) um excelente “mix” de produtos para uma viagem e, conseqüentemente, uma ótima potencialidade para o local que as detém.

Os operadores entrevistados acreditam que o atual posicionamento turístico do Brasil se deve ao país como um todo, mas concordam que existem algumas regiões mais destacadas, como Rio de Janeiro, Amazonas e São Paulo, bem como destinos de sol e praia no Nordeste, que fazem o país ser especialmente atrativo para alguns mercados. Afirmou-se que todos os estados brasileiros, com poucas exceções, são comercializáveis ao público internacional.

O Caribe foi apontado por dois operadores como principal concorrente do Brasil, por apresentar características similares às quais o Brasil se posiciona no exterior: sol e praia. A cidade de Miami também foi apontada por um dos operadores, pelo mesmo motivo.

Três respondentes alegaram que países da América do Sul seriam os principais concorrentes do Brasil. Um dos operadores afirmou que mesmo apresentando produtos diferentes daqueles explorados pelo país, o Peru, a Argentina, o Chile e a Costa Rica seriam concorrentes brasileiros à medida que vêm crescendo como destinos na América Latina. E ainda, a Ásia e Oriente Médio, foram lembrados como concorrentes em viagens de longa distância.

O DESTINO TURÍSTICO NORDESTE NO MERCADO TURÍSTICO MUNDIAL

Os operadores internacionais entrevistados acreditam que o Nordeste tem grande potencial de vendas para o mercado internacional, uma vez que se caracteriza como um destino de sol e praia, o que é bastante atrativo para determinados mercados. Em contrapartida, o operador francês entrevistado acredita que existam poucas informações disponíveis ao mercado internacional sobre a região, sendo esta apresentada sempre como destinação de praia e descanso, o que segundo ele, não é muito atrativo ao mercado francês.

De acordo com o operador português, a Região Nordeste como um todo já se caracteriza como a região mais procurada pelo mercado português no Brasil. Para o operador italiano, toda a Região Nordeste é preferida em relação ao centro-sul do país.

O Nordeste brasileiro se posiciona em quarto lugar dentre os destinos brasileiros no mercado inglês, segundo o operador desse país, após Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu e Amazônia. A operadora argentina afirmou que o Nordeste ocupa o segundo lugar nas vendas da empresa, perdendo apenas para o Rio de Janeiro..

O estado da Bahia foi mencionado como preferido em função da grande divulgação feita em cima de sua beleza, em função do mar, do interesse pela cidade de Salvador, aspectos arquitetônicos da antiga capital brasileira, da cultura local, origens étnicas e também beleza natural.

Destacou-se ainda que os turistas concentram-se muito na área de Salvador, na Bahia, pois este destino oferece fácil acesso e diversas opções de atividades a uma curta distância do centro urbano. Indicam, conseqüentemente, que essas são características atrativas para o mercado internacional, que podem ser utilizadas por outras destinações em sua estruturação e, posteriormente, em suas ações promocionais internacionais.

É notável o posicionamento destacado do estado da Bahia no mercado internacional. O estado ou sua capital foram citadas como região destacada por sua beleza, cultura e história, além da sua divulgação no mercado internacional, que gera grande demanda pelos produtos oferecidos pelo estado.

O DESTINO TURÍSTICO PERNAMBUCO NO MERCADO TURÍSTICO INTERNACIONAL

Os operadores internacionais concordam que o estado de Pernambuco possui boa estrutura em termos de serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo, mas ressaltam que o problema do estado é a falta de segurança e de divulgação. Segundo um dos operadores, os destinos mais destacados dentro do estado são Olinda, Porto de Galinhas e Fernando de Noronha. Para este mesmo, o problema local é a falta de promoção, uma vez que considera a estrutura de receptivo local bastante eficiente. Mesmo promovendo os produtos pernambucanos no catálogo da empresa, afirma que são pouco conhecidos e vendidos.

A cidade de Recife foi negativamente ressaltada por ser insegura, uma hotelaria antiquada e sem manutenção e restaurantes muito espalhados pela cidade.

Ainda tratando-se de Recife, a cidade é citada por possuir uma área histórica interessante, hoje restaurada, mas que falta promoção para fazê-la conhecida em primeiro lugar pelos agentes de viagens e em segundo lugar pelo público final.

Segundo um dos operadores, Fernando de Noronha é interessante e possui certo sucesso de vendas no mercado italiano, mas é um produto de custo elevado e difícil acesso, o que dificulta sua venda.

Finalmente, os pontos fortes de Pernambuco como destino turístico assinalados são: história diferenciada; colonização holandesa; ciclo do açúcar; tradições populares específicas, como o frevo e o maracatu. Por outro lado, os pontos fracos citados foram: muita informação somente em torno das praias, freqüentemente mais interessantes ao mercado, mas que não abordam outros aspectos relevantes ao turismo do estado; falta de guias fluentes em francês.

Anexo 5 – Inventário da Oferta Turística

Tabela 3.12

Oferta de Meios de Hospedagem no Pólo dos Arrecifes

Meios de Hospedagem	Número de MH	Número de UH	Número de leitos	Número de funcionários
Fonte	Inventário	Inventário	Inventário	Inventário
Recife	82	4.769	10.892	2.714
Olinda	29	589	1622	310
Jaboatão dos Guararapes	17	1.031	2.355	375
Cabo de Santo Agostinho	47	982	2.734	550
Ipojuca	162	3228	8815	1730
Fernando de Noronha	110	616	1603	407
Goiana	14	153	630	45
Itapissuma	N/R	N/R	N/R	N/R
Ilha de Itamaracá	17	240	785	78
Igarassu	13	193	795	102
Paulista	10	224	782	67
Sirinhaém	12	103	308	20
Rio Formoso	5	80	177	93
Tamandaré	26	384	1226	108
Barreiros	6	125	261	13
São José da Coroa Grande	8	108	222	21
Total	558	12.825	33.207	6.633

Fonte: Inventário da Oferta Turística – EMPETUR/SETUR

Tabela 3.13
Restaurantes, Bares e Lanchonetes

Número de Restaurantes, bares e lanchonetes	
Recife	1082
Olinda	155
Jaboatão dos Guararapes	197
Cabo de Santo Agostinho	121
Ipojuca	147
Fernando de Noronha	66
Goiana	49
Itapissuma	8
Ilha de Itamaracá	46
Igarassu	44
Paulista	158
Sirinhaém	19
Rio Formoso	32
Tamandaré	33
Barreiros	13
São José da Coroa Grande	37
Total	2207

Fonte: Inventário da Oferta Turística EMPETUR/SETUR

Tabela 3.14
Agências de Viagens, Agências Receptivas, Operadoras Turísticas

Municípios	Agências de Viagens	Agências receptivas	Operadoras Turísticas
Recife	245	13	4
Olinda	8	1	0
Jaboatão dos Guararapes	16	2	0
Cabo de Santo Agostinho	1	0	0
Ipojuca	1	1	0

Municípios	Agências de Viagens	Agências receptivas	Operadoras Turísticas
Fernando de Noronha	2	6	0
Goiana	0	0	0
Itapissuma	0	0	0
Ilha de Itamaracá	0	0	0
Igarassu	3	0	0
Paulista	1	0	0
Sirinhaém	0	0	0
Rio Formoso	0	0	0
Tamandaré	1	0	0
Barreiros	0	0	0
São José da Coroa Grande	0	0	0
Total	278	23	4

Fonte: Inventário da Oferta Turística – EMPETUR/SETUR

Tabela 3.15

Número de empresas de transportadoras turísticas

Municípios	Transportadoras
Recife	8
Olinda	6
Jaboatão dos Guararapes	2
Cabo de Santo Agostinho	-
Ipojuca	-
Fernando de Noronha	-
Goiana	1
Itapissuma	0
Ilha de Itamaracá	0
Igarassu	3
Paulista	1
Sirinhaém	0
Rio Formoso	0

Municípios	Transportadoras
Tamandaré	0
Barreiros	0
São José da Coroa Grande	0
Total	21

Fonte: Inventário da Oferta Turística – EMPETUR/SETUR

Tabela 3.16

Número de empresas de locadoras de automóveis

Municípios	Locadoras de carros
Recife	35
Olinda	4
Jaboatão dos Guararapes	4
Cabo de Santo Agostinho	4
Ipojuca	12
Fernando de Noronha	35
Goiana	3
Itapissuma	-
Ilha de Itamaracá	0
Igarassu	2
Paulista	0
Sirinhaém	0
Rio Formoso	0
Tamandaré	1
Barreiros	0
São José da Coroa Grande	0
Total	97

Fonte: Inventário da Oferta Turística – EMPETUR/SETUR

Tabela 3.17
Número de empresas de locadoras de automóveis

Municípios	Locadoras de embarções
Recife	6
Olinda	0
Jaboatão dos Guararapes	0
Cabo de Santo Agostinho	-
Ipojuca	0
Fernando de Noronha	1
Goiana	0
Itapissuma	-
Ilha de Itamaracá	0
Igarassu	1
Paulista	0
Sirinhaém	0
Rio Formoso	0
Tamandaré	0
Barreiros	0
São José da Coroa Grande	0
Total	8

Fonte: Inventário da Oferta Turística – EMPETUR/SETUR

Tabela 3.18
Número de locais para eventos e de empresas organizadoras

Municípios	Centro de Convenções	Parques e Pavilhões	Organizadoras de eventos
Recife	8	1	14
Olinda	1	1	3
Jaboatão dos Guararapes	0	0	0
Cabo de Santo Agostinho	2	0	0
Ipojuca	-	0	0
Fernando de Noronha	-	0	0
Goiana	-	0	0

Municípios	Centro de Convenções	Parques e Pavilhões	Organizadoras de eventos
Itapissuma	-	0	0
Ilha de Itamaracá	-	0	0
Igarassu	-	0	1
Paulista	-	0	0
Sirinhaém	-	0	0
Rio Formoso	-	0	0
Tamandaré	-	0	0
Barreiros	-	0	0
São José da Coroa Grande	-	0	0
Total	11	2	18

Fonte: Inventário da Oferta Turística – EMPETUR/SETUR

Anexo 6 – Abastecimento de Água, Esgoto e Coleta de Lixo

Gráfico 3.5

Proporção Por Tipo de Abastecimento de Água Pernambuco e Municípios 1991

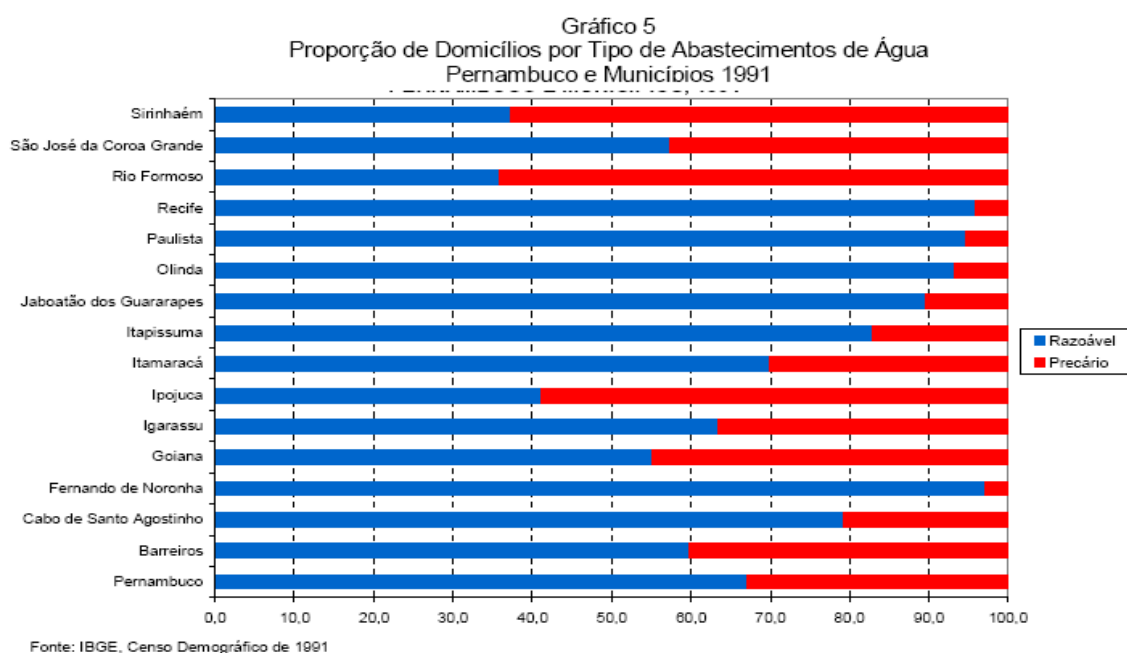


Gráfico 3.6

Proporção de Domicílios por Tipo de Abastecimentos de Água Pernambuco e Municípios

2000

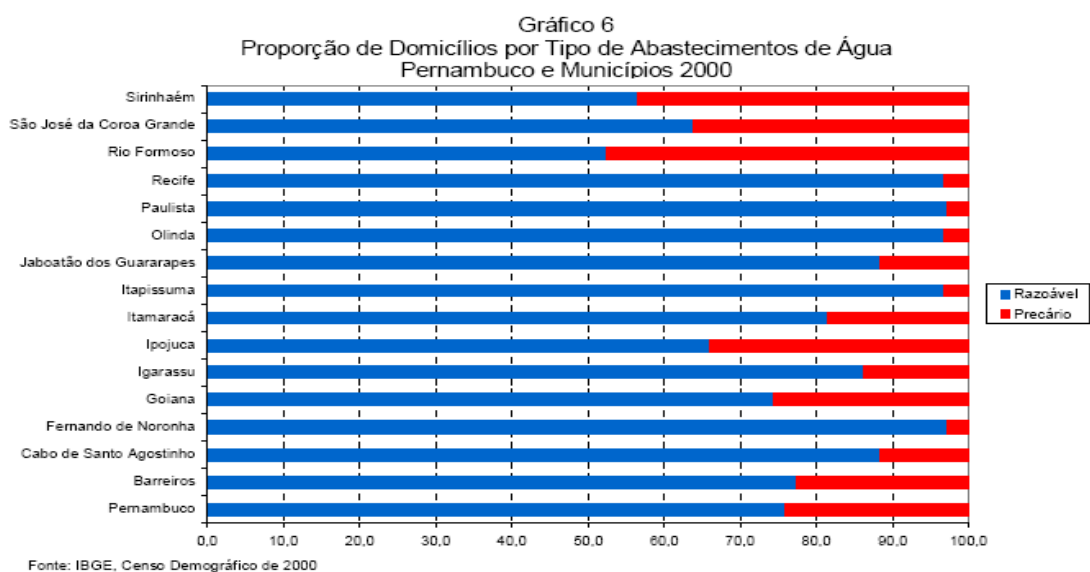
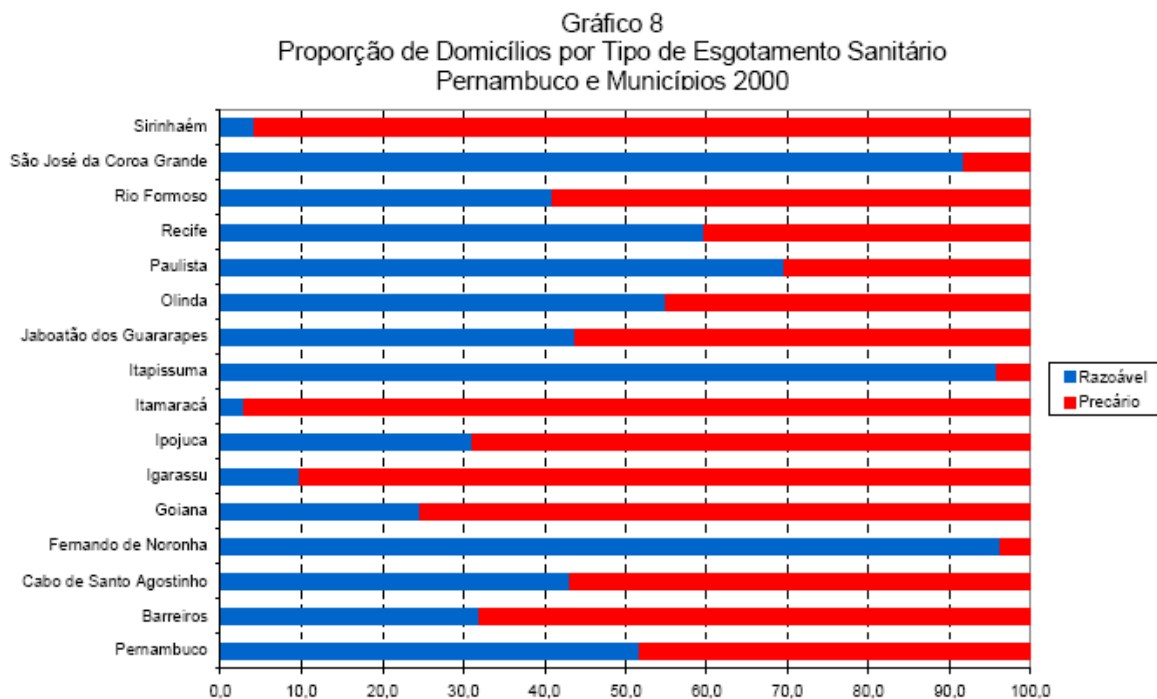


Tabela 3.22
Esgotamento Sanitário nos Municípios

MUNICÍPIOS	(%) POPULAÇÃO ATENDIDA	OBSERVAÇÕES
GOIANA	0	
SIRINHAÉM	0	
IPOJUCA	0	
RIO FORMOSO	40	
PAULISTA	42	
IGARASSU	02	
JABOATÃO DOS GUARARAPES	19	Restringindo-se aos núcleos habitacionais COHAB / PE
S. JOSÉ DA COROA GRANDE	0	
TAMANDARÉ	0	
ITAMARACÁ	0	
CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	
OLINDA	43	
RECIFE	32	
FERNANDO DE NORONHA	100	
BARREIROS	0	
ITAPISSUMA	0	

Fonte: Governo de Pernambuco / relatório PRODETUR II.

Gráfico 3.7
Proporção de Domicílios por Tipo de Esgotamento Sanitário Pernambuco e Municípios 2000


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

Tabela 3.23
Percentual de Domicílios Atendidos por Coleta de Lixo – 1991 e 2000

Município	1991				2000			
	Coletado	Enterrado	Queimado	Outro	Coletado	Enterrado	Queimado	Outro
Pernambuco	51,80	3,24	0,28	44,67	68,65	9,20	0,53	21,62
Barreiros	31,18	2,73	0,28	65,80	67,41	6,09	0,31	26,19
Cabo de Santo Agostinho	67,79	3,38	0,44	28,38	86,36	3,87	0,26	9,51
Fernando de Noronha	99,01	0,00	0,00	0,99	99,79	0,00	0,00	0,21
Goiana	58,15	4,35	0,74	36,76	74,86	8,40	0,47	16,28
Igarassu	38,74	12,94	1,90	46,41	78,35	7,77	1,18	12,70
Ipojuca	39,73	3,34	0,40	56,53	71,58	6,87	0,54	21,02
Itamaracá	23,38	14,26	2,19	60,17	36,90	18,62	1,48	43,00
Itapissuma	93,18	1,41	0,48	4,92	92,39	2,44	0,95	4,23
Jaboatão dos Guararapes	65,82	4,12	0,32	29,74	71,99	3,07	0,20	24,74
Olinda	67,18	4,93	0,35	27,54	86,92	2,51	0,18	10,39
Paulista	74,61	4,31	0,45	20,63	80,12	3,03	0,20	16,64
Recife	82,51	1,83	0,17	15,49	96,22	0,42	0,05	3,31
Rio Formoso	21,16	2,49	0,22	76,13	39,80	8,07	0,50	51,63
São José da Coroa Grande	10,63	7,44	0,65	81,28	46,42	18,33	0,42	34,83
Sirinhaém	19,05	1,77	0,24	78,95	50,44	8,06	0,71	40,79
Tamandaré					49,83	13,69	0,80	35,68

Fonte: Ministério da Saúde - SUS

Tabela 3.24
Formas de Destinação dos Resíduos Sólidos nos Municípios do Pólo dos Arrecifes

MUNICÍPIOS	USINA DE TRIAGEM, RECICLAGEM E COMPOSTAGEM	TRANSPORTE MUNICIPAL OU INICIATIVA PRIVADA	DISPOSIÇÃO FINAL	ASPECTOS FINANCEIROS EM R\$	
				DESPESA EM MIL	RECEITA EM MIL
GOIANA	NÃO HÁ	MUNICIPAL	ATERRO NÃO LICENCIADO	166	34
SIRINHAÉM	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	264	53
IPOJUCA	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	80	16
RIO FOMOSO	HÁ PROJETO	MUNICIPAL/INICIATIVA PRIVADA	LIXÃO	27	01
PAULISTA	NÃO HÁ	MUNICIPAL	ATERRO LICENCIADO PARCIALMENTE	408	72
IGARASSU	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	111	49
JABOATÃO DOS GUARARAPES	NÃO HÁ	MUNICIPAL	ATERRO CONTROLADO	800	160
S. JOSÉ DA COROA GRANDE	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	124	25
TAMANDARÉ	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	32	04
ITAMARACÁ	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	46	12
CABO DE STº AGOSTINHO	NÃO HÁ	MUNICIPAL / INICIATIVA PRIVADA	LIXÃO	450	36
OLINDA	UMA UNIDADE DE COMPOSTAGEM	INICIATIVA PRIVADA	LIXÃO	408	72

MUNICÍPIOS	USINA DE TRIAGEM, RECICLAGEM E	TRANSPORTE MUNICIPAL OU INICIATIVA PRIVADA	DISPOSIÇÃO FINAL	ASPECTOS FINANCEIROS EM R\$	
RECIFE	UMA UNID. DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM PARALISADAS	INICIATIVA PRIVADA	ATERRO CONTROLADO	4.333	2.125
FERNANDO DE NORONHA	(2)	INICIATIVA PRIVADA	CONTINENTE	100	-
BARREIROS	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	-	-
ITAPISSUMA	NÃO HÁ	MUNICIPAL	LIXÃO	36	-

Fonte: COMPESA

Anexo 7 – Estruturas Municipais e Legislação Vigentes no Pólo Costa dos Arrecifes

Quadro 3.18
Estruturas Municipais e Legislação Vigentes no Pólo Costa dos Arrecifes

GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO					
Município	Plano Diretor	Órgão de Turismo / Conselhos Municipais / FMT	Associações Profissionais	Legislação Pertinente / Planos e Projetos de Turismo	Interesse Turístico Segundo
Barreiros	Não Possui	-	-	-	PLANPETUR / RINTUR / EMPETUR - 98 / PRODETUR
Cabo de Santo Agostinho	Possui	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Sociedade de Bacamarteiros do Cabo	Código de Obras e Posturas Municipais; Lei de Parcelamento do Solo Urbano; Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo.	IOT - 89 / PLANPETUR / CONTUR / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98
Distrito Estadual de Fernando de Noronha	Não possui	Diretoria de Meio Ambiente e Turismo	ABATUR - Ass. Barqueiros Turismo; ACITUR - Ass. Condutores de Informações Turísticas; AHDFN - Ass. Hospedarias Domiciliares de Fernando de Noronha; NORONHA BUGGY - Ass. de Bugueiros; NORTAX - Ass. de Bugueiros.	Lei Orgânica 11.304/95; Preservação Amb. Lei 10.403/89; Plano Diretor / Uso e Ocupação do Solo em fase de finalização.	IOT - 89 / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98
Goiana	Não possui	Secretaria de Desenvolvimento	-	Lei Perímetro Urbano; Lei de Uso e Ocupação do Solo; Lei de Parcelamento	PLANPETUR / CONTUR / RINTUR /

GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO					
Município	Plano Diretor	Órgão de Turismo / Conselhos Municipais / FMT	Associações Profissionais	Legislação Pertinente / Planos e Projetos de Turismo	Interesse Turístico Segundo
		Econômico e Turismo		do Solo Urbano; Código de Obras; Código de Posturas Municipais.	PRODETUR / EMPETUR - 98
Igarassu	Não possui	Secretaria de Turismo e Cultura / Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	-	Lei de Uso e Ocup. do Solo Federal 6766/79; Lei Est. 9990/87; Lei Est. de Preservação Amb. e Patrimônio Hist. e Cult. n.º 9860/86, 9931/86 e n.º 9989/87; Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Lei 1535 de 06/06/79; Lei Orgânica do Município de 05/04/90; Código de Obras; Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei 1554 de 05/10/79; Código do Meio Ambiente Lei 1773 de 30/12/85.	PLANPETUR / IOT - 89 / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98
Ilha de Itamaracá	Não possui	Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico	AHITA - Ass. dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá	Lei 674/89 (Plano de Ocup. e Uso do Solo); Lei 850/97 (Plano de Cons. do Patrimônio Hist. Cult. CONDEMA).	IOT - 89 / PLANPETUR / CONTUR / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98
Ipojuca	Não possui	Secretaria de Turismo	-	Lei que delimita o quadro urbano da cidade de Ipojuca e das Vilas de Camela e N. Sra. do Ó	PLANPETUR / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98
Itapissuma	Não possui	Secretaria de Educação, Cultura e Turismo / Conselho	-	Lei de Uso e Ocup. do Solo 105/87 e Preser. Amb. 401/97; Lei 77/84 cria o	CONTUR / PRODETUR /

GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO					
Município	Plano Diretor	Órgão de Turismo / Conselhos Municipais / FMT	Associações Profissionais	Legislação Pertinente / Planos e Projetos de Turismo	Interesse Turístico Segundo
		Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itapissuma - CODEMAI		CODEMAI; Lei Orgânica 196/90; Legislação Urbanística e Industrial 425/98.	EMPETUR - 98
Jaboatão dos Guararapes	Possui	-	-	Lei que altera a Legislação Urbanística Básica do município e define plano de resíduos para o Aeroporto Internacional dos Guararapes; Legislação Urbanística Básica; Decreto que define índices urbanísticos para edificações de hotéis e apart-hotéis; Lei do Comar.	IOT - 89 / PLANPETUR / CONTUR / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98
Olinda	Possui (aprovado em janeiro de 1997)	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / Conselho Cultural de Turismo / Conselho Municipal de Defesa e Meio Ambiente	ABEOC - Assoc. Brasileira de Emp. Organiz. de Congressos; ABIH - Assoc. Brasileira da Ind. de Hotéis; ATUO - Assoc. de Turismo de Olinda; SEPACTUR - Sec. Patrimônio Cult. e Turístico; SINDETUR-PE - Sindicato de Emp. de Turismo do Estado de PE.	Lei Orgânica - 03/04/90; Código de Obras - Lei 2967 de 30/11/66; Lei de Uso e Ocupação do Solo - Leis: 3826/73 e 4849/92; Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Leis: 4478 de 29/04/85 e 4726 de 04/90; Conselho Cultural de Turismo - Lei 5120 de 01/12/97.	PLANPETUR / CONTUR / RINTUR / EMPETUR - 98
Paulista	Não possui	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / Conselho Municipal de Turismo (em implantação)	-	Plano Diretor de Turismo de Maria Farinha - Lei de Apoio ao Solo; Lei de Preserv. Industrial; Lei Orgânica de 05/04/1990; Plano Diretor em elaboração; Código de	PLANPETUR / RINTUR / EMPETUR - 98

GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO					
Município	Plano Diretor	Órgão de Turismo / Conselhos Municipais / FMT	Associações Profissionais	Legislação Pertinente / Planos e Projetos de Turismo	Interesse Turístico Segundo
				Obras (utilizar o mesmo de Recife); Lei de Uso e Ocupação do Solo de Dez./1985.	
Rio Formoso	Possui (aprovado em setembro de 2002)	Secretaria de Esportes e Turismo	-	Lei de Uso e Ocupação do Solo - 92; Lei de Parcelamento do Solo Urbano - 92; Código de Obras - 92	PLANPETUR / RINTUR / PRODETUR / CONTUR / EMPETUR - 98
São José da Coroa Grande	Não possui	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	-	-	IOT - 89 / PLANPETUR / CONTUR / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98
Sirinhaém	Possui (aprovado em maio de 2002)	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes	-	Área Piloto do PRODETUR Centro Turist. APA de Guadalupe	/ PLANPETUR / EMPETUR - 98
Tamandaré	Possui (aprovado em setembro de 2003)	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / Conselho Municipal de Turismo (22/09/98) / Conselho Municipal de Meio Ambiente (17/05/99)	-	Lei Orgânica de 24/03/97; Código de Obras de 31/12/97; Lei de Uso e Ocupação do Solo de 31/12/97.	PLANPETUR / RINTUR / PRODETUR / EMPETUR - 98

Fontes: EMPETUR / SEBRAE-PE - Inventário das Potencialidades Turísticas de Pernambuco

(**) Município não Inventariado

Anexo 8 – Regulamentação

- Lei 4.771, de 15.9.65 - institui o novo Código Florestal Brasileiro; posteriormente alterada pelas Leis 5.106/66, 5.868/72, 7.754/89, 7.803/89 e 7.875/89.
- Lei 5.197, de 3.1.67 - dispõe sobre a proteção à fauna (Código de Caça); posteriormente alterada pela Lei 7.653/88.
- Lei 6.766, de 19.12.79 - dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.
- Lei 6.902, de 27.4.81 - dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APA's).
- Lei 6.938, de 31.8.81 - estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, institui o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental; posteriormente alterada pela Lei 8.028/90.
 - ▣ Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:
 - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
 - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
 - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
 - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
 - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
 - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
 - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
 - recuperação de áreas degradadas;
 - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
 - educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

- ▣ Art. 18 - São transformadas em reservas ou estações ecológicas as florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente, relacionadas no art. 2º da Lei 4.771/65,...
- Lei 7.661, de 16.5.88 - que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Regulamentada pela Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, em 21/12/1990, esta lei traz as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Define Zona Costeira como o espaço geográfico da interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos naturais e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) deve prever o zoneamento de toda esta extensa área, trazendo normas para o uso de solo, da água e do subsolo, de modo a priorizar a proteção e conservação dos recursos naturais, o patrimônio histórico, paleontológico, arqueológico, cultural e paisagístico. Permite aos Estados e Municípios costeiros instituírem seus próprios planos de gerenciamento costeiro, desde que prevaleçam as normas mais restritivas. As praias são bens públicos de uso do povo, assegurando-se o livre acesso a elas e ao mar. O gerenciamento costeiro deve obedecer às normas do Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA.
- Lei 7.735, de 22.2.89 - cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- Lei 7.754, de 14.4.89 - estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.
- Lei 9.433 de 08/01/1997- institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). Descentraliza a gestão dos recursos hídricos, contando com a participação do Poder Público, usuários e comunidades. São instrumentos da nova Política das Águas:
 - ▣ os Planos de Recursos Hídricos (por bacia hidrográfica, por Estado e para o País), que visam gerenciar e compatibilizar os diferentes usos da água, considerando, inclusive, a perspectiva de crescimento demográfico e metas para racionalizar o uso;
 - ▣ a outorga de direitos de uso das águas, válida por até 35 anos, deve compatibilizar os usos múltiplos;
 - ▣ a cobrança pelo seu uso (antes, só se cobrava pelo tratamento e distribuição); e
 - ▣ os enquadramentos dos corpos d'água. A lei prevê, também, a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento,

armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

- Lei 9.605, de 12/02/1998 – Lei de Crimes Ambientais – Regulamentada pelo Decreto 3.179/99, reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A partir dela, a pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. Por outro lado, a punição pode ser extinta quando se comprovar a recuperação do dano ambiental e - no caso de penas de prisão de até 4 anos – é possível aplicar penas alternativas. A lei criminaliza os atos de pichar edificações urbanas, fabricar ou soltar balões (pelo risco de provocar incêndios), danificar as plantas de ornamentação, dificultar o acesso às praias ou realizar desmatamento sem autorização prévia. As multas variam de R\$ 50 a R\$ 50 milhões. É importante lembrar que na responsabilidade penal tem que se provar a intenção (dolo) do autor do crime ou sua culpa (imprudência, negligência e imperícia). Difere da responsabilidade civil ambiental, que não depende de intenção ou culpa.
- Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Art. 1o : Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Art. 2o : Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por “unidade de conservação” o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- Decreto 84.017, de 21.9.79 - aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.
- Decreto 89.336, de 31.1.84 - dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.(ARIE)
- Decreto 92.752, de 5.6.86 - aprova o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente.
- Decreto 96.660, de 6.9.88 - dispõe sobre o Grupo de Coordenação incumbido de elaborar e atualizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e as normas para sua implementação.
- Decreto 97.633, de 10.4.89 - dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna (CNPFF).

- Decreto 99.274, de 6.6.90 - regulamenta a Lei 6.902/81 e a Lei 6.938/81, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APA) e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.
- Decreto 50.877, de 29.6.91 - dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do país.
- Portaria / Ministério da Saúde 036, de 19.1.90 - estabelece valores máximos permissíveis para os diversos parâmetros de qualidade de água.
- Portaria/Interministerial 090, de 29.3.78 - cria o Comitê Especial incumbido da classificação dos cursos d'água da União, bem como do estudo integrado e do acompanhamento da utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios federais.
- Portaria/MINTER 124, de 20.8.80 - estabelece normas no tocante à prevenção da poluição hídrica.
- Portaria/IBAMA 1.522, de 19.12.89 - estabelece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
- Portaria/IBAMA 006N, de 15.1.92 - Estabelece a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção.
- Portaria MM/Diretoria de Portos e Costas 52, de 30.10.95 – estabelece, em seu anexo, as normas para emissão de pareceres relativos à concessão de terrenos da União, obras e outras atividades realizadas em áreas sob fiscalização do Ministério da Marinha.
- Resolução CONAMA 004, de 18.9.85 - estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.
 - ▣ Art. 1º - “São consideradas Reservas Ecológicas as formações florísticas e as áreas de florestas de preservação permanente mencionadas no Artigo 18 da Lei 6938/81, bem como as estabelecidas pelo Poder Público de acordo com o que preceitua o Artigo 1º do Decreto nº 89.336/84”.
- Resolução CONAMA 001, de 23.1.86 - estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- Resolução CONAMA 020, de 18.6.86 - estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas do Território Nacional.
- Resolução CONAMA 001, de 8.3.90 - institui os critérios e padrões para emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou

recreativas. Mais especificamente ao caso em questão, deverá ser obedecida a norma NBR 10.152 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

- Resolução CONAMA 013, de 6.12.90 - regulamenta a questão de atividades em áreas circundantes às unidades de conservação:
 - ▣ Art. 1º - “O órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação”.
 - ▣ Art. 2º - “Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente”.
- Resolução CONAMA 31, de 7 de dezembro de 1994. Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.
- Resolução CONAMA 237/97, de 19.12.97 – Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente.
- Resolução Nº 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.